

VICENTE CRUZ CERQUEIRA

**A SINTAXE DO POSSESSIVO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Profª Drª Mary A. Kato

UNICAMP / IEL / 1996

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

6595046

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	C335s
V.	130442
PROC.	281197
C	☐ ☒ ☐ ☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	23/05/97
N.º CPD	

CM-00098684-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

C335s Cerqueira, Vicente Cruz
A sintaxe do possessivo no português brasileiro / Vicente Cruz Cerqueira. - - Campinas, SP [s.n.], 1997.

Orientador: Mary A. Kato
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - adjetivos. 2. Gramática comparada e geral - sintaxe. I. Kato, Mary A. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Vicente Cruz Lequeiro

e aprovada pela Comissão Julgadora em
13 / 02 / 1996.

Prof. Dr. Mary Aizula Kato

Comissão Examinadora:

Profª Drª Mary A. Kato - Orientadora

Profª Drª Miriam Lemle

Prof. Dr. Eduardo P. Raposo

Prof. Dr. Lorenzo T. Vitral

Profª Drª Charlotte C. Galves

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP**

Cerqueira, Vicente C.
A Sintaxe do Possessivo no
Português Brasileiro /Vicente
C. Cerqueira - Campinas, SP. 1996

Orientadora: Mary A. Kato
Tese (doutorado) - Universidade Estadual
de Campinas, Instituto de Estudos da
Linguagem.

1. Teoria Gramatical.
2. Sintaxe. 3. Possessivo.
4. Sintagma Nominal. I Kato, Mary A.
II Universidade Estadual de Campinas
III A Sintaxe do Possessivo no Português
Brasileiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

Introdução.....001

CAPÍTULO II

Quadro Teórico.....009

CAPÍTULO III

Estrutura de Posse no Sintagma Nominal.....038

CAPÍTULO IV

A Sintaxe Interna do Possessivo.....086

CAPÍTULO V

O Possessivo nas Nominalizações.....116

CAPÍTULO VI

Possessivo e Nomes Icônicos.....166

CAPÍTULO VII

Conclusão.....195

Referência Bibliográfica.....205

SUMÁRIO (detalhado)

CAPÍTULO I

Introdução.....	001
1. A distribuição dos possessivos em português.....	002
1.1. A posição pré-nominal.....	004
1.2. A posição pós-nominal.....	005

CAPÍTULO II

Quadro Teórico.....	009
1. Introdução.....	009
2. O modelo teórico.....	009
2.1. O programa minimalista.....	009
2.2. Derivação, Numeração.....	011
2.3. Sistema computacional: custo das operações de derivação Σ	012
2.4. Spell-out.....	014
2.5. Traços fortes, Checagem e Procrastinar.....	016
2.6. Domínios.....	021
2.7. A estrutura do VP.....	024
2.8. Projeções de Agr.....	025
2.9. Restrições a movimento: localidade.....	027
2.10. Estrutura Frasal Despojada (Bare Phrase Structure).....	032
3. Ordem linear.....	033
3.1. Configuração estrutural.....	033
3.2. Linearização.....	036

CAPÍTULO III

Estrutura de Posse no Sintagma Nominal.....	038
1. A hipótese DP.....	038
1.1. A proposta de Abney (1987).....	038
1.2. A proposta de Szabolcsi (1983; 1994).....	040
1.3. A hipótese DP em português.....	043
2. A relação de posse se define em mini-orção.....	045
2.1. Possuidor e possuído: constituintes na mini-orção.....	046
2.2. O estatuto categorial da mini-orção.....	050
3. Flutuação no sintagma nominal.....	051
3.1. Flutuação de quantificadores.....	051
3.2. Possessivo final pós-quantificador.....	060
3.3. Flutuação dentro do DP.....	066
3.4. Flutuação de POS e <i>de</i> +DP.....	070
3.5. Quantificador e demonstrativo.....	074

3.6. Possessivo e demonstrativo.....	078
4. Discordância no DP e movimento de POS.....	082

CAPÍTULO IV

A Sintaxe Interna do Possessivo.....	086
1. Introdução.....	086
2. A estrutura interna do pronome (a proposta de Koopman, 1994).....	088
3. Pronomes e modificadores em português.....	093
3.1. POS, PPs e adjetivos.....	198
3.2. POS e numeral.....	100
3.3. POS e <i>só/somente/apenas</i>	103
3.4. POS e <i>todos</i>	106
3.5. POS e PPs e adjetivos predicativos.....	112

CAPÍTULO V

O Possessivo nas Nominalizações.....	116
1. Deverbais.....	116
1.1. Deverbais complexos (de processo).....	116
1.1.1. Deverbais complexos e a ordem do possessivo.....	121
1.1.1.1. Possessivos pré-nominais como argumento externo.....	121
1.1.1.2. Possessivos pré-nominais como argumento interno.....	121
1.1.1.3. Possessivos pós-nominais.....	124
1.1.1.4. Co-ocorrência de possessivos.....	127
1.2. Deverbais simples e resultativos.....	133
1.2.1. Deverbais e POS em relação de predicação.....	137
1.2.1.1. Deverbais em <i>-or/-nte</i> (agentivos e instrumentos).....	142
1.2.1.2. Deverbais em <i>-do</i> (pacientes).....	149
1.3. Experienciais.....	155
1.4. Complementos oracionais.....	159
1.5. Adjetivos referenciais (gentílicos e grupais).....	162

CAPÍTULO VI

Possessivo e Nomes Icônicos.....	166
1. Introdução.....	166
2. Nomes e argumentos.....	166
2.1. Construções monoargumentais.....	166
2.2. Construções bi-argumentais.....	169
3. A estrutura de mini-oração mais uma vez.....	171
4. Aspectos da possessivização.....	174
4.1. Possessivização de argumentos nominais.....	174
4.2. Hierarquia temática revista.....	177
5. Exaustividade temática: construções tri-argumentais.....	182
6. A correferência: limites ao possessivo.....	188

CAPÍTULO VII

Conclusão.....	195
Apêndice: outras questões e problemas.....	196
1. Relações de posse com SER e TER	196
2. Possessivo e locativo.....	199
3. Possessivo de interesse.....	201
Referência Bibliográfica.....	205

AGRADECIMENTOS

Mary A. Kato, pela dedicação e disponibilidade em todos os momentos da orientação, o que reduziu em muito os momentos de insegurança. Pela presença sempre constante sem ser opressiva, apresentando idéias, sugestões e soluções, pelas quais esse trabalho é fortemente influenciado. Pela amizade, que vai me fazer sempre lembrar com carinho esse rito de passagem para o embarque "no projeto de vida" .

A todos meus colegas do IEL, com quem muito aprendi durante esse tempo. A Cida Torres, Eunice e Ilza um agradecimento especial, pelo teto amigo.

Aos professores do Programa de Linguística, que me abriram várias portas para a incursão na investigação dessa coisa tão presente e tão misteriosa - a língua.

Às "meninas" da Secretaria do IEL, pela simpatia no tratamento das questões burocráticas.

A meus colegas do Departamento de Letras da Universidade Federal do Acre, por todo apoio afetivo e profissional.

À Universidade Federal do Acre, especialmente à Pro-Reitoria de Pos-Graduação e Pesquisa, por cuidar dos aspectos burocráticos e fazer o Acre ficar mais perto de São Paulo.

À CAPES/PICD, pelo apoio financeiro.

A meus amigos do 128 e do 82, Pedroso, Javert e Maura, em especial, pela convivência que tornou aquele espaço um "caldeirão de idéias".

A Geraldo Ferreira de Lima, um novo irmão.

A Antônio Carlos Maximo, amigo de longa data, que, além de cuidar da impressão desta tese, foi cobaia das minhas "frases malucas".

A Francisco Ferreira de Lima, amigo para se guardar do lado esquerdo do peito, e Myriam Barbosa, amiga ímpar, que tive a fortuna de conquistar.

A Eurípedes A. Funes, amigo no Acre, no Ceará e no sempre.

Aos meus meninos, Jomar, Josana, Jerusa, Lorena pela compreensão a um pai "sempre ocupado".

RESUMO

Neste estudo, analisam-se as formas possessivas no português brasileiro. Tomando-se as construções de posse como referência, analisa-se a ocorrência dessas formas em duas posições, antes e depois do núcleo nominal a que se associa. Observa-se que a realização numa ou noutra posição dá origem a certas distinções semânticas. Esses fatos de sentido na distribuição do possessivo são tomados como indicação de que as posições não são simplesmente opções estilísticas, das quais o falante possa dispor conforme seu humor do momento; resultam antes da interve-niência de diferentes fatores (traços morfológicos) presentes no sintagma nominal. Presume-se que o possessivo se origina na mesma posição de um possuidor que é realizado por um sintagma nominal pleno, que se realiza sempre pós-nominalmente.

Trabalha-se com a hipótese de que os dois tipos de ordenação têm a mesma origem. A posição pré-nominal é resultado de uma operação de movimento que desloca a forma possessiva para uma posição hierarquicamente superior àquela ocupada pelo nome. A posição pós-nominal é interpretada como resultado do licenciamento *in situ* dessa forma, sujeito a certas condições especiais, que podem ser associadas à inserção da categoria que contém o possessivo numa estrutura "mais pesada" ou à natureza das categorias funcionais que participam da constituição da construção nominal inteira.

O arcabouço teórico que norteia a investigação é a teoria gerativa, na vertente denominada de Programa Minimalista, apresentada mais explicitamente em Chomsky (1993; 1994; 1995), incorporando elementos da modelo de Princípios e Parâmetros. Nesse quadro, o sintagma nominal do português é visto como uma estrutura articulada, que inclui além do núcleo nominal duas categorias funcionais, numa combinação da Hipótese DP proposta por Abney (1987) para o inglês com a proposta de Szabolcsi (1983; 1994) para o húngaro. A categoria funcional D(eterminante) é atualizada pelos determinantes (artigos e demonstrativos). A outra categoria aloja em seu especificador a forma possessiva que ocorre geralmente na posição pré-nominal.

Com base na flutuação do quantificador universal *todos* e do dual *ambos* e a extensão de considerações de economia para operações do componente fonológico, propõe-se que a relação entre possuído e possuidor se define inicialmente como uma construção do tipo mini-oração. Essa estrutura garante uma independência estrutural entre possuidor e possuído que permita derivar as várias ordens envolvendo quantificador, possuído e possuidor, conciliando a teoria de movimento como cópia e a proposta de linearização desenvolvida em Kayne (1994).

Analisam-se também as nominalizações, distinguindo-se os deverbais de processo dos resultativos e dos não derivados. Constrando a relação do possessivo com esses dois grupos, com base no padrão de projeção apresentado em Chomsky (1994 - *Bare Phrase Structure*), observa-se que o possessivo se relaciona com o primeiro grupo de uma maneira diferente daquela como se relaciona com o segundo, que tem as características das construções de posse comum.

ABSTRACT

This work focuses on the possessive forms in Brazilian Portuguese. Taking as reference the possession constructions, an analysis is developed of the occurrence of these forms in two positions, namely before and after the nominal nucleus to which they are related. It is observed that the realization of the possessive forms in the different positions gives place to certain semantic distinctions. These semantic contrasts in the distribution of possessives are taken as indication that the different positions are not mere stylistic options, but rather the result of the interplay of different factors (morphological features) present in the nominal phrase. It is assumed that the possessive originates in the same position of a possessor realized by a full noun phrase, which always surfaces in the postnominal position.

The leading hypothesis is that both pre- and post-nominal distribution have the same base position. The pre-nominal position is the result of a movement operation which moves the possessive form to a position hierarchically higher than that occupied by a noun. The post-nominal position is interpreted as the result of the *in situ* licensing of the possessive, subject to certain special conditions such as the insertion of the category containing the possessive form in a "heavier" structure or to the nature of the functional categories that take part in the constitution of the full nominal construction.

The theoretical framework is the generative theory in the version named Minimalist Program, as explicitly presented in Chomsky (1993; 1994; 1995), including also elements of the Principles and Parameters model. In this conception, the Portuguese nominal phrase is seen as an articulated structure which includes, besides the nominal nucleus, two functional categories, in a combination of the DP Hypothesis proposed for English by Abney (1987) and for Hungarian by Szabolcsi (1983; 1984). The functional category D (determiner) is instantiated by the determiners (articles and demonstratives). The second functional category provides for the structure in whose specifier the prenominal possessive surfaces.

Based on the floatation of the universal quantifier "*todos*" *all* and of the dual "*ambos*" both as well as on the extension of economy considerations to the operations of the phonological component (PF), it is proposed that the relation between possessed and possessor is defined initially in a small clause construction type. This structure guarantees a structural independence between possessed and possessor that allows for the derivation of the various orders comprising quantifier, possessed and possessor, reconciling the copy movement theory and the linearization proposal developed in Kayne (1994).

In the analysis of the nominalizations, the process nominals are contrasted with the resultative and the underived ones in the framework of the projection pattern proposed in Chomsky's (1994) "Bare Phrase Structure". The process nominals relate to the possessives in a specific manner different from the one held between the possessive forms and resultative and underived nominals that seems to be of the same nature of common possession construction.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Muito da investigação lingüística moderna tem tomado como ponto de partida a intrigante propriedade das línguas humanas, de poder associar a interpretação dos elementos a posições diferentes daquelas em que aparecem na cadeia da fala. Considere a seguinte frase do português em termos do item ao qual o adjetivo *sorridente* está associado:

(1) O seu retrato sorridente

Embora *retrato* e *sorridente* estejam estritamente adjacentes um ao outro, o sentido mais natural dessa seqüência não é aquele em que a característica denotada pelo adjetivo se aplica ao objeto "retrato", parafraseado em (2.a). Antes, a leitura privilegiada é aquela em que essa característica é atribuída ao "indivíduo retratado", parafraseada em (2.b):

- (2) a. O retrato está sorridente
b. O indivíduo no retrato está sorridente

Assim, (1) ilustra que há uma relação entre *seu* e *sorridente* que não é imediatamente evidente a partir da ordenação linear em que se apresentam na frase. Em outros termos, as construções envolvendo formas possessivas em português parecem se incluir naquele grupo que permite sejam (alguns dos) seus elementos interpretados numa posição distinta daquela em que figuram no contínuo fonético.

Uma questão que pode ser levantada em torno das propriedades exibidas por (1) é se um elemento que recebe interpretação numa posição distinta da que se apresenta na cadeia linear, pode ocorrer diretamente nessa posição donde deriva sua interpretação. Uma resposta afirmativa leva a uma nova pergunta, qual seja, se há alguma propriedade que distinga as duas ocorrências, quer diretamente vinculada ao elemento "móvel" em si, quer vinculada à estrutura na qual aparece. Como passo preparatório para responder a essas questões e levantar outras, apresentam-se

algumas características da ocorrência das formas possessivas em português. Para simplificar, a exposição será baseada nas construções que introduzem basicamente relações de posse.

1. A distribuição dos possessivos em português

O sistema de possessivos em português falado (na região centro leste do Brasil) oferece a dupla possibilidade para a indicação de posse de terceira pessoa e segunda pessoa do plural, distinguindo um paradigma associado à variante padrão e um outro à variante coloquial, apresentados a seguir (Silva, 1984; Kato, 1985; Perini, 1985; Cerqueira, 1990; 1993):

(3) *Possessivo no português padrão*

	1 ^a pessoa	2 ^a pessoa	3 ^a pessoa
Sing.	meu	seu	seu
Plur.	nosso	seu	seu

(4) *Possessivo no português coloquial*

	1 ^a pessoa	2 ^a pessoa	3 ^a pessoa
Sing.	meu	seu/teu	dele
Plur.	nosso	de vocês	deles

Esses dois paradigmas apresentam diferenças na distribuição de seus membros. Os itens do primeiro podem ocorrer em posição pré-nominal ou pós-nominal; os itens possessivos do segundo se dividem em dois grupos: (i) a primeira pessoa (singular e plural) "meu/nosso" e a segunda do singular "seu/teu" têm a mesma distribuição verificada para o paradigma padrão; (ii) a segunda pessoa do plural "de vocês" e a terceira pessoa referencial¹ (singular e plural) "dele/deles" ocorrem sempre em posição pós-nominal. Essas possibilidades são ilustradas abaixo (os pontos (...) indicam que a posição pode ser ocupada por algum elemento compatível)

¹Os pronomes presos tem um comportamento especial e não serão tratados neste estudo.

- (5)
- | | |
|-----------------|-----------------|
| ... meu livro | ... livro meu |
| ... sua casa | ... casa sua |
| ... sua cama | ... cama sua |
| ... nosso livro | ... livro nosso |
| ... sua casa | ... casa sua |
| ... sua cama | ... cama sua |
- (6)
- ... livro de vocês
 - ... cama dele
 - ... cama deles

Como se nota, os itens que ocupam sempre a posição pós-nominal apresentam, ainda com relação aos com dupla posição, uma diferença no esquema de concordância que estabelecem com o nome. Esses últimos concordam em gênero e número com o substantivo a que precedem ou seguem, e a pessoa do possuidor é assinalada pela morfologia própria de cada item, com homofonia entre a segunda e terceira pessoa. Os primeiros, por seu lado, direcionam as marcas em outro sentido, ou seja, assinalam o gênero (somente a terceira pessoa) e número do possuidor, e o número do possuído não é indicado.

Outra diferença entre os dois grupos está relacionada ao uso de determinante ou outro elemento compatível, quando o sintagma tem interpretação existencial. Com o possessivo na posição pré-nominal, a presença de um determinante (artigo, demonstrativo ou outro) não é obrigatória, no sentido de que não há alteração de valor pressuposicional vinculada à sua presença ou ausência. Já em posição pós-nominal, a presença de um elemento determinante tem repercussão semântica².

- (7)
- (o) meu livro
 - (a) sua casa
 - (os) nossos sonhos

². Se a leitura é genérica a ausência de determinante é o normal, principalmente se envolve uma situação hipotética (cf. Borges Neto, 1986). Observe o contraste entre os pares (a) e (b):

- (i) a. Filho meu não faria isso (o falante pode não ter filho)
- b. O filho meu não faria isso (o falante tem um filho)
- (ii) a. Filho de Pedro não faria isso (Pedro pode não ter filho)
- b. O filho de Pedro não faria isso (Pedro tem um filho)

- (8) *(o) livro meu
 *(a) casa sua
 *(os) sonhos nossos
 um livro meu
 alguns amigos nossos
 vários trabalhos seus.

A ocorrência em posição pré- ou pós-nominal (dos itens com dupla posição) está associada a uma diferença de sentido, o que será tratado adiante. Com os itens que sempre ocorrem pós-nominalmente, esse contraste vem explicitamente indicado em outro elemento da construção.

Como o paradigma padrão é o que apresenta todos os itens com essa liberdade de posicionamento, a discussão a seguir vai tomá-lo como base. Um esclarecimento, faz-se, contudo, necessário. O paradigma padrão deve ser entendido como uma idealização, de vez que as chamadas formas coloquiais ocorrem nas situações formais de elocução e mesmo na escrita. E, apesar de atualmente os dois paradigmas não parecerem muito distanciados, guardam ainda valores de distinção educacional, já muito explorados na literatura como marcas sociolinguísticas características de diferentes personagens, ou como mecanismo de contraste entre a fala de um narrador culto e de personagens não tanto (cf. Menuzzi, 1995).

1.1. A posição pré-nominal

O possessivo na posição pré-nominal indica uma relação de posse (entendida aqui como qualquer relação envolvida pelo item possessivo) entre dois conjuntos, de um lado o conjunto dos possuidores e de outro o conjuntos dos possuídos, ilustrada nos exemplos abaixo:

- (9) a. (o) meu livro (está rasgado)
 b. (os) meus livros
- (10) a. (a) nossa mãe
 b. (as) nossas avós

- (11) a. (o) seu retorno
b. (as) suas idéias

A característica básica desse uso é que o conjunto de objetos pressuposto pelo possuidor e o conjunto denotado pelo sintagma inteiro parecem ser equivalentes, no sentido de que a interpretação envolve a totalidade de ambos os lados. Assim em (9. a), o conjunto referido pelo item "livro" é tomado em sua totalidade, a informação fundamental é que há um conjunto constituído por "um único livro" que pertence ao falante ("meu") e satisfaz ao predicado "está rasgado"; não está em questão se o possuidor tem "outros livros" constituindo um outro conjunto com diferentes propriedades. Igualmente em (10. b), onde o conjunto agora abrange mais de um elemento, a leitura possível é aquela que engloba todos os elementos. As mesmas considerações seguem para os demais casos.

1.2. A posição pós-nominal

Na posição pós-nominal não contrastiva, o conjunto denotado pelo possessivo é maior do que o conjunto denotado pelo sintagma nominal inteiro. Observe os exemplos abaixo:

- (12) a. um livro meu (está rasgado)
b. alguns livros meus (estão rasgados)

(12) envolve a interpretação de que apenas uma parte dos elementos do conjunto possuído está sendo considerada e é sobre esta parte que o falante deseja chamar a atenção.

Os exemplos seguintes, incluindo certas palavras que podem aparecer em seqüências com o possessivo tanto pré- quanto pós-nominal, evidenciam ainda mais a relação de "parte de" associada ao uso pós-nominal. Sejam os pares seguintes:

- (13) a. meus poucos amigos vieram
b. poucos amigos meus vieram

- (14) a. meus três amigos morreram
b. três amigos meus morreram

(13.a) e (14.a) significam que os amigos do falante constituem em sua totalidade, respectivamente, um conjunto de "poucos amigos" e "três amigos" e que é essa totalidade que está sendo destacada. Por seu turno, (13.b) e (14.b) significam que do total do conjunto de "amigos" do falante, apenas parte está sendo destacada. O contraste apresentado em (14) torna cristalina a diferença de sentido. De (14.a), depreende-se que o falante não tem mais amigos, ele os perdeu todos. Já de (14.b), depreende-se somente que o falante perdeu três dos seus amigos de um conjunto maior do que três e, portanto, ainda tem outros amigos.

Para finalizar a demonstração de que a interpretação posição é preferencialmente partitiva, vou tomar um exemplo no qual o conjunto possuído é, por sua natureza, um conjunto unitário, numa sequência com o possessivo pós nominal:

15. *uma mãe minha (viajou)

Essa sequência é semanticamente anômala. Na situação natural (exclua-se a fertilização *in vitro*, envolvendo processos não naturais de concepção), o "conjunto de mães" de um indivíduo é constituído de um e apenas um elemento. Se a construção com possessivo pós-nominal é tomada como estabelecendo uma relação de subconjunto, temos uma contradição, sendo impossível atribuir a essa sequência uma interpretação.

Embora a posição pós-nominal do possessivo esteja geralmente associada à presença de um indefinido pré-nominal, é possível essa mesma ordenação em uma sequência com um definido pré-nominal (artigo ou demonstrativo), como ilustrado em (16):

- (16) a. o livro meu
b. aquele livro meu

Nesse caso, é necessário que o conjunto indicado pelo nome seja modificado por um

delimitador, que pode ser uma relativa³, numa sequência do tipo "o livro meu que João me deu". A interpretação, de qualquer modo, é *idêntica* à dos grupos nominais com indefinido pré-nominal, ou seja, destaca-se um membro ou subconjunto dentre os vários do mesmo conjunto. De toda sorte, uma marca contrastiva geralmente está presente. Pelo mecanismo de contraste é possível resgatar (15), evidenciando esse traço, conforme se vê em (15'), onde um contexto explícito é fornecido⁴:

(15') Claro! Tenho uma mãe MINHA, como todo mundo!

Esses fatos de sentido destacados na distribuição dos possessivos parecem indicar fortemente que as duas posições pré- e pós-nominal não são simplesmente opções estilísticas, das quais o falante possa dispor simplesmente conforme seu humor do momento, mas antes resultam da interveniência de diferentes fatores (traços morfológicos) presentes no sintagma nominal. O possessivo posposto delimita o conjunto determinante; anteposto, denota a porção/parte do conjunto sobre o qual se faz uma predicação, funcionando como um determinante⁵. Desse modo, pode-se pensar que uma e outra posição sejam regidas por diferentes traços que compõem o sintagma nominal, ainda a merecer um melhor entendimento. Releva, pois, considerar os processos dos quais resultam as duas posições contrastantes.

Como mencionado no início da apresentação, várias outras perguntas podem ser formuladas a partir da observação das diferentes ocorrências do possessivo em diferentes contextos. Por exemplo,

- (i) Na posição pré-nominal, o possessivo ocupa o mesmo lugar quando precedido de um determinante e quando está em posição inicial absoluta?
- (ii) A que atribuir esta particularidade de que, numa frase com possessivo pós-nominal, conjunto de objetos denotados pelo nome núcleo é normalmente interpretado como não unitário? E ainda,

³Tem sido freqüentemente observado que há algum tipo de relação especial entre o determinante e a relativa (Milner, 1982; Abney, 1987; Kayne, 1994, entre outros).

⁴Agradeço a Eduardo Raposo por me chamar a atenção para a importância desse elemento contextual.

⁵A explicitação desse contraste me foi clareada por Mary Kato.

- (iii) A suspensão nos casos dessa interpretação quando ele recebe leitura enfática?
- (iv) A que se deve as diferentes pressuposições de existência das entidades denotadas pelo nome quando o possessivo o precede ou segue?
- (v) Essa diferença referida em (iv) poderia ser tomada como indicação de que o conjunto dos traços (semânticos e formais) do possessivo é diferente conforme sua ocorrência pré-ou pós-nominal?
- (vi) O possessivo é inserido sempre na mesma posição na derivação independentemente de sua localização de superfície, ou as ocorrências pré- e pós-nominais resultam de posições iniciais distintas?
- (vii) Se o possessivo sempre ocupa a mesma posição no início de uma derivação, como justificar as diferentes ordenações em torno do nome?
- (viii) Qual a posição que o possessivo ocupa no início da derivação de um sintagma nominal?

Essas constituem uma amostra das perguntas a serem feitas quando se consideram as relações que um possessivo pode contrair no sintagma nominal. Muitas outras vão surgindo a partir das respostas (não)oferecidas e da melhor compreensão dos fenômenos envolvidos. Outras ainda são provocadas diretamente pelo modo escolhido para formular as respostas, o que implica um modelo de análise que ajude a dar sentido às observações feitas, que dê norte à busca de respostas para as perguntas formuladas, para outras que surgirem na formulação dessas respostas e, talvez o mais significativo, para desvelar outras que anseiam por formulação.

Esta dissertação está organizada do seguinte modo. No Capítulo II será apresentado o quadro geral no qual se apoiarão os demais capítulos. O Capítulo III apresenta a proposta para a estrutura de base que dá origem às construções de posse, o lugar de inserção do possessivo e os processos responsáveis pelas diferentes posições na frase. O Capítulo IV aborda a sintaxe interna do pronome possessivo e seus efeitos na sua distribuição externa. No Capítulo V, discute-se a realização do possessivo associado a deverbais de processos e outros. O capítulo VI trata das ocorrências do possessivo com os nomes icônicos. No capítulo VII, apresentam-se algumas conclusões e direções para investigações futuras.

CAPÍTULO II

QUADRO TEÓRICO

1. Introdução

Este capítulo apresenta alguns conceitos básicos do Programa Minimalista avançado em Chomsky (1993), considerando também algumas modificações introduzidas na versão de Chomsky (1994; 1995). Estão incluídos apenas os elementos fundamentais que nortearão a análise do objeto deste trabalho. Parte dessa exposição toma como referência a Nunes (1995), principalmente nas alterações promovidas no curso das três versões. A seção dois destaca alguns pontos fundamentais relativos aos processos derivacionais e condições de economia. A seção 3 introduz, de modo esquemático, os conceitos da teoria da linearização de marcadores frasais no modelo de Kayne (1994) e Nunes (1995).

2.O modelo teórico

2.1. O Programa Minimalista

O modelo de Economia conforme formulado em Chomsky (1988/91, 1992/93) introduz várias simplificações na maquinaria da Teoria dos Princípios e Parâmetros com vistas a enfrentar com maior propriedade o problema lógico da aquisição da língua, e tenta estabelecer uma relação bastante estreita entre a concepção da Gramática Universal (GU) e a variedade de línguas existentes.

O cérebro humano detém um conjunto de capacidades que entram no uso e entendimento da língua, essas capacidades constituem a faculdade da linguagem e parecem ser, em grande parte, especializada para essa função e uma herança comum a todos os homens. Um componente da faculdade da linguagem é um "procedimento gerativo"(a língua-I) que gera descrições estruturais (DE), que são complexos de propriedades, aqui incluídas as do tipo comumente denominado "semântico" e "fonético". Essas descrições estruturais constituem as expressões da língua. A teoria de uma língua específica é a gramática dessa língua. A teoria das línguas e as expressões que elas geram é a gramática universal (GU); a GU é uma

teoria do estado inicial S_0 do componente relevante da faculdade da linguagem.

Aceita-se ainda nesse quadro teórico que a GU especifica certos níveis lingüísticos, constituindo cada um deles um sistema simbólico ou, como frequentemente chamado, nível representacional. Também, trabalha-se com a hipótese de que as línguas são baseadas em princípios simples que interagem para formar estruturas complexas e que a faculdade da linguagem é não-redundante, no sentido de que fenômenos particulares não são "superdeterminados" por princípios da linguagem.

Dadas as relações humanas, a língua está imersa em sistemas de desempenho que possibilitam que suas expressões sejam usadas para várias ações, entre as quais a de articulação, interpretação, referenciação, inquirição e reflexão. Nesse sentido, pode-se conceber as DEs como um complexo de instruções para esses sistemas de desempenho, garantindo a informação relevante para as suas funções.

Versões anteriores da Teoria dos Princípios e Parâmetros trabalhavam com a hipótese de que o sistema lingüístico tem vários níveis de representação que codificam as informações sistemáticas presentes nas expressões lingüísticas; esses níveis compunham um conjunto que tinham cada um sua tarefa na determinação de certos processos lingüísticos. Alguns desses sistemas constituem o *input* para os sistemas de performance que interagem com o sistema lingüístico, sendo, assim, conceptualmente necessários. O Programa Minimalista reduz os níveis de representação justamente àqueles que são exigidos por necessidade conceptual, quais sejam, aqueles que constituem interfaces para os sistemas desempenhos

No que tange aos sistemas de desempenho, Chomsky (1993, 1994, 1995) considera que são de dois tipos gerais: Articulatório-Perceptual (A-P) e Conceptual-Intencional (C-I), decorrendo assim que uma expressão lingüística deve conter instruções para cada um desses sistemas. Os níveis lingüísticos que interagem com A-P e C-I são PF e LF respectivamente. Os dois níveis lingüísticos PF e LF, sendo aqueles cujos *outputs* constituem *inputs* para os sistemas de performance, podem ser concebidos como as partes do sistema lingüístico responsáveis pelas instruções para os sistemas articulatório-perceptual e conceptual-intencional. Na visão Minimalista, todos os princípios e parâmetros do sistema lingüístico devem ser formulados em termos de PF ou LF, alguma coisa como procedimentos de interpretação para os sistemas de performance. Acrescenta-se a isso a posição de que todos os princípios e parâmetros devem tomar como referência apenas aqueles elementos que tenham função nos níveis de interface e a relações locais entre esses elementos. Assim, as expressões lingüísticas são consideradas como realizações ótimas das condições de

interface; optimalidade aqui é determinada pelas condições de economia especificadas pela Gramática Universal (UG).

Outro pressuposto básico é que a faculdade da linguagem consiste de dois componentes: um léxico e um sistema computacional. O léxico especifica os itens que entram no sistema computacional, com as suas propriedades idiossincráticas, excluindo tudo que é predizível pela GU ou por propriedades da língua em questão. Assim, a derivação de uma expressão lingüística envolve a escolha de itens do léxico¹ e um sistema computacional que constrói o par de representações de interface. O sistema computacional organiza esses itens para produzir um par (π, λ) onde π é um objeto de PF e λ um objeto de FL. Se os dois objetos resultam legítimos no sentido de satisfazer o Princípio de Interpretação Plena (cf. Chomsky, 1986; 1993), a derivação é dita convergente em PF e LF. Se um dos objetos π ou λ não satisfizer Interpretação Plena, diz-se que a derivação "colide" (crash) no nível do objeto imperfeito. Para uma derivação ser considerada convergente, ela deve convergir nos dois níveis.

Pelo exposto, vê-se que C_{HL} pode produzir derivações convergentes ou não convergentes. As não convergentes são desprezadas no cômputo de economia; as convergentes serão submetidas à avaliação. Se D é o conjunto de derivações possíveis, que produzem o par (π, λ) , o conjunto C de derivações convergentes é um subconjunto de D compreendendo os elementos que satisfazem Interpretação Plena nos dois níveis de PF e LF. Os membros de C serão submetidos à inspeção em função de economia, o que vai determinar um novo conjunto, abrangendo agora somente as derivações admissíveis. Em resumo, somente as derivações que convergem de modo ótimo chegam aos sistemas de performance.

2.2. Derivação, Numeração

As versões anteriores do modelo P&P ofereciam uma noção clara do ponto inicial de uma derivação (cf. Marantz, 1995); em algumas teorias a operação das regras da base seguidas da inserção lexical compunham a estrutura DS; versão similar toma o ponto inicial como um conjunto de itens retirados do léxico e

¹Na versão de Chomsky (1993) a forma que os itens do léxico deve tomar para serem acessíveis ao sistema computacional é determinada pela Teoria X-barra. Essa condição é modificada nas versões de Chomsky (1994; 1995)

combinados num objeto sintático único, satisfazendo a Teoria- X' e as propriedades de subcategorização desses itens para formar uma estrutura DS. Um objeto do tipo DS não tem mais lugar na visão Minimalista, pois não representa um nível de interface. No PM é abandonada a noção de que o ponto inicial de uma derivação seja um marcador sintagmático único. Assume-se que as estruturas sintáticas são construídas através de transformações generalizadas que podem inserir árvores em árvores. No entanto, o par (π, λ) , para ser legítimo, deve atender a requisitos de compatibilidade; a arbitrariedade saussuriana deixa claro que a compatibilidade de π e λ só se realiza se a escolha é baseada nos mesmos itens lexicais.

Uma base inicial mínima é necessária, ao menos, para a comparação de derivações convergentes (cf. Marantz, 1995). Chomsky (1994:7, 1995: sec. 2.1) propõe que o grupo de itens lexicais iniciais constitui uma *numeração*, ou seja, grupos de pares (LI, i) , onde LI é um item lexical composto (no máximo) de traços fonológicos, semânticos e formais, e i é um índice que indica o número de vezes que LI é acessado pela operação *Selecionar* (*Select*). A operação Selecionar retira um item lexical da numeração, reduz seu índice de um, deixando-o disponível para operações ulteriores do sistema computacional. Deve ser enfatizado aqui que os itens lexicais como apresentados na numeração incluem todos os elementos relevantes, flexão, caso, concordância, tempo etc.

Chomsky (1994:8, 1995: sec. 1) considera que há uma diferença no mapeamento de N para λ e N para π . O mapeamento que leva de N para λ é uniforme e inclusivo; é uniforme no sentido de que todas as operações disponíveis para o componente coberto são as mesmas disponíveis para o componente explícito; é inclusivo no sentido de que λ é construído com os traços dos itens lexicais de N . As operações de N para π são de natureza diferente e podem trabalhar com informações adicionais não especificadas nos itens lexicais (eg. entoação). As propriedades especiais do componente fonológico estão relacionadas à necessidade de produzir instruções direcionadas para os sistemas sensório-motores para produção e percepção. Chomsky ressalta que essa exigência pode ser a fonte de outras imperfeições do C_{HL} , e nesse sentido talvez "estranhas" à língua.

2.3. Sistema computacional: custo das operações de derivação Σ

Conforme mencionado acima as derivações permitidas são aquelas que

passam no teste de economia, e, portanto, as operações necessárias para convergência devem ser comparadas.

Chomsky (1995: sec. 2.1), considera que uma derivação é uma seqüência de elementos simbólicos, resultados do mapeamento da numeração N , de sorte que o último membro de Σ é o par (π, λ) e N é reduzida a zero (os índices de todos os LI são zero, $i=0$). Dada uma numeração N , as operações de C_{HL} recursivamente constróem objetos sintáticos dos itens lexicais e dos objetos sintáticos já formados. Pela noção de inclusividade, os objetos sintáticos são rearranjos de propriedades dos itens lexicais dos quais são formados. Uma derivação termina e é cancelada se uma operação ilegítima é realizada durante a computação, se o par (π, λ) não é formado, ou se a numeração não é exaurida.

Selecionar é a operação que retira os itens da numeração. Se não for aplicada o suficiente para exaurir a numeração, a derivação termina, e nenhuma questão de convergência ou economia é pertinente. *Mesclar* (*Merge*) é a operação que combina objetos sintáticos já formados em outros objetos. No nível de interface LF, Σ é interpretada apenas se consiste de um objeto sintático único. Uma derivação converge apenas se *Mesclar* for aplicada vezes suficientes para resultar um objeto único e a numeração exaurida. Aplicação insuficiente leva ao término da derivação, que é cancelada e, de novo, nenhuma questão de convergência ou economia se aplica. Por conseguinte, *Mesclar* é necessária para produzir uma derivação.

Nenhuma questão emerge sobre a motivação para a aplicação dessas duas operações.

As outras operações do sistema computacional (*Mover Move*, *Riscar Delete* e *Apagar Erase*) têm que ser motivadas em sua aplicação; elas estão relacionadas às condições de convergência. Se não se aplicarem, mesmo assim o par (π, λ) será formado, embora um deles, pelo menos, venha a violar Interpretação Plena.

Os dois grupos de operações se distinguem, pois, em operações que definem o que é uma derivação possível, e por isso, não têm custo, e em operações que são necessárias para que o par (π, λ) seja constituído de objetos legítimos para serem interpretados pelos sistemas de performance, e tem, assim, custo derivacional.

2.4. Spell-out

Os sistemas de interface A-P e C-I interpretam elementos de natureza diferente. Assim, em algum momento da derivação, o sistema computacional tem que separar os elementos pertinentes a cada um deles, formando uma parte π e outra λ , que não mais interagem depois da bifurcação. Nas versões de P&P anteriores ao PM, o ponto de bifurcação era a estrutura-S. Para a perspectiva Minimalista, um nível dessa natureza para alimentar PF e LF constitui um problema, de vez que ele não interage com nenhum sistema de performance e, portanto, não é conceptualmente necessário. Assim, as propriedades substantivas e restrições atribuídas ao nível estrutura-S deverão ser reformuladas em termos dos níveis PF e LF.

Chomsky (1993:22) propõe que operação que leva à bifurcação da computação para formar os objetos distintos π e λ é determinada simplesmente por uma regra, que denomina Spell-out. Spell-out é livre para se aplicar em qualquer ponto da derivação; se a escolha do ponto for "errada", a derivação deve colidir (crash) em um dos níveis de interface.

Essa separação implica três direções da computação, que recebem três rótulos de identificação. A computação que ocorre antes de Spell-out é chamada de *sintaxe explícita* (*overt syntax*); a computação que vai de Spell-out para PF recebe a denominação de *componente fonológico*; a computação de Spell-out para LF é referida como o *componente coberto*. O componente fonológico inclui regras fonológicas propriamente ditas e um subcomponente morfológico.

A formulação de Spell-out foi revista entre Chomsky (1993:22) e Chomsky (1994:8). Na primeira versão, Spell-out é tomada simplesmente como o envio para o componente fonológico da estrutura arranjada pelo sistema computacional, com a estipulação de que não haveria mais acesso a itens lexicais depois desse ponto. Essa estipulação era necessária, pois a noção de numeração não tinha sido desenvolvida e os itens eram retirados diretamente do léxico para a computação.

Na versão de Chomsky (1994:8) Spell-out é re-interpretada como uma regra que retira da estrutura já formada somente os elementos que são relevantes para o objeto π . Os traços fonológicos são computados apenas para PF, e os traços semânticos apenas para LF; os traços formais são acessíveis tanto ao componente fonológico quanto ao componente coberto. Como as operações agora são distintas, se um item lexical for escolhido pelo componente fonológico, os traços semânticos farão com que a derivação colida em PF; se ao contrário, um item for escolhido pelo

componente coberto, os traços fonológicos farão com que a derivação colida em FL. A idéia nesse caso é que ambos componentes podem eliminar certos tipos de traços, nomeadamente traços formais; contudo, o componente fonológico não pode eliminar traços semânticos e o componente coberto não pode eliminar traços fonológicos. Nesse quadro, resta pendente a questão do acesso a itens lexicais desprovidos de traços fonológicos ou semânticos depois de Spell-out.

Chomsky (1995: sec 1:20) observa que a presunção da condição de uniformidade no mapeamento de N para λ leva a conclusão de que Selecionar seja ativa no componente coberto. Apoiado ainda nessa condição, propõe que o componente coberto não pode eliminar traços fonológicos, de vez que operações da sintaxe explícita não podem fazê-lo. Dessarte, acesso lexical no componente coberto se reduz a itens sem conteúdo fonológico. Em oposição, é permitido ao componente fonológico eliminar traços semânticos e formais, dada a natureza das regras específicas desse componente.

Apesar dessa possibilidade, o componente fonológico não tem acesso a itens lexicais depois de Spell-out. Se por exemplo, os itens *John* 'João' e *denied* 'negou' fossem selecionados nesse nível e seus traços semânticos fossem apagados, uma frase com *John denied he left* 'João negou que saiu' poderia ser interpretada erroneamente como *he left* 'ele saiu' (cf. Nunes, 1995:6). Selecionar, então, é considerada como inoperante no componente fonológico: nenhum item pode ser selecionado da numeração no caminho de Spell-out para PF.

Nunes (1995:21) observa que há um equilíbrio entre o detalhamento em Spell-out e a computação a ser feita no componente fonológico: quanto mais elaborada for a regra de Spell-out, tanto mais leve será a carga do componente fonológico. No modelo de Chomsky (1995), Spell-out apenas subtrai os traços fonológicos na rota de N para λ . Para o componente fonológico sobra a carga de eliminar os traços semânticos que recebe de Spell-out. Já no sistema de Chomsky (1994), Spell-out é bem mais elaborada no sentido de que envia para o componente coberto e para o componente fonológico traços lexicais, somente segundo sua relevância para as computações em cada nível; por conseguinte, o componente fonológico não tem a carga de eliminar traços semânticos, pois esses traços são enviados apenas para LF.

Nunes pondera que os critérios de economia quanto à motivação para a aplicação de operações podem ajudar a decidir por uma das duas opções de Spell-out. As operações que são exigidas para que uma derivação seja realizada são menos

custosas derivacionalmente, ao passo que as operações que são exigidos para produzir convergência são derivacionalmente mais custosas. Nesse caso, fica-se entre a necessidade de escolher uma definição de Spell-out mais "complexa" ou de permitir que traços semânticos sejam eliminados no componente fonológico. A regra de Spell-out é uma propriedade definidora de uma derivação. Se não se aplica, o par $(\pi \lambda)$ não pode ser formado e nenhuma derivação é gerada; pelo suposto, Spell-out, mesmo que mais "complexa", é em princípio menos custosa. Já a eliminação de traços semânticos no componente fonológico é exigida para fins de convergência, ie., para que o objeto π (de PF) possa satisfazer Interpretação Plena. E desse modo, essa operação, sob qualquer definição, acarreta custo derivacional para o sistema. A conclusão é, pois, que a proposta de Chomsky (1994:8) parece mais adequada.

2.5. Traços fortes, Checagem e Procrastinar

Os itens lexicais são compósitos de traços de pelo menos três tipos: (a) traços que recebem interpretação em A-P -- traços fonológicos, (b) traços que recebem interpretação em C-I -- traços semânticos, (c) traços necessários a ambos A-P e C-I -- traços formais.

A coleção dos traços formais de um item lexical recebe o nome de FF(LI); é um subcomplexo de LI, funciona na computação de $N \rightarrow \lambda$. Alguns traços de FF(LI) são intrínsecos, listados explicitamente no léxico ou determinados estritamente pelas propriedades listadas no léxico; outros são opcionais, acrescentados quando LI entra na numeração. Os traços FF(LI) constituem, assim, um local de marcação de variação intra- e interlíngua.

Chomsky dá o exemplo dos itens *airplane* "avião" e *build* "construir". As propriedades intrínsecas de *airplane* incluem o traço categorial [nominal], o traço de pessoa [3ª pessoa] e o traço de gênero [-humano]. Suas propriedades opcionais incluem os traços não categoriais de número e Caso. As propriedades intrínsecas de *build* incluem o traço categorial [-nominal] e o traço de Caso [atribui acusativo]; os traços- Φ são opcionais (se internos aos traços).

Escolhas de um item LI com diferentes traços opcionais constituem elementos distintos da numeração. Os traços de um LI se caracterizam ainda quanto à sua força. A força de um item é um elemento de variação na língua: um traço

formal pode ser forte ou não, forçando movimento visível que viola Procrastinar. A dimensão [+/- forte] é bastante restrita (cf. Chomsky, 1995: sec.2.1 p.20), podendo ser caracterizada como em (1):

- (1) Se F é forte, então F é um traço de uma categoria não substantiva e F é checado por um traço categorial.

De acordo com essa caracterização, nomes e verbos não têm traços fortes, e um traço forte vai requerer uma determinada categoria no seu domínio de checagem, que é diferente de Caso ou traços- Φ . Como consequência, movimento visível de β tendo α como alvo, formando [Spec, α] ou [α β α] é possível somente quando α não é substantivo e um traço categorial de β está envolvido na operação. Dessa forma, o Princípio da Projeção Estendida (EPP) pode ser reduzido a um traço-D forte em INFL, e movimento-Wh visível a traço-D forte de C (Wh- é assim entendido como uma variante de D).

Outros casos resultantes de traço forte seriam movimento visível de D para N e INFL para C, onde é um verdadeiro modal e não T ou AGR que se desloca para C. Adjunção de um nominal a verbos transitivos ocorreria numa estrutura [$\bar{v}$ -V], complexo formado pelo alçamento do verbo principal para um verbo leve, e incorporação verbal só ocorreria com um verbo leve.

Um traço forte tem duas propriedades: primeiro, provoca uma operação visível, ou seja, pré Spell-out; segundo, induz ciclicidade, isto é, um traço forte não pode ser deixado para trás por um α que possa satisfazê-lo para ser checado depois por β ; esse adiamento produziria violações de minimalidade relativizada, tais como ilhas-Wh e "superraising".

Chomsky (1995: sec.1 p. 22) define um traço forte como aquele que uma derivação não pode "tolerar": uma derivação D $\rightarrow$ S termina e é cancelada se S contém um traço forte. Um traço forte, assim, provoca uma regra que o elimina: [força] está associada com um par de operações, uma que o introduz na derivação (uma combinação de Selecionar e Mesclar) e outra que o elimina (rapidamente). Dessa definição decorre ciclicidade, e a conclusão virtual de que um traço forte provoca operação visível para eliminá-lo por checagem. A única exceção a essa conclusão é mescla coberta (na raiz) de um item lexical que tem um traço forte mas não tem traços fonológicos.

Essa possibilidade é excluída por Chomsky com base no princípio de

economia que tem a seguinte formulação:

(2) α entra na numeração apenas se tem um efeito no *output*

onde efeito deve ser interpretado como identidade literal relativa ao *output* PF e equivalência lógica relativa ao *output* LF.

Nunes avalia que, se comparada com a proposta de Chomsky (1993), a análise de traços fortes apresentadas em (1) e (2) representa um retrocesso considerável. Em primeiro lugar, essa abordagem diz que traços fortes induzem a ciclicidade, mas ciclicidade - pode-se argumentar- é uma propriedade mais geral que é independente da checagem de traço forte. Além disso, Chomsky (1995, sec.3), por exemplo, assume que uma operação que mescla duas estruturas raízes α e β é mais simples do que uma que mescla α com um constituinte de β . Dessa forma, conclui que, independentemente do envolvimento ou não de traços fortes, operações cíclicas têm, em princípio, preferência sobre operações não cíclicas.

O fato de que algumas operações de movimento ocorrem na sintaxe visível em violação de Procrastinar pode ser interpretado como decorrência de alguma propriedade do componente fonológico. Caso contrário, considerações de optimalidade só permitiriam movimentos coberto. A análise de Chomsky (1995:5.4), segundo Nunes, tenta mascarar essa natureza fonológica do traço forte com base no princípio de economia global em (2), apesar de assumir que a presença de traços fortes é motivada "somente por manifestação PF". O princípio em (2) não se adequa bem no interior do sistema esboçado em Chomsky (1995: sec.2.1), que luta para reduzir a complexidade computacional. Em conformidade com (2), para que o sistema determine se a presença de um traço F na numeração N é legítima, será necessário considerar toda possível derivação começando a partir de N e verificar se F causa algum efeito no resultado de pelo menos uma dessas derivações. Sem dúvida isso constitui uma condição global sobre numerações possíveis. Além disso, o princípio em (2) chega próximo à re-estipulação das propriedades da estrutura-D na numeração².

O princípio em (2) parece fazer previsões incorretas para línguas sem

²Nunes atribui essa observação a Norbert Hornstein. Ressalta que uma possível vantagem é que (2) pode derivar a exigência de que uma derivação deve exaurir a numeração e bloquear a presença de um item LI com índice $i=0$ em uma numeração inicial.

distinção de caso morfológico. Uma vez que traços de Caso não são interpretáveis irrespectivamente do traço categorial com o qual esteja associado, eles não têm efeito no output LF, segundo a presunção de que a presença ou ausência de traços de Caso não muda a estrutura lógica com a qual o sistema C-I opera. Por consequência, traços de Caso devem, então, ter um efeito no output PF. Essa conclusão é plausível em línguas com um sistema de caso morfológico rico, pois é coerente supor que nessas circunstâncias a realização fonológica de um elemento nominal está ligada a seu traço de Caso. Em línguas sem marca de caso morfológico, por outro lado, não se vai observar nenhum efeito no output PF. Decorre, assim, que traços de Caso não deveriam fazer parte de nenhuma numeração nessas línguas de acordo com o princípio em (2). Essa é uma consequência bastante implausível, em função do corpo de evidências empíricas coletadas a partir da proposta de Vergnaud (1977) de que Caso abstrato deve ser dissociado de caso morfológico.

Nunes avalia ainda que Chomsky (1994:4) apresenta uma proposta mais atraente relativamente a traços fortes, que sugere que um traço forte checado é recolhido por Spell-out. Nessa visão o componente fonológico é capaz de eliminar traços fortes checados, mas o componente coberto não o pode fazer. Se um traço forte não for retirado durante a computação de N para λ por Spell-out, a derivação colide em LF.

Essa abordagem, para ser consistente com a condição de uniformidade no mapeamento de N para λ , depende da consideração dos traços fortes como tendo alguma propriedade fonológica. Caso contrário, um traço forte deveria ser checado no componente coberto de acordo com Procrastinar. Se, todavia, traços fortes têm alguma propriedade fonológica, a checagem no componente coberto não é suficiente para garantir convergência; presume-se que o componente coberto não pode eliminar traços fonológicos. Assim, mesmo depois de checado um traço forte violaria Interpretação Plena em LF porque a sua parte fonológica não é interpretável nesse nível. A impossibilidade de inserir itens lexicais com um traço forte mas sem traços fonológicos no componente coberto é derivada localmente sem a necessidade de uma condição global do tipo apresentado em (2).

Na versão de Spell-out mais de acordo com o sistema de Chomsky (1994), itens lexicais são separados em conjuntos de traços, que são então enviados para os componentes relevantes. É plausível supor que o componente fonológico empregue um conjunto de regras que tratam especificamente do conjunto de traços formais, e outro conjunto distinto de regras que tratam exclusivamente dos traços fonológicos.

Se traços fortes são membros do conjunto de traços fonológicos, sua parte formal não pode ser riscada pela regra que se aplica ao conjunto dos traços formais e risca traços não checados. De acordo com o pressuposto de que regras próprias para o conjunto de traços fonológicos não são capazes de eliminar a parte formal dos traços fortes, uma derivação que contenha um traço forte não irá satisfazer Interpretação Plena em PF. Irá colidir, a menos que uma operação seja capaz de tornar a parte formal de um traço forte invisível em PF.

Chomsky (1993:28-30) observa que uma língua na qual núcleos flexionais descem e adjungem a núcleos lexicais teria um desenho bem diferente em LF do que as línguas em que o núcleo flexional sobe para o núcleo lexical. Para evitar essa discrepância, Chomsky propõe que os núcleos flexionais e lexicais já estão inteiramente flexionados no momento de sua inserção na derivação. Os núcleos funcionais e lexicais seriam emparelhados (caso possível) por meio de uma operação envolvendo Mesclar ou Mover. Dessa forma, o elemento teria seus traços relevantes checados quer por movimento visível quer por movimento coberto.

A possibilidade de dois tipos de movimento, visível e coberto, determina uma variação paramétrica que deve ser formalizada sem referência ao nível sintático estrutura-S. Essa situação envolve duas questões básicas, quais sejam, (i) por que todas as línguas não têm movimento visível?; e (ii) por que algumas línguas têm movimento visível? Para fazer frente à questão (i) Chomsky (1993:30) propõe um princípio de economia denominado de Procrastinar (*Procrastinate*).

Procrastinar determina que movimento coberto é menos custoso do que movimento visível. (Deve ser notado (ver Nunes, p.24) que na sua formulação, Procrastinar constitui um afastamento do requisito de uniformidade no mapeamento de N para λ , no sentido de que atribui uma diferença inerente entre operações visíveis e operações cobertas.

Para responder a segunda pergunta, Chomsky (1992:42) propõe uma distinção na natureza dos traços de um item lexical que podem ser fortes ou fracos. Traços fortes não podem ser eliminados no componente fonológico. Deve ser lembrado que traços fortes não podiam ser introduzidos no componente coberto porque acesso ao léxico se encerrava em Spell-out no modelo de Chomsky (1993). Assim, a maneira de impedir que um traço forte chegasse ao componente fonológico seria por meio da sua eliminação antes de Spell-out através da operação de checagem, possível via Mesclar ou Move. Se a operação de Mesclar não fosse suficiente para garantir uma derivação convergente, então se aplicava Move que

resultava num movimento visível.

As operações de checagem são consideradas cegas na sua aplicação, no sentido de que não dependem de uma instrução particular. Na versão atual, a checagem diz respeito a traços formais dos itens lexicais e não a categorias; Mover- α deve ser entendida como Mover-F, ou seja, mover traços formais. A idéia geral na abordagem Mova-F é que razões morfológicas forçam o transporte dos traços semânticos e fonológicos juntos com os traços formais, que estão submetidos à operação de checagem. No entanto, os traços semânticos e fonológicos são invisíveis para a operação de checagem, ou seja, ela é cega a esses traços. Assim uma operação de checagem pode ignorar a parte fonológica de um traço forte e operar somente com a sua parte formal.

2.6. Domínios

A operação de checagem opera sob determinadas condições. Não é verdade que qualquer categoria possa se mover para qualquer posição ainda que essa posição tenha um traço que deva ser checado pela categoria movida. Por essa razão, entre outras, a noção de domínio desempenha um papel importante na implementação do Modelo Minimalista. Em Chomsky (1993:11-14), as relações gramaticais são especificadas em termos das noções definidas abaixo.

(3) *Max*(α)

A menor projeção máxima completa dominando α

(4) *Domínio de α* ($\delta(\alpha)$)

O conjunto de categorias contidas em *Max*(α) que são distintas de α e não contém α .

(5) *Domínio do Complemento de α* (*Compl*($\delta(\alpha)$))

O subconjunto de $\delta(\alpha)$ reflexivamente dominado pelo complemento de α .

(6) *Resíduo de α* (*Res* (α)):

O subconjunto K de $\delta(\alpha)$ tal que K é o complemento de *Compl*($\delta(\alpha)$)

(7) *Domínio Mínimo de α* (*Min* ($\delta(\alpha)$))

O menor subconjunto K de $\delta(\alpha)$ tal que para qualquer γ pertencente a $\delta(\alpha)$, algum

β pertencente a K reflexivamente domina γ

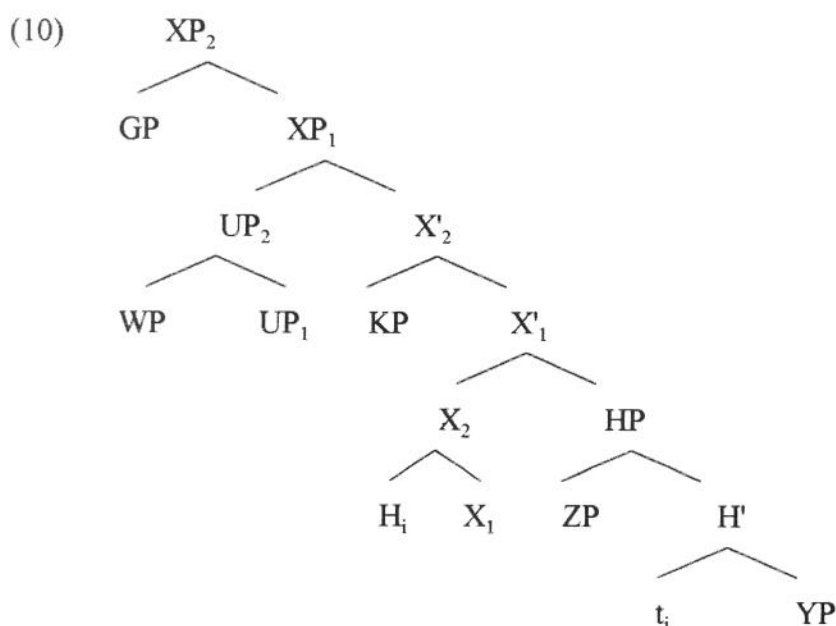
(8) *Domínio Interno de α ($Int(\delta(\alpha))$)*

O menor subconjunto K do $Compl(\delta(\alpha))$ tal que para qualquer γ pertencente a $Compl(\delta(\alpha))$, algum β pertencente a K reflexivamente domina γ

(9) *Domínio de Checagem de α ($Chec(\delta(\alpha))$)*

O menor subconjunto K de $Res(\alpha)$ tal que para qualquer γ pertencente a $Res(\alpha)$, algum β pertencente a K reflexivamente domina γ

Observemos como essas definições se estruturam num marcador frasal do tipo em (10) no qual o núcleo H se adjunge ao núcleo X:



Vamos observar primeiro a categoria que tem como núcleo de projeção X, a categoria de dois segmentos $X([X_2 X_1])$. $Max(X)$ é a categoria de dois segmentos $XP([XP_2 XP_1])$; $\delta(X) = \{GP, [UP_2 UP_1], WP, KP, H, HP\}$ e mais qualquer categoria que essas categorias dominem; $Compl(\delta(X))$ é HP e mais qualquer categoria que HP domine; $Res(X) = \{GP, [UP_2 UP_1], WP, KP, H_i\}$ e mais qualquer outra categoria que essas categorias dominem; $Min(\delta(X)) = \{GP, [UP_2 UP_1], WP, KP, H_i, HP\}$; $Int(\delta(X))$ é HP; e $Chec(\delta(X)) = \{GP, [UP_2 UP_1], WP, KP, H_i\}$.

Voltando agora a atenção para o núcleo H, devem ser considerados dois domínios diferentes definidos derivacionalmente, a saber, quando H entra na

derivação e quando H se move para formar a cadeia $CH = (H_i t_i)$. Antes do movimento, $\text{Max}(H)$ é HP; $\delta(H) = \{ZP, YP\}$ e mais qualquer categoria que essas categorias dominem; $\text{Compl}(\delta(H))$ é YP e qualquer categoria por ela dominada; $\text{Res}(H)$ é ZP e mais qualquer categoria por ela dominada; $\text{Min}(\delta(H) = \{ZP, YP\})$; $\text{Int}(\delta(H))$ é YP; e $\text{Chec}(\delta(H))$ é ZP. Depois do movimento de H, essas noções passam a considerar a cadeia $CH = \{H_i, t_i\}$. $\text{Max}(CH)$ é a categoria de dois segmentos $XP[XP_2, XP_1]$; $\delta(CH) = \{GP, [UP_2, UP_1], WP, KP, ZP, YP\}$ e mais qualquer categoria por elas dominadas; $\text{Compl}(\delta(CH)) = \{ZP, YP\}$ e mais qualquer categoria por elas dominadas; $\text{Res}(CH) = \{GP, [UP_2, UP_1], WP, KP\}$ e mais qualquer categoria por elas dominadas; $\text{Min}(\delta(CH)) = \{GP, [UP_2, UP_1], WP, KP, ZP, YP\}$; $\text{Int}(\delta(CH)) = \{ZP, YP\}$; e $\text{Chec}(\delta(CH)) = \{GP, [UP_2, UP_1], WP, KP\}$.

Como se observa, no sistema de Chomsky (1993) o domínio de checagem de um núcleo X, conforme definido em (9), é um conjunto heterogêneo, envolvendo (i) o especificador de X que estabelece com X ou uma relação- θ ou uma relação de checagem; (ii) projeções máximas adjungidas ao especificador de X, que talvez entrem numa relação de checagem com X; (iii) núcleos adjungidos a X, que entram numa relação de checagem com X; (iv) projeções máximas adjungidas a X' ou XP, que parecem não estabelecer com X nem relação- θ nem relação de checagem. Na versão de Chomsky (1995: sec.7.2 p.11), a noção de domínio de checagem é restringida pela formulação de que um elemento adjungido a uma categoria X não-mínima (projeção máxima ou intermediária) não está no domínio de checagem do núcleo X. Assim, a definição passa a ser a seguinte:

(11) *Domínio Mínimo de α ($\text{Min}(\delta(\alpha))$):*

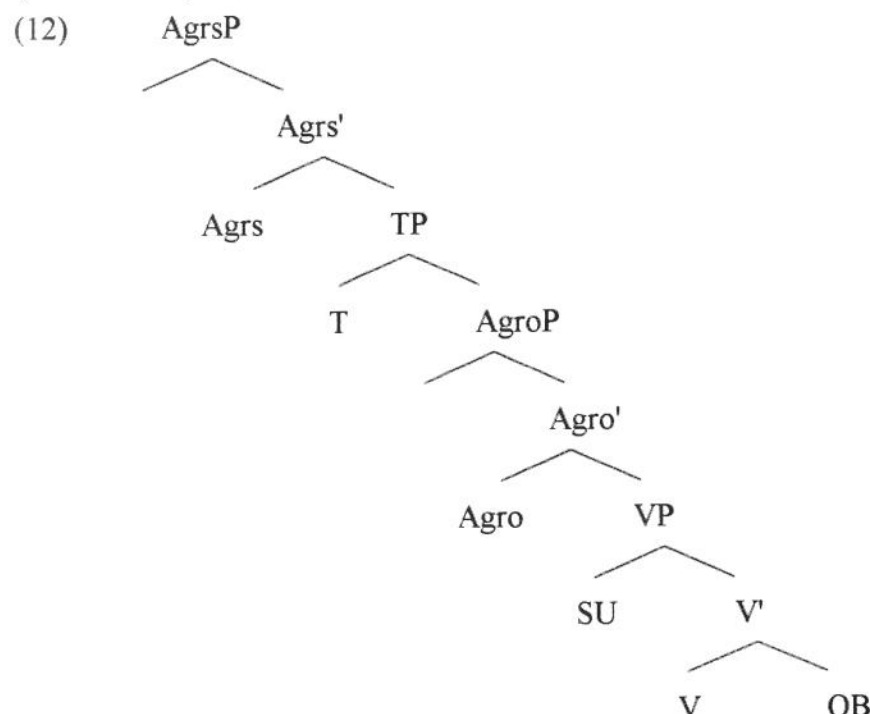
O subconjunto K de $\delta(\alpha)$ tal que para qualquer λ pertencente a $\delta(\alpha)$,

(i) λ não está adjungido a uma projeção não-mínima de α

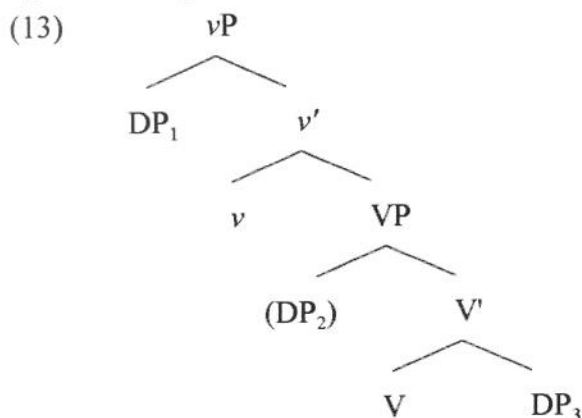
Essa restrição elimina do domínio os elementos adjuntos a X não-mínimo, de sorte que retornando a (10), o domínio da categoria de dois segmentos $[X_2, X_1]$ é o conjunto $\{[UP_2, UP_1], H, HP\}$; seu domínio de checagem é $\{[UP_2, UP_1], H\}$; o domínio mínimo da cadeia $CH = (H_i t_i)$ é o conjunto $\{[UP_2, UP_1], ZP, YP\}$ e o domínio de checagem é $\{[UP_2, UP_1]\}$. Como consequência dessa restrição, o domínio mínimo e de checagem de H continuam os mesmos antes e depois da subida de H para X.

2.7. A estrutura do VP

A estrutura do VP em Chomsky (1993:7) é concebida como a do tipo apresentado em (12). Ela incorpora a Hipótese do Sujeito interno a VP na linha de Fukui e Speas (1986), Kuroda (1988), Koopman e Sportiche (1991), entre outros; incorpora também a versão de INFL explodida, conforme Pollock (1989) e Chomsky (1988/1991). Em árvore temos a seguinte representação:



Em Chomsky (1995: sec. 7.2), (12) é modificada em favor de uma estrutura que inclui aspectos da teoria de Larson (1988) do VP em camadas (VP shells), bem como a teoria da estrutura argumental de Hale e Keyser (1993). Considerando apenas o aspecto do sujeito interno a VP, temos a seguinte configuração:



Os elementos de (13) devem ser entendidos da seguinte forma. *v* é um verbo

leve que toma como complemento VP; os DPs dominados por VP são argumentos internos e o DP no especificador de vP é o argumento externo. A configuração v -VP (Chomsky (1995: sec.6)) determina o papel agentivo ou causativo do argumento externo. Os verbos inergativos e verbos transitivos de um único argumento são projetados de acordo com essa estrutura. Os transitivos de um único argumento são considerados transitivos com argumento interno silencioso. Os verbos inacusativos fazem uso apenas da camada VP na sua projeção.

Essa modificação não é uma renomeação da estrutura anterior, na verdade vai servir de base para várias modificações na arquitetura do modelo, entre as quais, a eliminação de categorias funcionais como Agro.

2.8. Projeções de Agr

A introdução de uma categoria Agr é motivada por razões internas à teoria, pois não recebe interpretação independente nos níveis de interface (Chomsky, 1995: sec. 10.1 p.12). A introdução de Agro em Chomsky (1991) a partir de Pollock (1989) tinha a função de uniformizar a operação de checagem relativa ao sujeito e ao objeto. No sistema de Chomsky (1993), o objeto sobe para o especificador de Agro em algum ponto da derivação e checa seu Caso e traços- Φ na categoria formada pela adjunção de V a Agr, conforme apresentada em (14):

(14) [_{Agro} V [_{Agro} Agro]]

Chomsky (1995: sec.10.1) sugere que somente categorias funcionais que recebem interpretação na interface devem ser postuladas (mas ver 2.5). O desafio que se coloca a partir daí é como resolver as questões relacionadas às propriedades estruturais e de checagem supostamente dependentes de Agro no sistema de Chomsky (1993). Essas propriedades são resumidas abaixo:

(15)

- a. Agro medeia a relação de checagem entre traços de Caso de traços- Φ do verbo, e traços de Caso e traços- Φ do objeto;
- b. Agro fornece uma posição estrutural para um objeto checar seus traços em FL
- c. Agro fornece uma posição estrutural para um objeto checar seus traços na sintaxe

visível em línguas que admitem movimento visível do objeto.

A solução para dispensar (15.a) e (15.b) é obtida em Chomsky (1995: sec.10.1) por meio dos seguintes processos. O objeto DP entra em relação de checagem diretamente com o verbo leve v ou com o complexo formada pela adjunção de V a ele, conforme apresentado em (16 abaixo):

(16) [_v V [_v v]]

Pela definição de domínio de checagem apresentada anteriormente, se o objeto se adjunge ao verbo leve ou ao complexo verbal do qual esse verbo é o núcleo, esse objeto estará no domínio de checagem onde seus traços podem ser checados. Se o objeto se adjunge a (16) em LF, estará no domínio do verbo leve e da cadeia ($V_i t_i$). Por conseguinte, não é necessário postular nenhuma posição Agro associada a essa operação de checagem em LF. Falta resolver a situação de (15. c).

Para eliminar (15.c), Chomsky (1995: sec.10.1) assume que um dado núcleo pode licenciar mais de um especificador, dependendo dos traços que entram na sua composição. Ele propõe um traço forte no verbo leve v que provoca movimento do objeto para seu especificador, em línguas que apresentam movimento visível de objeto. Esse traço forte permite a projeção de um especificador "mais externo" para o qual o objeto deve se mover.

No que se refere a Agrs, Chomsky (1995: sec.10.1) aplica o mesmo raciocínio que permitiu a eliminação de Agro. Agora é a T que se atribui um traço forte, que o habilita a projetar um especificador mais externo. Diferentemente do verbo leve que requer um especificador por razões associadas a atribuição temática, T não exige um especificador. Desse modo um especificador para esse núcleo é sempre determinado pela presença de um traço forte em sua constituição. Em línguas como o inglês, o sujeito sobe (na sintaxe visível) para o especificador de TP para checar o traço-D forte de TP. Esse movimento também cria as condições para que o sujeito e T chequem seus traços de Caso. Em LF, o núcleo verbal complexo em (16) sobe para T originando a estrutura apresentada em (17):

(17) [_T [_v V [_v v]] [_T T]]

Nesse construção o sujeito se encontra no domínio de checagem da cadeia ($v_i t_i$), o

que torna possível checar os traços- Φ dessa cadeia com os traços- Φ do sujeito.

A eliminação de Agrs cria um problema para acomodar as construções transitivas expletivas do escandinavo (Jonas & Bobaljik, 1993), nas quais o sujeito parece se alojar no especificador de TP e o expletivo no especificador de Agrs. Chomsky observa que esse tipo de construção se apresenta quando EPP funciona, e quando T tem um traço forte, que é riscado quando checado por DP ou NP em [Spec, T]. Propõe que traços fortes possam ser parametrizados quanto ao número de vezes que podem ser checados, apresentando a seguinte linha de argumentação:

Suponha que a derivação tenha atingido o estágio TP com T forte, e a numeração contém um expletivo (EXP) ainda não usado. Então, EXP pode ser inserido por Mesclar para satisfazer EPP, e temos a construção comum expletivo-associado. O traço forte de T é riscado e, ademais, apagado, uma vez que a derivação converge. Por conseguinte, MSCs (construções com múltiplos especificadores) só existem se T tiver uma propriedade parametrizada (...) que permite que um traço [-Interpretável] - nesse caso o traço [nominal] forte escape de ser riscado quando checado. Se a opção for selecionada, então deverá haver uma construção com múltiplos especificadores, com $n+1$ Specs se a opção é exercida n vezes. Em uma língua com EPP e sem construção de múltiplos Specs, o traço forte de T é introduzido na derivação com $n=0$, donde riscado quando checado. Em islandês, $n=0$ ou $n=1$, os fatos descritivos indicam; no último caso T tem dois Specs. (Chomsky, 1995: sec. 10.1: 20³) (tradução minha).

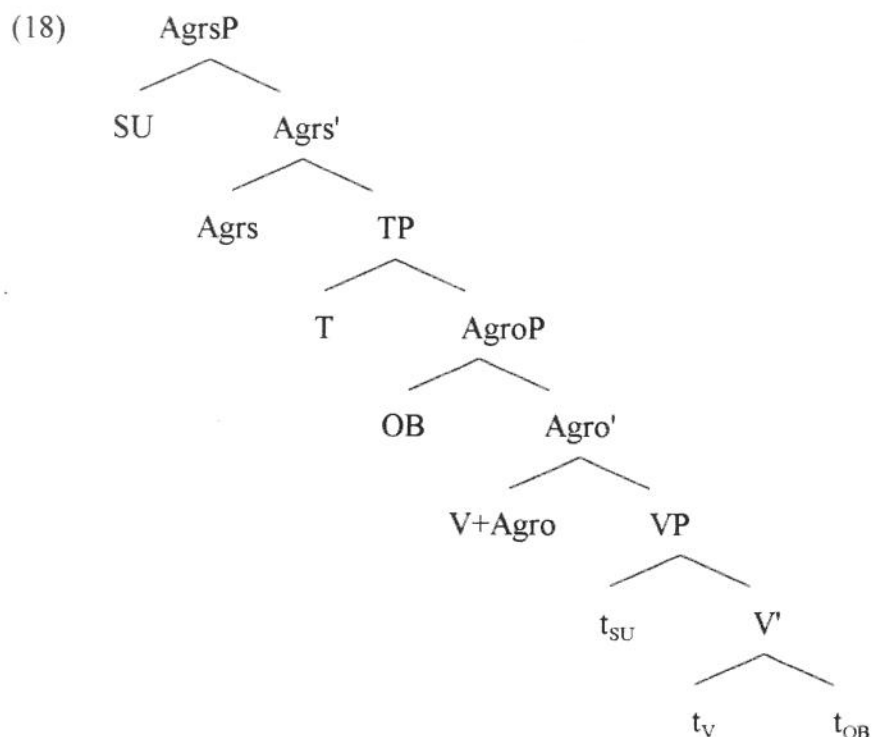
2.9. Restrições a movimento: localidade

Chomsky (1995:sec10.2p.21) observa que para acomodar a mudança de uma teoria baseada em Agr para uma teoria baseada em múltiplos SPECs, torna-se necessário simplificar as noções de equidistância e proximidade que entram na definição de Attract/Move. No sistema de Chomsky (1993) (ver Nunes, 1995), o objeto se move para Spec de Agro, pulando o sujeito (ou seu traço); por sua vez, o

³ Suppose that the derivation has reached stage TP with T strong, and the numeration contains an unused expletive EXP. Then EXP can be inserted by Mesclar to satisfy EPP, and we have an ordinary expletive-associate construction. The strong feature of T deletes and furthermore erases, since the derivation converges. Hence explicit MSCs exist only if T has a parametrized property (...), which allows a [-Interpretable] feature - in this case, the strong [nominal-] feature - to escape deletion when checked. If the option is Selected, then there must be a multiple-SPEC construction, with $n+1$ SPECs if the option is exercised n times. In a language with EPP but no MSCs, the strong nominal feature of T is introduced into the derivation with $n=0$, hence deleted when checked. In Icelandic, $n=0$ or $n=1$, the descriptive facts indicate; in the latter case, T has two SPECs.

"delete" foi traduzido como riscar para contrastar com "erase", traduzido como apagar.

sujeito na subida para Agrs pula o objeto no Spec de Agrs. Esses movimentos estão representados no diagrama em (18). Esse tipo de cruzamento deveria produzir violação de Minimalidade Relativizada nos termos de Rizzi (1990).



Para resolver essa violação, Chomsky (1993:17-19) desenvolve a noção de equidistância. Essa noção considera dois alvos possíveis de alojar uma categoria movida. Em (19) temos a definição, com α e β alvos de movimento e γ a categoria que se move:

(19) *Eqüidistância*

Se α e β estão no mesmo domínio mínimo, estão equidistantes de γ

Aplicada essa definição à derivação de uma sentença transitiva do inglês, observa-se que o cruzamento do objeto e sujeito é tornado lícito. O sujeito se move na sintaxe visível para Spec de Agrs sem problemas porque o objeto não se move na sintaxe visível. Em LF, o verbo se move para Agro, resultando na cadeia CH=(V_i, t_i), ilustrada no diagrama acima. Agora o domínio mínimo da cadeia abrange o Spec de Agro, Spec de VP e o objeto. Veja que nesse estágio da derivação, o Spec de Agro e o Spec de VP (α e β) estão no mesmo domínio mínimo, e, portanto, estão equidistantes do objeto (γ). Com isso, o Spec de VP (com o traço do sujeito) não bloqueia o movimento do objeto.

A inversão da posição do sujeito e objeto é bloqueada porque não produz uma derivação convergente, mesmo que o sujeito tenha Caso acusativo e o objeto Caso nominativo, obviando a incomutabilidade de traços. Se o sujeito se move para Spec de Agro, não haverá depois nenhum momento da derivação em que se obtenha um domínio mínimo que inclua Spec de Agra, Spec de Agro e Spec de VP, de modo que eles se encontrem equidistantes do objeto, como o devem estar alvos possíveis de movimento. Se por exemplo, Agro se move para cima formando a cadeia $CH=(Agro_i, t_j)$, Spec de VP não pertence ao domínio mínimo dessa cadeia. Resulta, assim, que o traço do sujeito em Spec de VP está "mais próximo" de Agra do que do objeto. Movimento direto do objeto sobre o sujeito em Spec de Agro violaria a Condição de Menor Elo (Minimal Link Condition) conforme apresentada em Chomsky (1994:14).

Essa condição determina que uma derivação deve proceder sempre com os "passos mais curtos possíveis" (shortest steps). Essa proposta bloqueia sentenças do tipo em (20) com o sentido de 'he saw her', um resultado desejado:

(20) 'Him saw she'

A reformulação em Chomsky (1995: sec.10.2) elimina a referência a alvos de movimento. Para isso, domínios mínimos são agora computados em relação a cadeias triviais (sem movimento) e não em relação a cadeias não triviais (resultantes de movimento). Agora a relação de "proximidade" (closeness) pode ser definida em termos de uma noção absoluta de equidistância (cf. Nunes). Em (21) a reformulação é apresentada em termos de proximidade:

(21) *Proximidade*

α está mais próximo de γ do que β está, sse

(i) α c-comanda β ; e

(ii) α não está no mesmo domínio mínimo que β ou γ

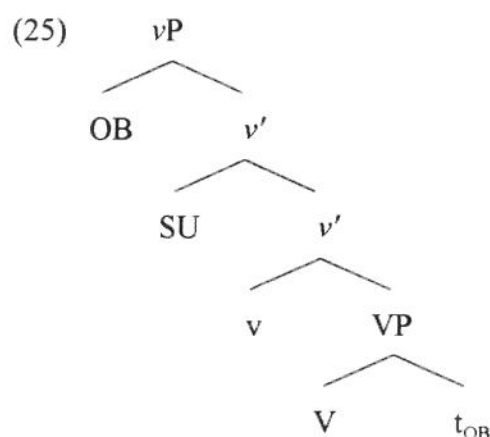
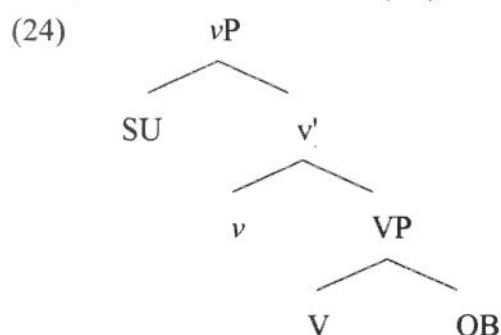
Segue-se uma análise de como a definição da Condição de Menor Elo funcionaria com a nova estrutura sentencial proposta em Chomsky (1995), tomando como ponto de partida a noção de proximidade (cf. Nunes):

(23) *Condição de Menor Elo*

α não pode se mover para uma posição γ para checar um traço F se há um elemento β tal que:

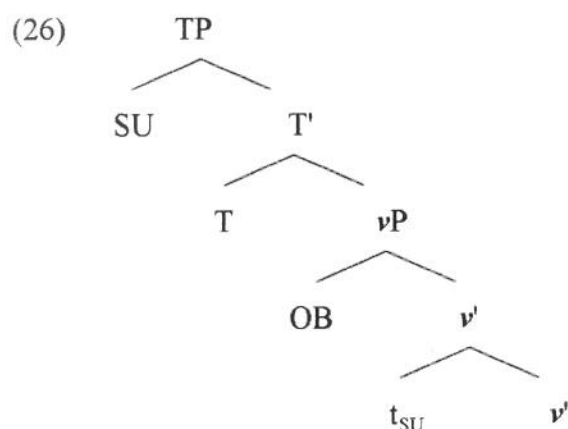
- (i) β é capaz de checar F; e
- (ii) β está mais próximo de γ do que α está.

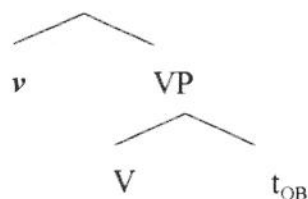
Seja uma dada derivação, continua Nunes, no ponto em que o VP em (29) esteja montado. Suponha que a língua em consideração tenha movimento visível de objeto. No modelo de Chomsky (1995), isso quer dizer que o verbo leve tem um traço-D forte que provoca movimento visível do objeto para o Spec "mais externo" de v , como ilustrado em (25).



A questão que se coloca é se o sujeito em (25) não bloqueia a formação da cadeia $CH=(OB, t_{OB})$. De acordo com a definição de Proximidade em (22), SU não está mais próximo de t_{OB} do que OB porque SU e OB estão no mesmo domínio mínimo do verbo leve. Por conseguinte, não há nenhuma violação da Condição do Elo Mínimo, quando o objeto cruza o sujeito em estruturas do tipo em (25).

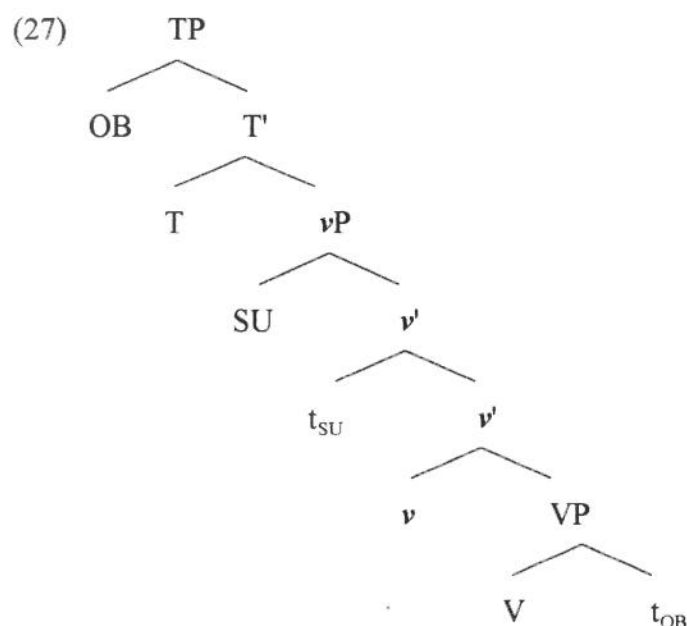
O passo seguinte é o movimento do sujeito para Spec de TP, cruzando o objeto no Spec mais externo do verbo leve, segundo ilustra o diagrama em (26):





Em virtude do fato de que OB e t_{SU} se encontram no mesmo domínio mínimo do verbo leve, OB não está mais próximo de Spec de TP do que t_{SU} , e movimento de SU para Spec de TP passando sobre OB é legítimo em termos da Condição de Elo Mínimo.

Agora, se um sujeito com Caso acusativo se move do Spec mais interno de vP para o mais externo, um objeto com Caso nominativo que se mova para Spec de TP vai produzir violação da Condição de Elo Mínimo. Seja a representação em (27):



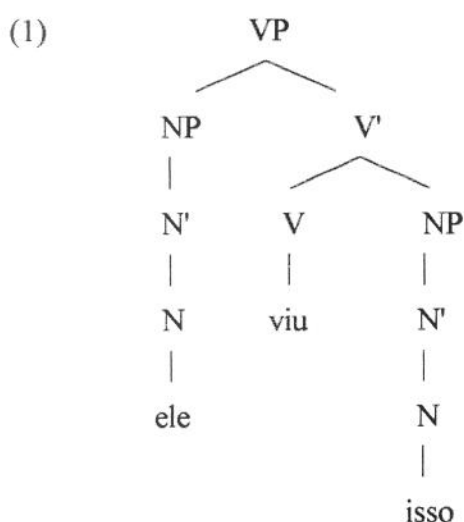
Em (27) SU e t_{SU} c-comandam t_{OB} , logo a cadeia $CH=(OB, t_{OB})$ é bloqueada. Com esse resultado, elimina-se, conforme desejado, a derivação de cadeias do tipo em (20) acima.

2.10. Estrutura frasal despojada/Teoria-X' despojada (Bare phrase structure)

Chomsky (1994); 1995: cap. 4) desenvolve uma versão da Teoria-X' mais no espírito do Programa Minimalista. Elimina, por exemplo, redundâncias decorrentes da superespecificação categorial dos item lexicais que eram codificadas pelo símbolo categorial e pelo próprio item lexical dominado imediatamente por esse símbolo. Elimina também a distinção uma barra de categorias não ramificantes.

A operação Mesclar trabalha diretamente com os itens lexicais retirados da numeração, na formação de novos objetos. Por exemplo, α e β combinados formam um novo objeto K. Se α projeta, o rótulo de K será determinado por α ; se β projeta, então, β é que vai determinar o rótulo de K.

Nessa nova concepção, um marcador frasal correspondendo, por exemplo, ao VP=[ele viu isso] em (1) é formado da seguinte forma: depois de selecionado da numeração *viu e isso* se mesclam e *viu* projeta formando o objeto X em (2.a); depois *ele*, é selecionado da numeração e mesclado com X, que projeta, formando Y em (2.b); como o objeto X é uma projeção, o objeto Y, tem na verdade a constituição dada em (2.c). O rótulo de Y é tomado como sendo o núcleo de X e não o próprio objeto X em função de fato de Y ser interpretado como uma frase com as propriedades de *viu*.



- (2) a. X= { viu {viu, isso} }
 b. Y={viu {ele, X} }
 c. Y={viu {ele {viu {viu, isso} } } }

Para indicar o rótulo do objeto, tem sido usada a convenção de sublinhar o elemento que o define.

Eliminados os níveis uma barra de categoria não ramificantes, as noções de projeção máxima, mínima e intermediária são definidas derivacionalmente e relacionalmente. Assim, uma categoria que não projeta mais é uma projeção máxima. Uma categoria que não foi expandida de nenhum modo é uma projeção mínima (item lexical). Qualquer outra projeção é uma projeção intermediária. Projeções intermediárias são invisíveis na interface e para a computação.

Neste trabalho, contudo, será mantida a representação com rótulos categoriais da Teoria-X' clássica para melhor visualização. É apenas um artifício gráfico, que deve ser interpretado como a representação despojada exemplificada em (2).

3. Ordem linear

3.1. Configuração estrutural

Um pressuposto comumente aceito na teoria lingüística é que a GU permite que uma dada representação hierárquica seja associada com mais de uma ordem linear. Kayne (1994) avança uma teoria da ordem das palavras e da estrutura frasal que nega essa suposição.

Ele propõe que c-comando assimétrico num marcador frasal é invariavelmente mapeado em precedência linear. Essa noção é definida da seguinte forma (Kayne, 1994:4, 18):

(1) *C-comando Assimétrico*

α assimetricamente c-comanda β sse α c-comanda β e β não c-comanda α .

(2) *C-comando*

α c-comanda β sse α e β são categorias e α exclui β e toda categoria que domina α domina β .

Conforme formulada, a teoria de Kayne visava a atingir dois objetivos distintos. Um deles era apresentar princípios que derivassem as propriedades

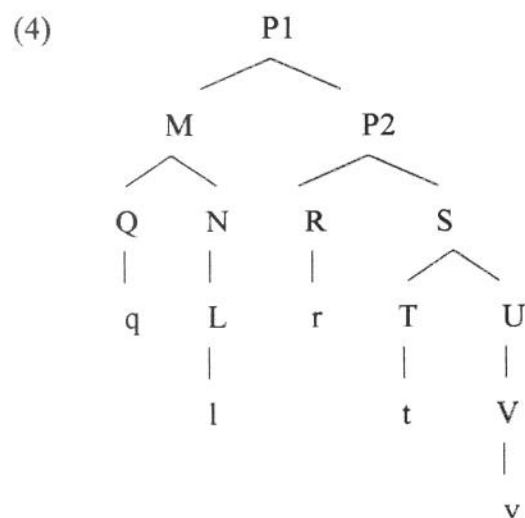
fundamentais da Teoria- X' padrão. O segundo tinha como meta fornecer as bases para uma teoria mais restritiva da ordem das palavras. Interessa-nos, nesse momento, esse segundo objetivo.

O mapeamento dos símbolos terminais de um marcador frasal em uma ordem linear é denominado de Axioma da Correspondência Linear (LCA), definido da seguinte forma (p. 33):

(3) *Axioma da Correspondência Linear*

Sejam X, Y símbolos não terminais e x, y terminais, de tal modo que X domina x e Y domina y. assim, se X assimetricamente c-comanda Y, x precede y.

Em vista dessa definição, considere a ordem linear que é determinada para os símbolos terminais do marcador frasal em (4), onde as letras maiúsculas representam os não terminais e as minúsculas os terminais (Kayne, 34):



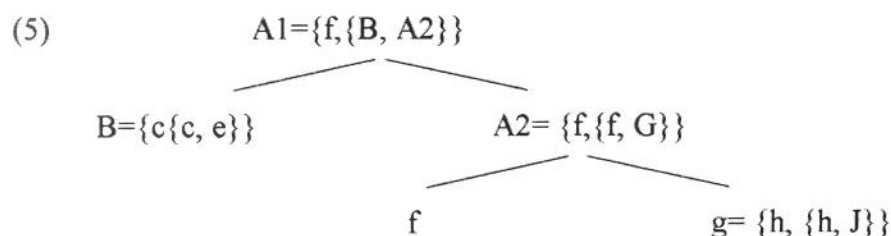
Em (4) Q assimetricamente c-comanda L, e de acordo com LCA q deve preceder l. Agora R c-comanda assimetricamente T, u e V, então r deve preceder t e v. T, por sua vez, assimetricamente c-comanda V, logo t deve preceder v. Considerando que N, S e U são complementos Kayne conclui que o núcleo sempre precede o seu complemento.

Quando se considera a ordem entre M e P a situação é um pouco diferente. Com P2 uma categoria diferente de P1, M assimetricamente c-comanda R, S, T, U, V, e os terminais q e l devem preceder r, t, v. Mas, P2 assimetricamente c-comanda Q, N, L, e os terminais r, t, v, devem preceder q, l. Essa é uma situação contraditória.

ria, constituindo uma violação da condição de assimetria. Assim, é impossível determinar uma ordem para os terminais de M em relação aos de P2.

Para resolver esse impasse Kayne (1994:17) considera que especificadores são, na verdade, adjuntos. Dado que c-comando é definido em termos de categoria e exclusão, o especificador/adjunto M c-comanda assimetricamente P2, a categoria a que se adjunge, mas P2 não c-comanda M porque é apenas um segmento de uma categoria de dois segmentos, que não exclui M.

A proposta de Kayne é incorporada por Chomsky (1994:30), que introduz modificações para ajustá-la à Teoria-X' despojada (Bare Phrase Structure). Chomsky mantém a distinção clássica entre especificador e adjunto e não distingue entre não terminais e terminais, dadas as condições da Teoria-X' despojada. Um marcador do tipo em (4) é reduzido para a seguinte representação em (5):



Para resolver a contradição entre o especificador (B) e sua irmã (A2) e garantir que c-comando assimétrico seja respeitado, Chomsky (1994:27) propõe que projeções intermediárias não entram em relação de c-comando. Com esse proviso, B assimetricamente c-comanda os constituintes de A2, e A2 não entra em relação de c-comando porque é uma projeção intermediária. A ordem linear é garantida com o especificador precedendo o núcleo.

Um problema residual permanece na reformulação dentro da Teoria-X' despojada, quando o complemento de um núcleo é uma categoria mínima e máxima (não ramificante). Nenhuma ordem linear pode ser mantida entre o núcleo e o complemento. Chomsky propõe duas saídas para essa questão, uma com base na Morfologia, e outra, no apagamento de elos para a linearização. A Morfologia converte dois núcleos em uma "palavra fonológica", e o LCA é aplicado depois da Morfologia e não enxerga a estrutura interna das palavras. A segunda considera que o complemento sempre se move nesses casos, e então não há razão para o LCA ordenar um elemento que vai desaparecer em FF.

3.2. Linearização

Kitahara (1995), Nunes (1994; 1995) argumentam que condições de economia são computadas também para operações do componente fonológico, de modo que algumas alternativas de derivação são excluídas por serem menos econômicas do que outras em termos do número de operações envolvidas.

Nunes (1995) justifica o apagamento de elos de cadeias como uma condição para que uma estrutura que contenha cadeias não triviais possa ser linearizada de acordo com LCA. Esse aspecto na determinação da ordenação linear das palavras é fundamental para justificar a proposta apresentada para as construções de posse. No que segue serão apresentados, de forma resumida, os aspectos da operação de linearização cruciais para a nossa proposta.

A operação de linearização envolve a operação de redução de cadeia, definida da seguinte forma por Nunes (1995:283):

(6) *Redução de Cadeia*

Apague o menor número de termos de uma cadeia CH não trivial para que a maior estrutura contendo CH produza a ordem linear de acordo com o LCA.

Esta operação é necessária para que evitar que a cabeça de uma cadeia e a sua cauda (o traço do elemento movido/copiado) não produzam ordenações contraditórias entre os termos de um marcador frasal. Conforme formulada, essa operação proíbe o apagamento espalhado ("scattered"), que permitiria a obtenção de comando assimétrico entre os termos de uma cadeia e uma sequência linear desses elementos.

O apagamento espalhado afeta seletivamente termos dos elos de uma cadeia não trivial, podendo produzir um marcador final adequado para a linearização. No entanto, esse procedimento resulta mais custoso, pois será necessário aplicar a operação Redução de Cadeias um maior número de vezes, um resultado menos econômico.

A Redução de Cadeia tem como alvo os traços (caudas) e não os núcleos (cabeças) da cadeia, por razões de economia. O apagamento das cabeças e a manutenção dos traços exigiria a aplicação de operações suplementares de

apagamento para garantir Interpretação Plena em FF. O elo da cauda de uma cadeia tem traços formais não checados que precisam ser eliminados (contra Chomsky, 1995). A cabeça da cadeia ao entrar em relação de checagem com a categoria atratora tem seus traços formais [-interpretáveis] checados e tornados invisíveis para operações do componente fonológico. Apagada a cabeça da cadeia e mantida a cauda, uma nova operação de apagamento é necessária para eliminar os traços não checados da cauda, forçando a aplicação da operação de eliminação de traços formais. Essa operação tem o seguinte desenho (Nunes, 1995:99).

(7) *Eliminação de Traços Formais (Eliminação-FF)*

Dada a sequência de pares $\sigma = \langle (F,P)_1, (F,P)_2, \dots, (F, P)_n \rangle$ tal que σ é o resultado da Linearização, F é um conjunto de traços formais e P um conjunto de traços fonológicos, apague o menor número de traços de cada conjunto de traços formais para que σ satisfaça Interpretação Plena.

Como se nota, o apagamento do elo da cauda pela operação de Redução de Cadeia evitaria a necessidade da aplicação da operação Eliminação-FF. Por ~~essa~~ computação, a manutenção da cauda provoca um maior custo derivacional.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA DE POSSE NO SINTAGMA NOMINAL

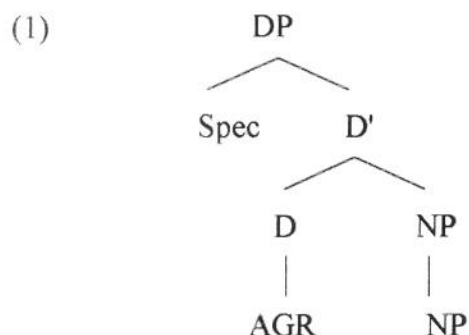
1. A hipótese DP

A partir das formulações apresentadas em *Barreiras* (Chomsky, 1986a) para integrar no modelo da teoria X-barra as categorias frasais S e S-barra, o estudo das categorias funcionais ganha grande impulso na investigação sintática (cf. Raposo, 1993). Pollock (1989), num influente artigo, propõe a implosão da categoria IP em dois novos constituintes TP e AGRP, que equivale a analisar os morfemas de Tempo e Concordância como duas entidades sintáticas distintas, responsáveis cada uma delas pela projeção de uma categoria frasal. A proposta de Pollock é reformulada por Chomsky (1989), que propõe a distinção de duas categorias AGRs, uma relacionada com o sujeito e a outra com o objeto (derivando dessa última o acordo do particípio passado em francês, cf. Kayne, 1985).

Na esfera do sintagma nominal, destaca-se o trabalho de Abney (1987), que propõe um sintagma determinante (DP) no lugar do sintagma nominal clássico (SN), permitindo um tratamento menos simplificado das questões atinentes ao sintagma nominal, restaurando o interesse para a investigação dessa categoria sintática, que era, em geral, apresentada como isenta de complexidade interna.

1.1. A proposta de Abney (1987)

Abney desenvolve uma proposta para a estrutura do sintagma nominal que considera a existência de uma categoria funcional, um AGR nominal, que se realiza no núcleo D(eterminante) e toma o sintagma nominal (NP, projeção de um núcleo N) como complemento. Nessa formulação, comumente denominada Hipótese DP, o determinante, que no modelo clássico era gerado na posição Spec NP passa a ser núcleo de uma projeção própria. O diagrama (1) representa essa nova proposta.



A estrutura em (1) está associada aos seguintes processos: D seleciona funcionalmente uma projeção de N (cf. Fukui & Speas, 1988); sua função, quando preenchido, é especificar a referência de um sintagma nominal, de maneira semelhante à INFL no sistema verbal (VP/IP) que localiza um determinado evento no tempo. O elemento AGR em D atribui Caso genitivo ao nome ou possessivo na posição de Spec DP.

Em virtude da possibilidade, permitida por essa estrutura, de derivar cadeias agramaticais do tipo em (2):

- (2) a. *Mary's the car
b. *My the book

Abney postula que AGR em D não co-ocorre com determinantes realizados lexicalmente, ou seja, AGR e D lexical se encontram em distribuição complementar. Assim, fica eliminada a possibilidade de licenciamento de nomes e possessivos no Spec DP quando D está preenchido lexicalmente. Essa restrição se aplicaria igualmente ao francês, ao espanhol e ao alemão, línguas que não aceitam a co-ocorrência do artigo e possessivo (fr. *mon le livre/*ma la serviette; esp. *mi el nino/*mi la chica; al. *mein der Wagen/ *meine die Tasche).

Como se nota, uma sequência do português tal como as listadas em (3) constitui problema para a estrutura DP apresentada acima.

- (3) a. o meu livro
b. aquele seu livro

Para o português, não vigora a restrição de co-ocorrência do núcleo AGR em D atribuidor de Caso genitivo, que licencia um possessivo, e um determinante

lexicalmente preenchido. Assim sendo, a organização derivacional descrita em (1) produz uma ordenação inversa dos itens artigo e possessivo:

- (3) a'. *meu o livro
b'. *seu aquele livro

Em (3.a'-b'), o possessivo precede o artigo ou o demonstrativo, o que não é possível em português e outras línguas que admitem esse tipo de co-ocorrência como o húngaro (cf. Zsabolcsi, 1983, 1994) o romeno (cf. Dobrovie-Sorin, 1987), o italiano (Giorgi & Longobardi, 1991), o catalão (Picallo, 1994) ou o finlandês (Tor Aschan, s/d)

No modelo teórico da Regência e Ligação no qual a hipótese DP foi formulada, não é possível traduzir os fatos do português, tomando a derivação do sintagma nominal em termos da estrutura (1). O possessivo teria necessariamente que receber Caso genitivo em Spec DP e o resultado é uma seqüência inexistente na língua, denunciando a impropriedade da derivação proposta e a necessidade de reformulação.

1.2. A Proposta de Szabolcsi (1983;1994)

A partir dos pontos em comum apresentados pelo húngaro na relação possuidor no sintagma nominal e sujeito na sentença, Szabolcsi propõe uma estrutura para o sintagma nominal que incorpora um núcleo de concordância e um núcleo determinante distintos. Ela toma como motivação básica o fato de as marcas de concordância e de caso do possessivo terem realização morfológica no nome, demonstrado nos exemplos seguintes. Os pronomes possessivos têm a mesma forma dos pronomes pessoais no nominativo (ausência de flexão), o que interpretado como indicação de que o caso do possuidor é nominativo como o do sujeito sentencial. (Glosas traduzidas do inglês. POS indica sufixo de posse; NOM indica nominativo, que não tem realização fonética):

- (5) a. az én-0 kalap - om
o eu(-NOM) chapéu-POS.1SG
'o meu chapéu'
b. a te-0 kalap-od

- o tu(-NOM) chapéu-POS.2SG
 'o teu chapéu'
- c. az ó-0 kalap-ja
 o ele/ela(-NOM) chapéu-POS.3SG
 'o seu chapéu'
- d. (a) Mari(-NOM) kalap-ja
 (o) Mari(-NOM) chapéu-POS.3SG
 'o chapéu de Maria'

Zsabolcsi observa que a morfologia dos sintagmas nominais envolvendo relação de posse refletem precisamente a morfologia da sentença. Observe-se no exemplo (6) abaixo que o sujeito sentencial é morfologicamente idêntico ao sujeito nominal em (5.d), e que as marcas morfológicas de concordância sujeito-verbo realizadas no verbo são idênticas às realizadas no nome (PAS indica passado):

- (6) Mari(-NOM) alud -t -0
 Mari(-NOM) dorm- PAS.3SG
 'Maria dormiu'

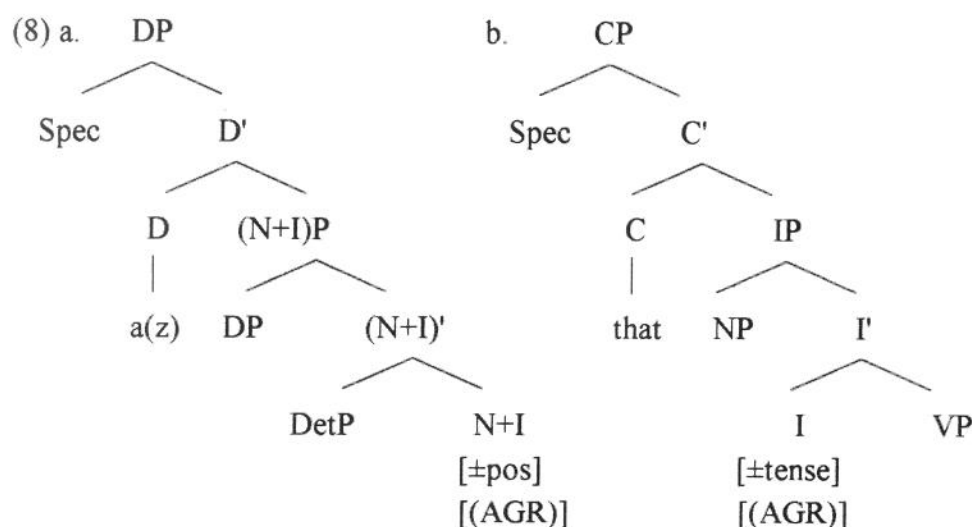
Com base nesse paralelismo observado na morfologia de concordância envolvendo sujeitos nominais [NP NP] e sujeitos sentenciais [NP IP], essa autora propõe que em húngaro o sintagma nominal tem ele próprio o seu núcleo INFL. Desse modo, fica clara a relação estreita entre sentença e sintagma nominal. A sentença dispõe de um núcleo INFL que atribui Caso nominativo ao sujeito, a depender de certas especificações dos traços morfológicos que o compõem. O sintagma nominal dispõe de um núcleo INFL que atribui Caso nominativo ao sujeito nominal conforme a especificação do morfema de posse [+/-POS].

Além do Caso nominativo, os possessivos em húngaro podem receber ainda outro tipo de Caso, nomeadamente, o dativo. Nessa alternativa, o possessivo precede o artigo:

- (7) a. én- nek- em a vendég - e -m
 eu-DAT-1SG o convidado-POS.1SG
 'o meu convidado'

- b. tu-nek-ed- a vendég - e- 0
 tu-DAT-2SG o convidado-POS.2SG
 'o teu convidado'

Em função da diferença de Caso entre os dois tipos de estruturas envolvendo o possessivo e a posição relativa ao artigo (a/az), Szabolcsi propõe que há duas posições distintas onde os possessivos se realizam. Traduzido no modelo de *Barreiras* (Chomsky, 1986b), o paralelismo entre sintagma nominal e sentença é estrito como apresentado em (8) (cf. Szabolcsi (1994: 22.(a-b)):



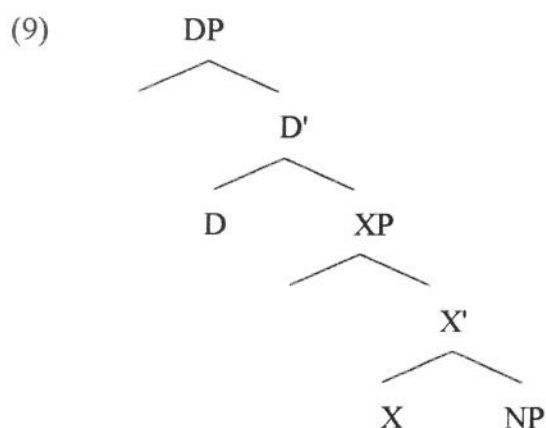
Nessa proposta, a estrutura do sintagma nominal (húngaro) é equivalente à da sentença: contém flexão (INFL) e tem um determinante como núcleo (DP=CP). Além disso, os determinantes são divididos em dois grupos, e somente o artigo (a(z)) pertence à categoria D que encabeça o sintagma nominal; a outra categoria abrange determinantes que ocupam a posição DetP na árvore acima. Deve ser notado que o elemento flexional I não tem uma projeção independente mas forma um composto com N¹.

¹ Szabolcsi motiva essa decisão em termos de atribuição de papel-0 e Caso nominativo ao DP possuidor e da sua interação em escopo com o possuído quantificado.

1.3. A hipótese DP em português

Uma análise do sintagma nominal é desenvolvida em Cerqueira (1993), que trata especialmente da alternância da forma possessiva *seu* e da genitiva *dele*. O sintagma nominal é visto como uma construção mais articulada, que inclui, além do núcleo nominal, duas categorias funcionais (Boff, 1991). Essa decisão era motivada pelos dados empíricos, que forçavam a inclusão de posições específicas na estrutura nominal para certos constituintes, numa análise baseada nos pressupostos do modelo de investigação linguística fomentados a partir dos desenvolvimentos de Barreiras.

Essa proposta de Cerqueira para a estrutura do DP em português tomou por base o trabalho de Abney (1987) para o inglês e Szabolcsi (1983; 1994) para o húngaro. A estrutura do sintagma nominal passou a ter a representação seguinte, espelhando a estrutura sentencial (CP):



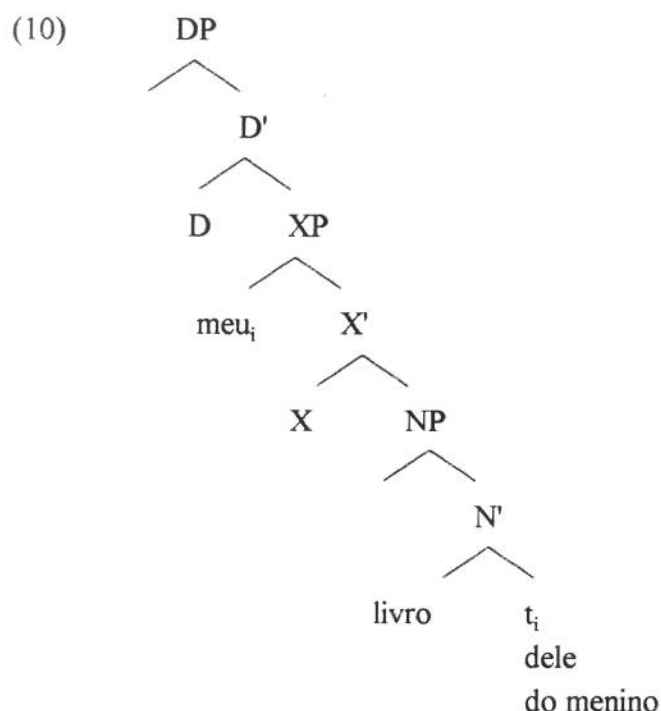
A categoria funcional X é tomada como o correspondente nominal do AGR da sentença numa versão da INFL implodida (cf. Pollock, 1989; Chomsky, 1988/1991).

A inclusão de mais uma categoria funcional para dar conta das construções nominais está plenamente de acordo com modo de pensar a teoria no momento, que via nas diferentes ordens manifestadas intra- e inter-lingüisticamente o reflexo da presença de categorias não lexicais. No lado empírico, vários estudos² envolvendo as línguas dos mais diferentes tipos, corroboravam a necessidade desses elementos.

Conforme se observa, agora é possível derivar a ordem dos constituintes do

² Ritter (1991) analisa o hebraico; Tang (1990), o chinês; Stephens (1992), o tregor, dialeto de bretão; Mallén, (1991), o espanhol; Valois, 1991, o francês; Dabrovie-Sorin (1987), o romeno, entre outros.

sintagma nominal em português, envolvendo a co-ocorrência do determinante (artigo e demonstrativo) e do pronome possessivo. O determinante se aloja em D e o possessivo, no especificador de XP. Essa posição do possessivo é derivada por movimento. A suposição é de que possuidor é gerado dentro da projeção de N, seja ele representado por uma forma possessiva ou por um sintagma nominal pleno (cf. Chomsky, 1986a; Abney 1987); a sua realização final pode ser *in situ* ou no especificador de XP, podendo variar na mesma língua ou entre línguas. O português só admite o acesso a esse especificador de formas possessivas; o inglês, (supondo equivalência de posição) e o húngaro atestam a ocorrência das duas formas de possuidor. Ilustramos esse processo a seguir



Essa estrutura ganhava evidência em seu favor, propiciada pela posição de adjacência do determinante e do possessivo pré-nominal, e pela posição dos adjetivos pós-nominais. A derivação da ordem nome adjetivo decorria naturalmente da subida de N para o núcleo X, subida essa motivada por razões morfológicas; a natureza afixal de X força a subida de N para servir de âncora. Essa solução permitia que os adjetivos em português fossem adjungidos à projeção máxima de N, à sua esquerda, constituindo um processo uniforme do mesmo tipo que regulava os adjetivos pré-nominais.

Essa proposta se mostrou também adequada para atender as restrições

impostas pela concepção formal do Programa Minimalista formulado em Chomsky (1992/1993), que deriva as diferentes posições lineares das construções (intra- e interlingüísticas), a partir da necessidade de checagem de traços morfológicos de categorias funcionais que compunham os constituintes.

Não obstante, a derivação do DP-possuidor nesses termos não se mostra adequada quando se inclui nas construções estudadas outros elementos que podem aparecer no sintagma nominal, co-ocorrendo com os determinantes e possuidor. Para ilustrar apenas uma dificuldade, são tomados os dados a seguir, com o quantificador universal *todos* (o mesmo se dá com o dual *ambos*), em três dentre as diferentes posições em que pode figurar no arranjo sintático:

- (11) a. todos os meus livros
 b. os meus livros todos
 c. os livros todos meus

A distribuição de (11.a) pode ser interpretada como envolvendo a seleção de DP pelo quantificador, de modo similar à seleção de NP e XP por D. Para (11.b), pode-se dizer que uma operação de movimento desloca ou o quantificador para o fim da seqüência, ou o DP para o início. A combinação (11.c) é a pedra de tropeço: não há meio de inserir o item *todos* entre o N *livros* e o possessivo *seus*. Não é plausível supor que o quantificador universal³ seja gerado em especificador de NP, nem que selecione NP, uma vez que normalmente seleciona um DP, e, mais importante ainda, nunca ocorre entre o artigo e o nome. Essa limitação obriga, pois, a uma revisão da proposta para torná-la capaz de dar conta de outros constituintes do sintagma nominal. Esse será o tópico da seção seguinte.

2. A relação de posse se define em mini-orção

Dois aspectos do processo derivacional de uma construção funcionam como motivadores da proposta de não inserir a projeção do possuidor como termo da

³ Os quantificadores fracos têm comportamento diferente. Não selecionam DP, ou selecionam DP cujo D não pode ser lexicalizado. Observe a ilegitimidade da seqüência com D preenchido:

(i) a. alguns meninos
 b. *alguns os meninos

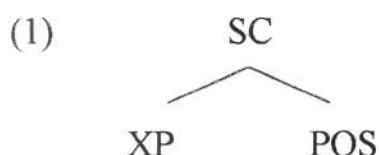
projeção do possuído, nomeadamente, a natureza restrita da operação de adjunção e a extensão da validade de restrições de economia para o componente fonológico.

A adjunção de projeção máxima (não mínima) no programa minimalista é uma possibilidade bastante restrita. Se acontece, deve ser pela operação Merge, tendo em vista que não existe uma operação de checagem que motive adjunção por movimento (deve-se abstrair a extraposição, fenómeno ainda pouco entendido). E mais importante ainda, a posição de adjunção é invisível para as operações do sistema computacional C_{HL} ; isso quer dizer que uma vez adjungido, um termo se fixa naquela posição.

O outro ponto se situa nas operações do componente PF, que tratam da linearização das cadeias geradas na computação. Essas operações envolvem apagamento de elos das cadeias não triviais. Em termos de Kayne (1994), precedência linear reflete superioridade hierárquica, tendo em vista que c-comando assimétrico é necessário para determinar a linearização. Assim, os elos superiores são aqueles elementos que ocupam posição da qual c-comando assimétrico é obtido, e por isso são fundamentais na linearização. Além disso, a manutenção dos elos inferiores, com o apagamento dos superiores, vai provocar a necessidade de mais operações de apagamento, resultando uma derivação mais custosa.

2.1. Possuidor e possuído: constituintes na mini-orção

A modificação que vai ser avançada aqui está relacionada ao tipo de esqueleto inicial das construções de posse. A relação possuído-possuidor se define na origem numa construção de mini-orção, que toma o possuidor como um dos termos do predicado e o possuído como argumento externo.



POS é uma projeção máxima que inclui o possuidor (pronome ou sintagma nominal pleno). XP também é uma projeção máxima, no mínimo um NP, que inclui o possuído.

A estrutura inicial de mini-orção se justifica pela necessidade de um arranjo sintático que possibilite uma independência do constituinte contendo os núcleos D(eterminante) e N(ome) em relação ao possuidor. Assim, a posição de POS é externa a XP, mais na linha do que propõe Manzini (1983), e distinta da proposta de Stowell (1987)⁴. A estrutura aqui difere da proposta por Manzini no sentido de que não se adota a adjunção como o arranjo que coloca os dois termos, possuído e possuidor, em relação. Essa é uma condição necessária para dar conta da construção com o quantificador entre N e POS apresentada em (ver exemplo (11.c) da seção 1), em virtude da limitação que um termo adjungido tem com relação às possibilidades de movimento.

Para verificar os passos que essa nova derivação enseja, vamos trabalhar com alguns exemplos. Seja o par a seguir:

- (2) a. os meus livros
- b. os livros meus

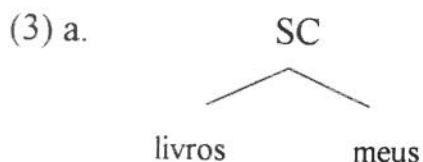
O nome *livro* não é transitivo e, portanto, não projeta argumento interno. Não projeta igualmente um argumento externo (uma manifestação da generalização de Burzio no âmbito dos itens nominais). N então constitui uma projeção mínima e máxima. Há uma relação entre *livros* e o possuidor que precisa ser representada na derivação. Não sendo argumento interno nem externo, poderia eventualmente se projetar como adjunto da projeção de N. Essa alternativa é excluída teoricamente, pois de acordo com Chomsky (1995:cap.4), os adjuntos são invisíveis para as computações do sistema C_{HL} . Demonstramos na introdução que o possuidor pode se mover em português quando é realizado por um possessivo⁵, face a sua posição antes ou depois do núcleo N do possuído e os fatos de concordância envolvendo modificadores do nome e do próprio possessivo (Cap. 4)). A mini-orção se apresenta como uma alternativa, independentemente motivada (cf. Stowell, 1983; 1987; Manzini, 1983; Radford, 1986; 1988; 1990; Kayne, 1994, entre outros)⁶.

⁴ Stowell (1987) em nota de rodapé (n.1) observa que um argumento em favor da análise de Manzini é o fato de que o predicado da mini-orção pode se mover, como já assinalado por Williams (1983).

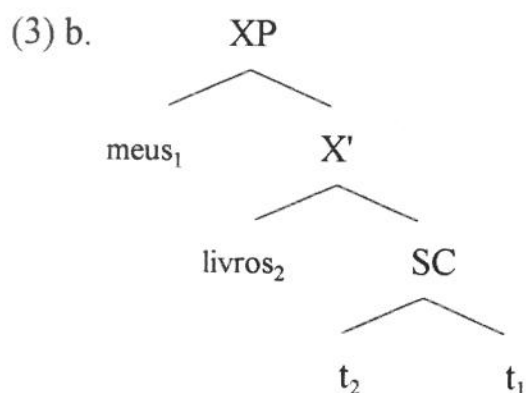
⁵ No capítulo 4, argumentamos que os possessivos têm características que o impelem para uma posição acima de N(ome) nos casos não marcados.

⁶ O conceito e existência da construção é um ponto de debate, com muitos partidários e outros tantos oponentes; entre esses últimos, destaca-se Williams (1983).

Agora, as duas estruturas podem ser combinadas por Merge:



Aceitamos também que há uma categoria funcional X, representada em (3.b), que atrai para si o núcleo da projeção de N que ela seleciona, e em cujo especificador se encontra o possessivo pré-nominal. Seleccionada essa categoria, SC é introduzida pela operação Merge como seu complemento. Pela operação Move, *livros* (como projeção máxima e mínima) se adjunge ao núcleo de X, e o possessivo se aloja no especificador por substituição. Esses movimentos devem ser obrigados por alguma necessidade de checagem de algum traço, cuja natureza carece ainda de precisão⁷. Temos o seguinte resultado.



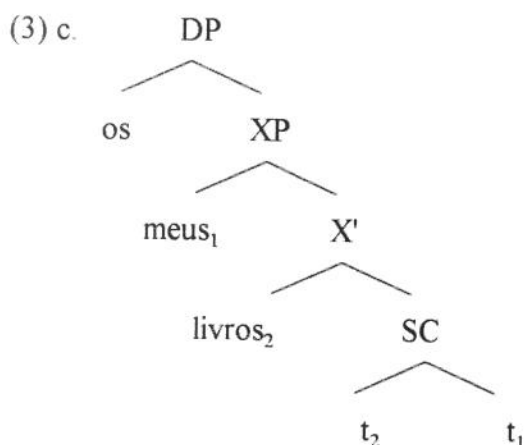
Finalmente, seleccionada, da numeração, a categoria D na forma do artigo definido, obtém-se:

⁷Cerqueira (1993)) trata X como Agr nominal, contendo, no mínimo, traços-phi de pessoa e número. Chomsky (1995) elimina Agr como categoria funcional independente, e propõe que checagem envolva um traço categorial. Assim, T(empo) na sentença é checado pelo traço categorial D do DP sujeito. No entanto, o processo de checagem parece poder abranger outros elementos como se depreende da possibilidade do Princípio da Projeção Extendida (EPP) ser satisfeito por NPs honorárias no sentido de Safir(1980):

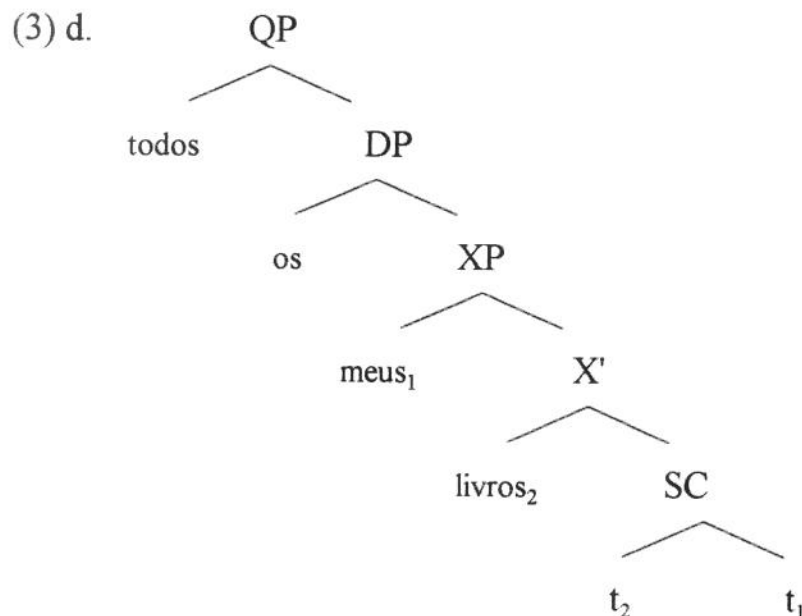
(i) a. Under de bed is a cozy place

b. Angry/unwanted is a terrible way to feel

Em (a) é um PP que ocupa a posição de sujeito e em (b) é um AP. Nenhum deles traz o traço categorial D, em termos da definição categorial desses itens normalmente aceita. Esse ponto será retomada na seção 3.4.



Essa estrutura ainda pode ser ampliada com um item que selecione a categoria DP, como parece fazê-lo o quantificador *todos*, segundo se viu no exemplo (11. a, seção 1.3). A construção resultante tem mais um andar no seu edifício estrutural, diagramada a seguir para melhor visualização:

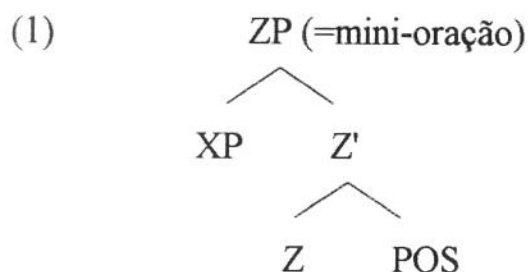


A posição final do quantificador é interpretada como resultado de movimento do DP complemento para o especificador de QP. Essa solução é inspirada nas análises da flutuação de quantificadores em francês (Sportiche, 1988) e português (Nascimento e Kato, 1993, doravante N&K).

2.2. O estatuto categorial da mini-orção

A motivação para uma estrutura de mini-orção é a necessidade de liberar as projeções o possuidor e do possuído para que possam se mover independentemente. Por essa razão o possuidor não pode ser projetado como um termo da projeção do núcleo do possuído, nem o possuído pode ser um termo da projeção do possuidor. Conseqüentemente, a introdução de um elemento para intermediar essa relação é o mecanismo para atingir a liberdade de movimento requerida.

Essa decisão é motivada também por dois aspectos comumente mencionados nos trabalhos sobre as construções de posse. O primeiro está relacionado à presença de um núcleo de atribuição de posse no esqueleto estrutural do sintagma nominal (Valois, 1991; Zsabolcsi, 1994). O segundo se relaciona ao debate em torno do papel temático do possuidor. Higginbotham (1983) destaca que a relação entre possuidor e possuído é, em certo sentido, difusa (uma relação-R), que não se define em termos de papéis temáticos canônicos. Acrescenta-se a esses dois aspectos a questão da capacidade do nome de atribuir um papel temático diretamente a um participante com o qual contrai uma relação. Nessa perspectiva, a presença de uma categoria ("relacional") que intermedie a relação possuidor possuído parece bastante plausível. Representemos essa inclusão, usando a letra Z para identificar esse item:



Em termos de definição categorial, essa categoria talvez possa ser identificada como uma preposição. A idéia de que a construção de posse envolve uma relação intermediada por uma categoria desse tipo está presente em Lyons (1967), que a recupera de obras mais antigas. Esse autor identifica essa categoria com um elemento preposicional que compõe com o possuidor o predicado do qual o possuído é o argumento. Essa idéia será retomada no final deste trabalho. Suficiente para os nossos propósitos agora é incluir um elemento dessa natureza na definição do arranjo estrutural da construção de posse.

Para manter presente a idéia de predicação da relação de posse, manteremos nas discussões o rótulo mini-orção sem especificar o rótulo categorial

Observe que nessa estrutura, o possuído ocupa uma posição inicial da qual c-comanda o possuidor. Isso significa que se nenhum movimento for forçado sobre essa estrutura inicial, o possuidor se lineariza à direita do possuído. Transportando esses fatos para o processo de aquisição, a previsão é que as crianças possam apresentar esse tipo de construção antes de fazer uso sistemático das categorias funcionais que compõem o sintagma nominal. Dados de aquisição do português revelam esse tipo de construção aparecem cedo nas emissões das crianças.

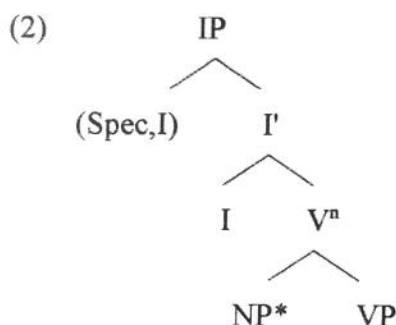
3. Flutuação no sintagma nominal

3.1. Flutuação de quantificadores

Sportiche (1988) desenvolve uma teoria sobre os quantificadores flutuantes do francês, que aparecem não adjacentes ao sintagma nominal que modificam na frase. O exemplo a seguir ilustra a flutuação do quantificador *tous*:

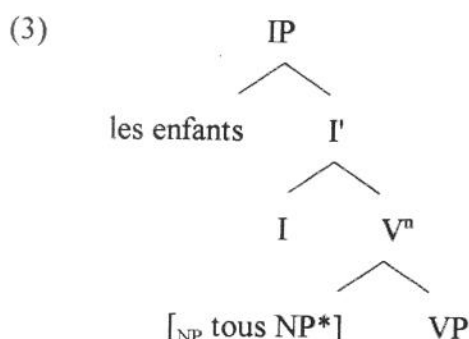
- (1) a. *Tous les enfants ont vu ce film*
 Todos os meninos têm visto esse filme
 'Todos os meninos viram esse filme'
- b. *Les enfants ont tous vu ce film*
 Os meninos têm todos visto esse filme
 'Os meninos viram todos esse filme'

Na teoria desse autor não é o quantificador *tous* que flutua, mas antes o NP por ele modificado. Ele deriva esse resultado a partir da estrutura da sentença (IP) que é proposta em Koopman e Sportiche (1991), em seu exemplo 1):



NP* é a posição canônica do sujeito (de VP) e Vⁿ alguma projeção de V no sistema X-barra, de sorte que Vⁿ é uma mini-orção que tem VP como predicado e NP* como sujeito. INFL é tratada como uma categoria de alçamento (em línguas como francês, inglês, holandês, mas não japonês, chinês, irlandês e italiano), de sorte que um sujeito lexical pleno, embora gerado na posição NP*, deve aparecer na posição (Spec, I = NP[^]) na estrutura-S. A convenção NP[^] é usada para indicar que NP* moveu-se para essa posição.

A estrutura (1.b) do francês, então, pode ser derivada a partir do movimento do sujeito de NP* para NP[^]:



O processo envolve a subida do sujeito com o abandono do quantificador na posição de origem. Esse tipo de movimento seria responsável pelas propriedades que esse tipo de construção envolve. A relação entre NP[^] e Q parece obedecer duas condições vigentes entre antecedente e anáfora: Q deve ser c-comandado por NP[^] e a relação entre NP[^] e Q deve ser local (p.432). A adjacência de Q ao NP* é que é responsável pela ilusão de flutuação de Q; desse modo, toda vez que Q aparece adjacente a um NP vazio tem-se a ilusão de que ele tenha flutuado.

Quando se comparam os fatos do francês com os do português, uma diferença emerge. O português é mais liberal quanto ao número de posições que o Q *todos* pode ocupar (Fato mostrado por N&K no nível sentencial e resenhado adiante). Considerem-se os dados do francês apresentados em (4) e os correspondentes do português em (5). O par em (4) ilustra todas as posições possíveis para Q segundo o julgamento de Sportiche.

(4) a. Les enfants (*tous) ont (tous) vu (*tous) ce film (tous)

Os meninos (todos) têm (todos) visto (todos) esse filme (todos)

- b. Les enfants (*tous) verront (tous) ce film (tous)
 Os meninos (todos) verão (todos) esse filme (todos)

- (5) a. Os meninos (todos) tinham (todos) visto (?todos) esse filme (todos)
 b. Os meninos (todos) verão (todos) esse filme todos.

Alguns esclarecimentos antes de prosseguir. Sportiche considera que a posição final de Q é menos natural com ele sozinho; se acompanhado de um modificador (eg., *presque tous* 'quase todos') soa melhor. Assinala que a estranheza de (4.a) com Q depois do particípio é indicativo de que Q pós-verbal de (4.b) também se encontra entre Infl e VP. Esclarece, contudo, numa nota de rodapé (n. 4), que alguns falantes discordam de seu julgamento, ao que atribui uma diferente estratégia desses falantes que podem mover o complexo verbal todo para Infl. Quanto aos exemplos em português, o tempo verbal de passado do auxiliar em (5.a) foi escolhido por produzir uma frase mais natural. A interrogação em (?todos)⁸ depois do particípio é para assinalar que essa é uma posição que (em meu julgamento) pode ser forçada, com uma pausa, marcando uma quebra entoacional, replicando possivelmente a mesma situação do francês.

O português parece partilhar com o francês as propriedades de Q flutuante, com uma diferença fundamental. Em português, mas não em francês, o Q pode aparecer numa posição acima do intervalo entre (o núcleo) Infl e VP (depois de NP[^], supostamente em Spec,Infl).

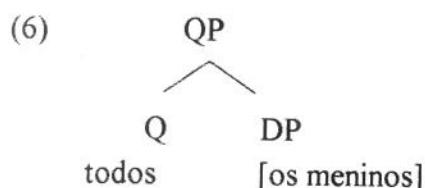
Essa posição em português fica sem explicação, se estiver correta a análise de Sportiche, quando toma Q flutuante como resultado de seu abandono pelo NP* ao qual se encontra adjacente, quando esse NP* sobe para [Spec,I].

Uma saída para manter a análise de Sportiche também para o português é considerar que Q também flutua no interior do sintagma nominal, o que não é possível no francês⁹. A essa mesma conclusão chegam N & K (1993), que será retomada adiante. No entanto, essa solução vai exigir uma posição acima de Q, interna ao sintagma nominal (aqui igual ao sintagma quantificador) para onde NP* possa migrar.

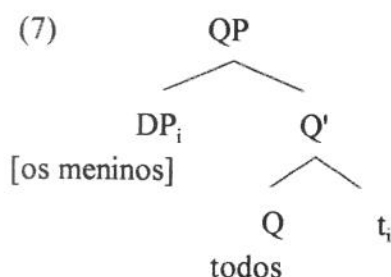
⁸Mas ver dados de Nascimento & Kato adiante.

⁹Maling (1976) chama a atenção para a necessidade de distinguir na flutuação de quantificadores um movimento mais local, que denomina Q-flip, que é interno à projeção da qual Q faz parte.

Atualizando a terminologia para a hipótese DP, $NP^* = DP^*$; Q é adjacente a DP, e é esse último que se move. Vamos traduzir a adjacência entre Q e DP^* como resultado da relação de seleção de DP^* por Q, ou seja, DP^* é complemento de Q, que tem sua própria projeção. Para facilitar o acompanhamento, vejamos a relação no diagrama (6):

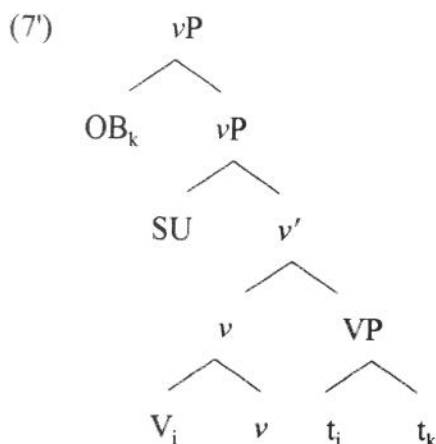


Sendo núcleo de sua projeção, Q pode eventualmente projetar um especificador. É possível supor uma variação em seu conjunto de traços formais: Q pode entrar na Numeração com um traço morfológico "forte" (virótico - como o dizem Jairo Nunes e Juan Uriagereka) ou sem esse traço¹⁰. A presença do traço forte obriga a checagem imediata, projetando um especificador e atraindo seu complemento:



Esse processo se assemelha à checagem do objeto direto pelo verbo na versão minimalista em Chomsky (1995), segundo o qual o verbo leve-*v*, amalgamado com o V(erbo) transitivo, projeta um segundo especificador, para o qual o objeto se move. Representando em árvore, temos o seguinte:

¹⁰ Esse tipo de opcionalidade parece estar por trás da variação sujeito preenchido *versus* sujeito nulo em hebraico (Borer, 1984). Os tempos do passado que tem morfologia flexional rica licencia sujeito nulo; o presente (com morfologia pobre) requer sujeito preenchido.



Se, à primeira vista, parecer estranha, essa análise pode, contudo, ser comparada aos processos que envolvem os demonstrativos e alguns indefinidos. Temos em português as construções, apresentadas abaixo, que parecem idênticas à flutuação de Q interna ao sintagma nominal.

- (8) a. situação dos sem terra esta (que é absurda)
 b. carro importado esse (que jamais funcionou)
 c. pessoa alguma (jamais fez isso)
 d. presidente brasileiro algum (cumpru o prometido)

Em (8. a-b) o demonstrativo é usado anaforicamente para remeter ao discurso anterior, e envolve uma retomada enfática. As seqüências (8. c-d) trazem um indefinido positivo (quando em posição inicial), mas o sintagma total tem sentido negativo. A idéia de diferença de traços na introdução dos itens flutuantes (*todos* e *ambos*) na Numeração, que é conceptualmente natural e sintaticamente plausível, ganha apoio empírico.

Na constituição da Numeração, o conjunto de traços básicos que compõem os itens lexicais pode ser acrescido de traços opcionais, eg., ênfase, especificidade, contraste, cuja repercussão morfológica pode ser a exigência de checagem visível¹¹. Note-se que atribuir a diferença de ordenação apenas à direção de projeção, à direita ou à esquerda, desses flutuantes deixa sem explicação o caráter enfático dessas construções e a mudança de interpretação dos dois últimos.

¹¹ Segundo nota Mary Kato (c.p.), a ordem VS e SV, quando co-existem em uma língua, apresentam diferença "funcional", seja de foco, de definitude, referencialidade ou outra. Esse ponto não será desenvolvido agora, mas será considerado no texto final.

Parece também constituir evidência em favor dessa proposta a impossibilidade de ocorrência de modificadores análogos no início do sintagma, como o atestam suas versões com determinante e indefinido acrescidos:

- (9) a. *a/*esta/*uma situação esta dos sem terra
 b. *o/*este/*um carro importado esse
 c. *uma/*nenhuma/*a/*essa pessoa alguma
 d. *um/*nenhum/*o/*aquele presidente brasileiro algum

Na análise da flutuação de quantificadores em português, N & K (1993) assinalam alguns problemas que os dados empíricos do português colocam para a proposta de Sportiche¹². Não podendo fazer justiça ao conjunto de argumentos que esses autores aduzem na avaliação da proposta daquele último autor, vou me limitar a apresentar alguns pontos mais imediatamente relevantes para o tópico em discussão. A oração seguinte é um exemplo (10.c, no original) do tipo de dificuldade falado:

- (10) As mulheres comeram a lagosta todas com as mãos.

Argumentam N&K (p:8) que, "se o quantificador flutuante deriva do alçamento do NP que está sob seu escopo para a posição de NP[^], resultando um Q seguido de categoria vazia anafórica", não se tem como derivar a posição do quantificador naquela construção. Além disso, a flutuação que ocorre envolvendo objetos verbais escapa à análise. O português admite essa flutuação, o inglês e o francês também, embora em caráter mais restrito. Os exemplos abaixo ilustram esse ponto:

- (11) a. Eu vi elas todas (22 no original)
 b. Eu vi as crianças todas
- (12) a. I saw them all (21 no original)
 b. *I saw the children all

¹²Vitral (1992) também já apontava problemas dessa natureza, fato registrado por esses autores, p.8.

- (13) a. Il vaudrait mieux mettre ces crayons tous dans un seul tiroir
 b. Il ne fallait pas mettre les pommes toutes dans le même panier
 c. *Elle lira ces bouquins tous (23 no original)

Confrontando os dados do português com os do inglês e do francês, e observando especialmente aqueles casos em que essas duas últimas línguas apresentam flutuação no objeto, N&K (p:11) concluem que parece ser lícita a flutuação "quando o DP quantificado tem como escopo o predicado de uma mini-oração"¹³.

Considerando as duas vertentes anteriores que tratam a flutuação de quantificadores de maneira uniforme, atribuindo ou escopo sobre o NP[^] ou escopo sobre o Predicado, N&K propõem uma abordagem que leva em consideração esses dois aspectos, destacando os seguintes pontos transcritos a seguir:

- "(a) os quantificadores universais e distributivos podem aparecer tanto na estrutura partitiva Q de DP, caso em que tem como escopo o DP, ou então adjungir-se a sintagmas predicados ou a sintagmas com núcleo funcional que incorpore um núcleo predicado.
 (b) os demais quantificadores (*cardinais, alguns, muitos*) só tem escopo sobre DP.
 (c) um quantificador do tipo todos tem natureza de operador como o interrogativo qu-, e pode nascer adjungido a um predicado em posição mais baixa na estrutura, mas ser alçado e adjungir-se a predicados mais altos, ligando variáveis em posição mais baixas."

Dessa maneira, esses autores derivam as posições de todos no exemplo (14) (41, no original):

- (14) a. Todos os homens estão bebendo no bar
 b. Os homens estão todos bebendo no bar
 c. Os homens estão bebendo todos no bar

¹³Mas deve ser observado que, se o objeto é pronominal, a flutuação é obrigatória, consoante a ilicitude da versão do exemplo (26.a) com o quantificador *all* antecedendo o pronome:

(i) *I saw all them

Outro fator deve estar regulando esse tipo de flutuação, como se verá adiante.

- (14) c'...(_{PP} todos (_{PP} no bar))
 b'...(_{VP} todos₁ (_{VP} bebendo (t₁ no bar)))
 a'...(_{ASPP} todos₁ (_{ASPP} estar (t₁ bebendo (t₁ no bar))))
 a"...(_{IP} todos (_{IP} os homens (_{ASPP} t₁ estão (t₁ bebendo (t₁ no bar))))) (em FL)

Segundo essa análise, o quantificador todos se adjunge sucessivamente a PP, VP, AspP (Aspectual Phrase) e IP. Na posição mais alta não está adjungido ao NP[^], mas a IP.

N&K consideram também a flutuação de advérbios na sentença e avançam a hipótese de que a "variação posicional dos advérbios e quantificadores nas línguas naturais, em geral, e no PB, em particular, deve-se não apenas à existência, ou não, do movimento do verbo para INFL, como propõe Pollock, mas também da possibilidade de eles mesmos serem extraídos da posição onde se originam, à maneira dos operadores wh- ." (p.4). Nessa hipótese, eles consideram que os advérbios aspectuais são, na verdade, um tipo de quantificador, de sorte que é possível estabelecer uma correlação entre os pares: *sempre/todos*; *nunca/nenhum*; *às vezes/alguns*; *frequentemente/muitos*. Consideram, entre outros aspectos, que a posição de Advérbios e Quantificadores na Estrutura-S é função de Movimento-Q e Movimento-V; em outros termos, o movimento desses dois tipos de itens podem produzir diferentes ordenações de um quantificador ou advérbio nas construções em português.

A comparação das posições ocupadas pelos advérbios aspectuais e pelos quantificadores vai levar K&N a concluir pela existência de um outro fenômeno relacionado à flutuação de quantificadores do tipo todos. Veja-se o exemplo a seguir:

- (15) a. Eles chegam todos sempre tarde
 b. Eles chegam sempre todos tarde
 c. Eles todos sempre chegam tarde
 d. *Eles sempre todos chegam tarde
 e. Sempre todos eles chegam tarde
 f. Sempre eles todos chegam tarde
 g. *Todos sempre eles chegam tarde

O exemplo acima mostra que, em português, o advérbio pode ocupar as mesmas fronteiras que o quantificador flutuante. Os casos (15.d) e (15.g) revelam que a ordem entre eles não é a mesma, pois o advérbio não pode se interpor entre o nome e quantificador no espaço entre o sujeito e o verbo; e do mesmo modo, essa interposição é interdita na sequência Q mais nome. K&N tomam essa restrição como prova de que a inversão em (c) e a posição de início de sentença em (e) são internas ao QP¹⁴, propondo a estrutura repetida abaixo:

- (15) c'. (_{IP} (_{NP} eles₁ (_{QP} todos t₁)) (_x.....)
 e'. (_{IP} (_{QP} todos (_{NP} eles)) ...)

O trabalho de K&N vem justamente ao encontro de minha interpretação de que há uma flutuação de quantificador interna ao sintagma nominal, e, portanto, testemunha em favor da plausibilidade da proposta. Não obstante, esses autores não explicitam como a inversão se processa estruturalmente, nem apresentam a motivação para que essa inversão seja legitimada. No espírito minimalista, essa inversão pode ser justificada através da necessidade de checagem de algum traço funcional.

Propus, acima, que uma possibilidade é atribuir ao próprio núcleo Q a responsabilidade desse deslocamento do DP, que vai para a posição de [Spec, Q]¹⁵.

¹⁴Esse tipo de flutuação é destacada por Simões (1974), que toma por base a proposta de Kayne (1969). Analisando as diferentes posições como resultado de deslocamento do quantificador para a direita, ela resume esse processo na seguinte regra:

(i) o quantificador *todos*, gerado na estrutura do determinante de NP's plurais, pode deslocar-se para a direita de sua posição original, permanecendo ou não como parte de tais NP's. (p.63).

A conclusão de que *todos* pode permanecer como parte da categoria na qual é originalmente projetado se traduz, nos nossos termos, como a flutuação interna ao QP.

¹⁵Talvez o mesmo tipo de condicionamento esteja por trás da subida obrigatória do complemento pronominal para antes da partícula, conforme exemplificado:

(i) a. I called up the boy
 b. I called the boy up
 (ii) a. *I called up the boy
 b. I called the boy up

Nesse tipo de construção, o complemento realizado por um sintagma nominal pleno pode suceder ou preceder a partícula; se o complemento for pronominal, deve obrigatoriamente precedê-la, com exceção dos casos em que se estabelece (Quirk et al., 1979) um contraste (indicado por letras maiúsculas):

(iii) I called up HIM not HER

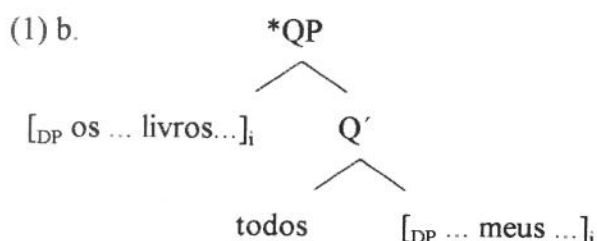
Essa solução poderia explicar, por exemplo, o impedimento do advérbio¹⁶ entre o quantificador e o DP verificado por K&N nos exemplos acima.

3.2. Possessivo final pós-quantificador

Podemos agora tentar dar conta da ordem que ficou ignorada, do quantificador interno ao DP com POS em posição final do exemplo chave de nosso problema, repetido aqui por conveniência:

(1) a. os livros todos meus

Consideremos primeiro as derivações impróprias. Seja (1.b), tomando POS como originado dentro da projeção de N.



Essa derivação é impossível, pois estando POS dentro da projeção NP de N, não existe meio de deslocar esse NP, com o DP que o contém, e deixar o possessivo para trás. O NP carrega todos os seus constituintes. O movimento do DP produz os mesmos efeitos, tendo em vista que NP é constituinte do DP.

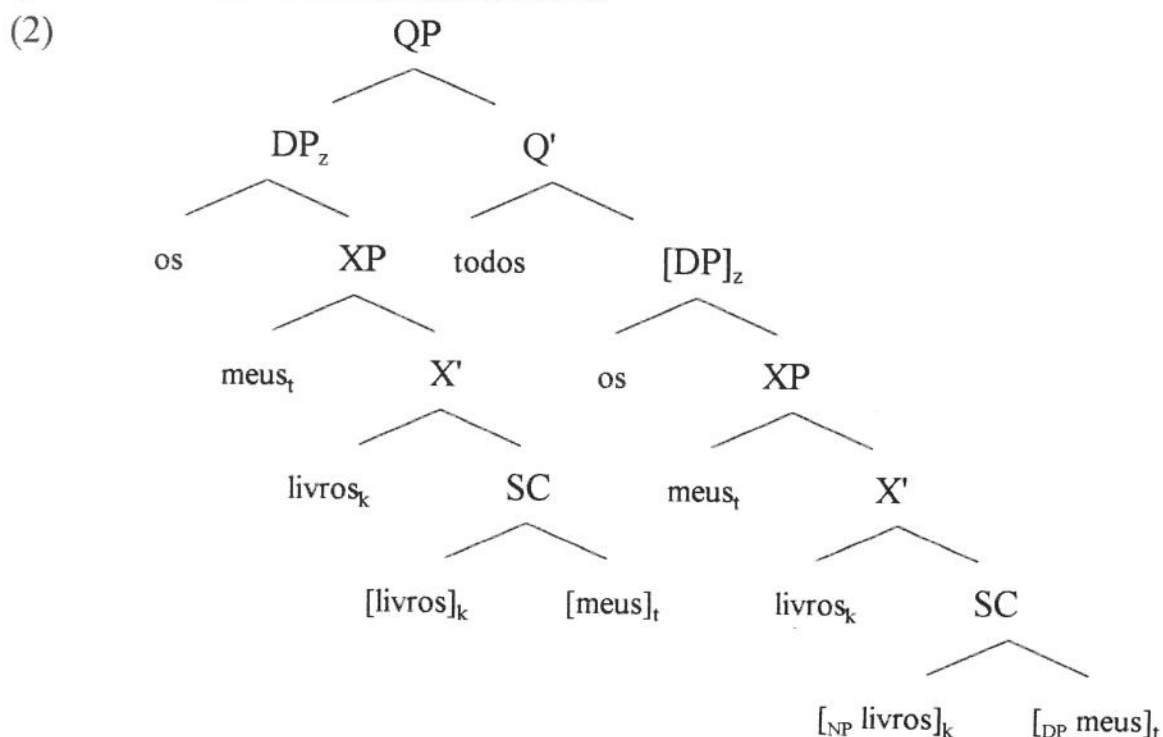
Ainda para efeito de demonstração das estruturas impróprias, testemos uma derivação com o POS originado em Spec, NP, seguido de movimento de N para uma posição X acima de NP e abaixo de D:

¹⁶ Lembrar que, segundo N&K, os quantificadores quando tomam Predicado como escopo, adjunge-se a sintagmas predicados ou sintagmas com núcleo funcional que contenha um núcleo do predicado. Supondo que posição desse tipo não seja disponível internamente ao DP, a ordem inversa deve derivar de inversão.

Vamos aceitar, apenas para efeito de argumentação, que o movimento para a direita seja lícito.¹⁷

No entanto, essa derivação precisa ainda ser justificada em termos da motivação do movimento do possessivo. Movimento minimalista só é legítimo se obrigado por necessidade de checagem. As operações de checagem admitidas envolvem um núcleo ou um especificador, que são os únicos lugares de pouso possíveis. Já vimos que, se o pouso é no núcleo, o movimento deverá envolver adjunção; por outro lado, se o pouso é especificador, o movimento é de substituição de uma projeção máxima para que se estabeleça a relação própria entre o núcleo que força o movimento e essa categoria que é movida para seu especificador. Não se considera que a posição de adjunção seja uma configuração própria para checagem de um núcleo por uma projeção máxima. Assim sendo, (1.d) também tem que ser abandonada por força da teoria.

Agora, vamos reinterpretar a flutuação numa formalização mais estritamente minimalista. Devemos lembrar que a operação Mover é concebida como movimento com cópia, ou seja, o traço é uma cópia do elemento movido. As operações do componente PF realizam os apagamentos necessários para a linearização da cadeia que vai constituir um contínuo fonético.



¹⁷Barbosa (1995) defende a necessidade de movimento para a direita pelo menos de núcleo, em francês, em particular, e nas línguas românicas, em geral, que regula a distribuição dos clíticos.

Computemos o número de apagamentos que seriam necessários para obter a ordem pretendida com o quantificador *todos* precedendo o possessivo. Primeiro deve ser observado que *todos* c-comanda todos os terminais no DP cauda da cadeia. Assim os itens [os] e [livros] que o precedem devem ser parte do DP núcleo da cadeia que está no especificador de QP.

(2) a. *Apagamentos no DP cauda (cópia) da cadeia*

1. D=os
2. X=livros
3. NP=livros (interno à SC)
4. POS=meus (interno à SC)

(2) b. *Apagamentos dentro do DP cabeça da cadeia*

1. POS=meus (em Spec, XP)
2. NP=livros (em SC)
3. POS=meus (em SC)

O número total de apagamentos é sete. Há, contudo, uma derivação mais econômica para linearizar esse marcador frasal. Ela envolve apenas três apagamentos.

(3) a. *Apagamento no DP cauda da cadeia*

1. DP= toda a cauda da cadeia

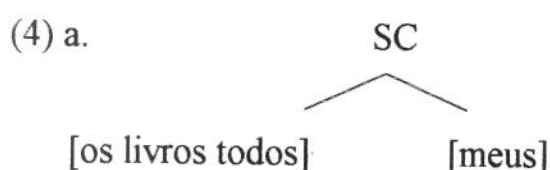
(3) b. *Apagamento dentro do DP cabeça da cadeia*

1. NP=livros (em SC)
2. POS=meus (em SC)

Essa derivação é superior àquela descrita em (2) em termos de economia. Assim, (3) é que será a derivação admissível. A derivação (2) é descartada. Mas o resultado da linearização é diferente daquele da construção que se pretende derivar. Como a derivação (3) exclui a (2), a ordenação do quantificador precedendo o possessivo nunca será derivada.

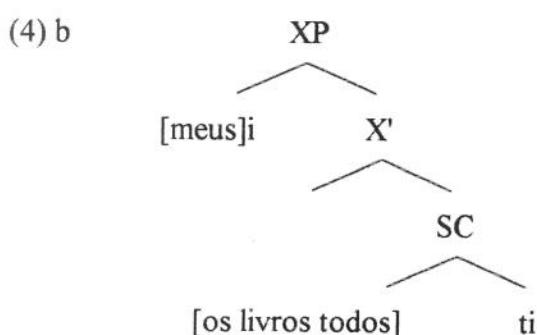
Esse resultado deixa clara a necessidade de desvincular o possuidor das posições internas da projeção do núcleo que representa o possuído. Esse problema será resolvido com a mudança da mescla (merge) inicial entre possuidor e possuído.

Propomos que o quantificador *todos* está relacionado diretamente com a projeção do possuído, e que o possuidor está fora de seu escopo. Essa proposta toma como base o sentido da construção. Nela se destaca a inclusividade/totalidade de um conjunto de objetos livros em oposição a objetos de outra natureza. E esse conjunto satisfaz à propriedade de "pertencer ao falante". Não é destacado, por exemplo, um "conjunto de livros do falante" em oposição a um "conjunto de livros de outrem". Assim, o escopo do quantificador é ilustrativo da projeção que está sob seu domínio. Passemos aos passos derivacionais. A mini-orção de posse tem o seguinte constituição, apresentada sem especificação dos rótulos:



De acordo com esse arranjo, quando o possuído é mesclado com o possuidor, já é parte de uma projeção que tem o quantificador como núcleo. A flutuação observada também ocorre antes da mescla (merge), obedecendo a ciclicidade, pois a flutuação interna ao QP é resultado da presença de um traço forte em Q. Esse traço, segundo (Chomsky, 1995) tem que ser eliminado imediatamente antes que qualquer operação venha a incluir a projeção dessa categoria como termo de outra.

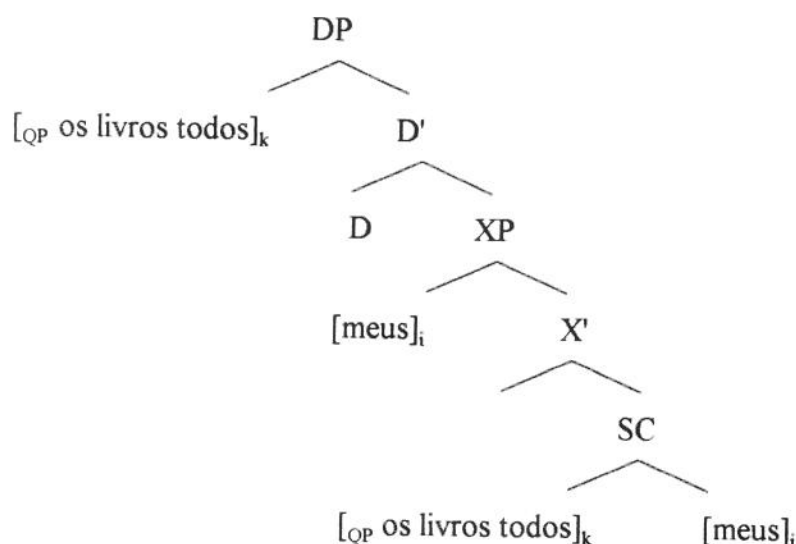
Os próximos passos envolvem eventualmente a seleção de X da numeração, que se mescla com SC, produzindo o novo objeto XP. Esse último projeta um especificador para o qual o possessivo se desloca.



Na sequência, D é retirado da numeração e mesclado com XP, resultando no novo objeto DP. Por hipótese, o núcleo D precisa ser checado. Essa checagem é feita pelo

QP-possuído que vai para o especificador de DP.

(4) c.



A categoria D não pode ser checada por mescla (merge) direta de um determinante, pois isso implicaria dupla especificação, num único DP, isto é, o D matriz não teria um NP sob o seu domínio e seus traços relevantes não teriam função na construção em violação de Interpretação Plena.

A checagem do D matriz por um elemento em seu especificador espelha a checagem de C por um elemento-QU. Considerada a categoria D como o correlato nominal do C sentencial (cf. Szabolcsi, 1983; 1994), essa operação é plausível, na verdade, esperada.

A operação de linearização de (4) envolve apenas duas operações de apagamento: (i) apagamento de QP em SC e (ii) apagamento de [meus] em SC.

Com relação a categoria X, temos duas alternativas. A primeira é considerar que ela não se projeta nesse tipo de construção e D selecionaria SC diretamente; essa solução seria forçada se ela não tivesse nenhuma efeito visível na computação, pois de acordo com Chomsky (1995) uma categoria funcional só pode participar de uma construção se desempenhar uma função visível; não se pode alegar que ela cheque traços do núcleo N, pois isso acontece no domínio do DP encaixado.

A segunda solução é considerar que o possuidor ocupe o especificador, para realizar a checagem pertinente. Essa parece ser a melhor solução do ponto de vista da uniformidade derivacional do sintagma determinante; o processo seria recursivo de Merge e Move, com o *output* de uma derivação passando a *input* da seguinte, seguindo as mesmas operações. Deixarei esse ponto em aberto por enquanto, antecipando que há uma evidência indireta que favorece a essa segunda alternativa.

No capítulo 4 é argumentado que a leitura contrastiva do possessivo pós-nominal é resultado da ausência de movimento para uma posição de checagem, de modo que, se nessa posição ele receber uma leitura não contrastiva, é porque terá se movido de sua posição original.

A derivação a partir da estrutura de mini-orção oferece uma alternativa para tratar a ordenação de POS nas construções nominais como derivada de processos sintáticos operantes em outras partes da gramática. Deve ser destacado que a estrutura do DP em termos dos elementos funcionais continua inalterada. Há uma categoria D que seleciona uma categoria X funcional, que por sua vez, pode selecionar um NP ou uma SC. A diferença se resume ao tipo de relação básica inicial entre o possuído e o possuidor.

3.3. Flutuação dentro do DP

Foi mencionado de passagem que a flutuação em português não se restringe a construções com o quantificador universal (e o dual *ambos*). Os demonstrativos também fornecem esse tipo de mobilidade interna ao DP. E, nesse caso, manifesta-se uma movimentação de caráter mais local do que a flutuação de Q.

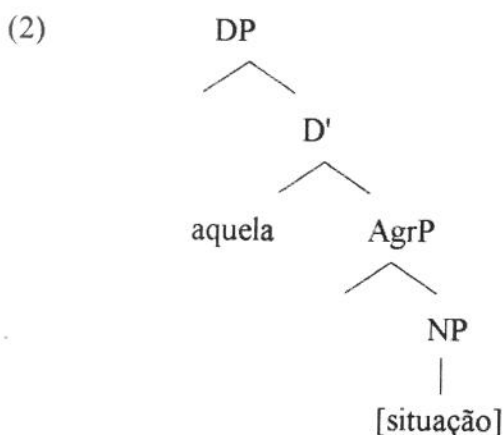
Nos exemplos ilustrativos acrescenta-se, entre parênteses, uma possível continuação da frase para destacar a naturalidade desse tipo de combinação.

- (1) a. Situação essa (que não pode ser tolerada)
- b. Discurso aquele (que ninguém ouvia)
- c. Promessas essas de candidatos (nunca cumpridas)
- d. Desenvolvimento aquele (prometido)
- e. Produtos nativos estes (exportados para...)
- f. Consideração levianas aquelas (usadas no tribunal...)
- g. Estudantes dedicados esses (que todos admiram)

A primeira pergunta que se apresenta diz respeito à natureza do constituinte que se move nesse tipo de flutuação, denominada aqui flutuação do demonstrativo para distingui-la da flutuação de quantificador.

Tomemos o diagrama seguinte como representante da estrutura do DP

subjacente aos casos acima e examinemos as possibilidades. (Para efeito da argumentação, suponhamos que D seleciona um XP=AgrP.)



Aceitando-se que a posição antes do demonstrativo (D) para a qual o elemento se desloca é [Spec, DP], o movimento envolve uma projeção máxima. Abaixo de D, temos dois candidatos, a saber, AgrP e NP.

Se o núcleo N se mover obrigatoriamente para o núcleo Agr, então a única alternativa será o movimento de AgrP. N não pode se mover como núcleo, porque o lugar de pouso é um especificador. A possibilidade de adjunção de N a D é excluída por força dos dados empíricos, o que será retomado mais adiante. Contudo, movimento de AgrP é excluído por razões internas à teoria, diante da proposta de Chomsky (1995) de que checagem envolve um traço categorial.

Na formulação de Chomsky (1995), movimento visível é forçado por um traço forte, que atrai um elemento adequado para checá-lo. A checagem desse traço requer a presença de um traço categorial. Conforme se lê no original (seção 2.1, p. 20):

- (3) If F is a strong feature, then F is a feature of a non-substantive category and F is checked by a categorial feature¹⁸.

A consequência imediata dessa particularidade de F é que AgrP não pode ser a categoria que vai subir para [Spec, D] para checá-lo. Agr não é uma categoria substantiva, e não dispõe de um traço categorial. Por conseguinte, na estrutura em

¹⁸Se F é um traço forte, então F é um traço de uma categoria não-substantiva e F é checado por um traço categorial.

(2) acima, apenas NP pode entrar numa relação de checagem com F.

Do lado empírico, temos dois tipos de dados que parecem confirmar a exclusão de AgrP da relação de checagem com D. No espírito do argumento, a ocorrência de quantitativos e possessivos pré-nominais implica a presença da categoria Agr, selecionada por D.

- (4) a. *Dois produtos aqueles
 b. *Outros participantes esses
 c. *Várias soluções aquelas
 d. *Muitos companheiros aqueles
 e. ?Poucas palavras essas¹⁹ (que muito me ajudaram)

- (5) a. *Seus produtos aqueles
 b. *Nossos participantes esses
 c. *Suas soluções aquelas
 d. *Meus companheiros aqueles
 e. *Nossas palavras essas

Considerando primeiro o grupo em (5), podemos debitar a ilegitimidade dessas construções ao movimento da categoria AgrP para o domínio de checagem de D. A presença do POS pré-nominal implica a presença de [Spec, AgrP], local onde POS se encontra. Se Agr atrai o núcleo N para si, a maneira de trazer esses elementos para antes de D é por movimento da categoria que os contém, qual seja a projeção de Agr.

Para derivar a ordenação em (5), haveria duas alternativas: mover AgrP para [Spec, DP] ou mover NP para [Spec, D], seguido de movimento de POS para uma posição em adjunção a DP. Nenhuma dessas alternativas é lícita. O movimento de AgrP fere a exigência de categoria substantiva (e traço categorial) no domínio de

¹⁹Esse tipo de frase "poucas palavras" é em certo sentido idiomatizada:

- (i) a. Homem de poucas palavras
 b. Pessoa de poucas palavras

Talvez por isso a frase soe bem melhor do que as outras com outros quantitativos. Seria um composto (uma lexia, no sentido de Pottier, 1975), com o quantitativo como parte da lexia e não como um modificador independente.

checagem. A segunda alternativa viola a condição de Último Recurso (Last Resort): movimento de POS não foi forçado por um traço forte, e, além disso, a adjunção não estabelece nenhuma relação de checagem.

Nas construções em (4), o quantitativo também implica a presença de uma categoria acima de NP, se estiver correta a observação de Koopman (1994) de que esses elementos dependem da projeção de AgrP. (Koopman distingue entre Agr e Num como duas categorias funcionais no DP entre D e NP; também o fazem Valois (1991) e Britto (1992). Estamos considerando apenas uma categoria como uma possível confluência das duas). A ordem quantitativo+nome antes do demonstrativo D significa movimento de toda estrutura que domina NP. Mais uma vez, a categoria seria Agr, e a restrição de traço categorial seria violada.

Na verdade, com os quantitativos modificando NP, não é possível a flutuação do demonstrativo, fato derivado diretamente da restrição de movimento associada à posição do quantitativo relativamente a D e NP. Movimento apenas de NP para [Spec, D] deixaria necessariamente o quantitativo para trás, e a ordem resultante seria NP+D+Quant, que não é aquela apresentada nas construções. A ordem NP+D+Quant não é, ademais, atestada. Podemos derivar essa impossibilidade da exigência de que elementos projetados tenham um papel a desempenhar na construção.

Ora, se Agr é projetado, deve realizar uma checagem obrigatória relacionada a POS ou a N. Como POS está ausente nessa construção, N deve ser o elemento que entra em relação de checagem. Assim, é atraído para o núcleo Agr, em cuja projeção Quant está adjunto. Sendo o movimento postulado para o especificador de DP, N não pode se mover como núcleo (por excorporação) deixando a projeção de Agr para trás. A única maneira de N chegar a esse especificador seria carregando toda a projeção de Agr, o que implica deslocar juntamente qualquer segmento dessa categoria.

A ilegalidade das construções em (4) também pode ser tomada como indicação de que os quantitativos não são gerados em [Spec, NP]. Se se encontrassem nessa posição, não haveria impedimento para o movimento de NP²⁰ para [Spec,

²⁰Não estão claras as razões do bloqueio do movimento de NP causado por Quant. Se Quant se projeta como núcleo, não se define como categoria mais próxima de [Spec, DP] do que NP. Se Quant ocupa um especificador, ele precisa ser capaz de realizar a checagem que seria feita por NP, para se definir como mais próximo. Isso quer dizer que Quant teria que dispor do traço categorial relevante do qual N dispõe; deveria ter uma composição categorial, pelo menos, parcialmente equivalente à de N. Essa questão fica pendente.

D], arrastando todo constituinte contido em sua projeção.

3.4. Flutuação de POS e *de*+DP

A flutuação do demonstrativo num arranjo envolvendo um POS ou um possuidor não pronominal (chamado aqui de PP-POS, para facilidade de referência) acrescenta evidências para a geração desses participantes externa à projeção de NP.

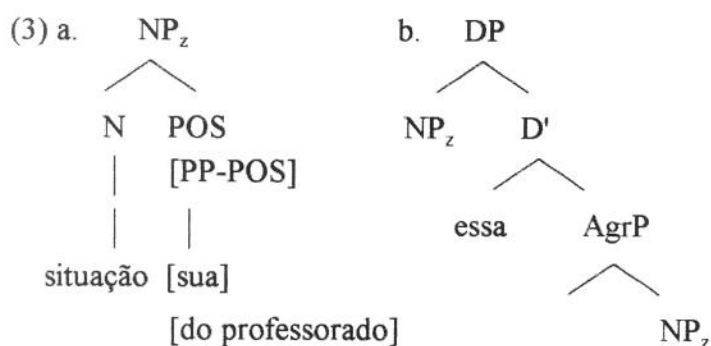
(1) a. Situação sua essa

b. Situação essa sua

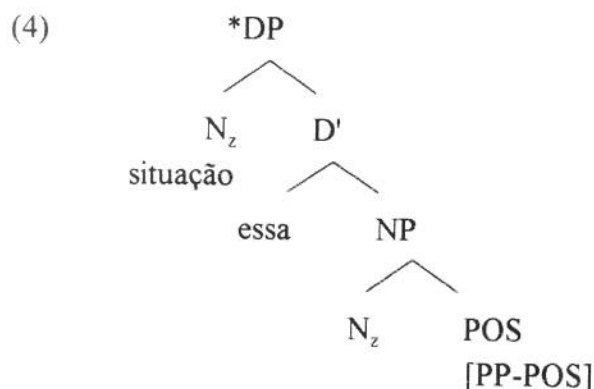
(2) a. Situação do professorado essa

b. Situação essa do professorado

Poder-se-ia pensar, levando em conta apenas os exemplos (a) dos dois pares, que POS e PP-POS seriam originados como complemento de NP e licenciados *in situ* (3.a); a ordem pós-nominal seria diretamente obtida. Em seguida, movimento do NP (3.b) resultaria o demonstrativo à direita. Essa solução, no entanto, não parece ser a mais apropriada consoante se busca demonstrar.

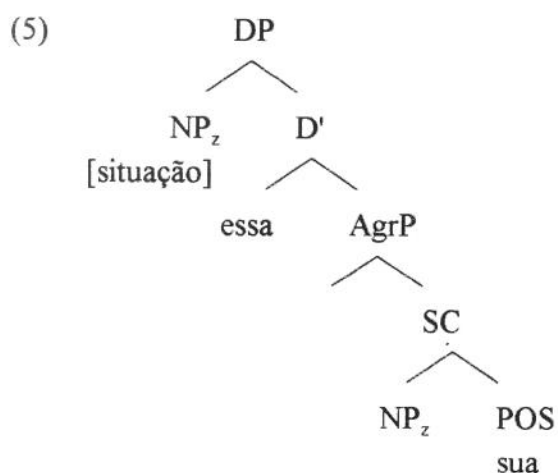


A posição interna do demonstrativo, exemplificada nas construções em (b) dos pares acima, não pode ser derivada a partir dos processos aqui considerados. Para N se realizar em frente do demonstrativo, abandonando seu complemento, a única alternativa seria o movimento de N como núcleo para [Spec, D], o que não é legítimo.



A derivação representada em (4) não pode, portanto, ser aquela que deriva (1.b) e (2.b). Se a estrutura do NP é mesma nas duas construções, (3) não é a forma correta de derivação de (1.a) e (2.a).

A estrutura em que NP e POS se constituem como projeções independentes permite uma derivação simples para as construções (b) do par (1)-(2).

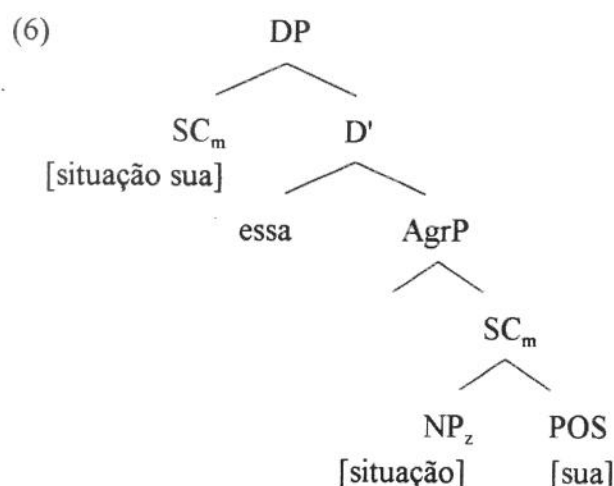


O traço F forte de D pode atrair NP_z para seu especificador, sem violar nenhuma condição de economia. Não há nenhum candidato que possa competir com NP, que esteja mais próximo do especificador de DP. O possuidor nunca ocorre em português nessa posição irrespectivamente de sua realização por uma forma possessiva ou sintagma nominal pleno (PP-POS)²¹.

Partindo do princípio de que as diferentes posições do demonstrativo

²¹ Essa limitação não parece dependente de uma condição semântica geral, tendo em vista que línguas outras a ignoram. Abney (1987) e outros trabalhos inspirados na hipótese DP, consideram o especificador de DP o *locus* dos possuidores (possessivos ou não) pré-nominais. O húngaro, conforme Szabolcsi (1983; 1994), tem os possuidores indefinidos realizados nessa posição.

resultam do mesmo tipo de operação, a derivação da sua posição final requer algumas considerações adicionais. A estrutura em (5) demonstra que apenas o movimento do NP não produz o efeito desejado: o demonstrativo não ficaria em posição final. Uma alternativa imediata seria o movimento de SC. Aceitemos também que Agr não seja projetado nesse tipo de construção, presunção natural se nenhuma relação de checagem parece poder ser estabelecida por essa categoria nessa derivação.



Essa solução força a que se considere a natureza da categoria identificada pelo rótulo SC (cf. Stowell, 1981; 1987; 1995; Manzini, 1983; Radford, 1986; 1988). Se essa for a derivação correta, SC tem o traço categorial, exigido no domínio de checagem do alvo. Essa situação é remanescente do fenômeno discutido por Safir (1983) no âmbito da oração.

Safir retoma as seguintes construções em inglês (apontados em Stowell, 1981) que tem o Princípio da Projeção Estendida (EPP) satisfeito de uma maneira especial. Essas construções envolvem um constituinte frasal que pode aparecer na posição de sujeito da cópula *be* 'ser/estar', mas podem ocupar outras posições normalmente ocupadas por NP (=DP, atualizando a terminologia).

- (7) a. Under the bed is a cozy spot
 Sob a cama é um aconchegante lugar
 'Sob a cama é um lugar aconchegante'
- b. Angry/unwanted is a terrible way to feel
 Zangado/desprezado é uma terrível maneira TO sentir
 'Zangado/desprezado é uma maneira terrível de se sentir'

- c. *Under the bed pleased the cat
 '*Sob a cama agradou o gato'
- d. *Unwanted would please the cat.
 Desprezado MODAL agradar o gato
 '*Desprezado agradaria o gato'

Safir denomina esses constituintes de NPs honorários (honorary NPs), considerando a sua característica de NP nas construções com a cópula, embora não se comportem como tal em outros contextos. Observa, ainda, que mini-orações podem ser NPs honorários, e exatamente como as outras, não podem aparecer em contextos normais (não copulares) de sujeito.

O padrão de concordância observado nos exemplos em (8) mostra um comportamento particular desses NPs.

- (8) a. Workers angry about the pay is just the sort
 Trabalhadores zangados com o pagamento é exatamente o tipo
 of situation that the ad campaign was designed to avoid
 de situação que a anúncio campanha foi elaborado para evitar
 'Trabalhadores zangados com o pagamento é exatamente o tipo
 de situação que a campanha publicitária visava a evitar
- b. Workers angry about the pay does indeed seem to be just
 the sort of situation that the ad campaign was designed to avoid.
 Trabalhadores....o pagamento na verdade parece ser....
- c. *Workers angry about the pay pleases Maybelle immensely.
 *Trabalhadores... pagamento diverte M. imensamente
- d. ?Isn't workers angry about the pay just the sort of
 Não é trabalhadores... pagamento
 situation that the new ad campaign was designed to avoid?

A concordância singular em (8) exclui as leituras do NP honorário sujeito como NPs "reais". Com a concordância no singular, mesmo quando *workers* é plural, a sequência *workers angry about the pay* deve ser interpretada como denotando uma situação, e não indivíduos. Safir considera que isso sugere que *workers* não é o núcleo da mini-oração. E, que o fato de mini-oração com leitura (oracional) poderem ser NPs honorários, mas não NPs comuns, indica que mini-

oração (com leitura oracional) pode ser constituinte e que não é realmente um NP.

Para o nosso ponto, interessa especialmente a interpretação da mini-oração como um constituinte que pode se mover *in totum* para satisfazer exigências de um núcleo funcional. Essa é a situação apresentada pela derivação em (6), onde se supõe que é a mini-oração que migra para [Spec, DP]. O segundo ponto de interesse é a desvinculação do estatuto categorial da mini-oração (seja qual for) da categoria lexical de um dos seus constituintes. Isso interpretado com o significado de que um dos constituintes não é um segmento da categoria do outro garante a liberdade de movimento, de modo que se pode afetar qualquer um deles independentemente do outro, como estamos propondo.

A manifestação no âmbito do sintagma nominal de fenômenos excepcionais atestados no âmbito oracional não constitui surpresa numa visão que considera existir uma correspondência entre o DP e o CP.

Talvez aqui tenhamos uma evidência em favor da presença da categoria (Z, da seção 2.2) que pode satisfazer a exigência categorial do processo de checagem.

3.5. Quantificador e demonstrativo

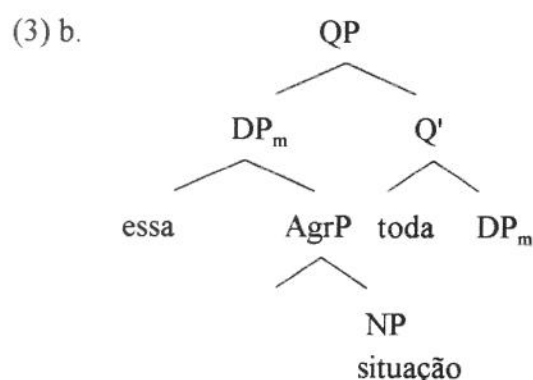
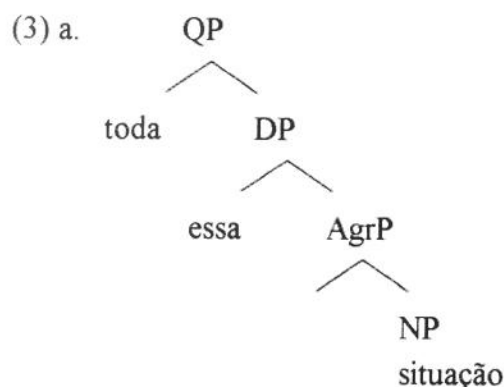
A interação da flutuação de Q e de D cria um contexto em que a operação se torna obrigatória.

- (1) a. Toda essa situação
- b. Essa situação toda
- c. Situação essa toda
- d. *Toda situação essa

- (2) a. Todos esses livros
- b. Esses livros todos
- c. Livros esses todos
- d. *Todos livros esses

Os exemplos (d) dos dois grupos apresentam uma construção ilegítima. O quantificador *todos* não pode se realizar como o elemento mais a esquerda, justamente sua posição nos casos neutros.

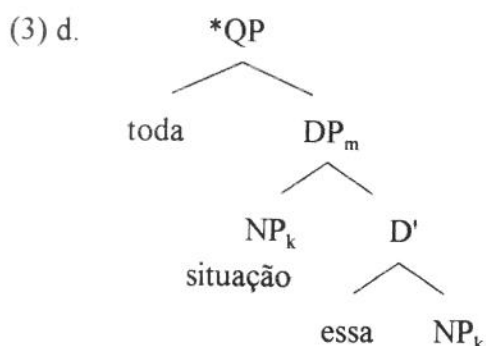
O contraste entre (a) e (d) se localiza dentro do DP. Em (a) não houve a flutuação do demonstrativo; em (d) essa flutuação ocorreu. No primeiro caso, pode-se ter Q no início (a) ou fim da construção (b).



No segundo caso, ocorre a flutuação do demonstrativo, que parece ser responsável pela obrigatoriedade da flutuação do quantificador. Por conseguinte, apenas a ordenação em (c) satisfaz essa exigência²². A sequência em (d) envolve apenas a flutuação interna ao DP; no QP, essa operação não é realizada.



²² A interação entre o núcleo selecionador e selecionado se manifesta, por exemplo, entre C e T em português (inglês, francês, italiano etc): C que seleciona T finito tem algum traço distinto do C que seleciona T não finito.



A estrutura (3.d) não apresenta aparentemente nenhuma violação em termos de formação de cadeia. O movimento interno a DP é lícito como se vê em (3.c). O problema parece ser o fato do DP selecionado pelo Q ter permanecido *in situ*. Podemos supor que é a natureza do Q que seleciona um D flutuante o responsável por essa restrição: Q tem um traço que precisa ser checado abertamente²³.

O contraste exibido entre (c) e (d) é remanescente do fenômeno denominado de restrição do galho esquerdo (*left branch condition*), que desfavorece movimento que afete um galho à direita que seja um termo de uma categoria localizada num galho à esquerda.

As construções em (1.c)-(2.c) são especiais no sentido de que ocorrem em contextos estruturais específicos. Normalmente só são possíveis como introdutores de relativas (desenvolvidas ou reduzidas):

- (4) a. Situação essa toda que o comitê analisou/analisa pelo comitê
 b. *O comitê analisou situação essa toda

- (5) a. Livros esses todos que o cupim comeu/comidos pelo cupim
 b. *O cupim comeu livros esses todos

Que essa limitação de contexto de ocorrência é derivada de alguma propriedade associada especificamente com o DP com flutuação interna fica

²³Esse fenômeno similar ao que se observa na relação entre certas preposições e pronomes em inglês. O pronome precede obrigatoriamente a preposição, enquanto um sintagma nominal pleno pode precedê-la ou segui-la.

- (i) a. They called him up
 b. *They called up him
 (ii) a. They called the boy up
 b. They called up the boy

evidente no contraste ilustrado em (6) e (7):

- (6) a. Esse dinheiro todo pertence a João
 b. João gastou esse dinheiro todo
 c. João não saiu com esse dinheiro todo
- (7) a. *Dinheiro esse todo pertence a João
 b. *João gastou dinheiro esse todo
 c. *João não saiu com dinheiro esse todo

Em (6), ocorre a flutuação interna apenas ao QP e a construção não precisa ser parte de uma estrutura especial. Em (7), onde, além haver flutuação interna ao QP, ocorre também a flutuação interna ao DP, os contextos sintáticos de (6) não são apropriados.

É possível imaginar que, dada a sua natureza, o DP com flutuação interna deva alcançar uma posição externa à esquerda. Se estiver contido numa projeção de um galho à esquerda e à direita da categoria que o seleciona, o movimento seguinte vai constituir uma violação da restrição do galho esquerdo.

Kayne (1994:114) apresenta o exemplo (8) do inglês como ilustrativo desse tipo de restrição, ao qual imputa também a ilegitimidade dos exemplos em (9), discutidos em Chomsky (1986b:31, Barreiras):

- (8) *Who has the cold weather given the sister of a bad case of the flu?
 Quem tem o frio tempo dado a irmã de um feio caso de a gripe
- (9) a. *The man who pictures of are on the table
 O homem quem fotos de estão sobre a mesa
 b. *The book that reading would be fun
 O livro que leitura seria divertida

Ambos os casos envolvem movimento de um galho direito de dentro de um galho esquerdo. Na construção (8) *who* é complemento em uma categoria que está num especificador numa relação de checagem (Kayne mantém movimento obrigatório do objeto); em (9) *the man* é parte do sujeito de uma oração que ocupa também um

especificador²⁴.

Um ponto ainda não foi considerado, qual seja, a justificativa dessa restrição em termos estritamente minimalista. Essa restrição (presente em outras construções) é mais um entre os pontos ainda obscuros na literatura sobre as construções relativas. Gostaríamos, contudo, de sugerir que o movimento obrigatório para especificador de QP possa ser derivado do processo de checagem.

Suponhamos que o DP tem que alcançar uma posição mais alta na construção (lembrar que ele é cabeça de relativa). Suponhamos, ainda como hipótese auxiliar, que o núcleo Q requeira checagem. Se o DP for extraído diretamente da posição original (irmã de Q) para a posição externa suposta, Q ficará sem ser checado. Não é possível realizar a checagem de Q "de carona" quando DP se move para cima, pois implicaria violação da ciclicidade: QP teria que projetar um especificador depois de já ter sido incluído como parte de uma projeção. Isso nos leva diretamente à consideração inicial de que um DP com flutuação interna (portanto, já especial em sua constituição) é selecionado por um Q que projeta necessariamente um especificador, ou seja, um Q com um traço virótico a ser eliminado na sintaxe visível.

3.6. Possessivo e demonstrativo

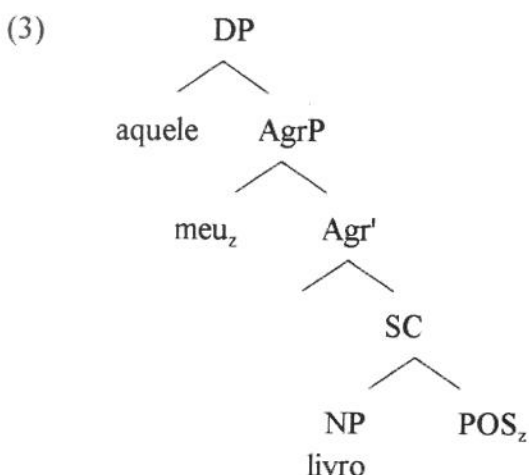
A flutuação do demonstrativo também sofre efeitos da presença de POS. De acordo com a posição de POS relativamente ao núcleo nominal, a flutuação é possível ou não.

- (1) a. Aquele meu livro
- b. *Meu livro aquele
- (2) a. Aquele livro meu
- b. Livro meu aquele

²⁴Não está muito claro que esse seja o tipo adequado de análise para as restrições associadas à flutuação no DP. Pode-se perguntar por que o DP não se move sempre sozinho se é ele o elemento que deve ser afetado, visto que nesse tipo de construção o quantificador pode não ser orfanizado. A operação pode atingir o constituinte inteiro, o DP mais o QP que o inclui. Esse fato, no entanto, parece contribuir para a suposta semelhança entre esses processos. Chomsky, a propósito das construções em (2), menciona que Kuno (1972) observa que o movimento-QU pode ser mais aceitável se a categoria inteira for atingida (movimento com *pied-piping*). No caso do DP com flutuação, ele pode ser movido sozinho ou carregando o QP que o contém.

A construção ilícita no exemplo (1) exhibe o demonstrativo na posição final, do mesmo modo que o faz a construção lícita em (2). O contraste entre (1.b) e (2.b) é dado pela ordenação entre NP e POS. Na construção legítima o nome precede o possessivo; na ilegítima o possessivo é que precede o nome. Assim, existe uma ordenação entre NP e POS que permite a flutuação do demonstrativo e outra que a bloqueia.

Na estrutura do DP que estamos considerando, essa diferença pode ser derivada do tipo de movimento que resulta o demonstrativo em posição final e o possessivo em posição pré-nominal. Aceitemos, para efeito de argumentação, que, em posição pré-nominal, POS se tenha movido para [Spec, AgrP].

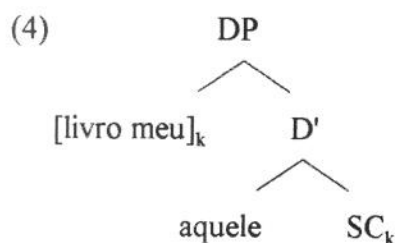


Para que o demonstrativo passe a ocupar a posição final é preciso que tudo que é contido pela projeção irmã de D(=aquele) vá para [Spec, D]. Isso significa que AgrP é a categoria que se deve mover para o especificador, o que não é tolerado, de acordo com a necessidade de um traço categorial no domínio de checagem de F em D, do qual AgrP parece não dispor.

No entanto, não se pode subordinar a flutuação do demonstrativo ao licenciamento de POS *in situ*. A restrição da necessidade de traço categorial no domínio de checagem relevante limita apenas o tipo de categoria que pode alcançar o domínio de checagem. Não pode interferir no domínio de checagem de outra categoria. Assim, [Spec, AgrP], em princípio, é livre de qualquer restrição dessa condição de D²⁵.

²⁵ Essa liberdade é apenas aparente, pois já vimos que um selecionador pode impor restrições ao selecionado. Pode ser o caso que um demonstrativo flutuante não selecione um Agr capaz de projetar um especificador.

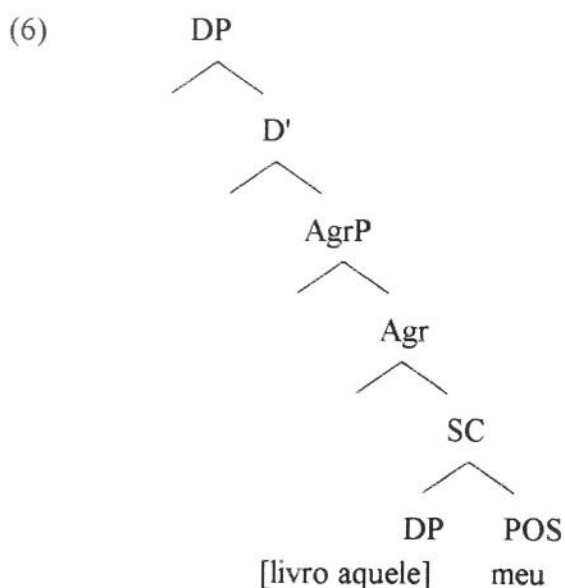
Todavia, a presença de POS em especificador de AgrP tem como consequência uma ordenação dos constituintes distinta daquela que se procura derivar, o que leva à conclusão de que esse especificador não é projetado. O núcleo N do NP possuído não pode checar Agr por movimento de núcleo, pois não poderia, na operação seguinte, prosseguir até o especificador de DP. Conseqüentemente, Agr nessa construção se apresenta como um elemento desprovido de função, resultando numa situação que viola a condição de Interpretação Plena. Por conseguinte, podemos supor que também nessa flutuação, D seleciona diretamente SC e Agr não é projetado. O arranjo estrutural das construções em tela tem, então, o seguinte desenho:



Considere-se o contraste ilustrado no grupo abaixo:

- (5) a. Aquele livro meu
 b. Livro aquele meu
 c. *Meu aquele livro

A construção (5.c) tem o POS na posição inicial antecedendo o demonstrativo (*aquele*) e o nome (*livro*). Essa flutuação não é permitida. Ao que parece, o possessivo não pode provocar a flutuação do demonstrativo. Consideremos, de imediato, a estrutura que subjaz à seqüência em (5.b). Propomos que o demonstrativo e o NP possuído compõem inicialmente um arranjo independente de POS, de vez que a flutuação envolve os dois primeiros sem afetar o último. Supomos também a projeção também da categoria Agr, cuja presença será discutida.



O DP encaixado sobe para checar o DP em seu especificador, de modo que se impede uma possível incompatibilidade de traços de D, conforme discutido anteriormente. O deslocamento desse DP com flutuação para o especificador do DP matriz pode ser comparado com o movimento para o especificador de QP, abordado acima (flutuação no DP encaixado força a sua localização numa posição mais externa).

A categoria Agr nessa estrutura pode não interferir com o movimento do possuído (DP = aquele livro). Por conseguinte, a sua projeção é possível desse que exerce um papel. Uma variedade de gramática em que POS não contrastivo seja obrigatoriamente deslocado de sua posição original deve incluí-lo na projeção. Caso contrário, ele será dispensado se nenhum outro elemento (associado ao possuidor) dependa de sua presença. Desse modo, temos admitida a possibilidade de estruturas distintas para construções com o mesmo ordenamento superficial²⁶.

Passemos à construção ilícita em (5.c). Podemos aventar duas hipóteses para a sua exclusão. É sabido que em português o especificador de DP não é acessível a possuidor, quer realizado por pronome, quer por um sintagma nominal pleno. Os determinantes co-ocorrem com as formas possessivas, sugerindo a sua independência e capacidades de checagem distintas. O possessivo em posição inicial absoluta²⁷

²⁶Esse tipo de ambigüidade é considerado como um dos elementos que podem atuar no desencadeamento de um processo de mudança, funcionar, por exemplo, como um *input* para a Reanálise Diacrônica (cf. Roberts, 1992).

²⁷Essa construção do português do Brasil marca uma distinção presente do português de Portugal, no qual não é mais encontrada (ou o é muito restritamente).

pode servir de âncora para um determinante nulo (afixal). Se D for checado por esse determinante nulo ancorado no pronome possessivo, teremos ao final um D matriz e um D encaixado, e o NP possuído será duplamente especificado, o que pode resultar em incompatibilidade de traços e violação de Interpretação Plena.

4. Discordância no DP e movimento de POS

Participantes do sintagma nominal, afora PPs, mantêm uma relação de concordância morfológica com o nome, expressa pela realização redundante de gênero e número. Os possessivos se incluem também entre os elementos concordantes. (A intenção nesta seção é demonstrar o movimento do possessivo; alguns exemplos reveladores não referem a posse comum, mas foram incluídos pelo valor ilustrativo):

- (1) a. Minha fotografia colorida
- b. Minhas fotografias coloridas
- c. Meu retrato colorido
- d. Meus retratos coloridos

- (2) a. Nossa caminhada longa
- b. Nossas caminhadas longas
- c. Nosso desembarque tardio
- d. Nossos desembarques tardios

Contudo, adjetivos podem destoar desse padrão harmônico. Podem apresentar discordância tanto de gênero quanto de número.

- (3) a. Minha fotografia sozinho
- b. Minhas fotografias sozinho
- c. Meu retrato colorido sozinha
- d. Meus retratos coloridos sozinha

- (4) a. Nossa caminhada longa sozinhos
- b. Nosso desembarque tardio sozinhas
- c. Nossos desembarques tardios sozinhas

Nos exemplos (3-4), essa discordância do adjetivo com o nome tem sua fonte na concordância que estabelece com outro elemento, nomeadamente, aquele expresso por POS. Esse adjetivo é interpretado como um modificador não do núcleo N, mas do POS associado a esse núcleo.

A concordância do adjetivo é feita com o número da forma pronominal de POS e com o gênero do referente determinado no contexto do discurso²⁸. Assim, o falante em (3. a-b) é singular (informação codificada na morfologia do pronome), do gênero masculino (informação depreendida no contexto de fala) expresso no gênero do adjetivo que é discordante daquele do núcleo N. O plural em (3. b-d) se refere à quantidade de "fotografias" e não de "fotografados".

Em (3.c) o falante é do gênero feminino, informação que se plasma na concordância do adjetivo, que é discordante da do núcleo N.

A mesma situação se repete em (4), com a diferença de que agora o número dado pela forma pronominal é plural. O adjetivo têm essa marca constante. A informação de gênero é variável, de novo, identificada na situação discursiva.

Esse padrão de concordância é idêntico ao que se estabelece entre o adjetivo e o núcleo do sintagma nominal, que ocorra em lugar do POS ou um pronome tônico nas construções genitivas. Aqui, a segunda pessoa e a terceira exemplificam-no com clareza.

(5) a. A fotografia [do menino/dele sozinho]

²⁸O mesmo tipo de fenômeno se observa no nível oracional.

(i) Tirei uma fotografia sozinho

Essa oração é ambígua entre uma leitura agentiva do verbo *tirar* e uma outra não agentiva (média) em que o sujeito sintático *eu* não é o sujeito lógico. (ii) descreve informalmente as duas relações que *sozinho* estabelece.

(i) a. *pro*_i Tirei a [PRO fotografia] [t_i sozinho]

b. Tirei a [PRO_i fotografia] [t_i sozinho]

Na leitura (ii.a), *sozinho* significa sem ajuda, por meios próprios. Em (ii.b), significa desacompanhado, como único objeto presente no cenário.

(iii) a. [*pro* sozinho]_i tirei a fotografia [t_i]

b. *Tirei a [PRO sozinho]_i fotografia [t_i]

O pronome, quando sujeito do verbo, pode arrastar o adjetivo consigo; quando sujeito do nome, não o pode fazer.

- b. A fotografia [dos meninos/deles sozinhos]
 - c. O retrato [da menina/dela sozinha]
 - d. O retrato [das meninas/delas sozinhas]
- (6) a. A caminhada longa [de vocês sozinhos]
- b. O desembarque tardio [de vocês sozinhas]
 - c. Os desembarques tardios [de moças sozinhas]

O possessivo entra em duas relações de concordância. Uma com o adjetivo que o modifica diretamente e a outra com o núcleo nominal. Num momento POS é o elemento que dispara a concordância de outro. Noutro momento, ele se molda à concordância imposta por outro. Em outras palavras, o adjetivo concorda com o possessivo; mas é o possessivo que concorda com o nome²⁹.

Outra característica dessa construção é a ordenação entre adjetivo e nome. O adjetivo se realiza sempre depois de N.

- (7) a. *Minha sozinho fotografia
- b. *Minhas sozinho fotografias
 - c. *Meu sozinha retrato colorido
 - d. *Meus sozinha retratos coloridos
- (8) a. *Nossa sozinhos caminhada longa
- b. *Nosso sozinhas desembarque tardio
 - c. *Nossos sozinhas desembarques tardios

Algumas conclusões se derivam desse fato. Primeiro, se o adjetivo for gerado inicialmente acima da posição ocupada por N, então N se move obrigatoriamente na sintaxe visível para uma posição superior. Segundo, se a relação de modificação entre POS e adjetivo é definida estruturalmente, então POS se origina numa posição abaixo daquela em que N se realiza. Terceiro, POS não pode carregar

²⁹Nesse padrão, seria possível imaginar que no primeiro movimento POS é o argumento do predicado adjetival e no segundo momento POS é o predicado que tem a projeção de N como argumento, o que talvez se possa relacionar com a observação de Chomsky de que, em geral, o elemento que é checado, o alvo, é que realiza morfologicamente as marcas de concordância. Veja que POS é que realiza as marcas de concordância do N e não vice-versa. Tanto é verdade que nesse processo, o gênero do referente que se realiza no adjetivo é obliterado no possessivo, que marca o gênero do possuído em concordância com o núcleo nominal.

o adjetivo de carona, na sua subida. Esse último está dentro do quadro geral da impossibilidade de modificação de POS pré-nominal. Possivelmente a posição onde POS se aloja não tolera um constituinte mais pesado (cf. Kayne, 1994).

Observe-se que os adverbiais *apenas/somente/só*, quando modificam POS, podem se realizar antes ou depois dele, se POS ocupa a posição pós-nominal.

- (9) a. A fotografia apenas minha
 b. A fotografia minha apenas
 c. O livro somente meu
 d. O livro meu somente

As duas posições do adverbial se assemelham à flutuação do quantificador *todos*. Podemos presumir que a variedade de posição desses elementos resultem de processos semelhantes aos que operam entre Q e DP.

Contudo, se POS é realizado antes do nome, esses adverbiais não podem estar adjacentes a ele, quer precedendo-o quer seguindo-o.

- (10) a. *A apenas minha fotografia
 b. *A minha apenas fotografia
 c. *O somente meu livro
 d. *O meu somente livro

Uma derivação que elimine o movimento de POS não pode captar diretamente sua relação com os modificadores adverbiais/ adjetivais apresentados acima, que estão necessariamente distantes de sua posição pré-nominal.

Esses fatos podem ser tomados como evidência de que existe de fato uma categoria funcional que, ao menos em certos casos, se projeta entre D e N. Os fatos de concordância observados envolvendo o possessivo pré-nominal e a própria ocorrência do possuidor nessa posição dão testemunho da repercussão dessa categoria na sintaxe nominal do português.

CAPÍTULO IV

A SINTAXE INTERNA DO POSSESSIVO

1. Introdução

Os possessivos, como a maioria dos pronomes em português, não admitem modificação por meio de um adjetivo ou PP (Excluem-se os argumentos de nominais de evento e nomes icônicos, considerados adiante).

- (1) a. o livro dos alunos estudiosos
b. *o livro [deles estudiosos]
c. *o livro [seu estudiosos]
d. *o seu_i livro [t_i estudiosos]
- (2) a. o livro dos alunos do primeiro ano
b. *o livro [deles do primeiro ano]
c. *o livro [seu do primeiro ano]
d. *o seu_i livro [t_i do primeiro ano]
- (3) a. a saia da moça de 1,90 m
b. *a saia [dela de 1,90 m]
c. *a saia [sua de 1,90 m]
d. *a sua_i saia [t_i de 1,90 m]
- (4) a. o empenho de vocês brasileiros
b. *o empenho [seu brasileiros]
c. *o seu_i empenho [t_i brasileiros]

- (5) a. a esperança de nós cariocas¹
 b. *a esperança [nossa cariocas]
 c. *a nossa_i esperança [t_i cariocas]

Esse comportamento se repete quando o modificador é um numeral. A modificação é impossível, mesmo quando envolve as pessoas gramaticais cujas formas pronominais tônicas (*nós*, *vocês(vós)*, *eles*) não repelem esse tipo de especificação².

- (6) a. o livro dos cinco meninos
 b. o livro deles cinco
 c. *o livro [seu cinco]
 d. *o seu_i livro [t_i cinco]
- (7) a. o empenho de vocês(vós) cinco
 b. *o empenho [seu(vosso) cinco]
 c. *o seu(vosso)_i empenho [t_i cinco]
- (8) a. a esperança de nós cinco
 b. *a esperança [nossa cinco]
 c. *a nossa_i esperança [t_i cinco]

Este capítulo vai buscar dar conta dessa característica dessa forma

¹Essa construção soa um pouco esquisita, mas não é ilegítima. A sua estranheza talvez decorra do uso do pronome *nós* com leitura não específica, que não é tão freqüente quanto o uso específico. A presença do quantificador *todos* torna-a inteiramente natural, evidenciando que a modificação do pronome nesse caso não é ilegítima:

(i) a esperança de todos nós cariocas

As formas da primeira e segunda pessoa do plural apresentam a possibilidade de interpretação do adjetivo que as modificam como atributivo ou apositivo.

²A exclusão do numeral com formas do singular (*eu*, *você*, *ele*) talvez seja contingente da interação entre o numeral *um* e o indefinido *um*. Esses pronomes se referem a conjuntos unimembres, com os quais o artigo definido é obrigatório.

(i) a. a terra/*uma terra (terra=planeta)
 b. a lua/*uma lua
 c. o sol/*um sol
 d. a terra natal/*uma terra natal

Claro que o indefinido pode ser usado com outras leituras. *Um sol lindo* indica uma avaliação do falante de como percebe/sente o efeito do *sol* e não uma comparação com um outro *sol*.

pronominal, tomando como base possíveis diferenças entre estrutura interna do DP pronominal (possessivo) e do DP nominal. Na seção 2, examina-se a estrutura interna do possessivo, a partir da sua equiparação a um DP pleno. Na seção 3, investiga-se as possibilidades de modificação da forma possessiva por adjetivos, quantificadores e adverbiais, notando-se que essas formas se aproximam dos clíticos verbais, que admitem modificações apenas em contextos bastante especiais. Essa característica das formas possessivas é tomada como evidência de que, nos casos neutros, ela normalmente se move no interior do sintagma nominal.

2. A estrutura interna do pronome (a proposta de Koopman, 1994)

Koopman em seu trabalho "The internal and external distribution of DP pronominals" avança uma teoria que busca explicar a distribuição de DP pronominais a partir de propriedades de sua estrutura interna.

Toma como ponto de partida o trabalho de Hestvik (1990; apud Koopman, 1984) que observa um comportamento diferente entre os pronomes do norueguês e do inglês: os primeiros podem ser modificados por PP, mas os segundos não.

(1) a. han med langt haring (pg.37)

ele com longo cabelo

b. *he with long hair

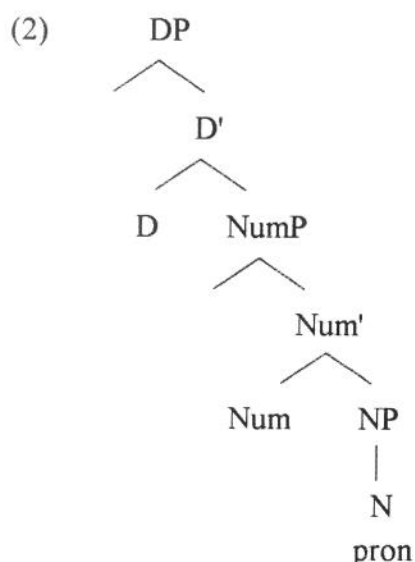
ele com longo cabelo

Em função disso, Hestvik conclui que os pronomes nas duas línguas têm representações diferentes: no inglês se comportam como NPs e no norueguês como Ns (DPs e NPs na hipótese DP).

Koopman observa que seria insatisfatório um tratamento que considerasse os pronomes numa língua como substituto de uma projeção e em outra como substituto de outra. Propõe, então, que pronomes têm a mesma estrutura translingüisticamente.

Os elementos pronominais, de acordo com essa visão, são constituídos (no

mínimo) de dois núcleos funcionais, a saber, D e Num(tracos de número)³. A categoria Num seleciona um NP-*pronominal*. Assim, os pronomes têm início como um núcleo N pronominal (pron). (Num será mantido como rótulo descritivo da categoria que supostamente se projeta entre D e N; o rótulo Agr é usado como sinônimo de Num. Independentemente do seja a definição dessa categoria, os vários estudos sobre o sintagma nominal têm apontado para a necessidade de se considerar uma categoria intermediária entre D e N. Mesmo considerando que o que se move, segundo as últimas formulações de Chomsky, é uma categoria lexical, seguiremos a proposta de Koopman, que pode ser ajustada com a revisão da natureza da suposta categoria funcional, que poderia ter um estatuto lexical comparável ao de um modal):



As línguas variam quanto ao elemento que é lexicalizado, se D ou NumP ou ambos⁴. Também diferem quanto ao momento de movimento de NumP para [Spec,DP]. Em algumas é na sintaxe visível (eg., inglês, francês), noutras em FL (eg., norueguês). Na verdade, mesmo intralingüisticamente pode ocorrer variação.

A proposta da uniformidade da representação pronominal enfrenta o problema de justificar a possibilidade/impossibilidade de modificação. Koopman, então, busca derivar essa restrição a partir da sintaxe visível de cada DP particular.

O movimento dos constituintes internos do DP deve responder pela

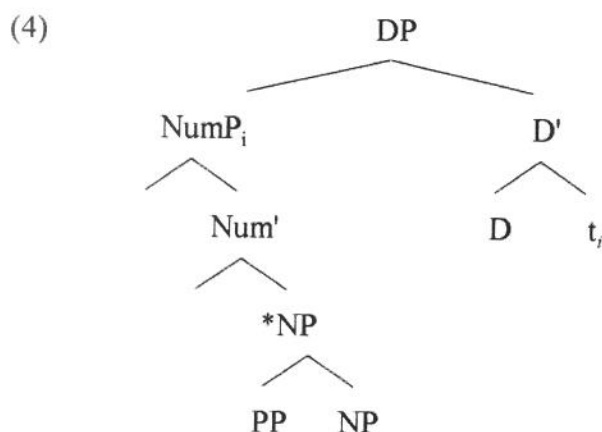
³Uma terceira categoria, Agr, estaria presente somente quando um DP genitivo (eg., John em John's book) precise ser licenciado.

⁴O galês realiza todas as possibilidades. Há um paradigma em que D é lexicalizado; outro em que NumP o é, e um terceiro em que ambos D e NumP o são.

restrição. O movimento de N não seria o elemento definidor, de vez que línguas que exibem movimento de núcleo-N (francês) pode ter o N modificado por um PP. O movimento de NumP é, assim, considerado a chave para a diferença:

- (3) a. modificadores-PP não são permitidos se NumP se move para [Spec,DP]
 b. modificadores-PP são permitidos se N se move para Num ou um núcleo mais alto, ou ainda se permanece *in situ* (p.12; tradução minha)

A situação (3.a) é representada no diagrama seguinte.



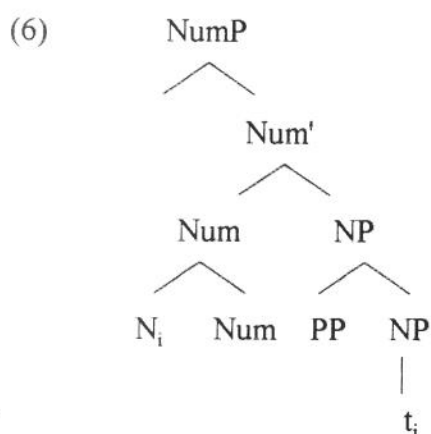
O francês, observa Koopman se equipara ao inglês, conforme se observa no exemplo a seguir, em que a modificação por PP de NP é possível quando N é lexical e proibida quando N é pronominal. Os pronomes *le/la/les* (homófonos com os determinantes) ilustram bem esse ponto (pg.9). (As mesmas considerações podem ser estendidas ao português; no entanto, usarei o inglês e francês na resenha, seguindo os exemplos da autora)

- (5) a. J'ai vu l'homme aux cheveux longs
 " Eu vi o homem de cabelos longos
 b. *Je l'ai vu aux cheveux longs
 *Eu o vi de cabelos longos⁵

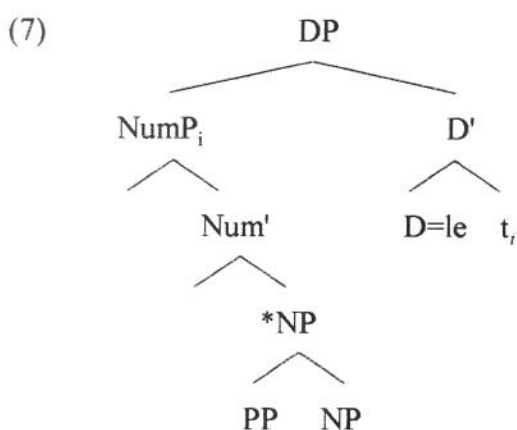
A derivação de (5.a) envolve movimento de N para um núcleo acima de sua

⁵Deve ser lembrado que a leitura impossível é do homem que tem por característica "cabelos longos" (Nível de Indivíduo) e não no sentido de quando o homem estava com os cabelos longos (Nível de Cena).

posição inicial na sintaxe visível. NumP não é afetado, como se ilustra abaixo.



(5.b) tem movimento de NumP visível. A modificação por PP não é autorizada.



Em inglês (que não tem movimento de N lexical visível), a situação é a mesma. NumP também se move obrigatoriamente para [Spec, DP]. Assim, o equivalente em inglês de (5.b) também é impossível.

(8) *I saw him with long hair.

Eu vi o com cabelos longos

*Eu o vi de cabelos longos

O diagrama (7) representa igualmente esse caso. A diferença é que em inglês, D não é lexicalizado. NumP é que recebe interpretação fonética.

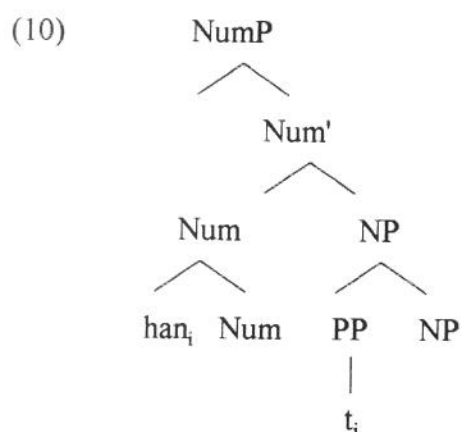
Em norueguês, a modificação do tipo apresentada acima pode ocorrer naturalmente:

(9) Jeg liker ikke *han med langt haring*

Eu gosto não ele com longos cabelos

*Eu não gosto dele de cabelos longos (na leitura relevante)

Uma representação adequada para (9) seria aquela que corresponde à derivação com N não pronominal em francês e inglês. (Abstrai-se o movimento visível de N ausente no inglês):



O núcleo N pronominal do norueguês pode se mover para Num, mas NumP fica congelado na sua posição. Essa permanência *in situ* libera a modificação por PP.

O movimento de elementos dentro do DP pronominal é usado por Koopman como base para derivar as possibilidades de distribuição externas dos pronomes. As seguintes alternativas são consideradas:

- O DP completo se move para uma posição adequada a DPs.
- O núcleo de NumP em [Spec, DP] ou o próprio núcleo D pode sofrer movimento em condições apropriadas.
- O NumP que está em [Spec,DP] pode se mover adiante para outra posição⁶, deixando D para trás (órfão).

Esses aspectos dessas opções serão considerados no tratamento do movimento do possessivo.

A partir da obrigatoriedade ou não de movimento de NumP para [Spec, DP], Koopman deriva as diferentes posições do pronome e sua interação com modificadores (PP e outros). Movimento de NumP para além dos limites de DP só é possível

⁶Essa posição deve ter um núcleo capaz de licenciar NumP que é um constituinte menor do que o DP. Para Koopman, essa posição pode corresponder ao Agr, ou D (a posição de clítico de Sportiche, 1992).

se NumP se move para Spec, DP na sintaxe visível.

O tratamento dado ao norueguês será considerado rapidamente pois apresenta um contraste que se manifesta também no quadro pronominal do português, qual seja, a modificação de pronome por PP.

Pronomes em norueguês são tratados como consistindo de um D silencioso e um NumP lexicalizado. Movimento de NumP para [Spec,D] é tomado como opcional ou impossível. Movimento é impossível quando o pronome é modificado. Observem-se os seguintes exemplos (pg.37):

(11) a. Jeg liker *ham ikke*

Eu gosto ele não

"Eu não gosto dele"

b. Jeg liker *ikke han med langt haring*

Eu gosto não ele com longo cabelo

"*Eu não gosto dele de cabelo comprido"

c.*Jeg liker *han med langt haring ikke*

Eu gosto ele com longo cabelo não

d.*Jeg liker *han ikke med langt haring*

Eu gosto ele não com longo cabelo

(11.a), com o pronome antes da negação (pronoun shift) mostra que o pronome subiu para uma posição acima da original (pelo menos). Em (11.b), o pronome se encontra numa posição mais abaixo, pois segue o elemento negativo *ikke*, e não pode subir conforme o demonstra (11.c-d).

Koopman defende que a subida do pronome para uma posição externa a DP (pronoun shift) só é possível se NumP se move para Spec, DP. Se NumP não se move, o elemento pronominal terá a distribuição de um DP lexical. (11.b) exhibe o pronome modificado por PP, o que impede o movimento de NumP para [Spec,D] e, conseqüentemente, para além dele. Observe-se também que nem o DP completo nem o pronome sozinho (com abandono do PP) pode subir.

3. Pronomes e modificadores em português

Podemos agora abordar o português. Em princípio será considerado o

quadro pronominal com os paradigmas (fortes e fracos) e depois se tratará especificamente do possessivo. Será considerada também a modificação por adjetivo (atributivo), pois apresentam o mesmo comportamento do PP no que é relevante para a discussão.

Observemos os dados apresentados a seguir. O advérbio *ontem* será usado como recurso para destacar a não contigüidade do pronome com o verbo. (Não significa considerá-lo de posição fixa como o elemento negativo do norueguês)

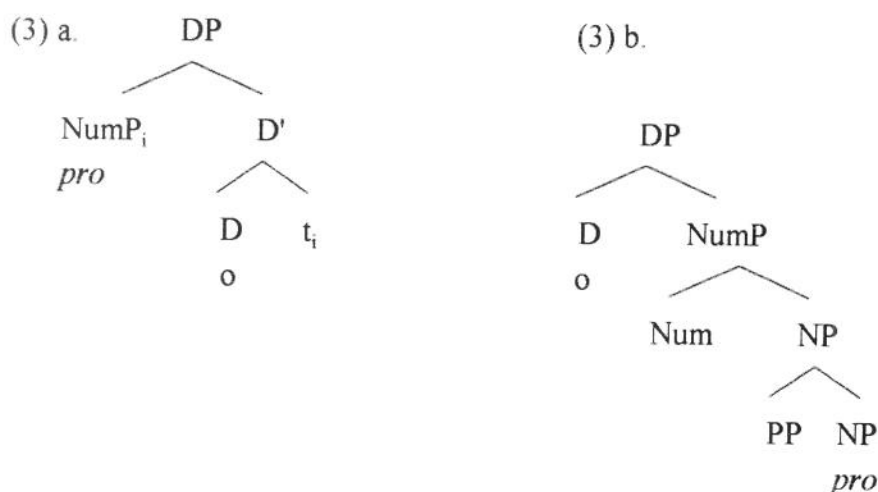
- (1) a. Encontrei-*o* ontem
 b. Encontrei ontem *o* de 1,80 de altura
 c.*Encontrei-*o* ontem de 1,80 de altura
 d.*Encontrei-*o* de 1,80 de altura ontem

- (2) a. Visitei-*a* ontem
 b. Visitei ontem *a* inteligente
 c.*Visitei-*a* ontem inteligente
 d.*Visitei-*a* inteligente ontem

Os exemplos (a-b) contrastam com (c-d) quanto à legitimidade de movimento do pronome para uma posição junto ao verbo. Essa diferença está relacionada à possibilidade de cliticização do elemento pronominal.

As construções envolvendo a modificação por um PP espelha muito bem a situação do norueguês. O pronome *o*, clítico ao verbo, corresponde ao pronome *han* acima do elemento negativo *ikke*; em ambos os casos, é evidente que o elemento pronominal está numa posição externa a seu DP.

De acordo com a proposta de Koopman, a distinção entre (a-b) e (c-d) deve ser interpretada como resultado da diferença na distribuição interna do DP pronominal. A organização das estruturas estão apresentadas diagramaticamente. (3.a) representa o movimento de NumP e (3.b) a ausência dele.



A situação apresentada nesse caso envolvendo o pronome de terceira pessoa não se estende às demais. A primeira e a segunda pessoa (singular e plural) não admitem essa combinação, como se pode observar nos exemplos seguintes. (Para uniformizar o paradigma, a forma *vos* será também incluída; as formas *te/lhe* representam a alternância que se verifica em vários registros).

- (4) a. Encontrou-me ontem
 b.*Encontrou ontem me de 1,80 de altura
 c.*Encontrou-me ontem de 1,80 de altura
 d.*Encontrou-me de 1,80 de altura ontem

- (5) a. Visitei-te/lhe ontem
 b.*Visitei ontem te/lhe inteligente
 c.*Visitei-te/lhe ontem inteligente
 d.*Visitei-te/lhe inteligente ontem

- (6) a. Encontrou-nos ontem
 b.*Encontrou ontem nos de 1,80 de altura
 c.*Encontrou-nos ontem de 1,80 de altura
 d.*Encontrou-nos de 1,80 de altura ontem

- (7) a. Visitei-vos ontem
 b.*Visitei ontem vos inteligentes
 c.*Visitei-vos ontem inteligentes
 d.*Visitei-vos inteligentes ontem

Note-se que o motivo não parece ter a ver com uma dependência fonética. Todas essas pessoas tem um corpo fonético tão (ou mesmo mais) robusto do que a terceira pessoa *o(s) a(s)*. Além disso, poderiam se apoiar em qualquer outro elemento mais adjacente à semelhança da terceira, se essa fosse a questão. Na verdade, parece que a subida do pronome é sempre obrigatória, porque não pode ser licenciado na posição de origem, e, portanto, não pode tolerar um modificador que lhe obstrua a subida.

Com as formas pronominais fortes temos também dois grupos com comportamentos diferenciados, abrangendo, de um lado a primeira e a segunda pessoa do plural, e, do outro, a primeira e a segunda pessoa do singular, às quais se juntam a terceira pessoa (singular e plural).

Na posição de sujeito e de complementos de preposição, os pronomes plurais (do primeiro grupo) admitem modificação, como ilustrado por (8.d-e) e (9.d-e). As formas do segundo grupo (primeira e segunda do singular e a terceira) não aceitam esse tipo de modificação, de acordo com (8.a-c, f) e (9.a-c, f).

- (8) a. *Eu de pescoço fino (não uso gola canoa)
- b. *Tu/você de perna longa (pode pular o fosso)
- c. *Ele de 1,80 de altura (recebeu o prêmio)
- d. Nós de pescoço fino (não devemos usar gola canoa)
- e. Vós/vocês de perna longa (podem pular o fosso)
- f. *Eles de 1,80 de altura (receberam o prêmio)

- (9) a. (Gola canoa é inadequada para) *Mim de pescoço fino
- b. (Olhou para) *Ti de perna longa
- c. (Preferiu a) *Ele/si de 1,80 de altura
- d. (Gola canoa é inadequada para) *Nós de pescoço fino
- e. (Olhou para) *Vós/vocês de perna longa
- f. (Deram o prêmio) *Eles/si de 1,80 de altura

O contraste relevante aqui é entre formas fracas (4-7) e fortes (8-9), com abstração da diferença dentro do grupo das formas fortes. A não modificação dos dêiticos singulares (primeira e segunda pessoa) acompanha a restrição que se

observe com conjuntos unimembres⁷, que são, de forma geral, não modificáveis. (Sobre a terceira pessoa algo mais precisa ser dito, tendo em vista que a forma do plural não admite modificação.)

Como vimos, o contraste nas possibilidades de modificação entre formas fortes e fracas está correlacionado com a posição que elas ocupam na estrutura. Podemos supor que as formas fracas são submetidas a algum tipo de operação obrigatória da qual as formas fortes são isentas. Tendo em vista a sua natureza de clítico verbal, podemos traduzir essa operação limitadora como sendo a obrigatoriedade de movimento para uma posição adjacente ao verbo, que não tolera uma categoria mais pesada. A distribuição das formas pronominais seriam, pois, dependentes do que acontece na sua composição interna.

Se estiver correta a proposta de Koopman de que a impossibilidade de modificação por PP está relacionada a movimento interno ao DP do pronome, então todas essas formas pronominais incluem movimento obrigatório de NumP para [[Spec,DP]] na sua derivação. Essa seria uma operação necessária para movimentos ulteriores do elemento pronominal.

A forma de terceira pessoa representada por "o" tem natureza bivalente, apresentando o comportamento das formas fracas e das formas fortes. Pode realizar-se sem modificação, sendo clítica a uma base verbal; nesse uso só pode figurar como complemento verbal. Admite modificação, e nesse caso permanece aparentemente nos limites da sua projeção, o que lhe permite desfrutar de uma certa liberdade de distribuição:

- (10) a. Eu vi [o de 1,80 m]
 b. Eu vi [o alto]
 c. [O de 1,80] ganhou a prova de salto
 d. [O alto] ganhou a disputa
 e. Concorreu com [o de 1,80]
 f. Perdeu para [o alto]

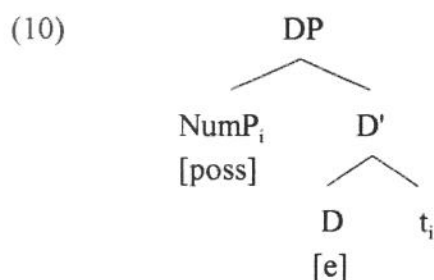
⁷As formas de plural (primeira e segunda pessoa) não têm o mesmo grau de especificidade da contraparte singular. Os dêiticos *eu* e *tu/você* identificam de modo inequívoco o referente no universo do discurso. Já a forma *nós* refere a um conjunto composto pelo falante e, ao menos, mais um elemento (qualquer que seja); nesse caso, apenas um dos elementos do conjunto é necessariamente especificado. Assim sendo, um delimitador é feliz semântica e pragmaticamente para permitir a identificação precisa dos demais membros do conjunto. O mesmo se dá com a segunda pessoa do plural (*você/vós*), que tem necessariamente identificado apenas o elemento que corresponde ao ouvinte. A terceira pessoa tem comportamento distinto, com todos os membros do conjunto tomados como identificados necessariamente.

Essas duas constelações distintas de propriedades associadas à forma "o" indicam que, em cada caso, ela deve apresentar diferenças no conjunto de traços da sua constituição, que vão poder licenciar um ou outro comportamento. Pode-se imaginar, por exemplo, que o traço especificidade seja esse elemento diferenciador. A forma pronominal com D específico é atraída para uma posição para além da projeção onde se origina. A forma com D não específico não sofre essa atração. A associação das alternativas de comportamento exibidas por um DP a diferenças na constituição do núcleo D é registrada frequentemente na literatura⁸.

3.1. POS, PPs e adjetivos

Considerando quadro delineado acima, podemos dizer que o pronome possessivo tem o mesmo comportamento dos pronomes pessoais (afora a terceira pessoa "o"). Em consonância com a análise avançada aqui, a refração a um modificador PP, manifestada por essa forma pronominal, é provocada pela distribuição interna dos constituintes do DP que o representa.

Para efeito de análise será considerado que os possessivos são constituídos de NumP lexicalizado e D nulo⁹. (Considerando sua constituição mórfica, essa deve ser a forma dos demais pronomes, com exceção talvez da forma "o"). Em diagrama, a constituição do DP-Poss.



Inicialmente POS se move para NumP. Sendo uma categoria não ramificante, pode

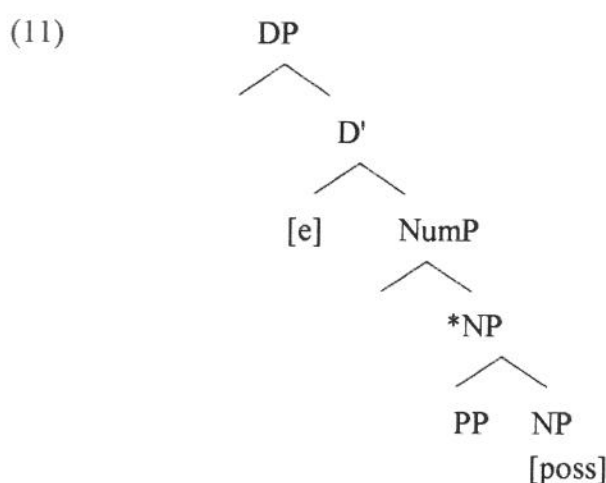
⁸ Enç(1991) assinala uma diferença entre complementos definidos e indefinidos em turco. Uriagereka (1995) defende que pronomes se cliticizam ao verbo se específicos.

⁹ Uma outra alternativa seria considerar POS composto de NumP e D lexicalizados. O segmento vocálico final como a realização D, com amalgamento das duas partes. Nesse caso, não haveria questão quanto ao movimento de NumP para o especificador de DP. Essa possibilidade é sugerida por Kayne para os possessivos fortes do catalão, segundo registra Picallo (1994).

alcançar o núcleo Num ou [Spec,AgrP]. Não há como decidir imediatamente qual a posição, ficando em aberto essa questão. De qualquer sorte, o importante aqui é que há movimento relacionado com NumP.

Se essa análise resultar correta, dois resultados desejáveis terão sido atingidos. Em primeiro lugar, consegue-se uma explicação para a impossibilidade de modificação por um PP de um possuidor realizado por DP-Poss, face à modificação quando realizado por DP com núcleo N-nominal. Em segundo lugar desvela-se uma característica das formas possessivas que é compartilhada por outras formas pronominais, que pode ser tomada como indicação de que esses elementos fazem parte do mesmo paradigma.

Para relembrar, repete-se o diagrama que destaca a ilegitimidade da operação de modificação, por PP, do NP que domina POS, como ocorre com os demais pronomes. (A marca * no NP indica impropriedade da modificação).



A presunção de que é movimento a partir de NumP que bloqueia a modificação por PP implica que, na derivação de DP-Poss, esse movimento se manifesta. A suposição de que movimento de uma categoria para fora do seu DP tem como condição necessária (não suficiente) o movimento visível de NumP leva à conclusão de que POS se habilita como candidato a alcançar uma posição fora do seu DP original.

3.2. POS e numeral

Passemos à modificação pronominal por um numeral. (Somente as formas do plural serão consideradas, pois o singular é obviamente unitário). O grupo em (1) será representativo dos elementos do subgrupo dos fortes; em (2) estão os elementos do subgrupo dos fracos.

- (1) a. *Nós dois* (ajudamos o menino)
 b. *Vós/vocês cinco* (podeis/podem sair)
 c. *Eles dois* (chegaram tarde)

- (2) a. *(O menino ajudou)-*nos dois*
 b. *(O menino ajudou)-*vos cinco*
 c. *(O menino ajudou)-*os dois*
 d. (O menino ajudou) *os dois*

O grupo em (1) é uniforme. Todas as pessoas podem ter um numeral como modificador. Já o grupo em (2) apresenta variação. A primeira e a segunda pessoa não toleram um numeral. A terceira pode aceitá-lo, e, nesse caso não sobe para uma posição fora do seu DP (replicando a situação do norueguês). Em outros termos, a forma de terceira pessoa exibe propriedade dos diferentes subgrupos, podendo se agrupar ora com um ora com outro.

Uma pergunta que emerge imediatamente é a seguinte: Trata-se de uma mesma forma com comportamento anfíbio ou de duas formas diferentes com a mesma realização fonética, i.e., uma manifestação de homonímia.

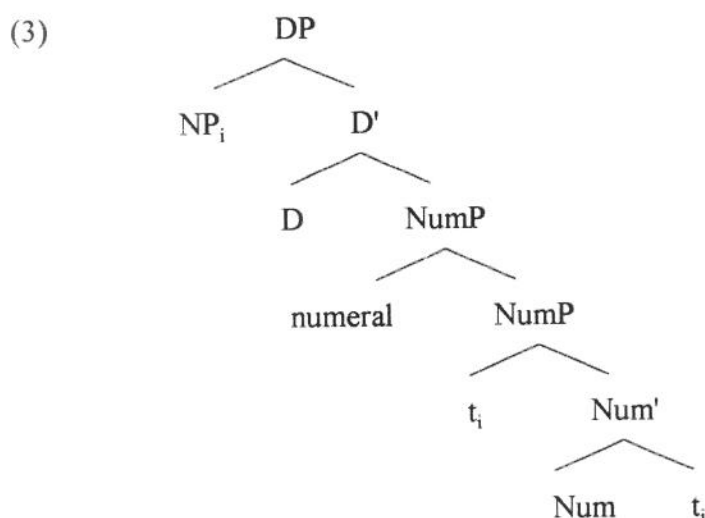
Em termos minimalistas, a variação de comportamento de elementos é explicada em função de diferença de sua constituição morfológica. Dois elementos com comportamentos sintáticos distintos, são distintos entre si. Essa diferença deve resultar da presença de um traço relevante em um e não noutro. Essa variação pode ser derivada da composição da Numeração, quando se pode selecionar traços opcionais dos itens lexicais.

É intrigante, contudo, o fato de a primeira e a segunda pessoa (do paradigma relevante) não disporem de opção na composição do conjunto dos traços do item lexical. Se o movimento de (um elemento em) NumP resulta da presença de um traço que permite sua atração por um elemento funcional, esse traço estará sempre

presente nas formas de primeira e segunda pessoa. Essa assimetria em português se conforma com o fato, já observado também em várias outras línguas, de que a terceira pessoa tem características distintas das demais. Hewson (1991), Cerqueira (1993) Kato (1993;1994) Koopman (1994)¹⁰.

No que tange o movimento de NumP e a presença de um numeral, é necessário rever essa operação de movimento. Aceitando-se que numeral seja um modificador que se adjunge na projeção Num, então NumP não pode se mover de acordo com a proposta em apreço. Koopman observa que em inglês o numeral pode modificar um pronome (*you two* "vocês/vós dois", *us two* "nós dois" ; a terceira pessoa *them* "eles" apresenta restrições especiais). Nesse caso, NumP não pode se mover. O licenciamento da construção, então, só pode se dar a partir do movimento do elemento que está em [Spec, NumP]. O NP que domina o pronome se move para [Spec, NumP], e, por isso, a modificação de NP por PP é proibida. Mas esse NP pode se mover para [Spec, DP] deixando NumP para trás. Como NumP não se move, pode suportar um modificador numeral.

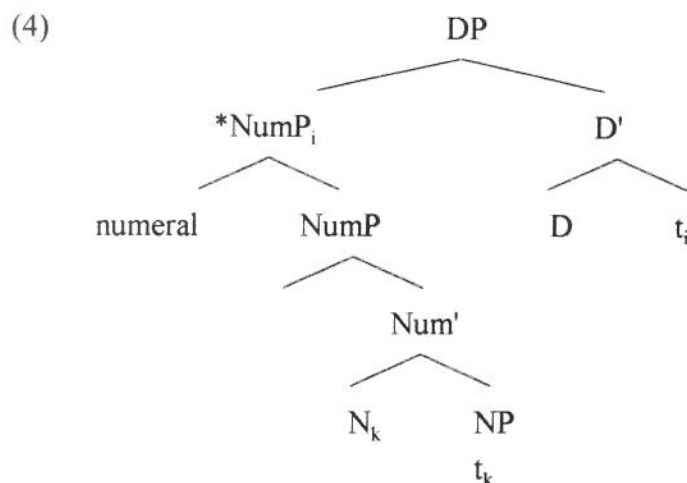
Essas duas possibilidades estão representadas a seguir. (3) corresponde ao paradigma em (1) e ao caso especial em (2.d). (4) é o correspondente de (2.a-c).



O diagrama seguinte mostra que o movimento de NumP é desautorizado

¹⁰Uma possibilidade seria a presença obrigatória de traços de pessoa na primeira e segunda pessoa. A terceira pessoa seria de dois tipos, uma com traço de pessoa obrigatório e outra sem esse traço. Kato (1993) propõe que a primeira e segunda pessoa estão sob o princípio C da ligação, enquanto a terceira está sob C (dêitico) ou B (pronome anáfora). Como se vê, a terceira pessoa é mais maleável quanto a diferenças nos conjuntos de traços que podem entrar em sua composição.

em virtude da presença de um numeral que modifica sua projeção:



A essa altura já é evidente o tratamento a ser dispensado a POS quanto à rejeição de modificação por numeral: sua derivação compreende movimento obrigatório da própria projeção NumP para [Spec,DP], (diagrama (4)). Não é possível seu movimento da posição em que se encontra, deixando para trás o NumP hospedeiro (diagrama (3)).

Com essas características, os elementos POS compõem um paradigma com as formas acusativas de primeira e segunda pessoa (os clíticos ainda sobreviventes no português brasileiro). Esse grupo consistentemente repele a modificação por PP ou por numeral.

O DP-Pos parece completamente impermeável a modificadores que lhe sejam internos. Em paralelo com os acusativos (incluindo a terceira pessoa não modificada, que sobe sempre), podemos imaginar que essa impermeabilidade de POS seja uma indicação de que realize sempre movimento para uma posição externa, na sintaxe visível (ainda que não imediatamente detectado).

Pensando no processo de aquisição da língua, talvez a pista sobre movimento dessa categoria na sintaxe seja precisamente essa impermeabilidade a toda modificação, característica de elementos cujo movimento produz efeitos imediatamente identificados.

A impossibilidade de modificação interna ao DP-Poss levanta a questão sobre o que acontece com outros processos, envolvendo modificadores externos. Esse será o tópico da próxima seção.

3.3. POS e *só/somente/apenas*

Pelo menos um certo grupo de modificadores (*só/somente, apenas*) pode se combinar com a forma possessiva. Para maior clareza dos exemplos, um possuidor com núcleo nominal ou outro será incluído, mas não se elaborará sobre ele.

(1) a. o livro somente dos meninos

b. o livro somente seu

c. o seu_i livro t_i somente

(2) a. o empenho apenas de vocês

b. o empenho apenas seu

c. o seu_i empenho t_i apenas

(3) a. a esperança somente de nós

b. a esperança nossa somente

c. a nossa_i esperança t_i somente

(Para efeito de referência, esses elementos serão denominados de quantificadores, com base na flutuação que possibilita, à moda do quantificador universal *todos*, e também no sentido de quantificação (delimitação) que apresentam.)

Observe-se que as construções são todas ambíguas (com POS ou sintagma nominal pleno) quanto ao escopo do quantificador, que pode incidir sobre todo o nominal ou sobre o possuidor. Representamos as diferentes leituras por meio da inclusão, entre colchetes, do quantificador e do elemento sob seu escopo. A leitura assinalada em (f) é marcada entoacionalmente, com seu recebendo o acento mais forte.

(4) a. [o livro somente] dos meninos

b. o livro [somente dos meninos]

c. [o livro somente] seu

d. o livro [somente seu]

e. [o seu livro t_i somente]

f. o seu_i livro [t_i somente]

- (5) a. [o empenho apenas] de vocês
 b. o empenho [apenas de vocês]
 c. [o empenho apenas] seu
 d. o empenho [apenas seu]
 e. [o seu_i empenho t_i apenas]
 f. o seu_i empenho [t_i apenas]
- (6) a. [a esperança somente] de nós
 b. a esperança [somente de nós]
 c. [a esperança nossa] somente
 d. a esperança [nossa somente]
 e. [a nossa_i esperança t_i somente]
 f. a nossa_i esperança [t_i somente]

É a flutuação em torno do adverbial que vai permitir os dois escopos. É interessante observar que na posição inicial absoluta, o adverbial só manifesta escopo sobre o nominal inteiro, ficando excluído o escopo que incluía apenas o possuidor:

- (7) somente o livro dos meninos

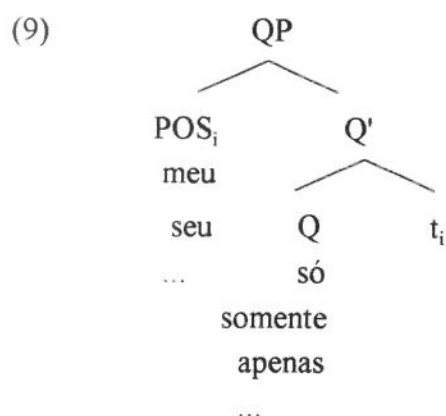
O adverbial não pode ser relacionado com o possuidor à exclusão do possuído, uma consequência natural do arranjo sintático da derivação. Em (7) a posição inicial do adverbial acima do DP não permite associá-lo com uma parte interna desse DP. Quando há flutuação, ocorre a coincidência linear de posições entre a modificação total e parcial.

Com base na flutuação do quantificador e na impermeabilidade do DP-Poss, propõe-se como estrutura que relaciona esses dois a seguinte:

- (8)
- | | |
|---------|-------|
| QP | |
| Q | POS |
| só | meu |
| somente | seu |
| apenas | nosso |

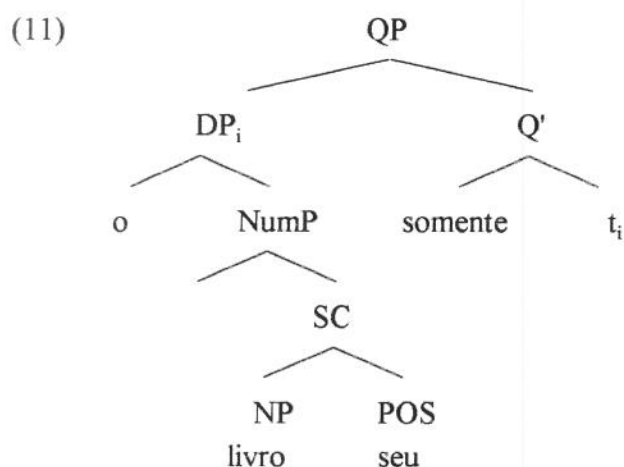
O quantificador (Q) seleciona POS (=a categoria que inclui o possuidor). Se POS permanece nos limites de QP, tem-se o possessivo pós-nominal obrigatoriamente (4.c) e (5.d). POS pode subir para a posição pré-nominal [Spec,NumP] do DP matriz, evadindo-se de QP (4-5-6.f).

Seguindo a análise da flutuação no DP adotada aqui, a partir do arranjo descrito em (8), deriva-se a posição com o possessivo precedendo o quantificador. Q projeta um especificador para o qual atrai POS, e o resultado é o que se apresenta no próximo diagrama.



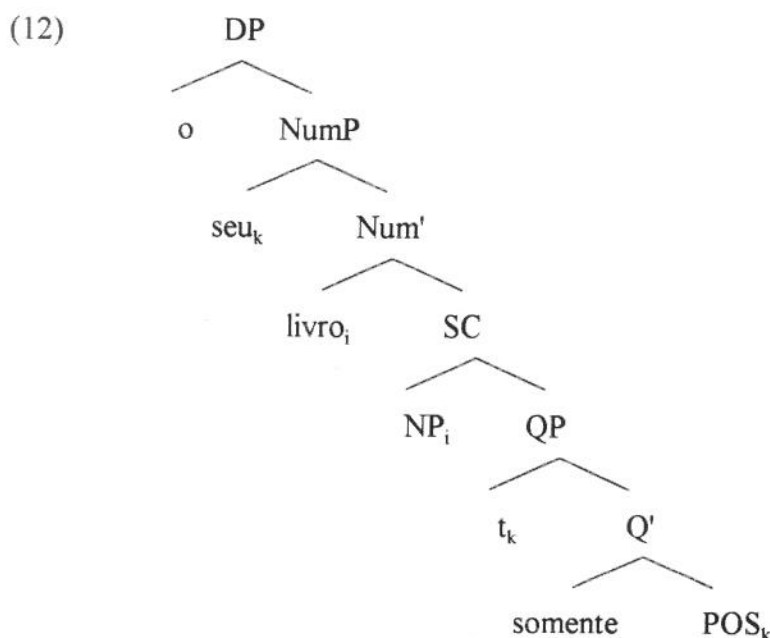
A flutuação de Q envolvendo o DP matriz vai resultar Q em posição final, que é também a posição resultante da flutuação com POS. Daí a coincidência da ordenação linear, resultando em ambigüidade (diferenças entoacionais podem assinalar os diferentes escopos). Representemos em diagrama as duas estruturas simplificadas que correspondem aos diferentes escopos da construção repetida abaixo:

(10) o seu_i livro t_i somente



Essa é a representação da leitura com Q tendo o DP matriz em seu escopo, com o sentido de "os livros, e não outros objetos de sua posse". DP matriz é atraído para [Spec,QP], e o resultado é Q em posição final.

O arranjo estrutural responsável pelo escopo sobre POS é descrito em (12):



Observe-se que, de acordo com a representação proposta, QP é interno ao DP matriz; seleciona apenas a projeção de POS, e o sentido é "a posse apenas sua, e não de outrem também". A flutuação com POS produz igualmente a ordenação de Q em posição final.

O comportamento de POS com esses modificadores externos é similar ao de um DP que domina um NP com núcleo N-nominal. A expectativa decorrente seria a de que outros modificadores externos seguiriam o mesmo padrão desses quantificadores. O quantificador *todos* (e o dual *ambos*) seriam candidatos naturais para se juntar ao grupo. Mas essa previsão não se confirma. Essa impossibilidade constitui uma charada para a qual nos voltamos.

3.4. POS e *todos*

O quantificador universal *todos* não modifica isoladamente POS, conforme

o atestam os exemplos seguintes. Mantemos a estratégia de incluir possuidores representados por outros elementos para clareza da exemplificação:

(1) a. o livro de todos os meninos

b. o livro [de todos eles]

c. *o livro [todos seu]

d. *o seu_i livro [t_i todos]

(2) a. o empenho de todos vocês

b. *o empenho [todos seu]

c. *o seu_i empenho [todos t_i]

(3) a. a esperança de todos nós

b. *a esperança [todos nossa]

c. *a nossa_i esperança [todos t_i]

Contudo, *todos* (em suas diversas formas) pode modificar a construção inteira. A inclusão dos elementos entre colchetes em (4) assinala essa leitura:

(4) a esperança [toda nossa]

Aqui, o elemento-Q modifica a relação de POS e não o possuidor. A leitura resultante é de uma relação exaustiva e exclusiva dos participantes relativamente à denotação do nominal. O quantificador tem o sentido de "completamente ou exclusivamente" (cf. nota 9), como se depreende da paráfrase dessa construção:

(5) a esperança exclusivamente nossa

Na construção com cópula, esse sentido do uso do quantificador fica mais evidente:

(6) a. a responsabilidade é toda minha

b. os livros são todos meus

c. o empenho foi todo seu

Note-se que há uma diferença de sentido quando se força a modificação sobre o nominal possuído:

- (7) a. a responsabilidade toda é minha
 b. os livros todos são meus
 c. o empenho todo foi seu

Em (7) o que releva é a totalidade do conjunto¹¹ denotado pelo nominal. Em (2) o ponto em destaque é a exclusividade da participação do elemento representado pelo possuidor.

O modificador concorda com o núcleo do nominal que representa o possuído sugerindo uma interpretação, segundo a qual a modificação sobre o possuidor é derivada da modificação sobre a relação estabelecida entre possuído e possuidor. Contraste a leitura oferecida pelas construções a seguir.

- (8) a. toda [a minha casa] (está suja)
 b. [a minha casa] toda (está suja)
 c. a casa [toda minha] (está suja)

(8.a-b) informa que a totalidade do espaço abrangido por "casa" está sujo. De (8.c) não se pode concluir a mesma coisa. A construção informa que o espaço "casa" pertence inteiramente/exclusivamente ao indivíduo referido por POS, e que há "sujeira" nesse espaço em proporção não precisada.

Diferentemente da modificação pelo grupo-*somente*, o quantificador *todos* não permite flutuação envolvendo apenas a forma POS.

- (9) a. os livros [somente meus]
 b. os livros [meus somente]
 c. os livros [todos meus]
 d.*os livros [meus todos]

A ausência de flutuação pode ser uma indicação de que está correta a

¹¹Se o conjunto é unimembre a totalidade só pode ser entendida como a abrangência do objeto em toda a sua extensão. Essa é a leitura normal com nomes não contáveis.

interpretação do escopo de *todos*, incidindo sobre a relação de posse e não sobre o possuidor isoladamente. Desse modo, (9.c) é uma divisão inadequada com a interpretação em que o quantificador incide diretamente sobre o possuidor. A organização estrutural da construção não possibilitaria a subida de POS para o especificador do quantificador, de conformidade com a interpretação do processo derivacional responsável pela flutuação.

Essa incidência do quantificador sobre a relação de posse com aparente inclusão do possuidor é remanescente da modificação da situação verbal na oração:

(10) João cuidadosamente saiu da sala

Duas leituras podem ser derivadas dessa construção, conforme a orientação dada ao advérbio seja direcionada ao ato ou ao processo associado ao verbo, parafraseadas em (11.a-b).

- (11) a. João teve o cuidado de sair (para não se envolver)
- b. João saiu de maneira cuidadosa (para não atrapalhar)

Em ambas a leitura o importante é a relação entre o agente João e o evento verbal "sair". Embora esteja indicado que João apresenta a qualidade "cuidadoso", essa indicação é derivada a partir da modificação pelo adverbial da relação estabelecida entre João e o evento denotado pelo verbo. Não há uma relação estrutural direta entre o sujeito e o advérbio com exclusão do verbo.

A leitura (11.a) fica mais evidente na forma negativa de (10), parafraseada em (12):

(12) João cuidadosamente não saiu da sala (para evitar constrangimentos)

É impossível interpretar (12) com o significado de que "os eventos relativos à saída de João foram cuidadosos", tendo em vista que a "saída" não ocorreu e, portanto, não pode ser qualificada desse ou daquele outro modo. A única possibilidade de interpretação é a do tipo mencionado em (11. a), em que a qualificação "cuidadoso" é entendida com referência a uma atitude do sujeito "João" e não a uma realização sua.

A construção de posse se mostra sensível também à presença da negação.

Observe-se a diferença de interpretação entre (13) e (14):

- (13) a. Todos os livros não são seus
b. Os livros todos não são seus

- (14) a. Os livros não são todos seus
b.* Os livros não são seus todos (na interpretação $b=a$)

Em (13) o quantificador pode ter escopo largo ou estreito. No primeiro caso, o conjunto de livros possuídos é vazio. No segundo, pelo menos um entre os livros do conjunto não pertence ao indivíduo possuidor.

(14) é ambígua quanto ao sentido do quantificador. Comporta uma leitura correspondente a (13), que não é de interesse. Interessa-nos a outra leitura em que o quantificador incide sobre a relação de posse com o sentido de "inteiramente/completamente". Aqui a interação de escopo se coloca. A negação incide sobre o elemento "todos" especificamente e não sobre a categoria nucleada por ele. O sentido básico é o de que a posse de todos os membros do conjunto livro é compartilhada. Ou seja, não se afirma que existam livros no conjunto que não pertençam ao possuidor relevante; afirma-se antes que os livros do conjunto são de posse compartilhada.

À semelhança da modificação adverbial, explicitada em (11.b), o quantificador em (14) põe em relevo uma característica de uma relação e não a totalização dos elementos do conjunto que fazem parte dessa relação. Por não estar direcionado para os indivíduos que tomam parte da relação que realça, a categoria que contém esses elementos não é diretamente afetada por ele. Em termos do arranjo estrutural, podemos dizer que o quantificador *todos* não seleciona a categoria que contém o possuidor (seu), e conseqüentemente a flutuação, que envolveria movimento de POS para seu especificador, é interdita (9.d) e (14.b).

Assim sendo, parece plausível interpretar a associação do quantificador com POS nos exemplos acima como derivado de processo similar ao que ocorre no âmbito oracional.

É interessante o contraste entre POS e o grupo dos acusativos (com o qual compartilha a refração a modificadores PP e numerais). Os acusativos suportam uma modificação direta por *todos*.

- (15) a. Encontrei-os_i [t_i todos]
 b. Encontrou-nos_i [t_i todos]
 c. Encontrou-vos_i [t_i todos]

Esse contraste indica que a rejeição de *todos* por POS não está associado a restrições de movimento, de vez que os acusativos se movem sempre (descontada a modificação da terceira pessoa)¹². A modificação por esse tipo de quantificador sendo externa, como presumimos, não poderia afetar as condições de movimento interno ou externo ao DP-POS.

Talvez a diferença possa derivar do fato de que, com as formas possessivas, *todos*, diferentemente de *somente*, não esteja suficientemente externo na estrutura. Seja considerada a diferença entre *todos* e *somente* em termos da posição relativa ao elemento *de* nas construções a seguir:

- (16) a. Os livros [de] todos os meninos
 b. Os livros somente [de] os meninos

O elemento *todos* segue o item *de* que marca a relação de posse, enquanto *somente* o precede. Suponhamos que a forma possessiva substitua a estrutura encabeçada pelo elemento *de*, incluindo-o de certa forma. Nesse caso, o quantificador *todos* seria englobado. Esse processo não atingiria o elemento *somente* que é externo à categoria encabeçada por *de*.

¹²Os exemplos (i) (ii) aparentemente contrariam essa afirmação, de vez que a subida do pronome é desautorizada, conforme (ii):

- (i) Encontrei ontem os meus todos
 (ii) Encontrei-os ontem - meus todos

No entanto, deve ser observado que o elemento problemático para o pronome "os" não é o quantificador *todos* mas o possessivo *meus*. A eliminação do possessivo resulta uma construção em que o pronome "os" tem subida obrigatória, mesmo com o quantificador presente:

- (iii) a. Encontrei-os todos ontem
 b. *Encontrei ontem os todos

Na estrutura do DP considerada, o possessivo pode ocupar o especificador da categoria NumP. Isso bloquearia o movimento do elemento pronominal para essa posição e, conseqüentemente, o avanço adiante. Por conseguinte, a presença do possessivo bloqueia a ascensão do elemento pronominal para a posição que se encontra em (ii.a).

Para encerrar o tema modificação, será considerada, na seção próxima, a relação de modificadores predicativos (PPs e adjetivos).

3.5. POS e PPs e adjetivos predicativos

Os exemplos a seguir ilustram a combinação lícita de POS com PPs e adjetivos predicativos. Para evidenciar a relação de modificação, acrescentam versões equivalentes sem a forma possessiva.

- (1) a. A sua_i chegada [t_i cansado]
 b. A chegada [sua cansado]
 c. A chegada do menino cansado

- (2) a. O seu_i retorno [t_i arrependida]
 b. O retorno [seu arrependida]
 c. O retorno da beata arrependida

- (3) a. A nossa_i partida [t_i aflitos]
 b. A partida [nossa aflitos]

- (8) a. A sua_i entrada [t_i em trajes sumários]
 b. A entrada [sua em trajes sumários]
 c. A entrada [das passistas em trajes sumários]

- (5) a. A minha_i fotografia [t_i na calçada]
 b. A fotografia [minha na calçada]

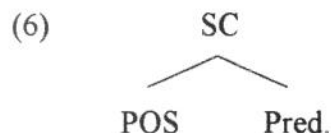
Vários fatores permitem o reconhecimento imediato de que a modificação do adjetivo ou do PP incide sobre o argumento do nominal e não sobre o evento (ou resultado) que este denota.

Tomemos o exemplo (1) como modelo. Do ponto de vista semântico o evento "chegada" não pode ser qualificado pelo adjetivo "cansado"; evidentemente é o indivíduo participante do evento que pode apresentar as características denotada pelo adjetivo. Do ponto de vista da concordância (já mencionada alhures), registra-

se uma concordância dupla, que produz um efeito de discordância. O adjetivo não concorda em gênero ou número com o núcleo nominal; antes concorda com POS, decorrendo daí a discordância quando o gênero e o número associado ao antecedente pronominal são diferentes daquele do nome em torno do qual se combinam. Esse padrão se repete em todos os exemplos com adjetivos.

Quando o modificador é um PP, não se dispõe das pistas morfológicas, mas as pistas semânticas são reveladoras. Tome-se, por exemplo (4), com o nominal "entrada" e o PP "em trajes sumários", que se refere inambigüamente a indumentária de indivíduos humanos. A única possibilidade de sentido da construção é através da associação desse PP ao antecedente da forma pronominal.

Considerando a natureza impermeável de POS, essa relação de modificação implica uma estrutura com o modificador externo ao DP-Poss. Vou presumir que a estrutura de mini-orção é o tipo de organização sintática, que subjaz a essa modificação. Para facilitar a representação, o rótulo Pred (de Predicativo) será usado para os modificadores realizados por adjetivos e PPs.



Nessa análise do contraste entre as combinações possíveis e impossíveis de POS com modificadores, estão implícitos dois tipos de modificação estruturalmente distintos.

Cinque (1994) observa a necessidade de se considerar duas estruturas de modificação adjetival¹³, correspondendo à distinção atributivo/predicativo. No primeiro tipo o modificador é gerado à esquerda do N que modifica. No segundo, o modificador inicia à direita do N, como um predicado. É um tipo de posição diferente, que só pode ser ocupada por projeção máxima. A modificação de POS se insere nesse segundo caso.

A proposta de Cinque possibilita uma compreensão do caráter restritivo de POS, face a modificadores PPs e adjetivos. A depender da capacidade desse

¹³Não é a intenção aqui desenvolver uma teoria da modificação adjetival em português, apenas usar certos fatos correlatos como indicadores para o nosso objeto de investigação. Vários autores tem tratado especificamente do adjetivo em português sob diferentes prismas, aos quais remeto o leitor interessado (Boff, 1991; Lobato, 1990; 1992; Borges, 1986; Menuzzi, 1992; Lemle, 1984, entre outros).

modificador de predicar de uma projeção máxima, ele será tolerado ou não. Elementos com diferentes propriedades participam de diferentes arranjos sintáticos.

Essa distinção dos processos de modificação pode ser relacionada ao fato, já mencionado, de que a característica da modificação de POS é a exclusão de modificadores que só admitem a leitura "Nível de Indivíduo" (Kratzer, 1988). A legitimidade das construções em (1-5) contrasta com a impossibilidade daquelas apresentadas na introdução do capítulo, repetidas por conveniência.

(7) a. o livro dos alunos estudiosos

b. *o livro [deles estudiosos]

c. *o livro [seu estudiosos]

d. *o seu_i livro [t_i estudiosos]

(8) a. o livro dos alunos do primeiro ano

b. *o livro [deles do primeiro ano]

c. *o livro [seu do primeiro ano]

d. *o seu_i livro [t_i do primeiro ano]

(9) a. a saia da moça de 1,90 m

b. *a saia [dela de 1,90 m]

c. *a saia [sua de 1,90 m]

d. *a sua_i saia [t_i de 1,90 m]

(10) a. o empenho de vocês brasileiros

b. *o empenho [seu brasileiros]

c. *o seu_i empenho [t_i brasileiros]

(11) a. a esperança de nós cariocas¹⁴

b. *a esperança [nossa cariocas]

c. *a nossa_i esperança [t_i cariocas]

¹⁴Essa construção soa um pouco esquisita, mas não é ilegítima. A sua estranheza talvez decorra do uso do pronome *nós* com leitura não específica, que não é tão freqüente quanto o uso específico. A presença do quantificador *todos* torna-a inteiramente natural, evidenciando que a modificação do pronome nesse caso não é ilegítima.

(i) a esperança de todos nós cariocas

Os modificadores nesses exemplos só podem ser interpretados como denotadores de atributos permanentes, definidores do indivíduo, ou seja, admitem apenas a leitura De Indivíduo (Individual Level). Sua associação com POS é desautorizada. A situação apresentada na relação entre POS e o nominal implica um intervalo de tempo sem demarcação de limite. Essa moldura temporal é característica de situação estativa e não permite uma leitura De Cena (Stage Level) da relação estabelecida entre POS e o modificador.

Aqui também o grupo dos pronomes fracos (acusativos) se alinha com POS (ressalvado o caso especial da terceira pessoa).

- (12) a. *Encontrei-*o*_i [*t*_i brasileiro]
 b. *Encontrei-*a*_i [*t*_i de 1,90 de altura]
 c. Encontrei-*o*_i [*t*_i faminto]
 d. Encontrei-*a*_i [*t*_i de vestido longo]

- (13) a. *Encontram-*nos* [*t*_i mortais]
 b. Encontraram-*nos* [*t*_i vivos]

Uriagereka (1994) considera que uma característica básica do clítico verbal é ser um pronome com leitura específica. É plausível supor que a exclusão de modificadores De Indivíduo nesses casos seja decorrente da natureza específica desses DPs. DPs específicos seriam impermeáveis a modificadores internos. O correlato estrutural desse traço semântico, sugere ele, seria a presença um elemento pronominal silencioso em [Spec,NumP]. Essa observação de Uriagereka converge na direção da proposta explorada aqui de que algum processo que envolve a categoria NumP esteja por trás das restrições a certos modificadores exibida pelos pronomes.

A modificação admitida, então, envolve outro de tipo de arranjo estrutural. O modificador não estaria interno à projeção do DP possuidor. A combinação que parece de acordo com esse arranjo seria uma relação em que o modificador é o predicado e o possuidor o seu argumento. Nessa estrutura o modificador não interfere na estrutura interna do possuidor, não lhe impondo um peso que atrapalhe o movimento.

CAPÍTULO V

O POSSESSIVO NAS NOMINALIZAÇÕES

1. Deverbais

Uma característica fundamental nos nominais deverbais é a ambigüidade entre a interpretação de processo e resultado (cf. Chomsky, 1970, 1986; Stowell, 1981; Grimshaw, 1990; Lebeaux, 1986; Abney, 1987; Valois, 1991, Ritter, 1988, 1991; Shlonsky, 1988). Diferentes propriedades sintáticas são associadas a um tipo ou a outro. Observe a seqüência em (1.a) que pode receber três leituras diferentes, conforme se apresentam em (1. b-d).

- (1) a. a avaliação do treinador
 b. o treinador é objeto de avaliação
 c. o treinador é agente da avaliação
 d. o treinador está de posse do resultado de uma avaliação¹

Na leitura (1.b-c) o deverbais pode ser interpretado como indicando um processo de modo similar ao verbo do qual se origina. Em (1.d) apenas a leitura de resultado é possível.

1.1. Deverbais complexos (de processo)

Vários recursos tem sido utilizados para manipular o contexto sintático de modo que se identifiquem os dois tipos de leitura e as restrições associadas. Grimshaw (1990) apresenta várias testes que indicam o tipo de leitura que é possível. Na leitura de processo operam as seguintes condições: modificação do deverbais por meio de adjetivos aspectuais como *frequente/constante/contínuo*, o uso do artigo definido, obrigatoriedade do complemento, adjetivo orientado para agente *intencional/ deliberado*, a presença de frase preposicional (*por DP*) realizando

¹Nos dicionários é comum encontrarem-se definições de deverbais como: "ato ou efeito de...", o que pode ser entendido como uma indicação das leituras de processo e resultado que podem ser associadas a esses nomes.

agente, impossibilidade de pluralização². Aplicamos esses testes a seguir.

- (2) a. A avaliação contínua do treinador
- b. A freqüente avaliação do treinador pelo comitê
- c. A avaliação deliberada do treinador dos novos jogadores

A leitura natural de (2.a) é aquela em que *o treinador* é tomado como tema do processo apresentado pelo nominal, em virtude do tipo de adjetivo que força uma interpretação de processo. No nominal de processo o argumento interno é obrigatório. No entanto, um contexto especial pode permitir a interpretação de *o treinador* como argumento externo, situação em que o argumento interno é realizado como um pronome nulo (*pro*)³; as propriedades de subcategorização da base verbal seriam satisfeitas (cf. Chomsky, 1970). A presença do adjetivo aspectual (freqüente) em (2.b) e do adjetivo orientado para o sujeito em (2.c) combinada com a realização de um segundo argumento direciona para uma leitura de processo. Deve-se salientar que esses são apenas testes diagnósticos. A simples presença desses elementos (adjetivo e frase agentiva com (*por*)) não garante a leitura estritamente de processo, de vez que esses elementos podem participar de contextos de resultados.

Uma palavra sobre a apresentação do agente, antes de continuar. Embora, seja mais natural a expressão do agente por meio da frase com a preposição *por*, não se exclui a sua expressão por meio da frase introduzida pela preposição *de*, como em (2.c). As expressões em (3) não soam impróprias, mesmo que não sejam as favoritas, quando em comparação com aquelas nas quais o agente é expresso pela preposição *por* como em (4):

- (4) a. A descrição do ministro da situação da Previdência
- b. A exigência da Câmara de novas investigações
- c. A seleção deliberada de Zagalo de jogadores novos

²Essa restrição é questionada por Zubizarreta (1987) segundo informa Szabolcsi (1994).

³Esse aspecto característico do português, tendo em vista a liberdade de ocorrência de objeto nulo (cf. Kato, 1991; Kato & Tarallo, 1988; Galves, 1989; Cyrino, 1994). Veja-se, a propósito, (i) :

(i) ... para que a MP reúna chances de aprovação pelo Congresso

O argumento interno do nominal *aprovação* é "a MP", que aparece como argumento externo do verbo da oração, ficando subentendido no domínio do nominal.

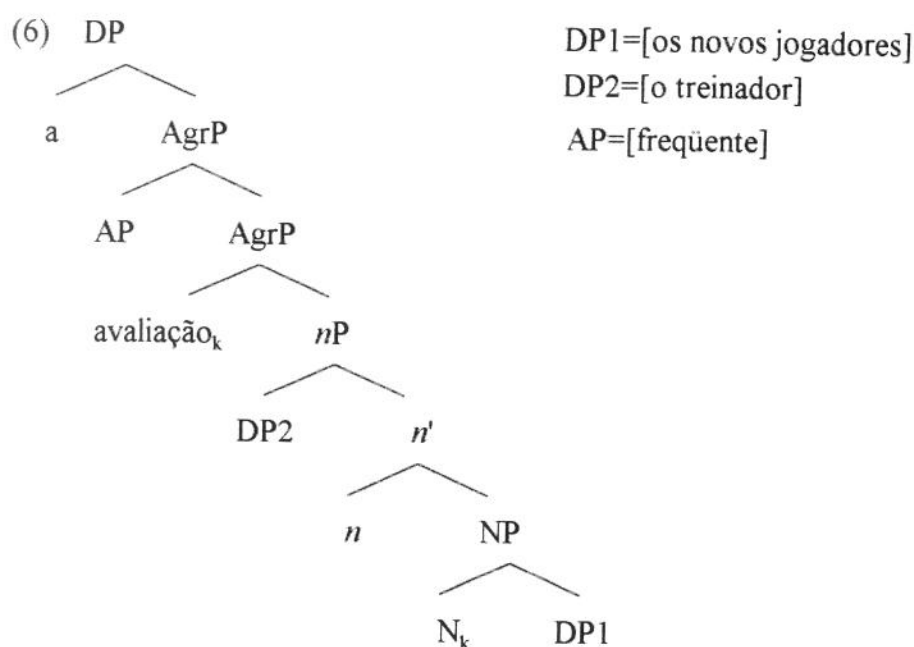
- d. A apresentação do Secretário da nova tabela para pensionistas
- (3) a. A descrição da situação da Previdência pelo ministro
 b. A exigência de novas investigações pela Câmara
 c. A seleção deliberada de jogadores novos pelo Zagalo
 d. A apresentação da nova tabela para pensionistas pelo Secretário.

Nesse sentido, podemos interpretar a diferença entre (3) e (4) como sendo entre a forma ativa e passiva do deverbal. O português não tem o recurso de antepor os argumentos ao núcleo nominal que os selecionam, como o inglês, exceto se um pronome possessivo for usado. No entanto, pode realizar o argumento externo dos deverbais de intransitivos e ergativos por uma frase encabeçada pela preposição *de*. Nesses contextos a preposição *por* é geralmente excluída⁴. Para ilustrar apresentamos os exemplos abaixo (Esse tipo de nominal será discutidos posteriormente):

- (5) a. o trabalho de João (*por João)
 b. o choro da criança (*pela criança)
 c. chegada do papa (*pelo papa)
 d. a saída de Paulo (*pelo Paulo)

Considere a derivação de (2.c) no diagrama abaixo. A estrutura do NP é apresentada em camadas, numa transferência para o sintagma nominal da concha larsoniana proposta para o sintagma verbal (Larson, 1988). Essa representação leva em conta a presunção de que os deverbais na leitura de processo mantêm as propriedades argumentais da base verbal. (Agr é usado como recurso mnemônico para a categoria intermediária entre D e NP).

⁴Rappaport (1983) considera que *by*-phrases introduzem apenas agentes em inglês, afora o uso especial de indicação de autoria. Grimshaw (1990) também reconhece essa restrição. Em português, a frase equivalente com *por* tem uso mais restrito ainda, limitando-se quase sempre a agente.



O núcleo nominal *avaliação* começa na posição N_k mais baixa, e move-se para o núcleo Agr. Desse modo, obtém-se a ordem do núcleo nominal precedendo os argumentos sujeito e objeto. O AP *frequente* se adjunge a AgrP, dando a ordem pré-nominal do adjetivo. Essa adjunção está de acordo com a proposta de Chomsky (1995) de que adjunção se dê em projeções de categorias funcionais, tendo em vista que categorias relacionadas tematicamente repelem esse tipo de operação. Dessa forma, esse ponto de adjunção é uma posição da qual se deriva a ordenação adjetivo-nome, pretendida de acordo com a ordem atestada (cf. Lobato, 1990; 1992; para outras alternativas). Os DPs sujeito e complemento não sofrem movimento visível.

A ocorrência de adjetivo pós-nominal, adjacente ao nome, precedendo o argumento sujeito cria uma dificuldade para a proposta de adjunção conforme formulada em Chomsky (1995), pois é estipulado que adjunção só possa ocorrer em categorias não tematicamente relacionadas.

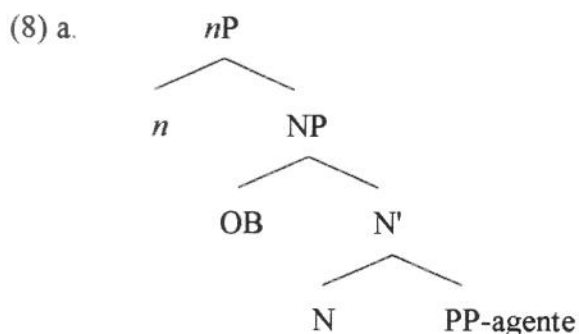
A categoria *n*-leve se relaciona tematicamente com o argumento externo, o qual licencia. Por esse prisma não poderia suportar uma adjunção. No entanto, *n*-leve é um item também com propriedades funcionais. Por esse ângulo, é capaz de tolerar adjunção. Para efeito de argumentação vamos supor que a projeção de *n*-leve pode aceitar adjunção⁵.

⁵Esse tipo de problema se apresenta também com relação a *v*-leve. Veja-se as várias posições do advérbio em (i):

A inclusão desse categoria permite uma derivação direta das construções passivas com o agente expresso por um DP pleno antes do complemento. Sejam as posições do agente exibidas no exemplo seguinte:

- (7) a. A seleção deliberada de novos jogadores pelo Zagalo
 b. A seleção deliberada pelo Zagalo de novos jogadores
 c. A seleção, pelo Zagalo, deliberada de novos jogadores

A posição final do agente em (7.a) pode ser gerada internamente a NP. O PP-agente ocupa a posição irmã de N. O objeto fica em [Spec, NP]. Esse arranjo está de acordo com a formulação original de Larson (1988) (cf. Sportiche, 1990; Valois, 1991; Halle & Keyser, 1995), contraditando aquele defendido em Aoun e Li (1989) e Chomsky (1995). O diagrama em (8) ilustra essa possibilidade:

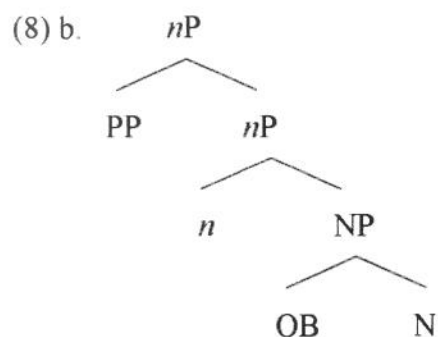


O núcleo N sobe para Agr, e a ordem nome objeto é obtida. A manutenção de *n*-leve sem a projeção sintática de um sujeito é justificada pela presença dos argumentos internos de N, e indiretamente pela operação de operação de adjunção. Sem ela, o adjetivo pós-nominal *deliberada* não teria uma projeção funcional para recebê-lo.

Para a derivação de (7.b), temos a representação a seguir:

-
- (i) a. Ontem Pedro deu um livro a Maria
 b. Pedro ontem deu um livro a Maria
 c. Pedro deu ontem um livro a Maria
 d.? Pedro deu um livro ontem a Maria
 e. Pedro deu um livro a Maria ontem

Especificamente a posição (i.c) traz o advérbio no espaço entre o núcleo T (onde o verbo se aloja) e a posição original do argumento interno, a menos que esse advérbio seja projetado numa posição interna a V. Saliente-se que (i.d) é uma opção marcada; a fronteira entre os dois argumentos internos é praticamente impenetrável.



O núcleo N realiza o movimento habitual até Agr, passando a anteceder os demais elementos. O PP-agente se adjunge à projeção de *n*-leve, onde também se localiza o AP. A adjunção do PP-agente, ao invés de sua projeção no especificador de *n*-leve, é motivada por razões temáticas. No especificador estaria significaria estar recebendo papel-teta de *n*-leve e da preposição. Na verdade, esse especificador não pode ser projetado se essa é uma posição forçada para a atribuição de papel ao argumento externo. Se a passiva nominal envolver, como é suposto para os verbos (cf. Roberts, 1987; Jaeggli, 1986), a detematização do sujeito, não há projeção da posição para satisfazer uma propriedade do núcleo da projeção.

A derivação de (7.c)⁶ é equivalente à de (7.b), e não será diagramada. Elas se distinguem apenas pela ordem dos adjuntos. Essa alternância de ordenação entre PP e AP pode ser tomada como indicação de que PP em (6.b) ocupe, de fato, uma posição adjunta à *nP*.

1.1.1. Deverbais complexos e a ordem do possessivo

1.1.1.1. Possessivos pré-nominais como argumento externo

Consideremos agora as formas possessivas no contexto dos nominais complexos. Vamos substituir, por essa forma, os argumentos no exemplo (2.b-c) da seção anterior. O possessivo será inicialmente considerado apenas na posição pré-nominal.

(1) a. A sua freqüente avaliação pelo comitê

b. A sua avaliação deliberada dos novos jogadores

⁶(7.c) não é um exemplo cunhado para ilustração. Foi retirado de um texto de jornal. É verdadeiramente uma manifestação de língua-E. Embora marcado, com uma pausa entoacional, assinalada pelas vírgulas, é uma possibilidade que tem de ser considerada.

Como se nota, as seqüências com o possessivo mantêm o mesmo estatuto daquelas com sintagmas plenos na interpretação relevante. Em (1.a), a forma possessiva é interpretada como o argumento interno do nominal, satisfazendo as propriedades de subcategorização herdadas da base verbal. Em (1.b), essa forma pronominal atualiza o argumento externo do *n*-leve, sendo o argumento interno do núcleo N representado por um sintagma nominal pleno.

1.1.1.2. Possessivos pré-nominais como argumento interno

Observemos agora o que acontece nos grupos de dados, apresentados em (2) e (3) a seguir. Primeiro, vamos substituir o argumento externo, como apresentado em (2), e depois o faremos com o argumento interno, conforme (3).

- (2) a. A sua descrição da situação da Previdência
- b. A sua exigência de novas investigações
- c. A sua seleção deliberada de jogadores novos
- d. A sua apresentação da nova tabela para pensionistas

- (3) a. A sua descrição pelo ministro
- b. A sua exigência pela Câmara
- c. A sua seleção deliberada pelo Zagalo
- d. A sua apresentação pelo Secretário.

Os grupos de exemplos em (2) e (3) não apresentam ambigüidade quanto ao participante da construção nominal que é atualizado pela forma possessiva. Em todos os exemplos de (2), o possessivo consubstancia o argumento externo, e em (3), o argumento interno. (3) oferece pouco interesse, de vez que a frase prepositiva com *por* inequivocamente identifica o agente do processo nominal. O interesse está em (2) onde se realiza a substituição de um dos participantes pelo possessivo, enquanto o outro é introduzido por *de*, que é neutra, podendo encabeçar qualquer um dos dois, seja externo ou interno.

Para apreciar esse dado, procederemos a uma nova substituição, restabelecendo o sintagma que havia sido substituído pelo possessivo, e usando este último para substituir o outro participante. Apresentamos essa versão em (4):

- (4) a. A sua descrição do ministro
 b. A sua exigência da Câmara
 c. A sua seleção deliberada de Zagalo
 d. A sua apresentação do Secretário

Na leitura em que o nominal é estritamente interpretado como de processo, (4) não constitui casos de ambigüidade, e o possessivo é interpretado como realizando o argumento externo. (A eventual duplicidade de leitura pode ser atribuída a uma contaminação derivada da leitura de resultado que essas formas podem receber em contextos análogos). O fato de o possessivo, nesses casos, receber uma interpretação apenas como argumento externo poussa uma questão interessante de vez que pode realizar qualquer dos argumentos. Não há incompatibilidade entre ser o participante tema de um nominal e ser realizado pelo possessivo. Conseqüentemente, essa limitação não pode ser associada à forma pronominal em si mesma.

Assim, a restrição interpretativa do possessivo pré-nominal em (4) deve ter por base algum elemento para além da morfologia do possessivo em si mesma.

Giorgi & Longobardi (1991) propõem o Princípio da Possessivização para capturar as restrições referentes aos elementos de um nominal que podem ser expressos por um possessivo:

(5) *Princípio da Possessivização*

O único sintagma que pode ser expresso por um possessivo é o argumento genitivo do NP hierarquicamente mais alto. (p.68) (tradução minha)⁷

Essa hierarquia é estabelecida em termos de papéis temáticos da seguinte forma. O argumento hierarquicamente mais alto realiza o papel-temático possuidor. O segundo na escala é o que realiza o agente. O tema é, pois, associado ao argumento que ocupa a última posição da escala hierárquica. A existência de uma restrição dessa natureza é reconhecida por diferentes autores (Cinque, 1980; Milner, 1982; Aoun, 1985; Stowell, 1989; Valois, 1991, entre outros).

Nesse contexto, a restrição de interpretação do possessivo pré-nominal em

⁷G & L propõe esse princípio como reformulação do tratamento de Cinque (1980; 1981) em termos da Condição de Sujeito Especificado (SSC), sob o argumento de que sujeitos foneticamente nulos não produzem o efeito de opacidade.

(4) se esclarece. Ele expressa o argumento mais alto na hierarquia temática, nomeadamente, o agente.

1.1.1.3. Possessivo pós-nominais

Consideremos agora uma outra ordem dos participantes em relação ao núcleo nominal, explorando o possessivo em posição pós-nominal. Sejam as versões em (1), onde um contexto é fornecido para explicitar a leitura relevante:

- (1) a. A descrição sua do Ministro (em apenas 5 minutos chocou a audiência)
- b. A avaliação sua do Secretário (em meia hora foi inadequada)

Os adverbiais *em apenas 5 minutos* e *em meia hora* forçam a leitura que nos interessa, pois apresentam um intervalo de tempo, que é uma moldura temporal adequada para processos e não para resultados ou eventos (atividade pontual) (cf. Cerqueira, 1984). A construção é legítima, segundo o Princípio de Possessivização: o possessivo realiza o agente.

A legitimidade de (1.a-b) era esperada, tendo em vista uma certa flexibilidade que as formas possessivas exibem em português. (1) evidencia que o argumento expresso pelo possessivo pode ser localizado antes ou depois do núcleo nominal. (Há uma diferença entre as duas realizações, com a posição pós-nominal associada a um certo contraste, que não interfere, todavia, no aspecto em discussão).

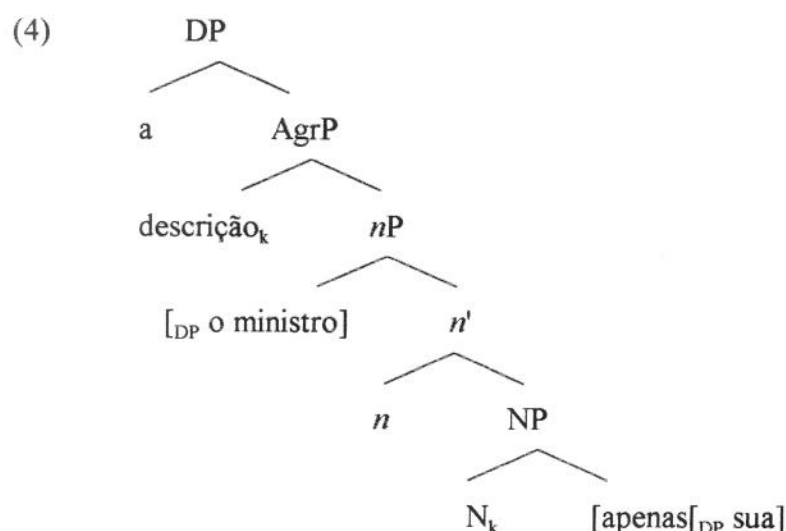
O ponto a ser destacado aqui é a ordenação linear entre o possessivo e o outro argumento. Nos casos considerados em (1), o possessivo precede o segundo argumento. Quando essa ordem é invertida, as cadeias resultantes são marcadas, mas não se caracterizam como ilegais sintaticamente.

- (2) a. A descrição do Ministro sua (em apenas 5 minutos chocou audiência)
- b. A avaliação do Secretário sua (em meia hora foi inadequada)

O interessante é que essa ordenação introduz ambigüidade: o possessivo pode ser equiparado com o agente ou o tema do processo. Nesse última caso, o hierarquia temática estaria sendo violada. Um contexto com o possessivo coordenado ajuda a distinguir as duas leituras.

- (3) a. A descrição do Ministro apenas sua (em apenas 5 minutos) e dos demais (em meia hora) chocou a audiência)
 b. A avaliação do Secretário apenas sua (causou atritos, pois havia outros candidatos)
 c.?A descrição do Ministro apenas sua (em apenas 5 minutos) e pelos demais (em meia hora) chocou a audiência)
 d.?A avaliação do Secretário apenas sua e não pelos demais (causou atritos)

Com essa manipulação de contexto, (3.a-b) permite que o possessivo seja associado ao tema do processo que o nominal atualiza. (3.c-d) são um tanto artificiais, talvez pela ausência de paralelismo sintático na realização do agente. Mesmo assim, pode-se forçar a interpretação agentiva do possessivo. O diagrama a seguir apresenta a derivação da leitura ativa, com o possessivo interpretado como tema.

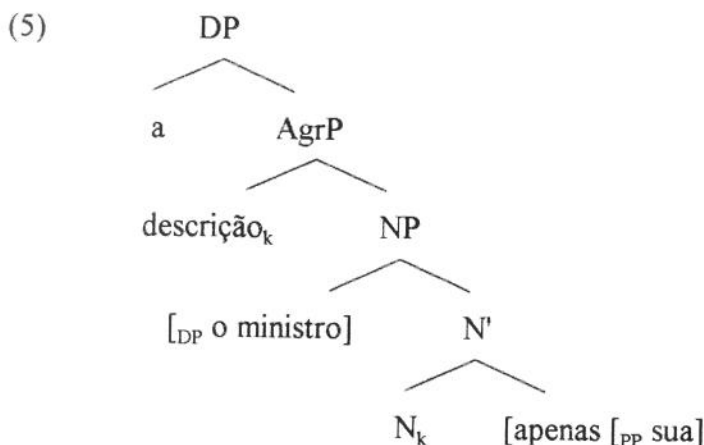


Descontada a restrição temática⁸, esse resultado também era previsto, quando se considera o conjunto de exemplos acima, onde o tema é realizado pelo possessivo numa construção em que o agente pela frase prepositiva com *por*.

Na interpretação do possessivo como o agente do processo denotado pelo nominal, a construção instancia a passiva nominal. A forma pronominal materializa

⁸Se o argumento externo, quando realizado pela frase encabeçada pela preposição *por*, perde o seu estatuto de argumento sintático, o argumento realizado pelo possessivo fica sendo o mais alto na hierarquia (cf. Jaeggli, 1986)

uma categoria distinta.



O sintagma com o possessivo teria estatuto equivalente ao sintagma do sintagma nominal pleno introduzido pela preposição (exemplo (3) da seção 1.1.1). Estruturalmente, a diferença diz respeito ao tipo de sintagma que o possessivo atualiza em cada caso. Em (4), ele realiza o DP (tema) e em (5), um PP (agente), cuja preposição não é realizada, comparável à situação do complemento indireto realizado como clítico ao verbo⁹.

A interpretação passiva de (2.a-b) com o complemento realizado por um sintagma nominal pleno em posição pós-nominal espelha as passivas verbais do português. Essas construções permitem o sujeito passivo (complemento lógico) em posição pós-verbal, como ilustrado pela oração *Foram construídas muitas casas pela prefeita* que alterna com a versão em que o complemento se realiza na posição pré-verbal *Muitas casas foram construídas pela prefeita*.

Em resumo, se fatores outros não impedirem o possessivo de realizar adjunto-agente da passiva nominal, as várias posições pós-nominais, exemplificadas acima são inteiramente autorizadas. Obedecem as restrições impostas aos sintagmas nominais plenos. A preferência de uma sobre a outra deve ser atribuída a interve-niência de fatores extra-sintáticos¹⁰.

⁹As construções em (i) e (ii) apresentam a situação na esfera do sintagma verbal:

(i) Pedro deu o livro_[PP para Maria]

(ii) Pedro deu-lhe o livro _[PP e]

Supondo que (ii) seja derivada de (i), a forma pronominal engloba a preposição. A preposição estaria presente para, em combinação com o verbo, atribuir (ou transmitir) o papel-temático ao segundo argumento interno.

¹⁰Em termos saussurianos, o sistema oferece as possibilidades, que se realizam na fala segundo as várias normas operantes (cf. Coseriu, 1982)

1.1.1.4. Co-ocorrência de possessivos

Já vimos que a forma possessiva pode realizar qualquer um dos participantes do processo nominal, o agente ou o tema. Nos casos considerados acima, apenas um dos participantes era realizado pelo possessivo. Devemos, todavia, considerar a realização de ambos os participantes de um nominal por essa forma.

A posição pré-nominal não admite mais de uma forma possessiva. As seqüências em (1) são ilegítimas:

- (1) a. *minha sua descrição
- b. *sua nossa avaliação
- c. *nossa sua avaliação
- d. *a minha sua avaliação
- e. *a minha sua freqüente avaliação
- f. *a minha sua primeira avaliação

Não há meio de resgatar essas construções. O acréscimo do determinante ou de um adjetivo não exerce nenhuma influência. A interposição de um outro elemento (eg., adjetivo, ordinal) também é inócua, revelando que não se trata de uma restrição decorrente de contigüidade¹¹. Enfim, a posição pré-nominal só tem espaço para um único possessivo em português (inglês, francês, italiano, espanhol, e tantas outras, senão todas).

A co-ocorrência envolvendo as posições pré- e pós-nominais não parece excluída. Os exemplos seguintes são ilustrativos dessa combinação.

- (2) a. minha descrição sua
- b. sua avaliação nossa
- c. nossa avaliação sua
- d. a minha avaliação sua
- e. a minha freqüente avaliação sua
- f. sua freqüente avaliação sua

¹¹ A ocorrência da combinação observada em "*Minha Nossa Senhora*" a expressão Nossa Senhora não constitui contraexemplo, pois nesse caso o possessivo é visto como parte do nome composto.

Embora não muito naturais, essas construções não violam nenhuma condição sintática. Por essa razão (2.f) não foi marcada como impossível mesmo que sua ocorrência na fala nunca venha a ser registrada. O que marca esse caso não é a co-ocorrência do pronome *per se*, mas a impossibilidade de identificar o antecedente próprio que cada um deles retoma.

No nível oracional temos o mesmo fenômeno no registro que usa as mesmas formas pronominais como sujeito ou complemento verbal (cf. Mattoso Câmara, 1972) O contraste entre *Ela viu ele/Ele viu ele* não resulta da violação de restrições sintáticas, pois as duas construções envolvem constituintes indistintos nas mesmas posições.

Essa capacidade de licenciar dois possessivos em torno de um mesmo núcleo não parece estar restrita ao português. Cinque (1981) observa que em italiano a ocorrência de um possessivo pré-nominal e outro pós-nominal não é inteiramente agramatical, contrastando com dois possessivos pronominais que resultam frases completamente inaceitáveis.

A forma possessiva que realiza o complemento ocorre normalmente em posição pós-nominal. É, em certo sentido, supletiva dos pronomes oblíquos tônicos, que aparecem também com outros nominais (eg., resultativos, icônicos (picture nouns)). (3) ilustra a alternância entre oblíquos e possessivos.

- (3) a. notícias de mim/ notícias minhas
b. retratos dele(s)/retratos seus

O que se observa, pois, com os nominais complexos não é nenhuma particularidade extraordinária. A presença de um agente, que pode ser realizado pela forma possessiva, e a supleção dos pronomes oblíquos, objetos do nome abrem espaço para a presença de duas formas do mesmo paradigma como participantes da mesma ação descrita pelo nominal.

Releva considerar, ainda em (2), a ambigüidade da construção. A interpretação preferencial naqueles exemplos é o possessivo pré-nominal como o atualizador do agente do processo, e o pós-nominal como o realizador do tema:

- (4) a. minha descrição sua
agente tema
b. sua avaliação nossa
agente tema

No entanto, a outra interpretação em que o possessivo pré-nominal é equiparado ao tema não está excluída:

- (5) a. minha descrição sua
 tema agente
 b. sua avaliação nossa
 tema agente

Foi sugerido acima que o possessivo pode realizar o agente na construção passiva, sendo comparável à frase prepositiva com *por*. Essa possibilidade manifestada em (2) viabiliza, por conseguinte, a segunda leitura explicitada em (5).

Quando se comparam as construções em (2) com seus equivalentes em inglês, por exemplo, verifica-se que a diferença entre essas duas línguas pode ser reduzida ao fato de que, em português, o possessivo pode ocorrer pós-nominalmente e funcionar como supletivo dos pronomes complementos de nominais; possibilidade essa alheia ao inglês. (6) apresenta o equivalente inglês de (2) acima.

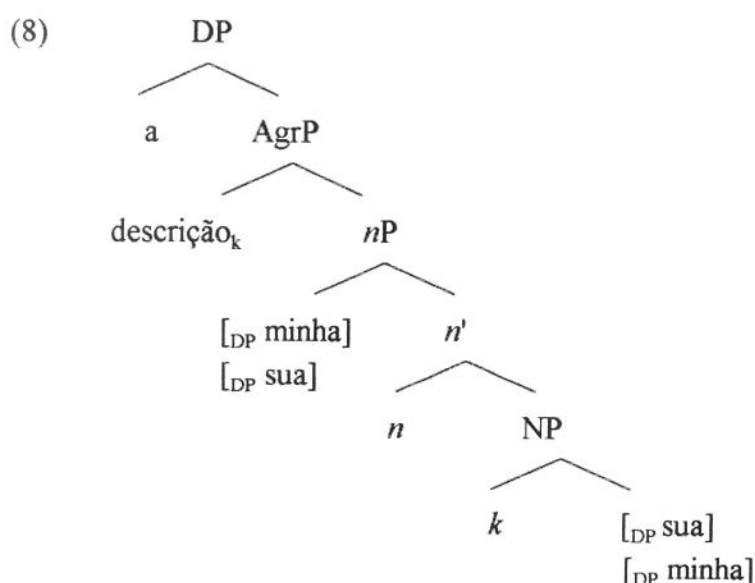
- (6) a. My deliberate evaluation of him
 a'. *My deliberate evaluation his
 b. His frequent evaluation of me
 b'. *His frequent evaluation my
 c. Our intentional indication of them
 c'. *Our intentional indication their
 d. His frequent evaluation of him
 d'. *His frequent evaluation his

Estando correta essa interpretação dos fatos, podemos dizer que as construções envolvendo nominais complexos em português e inglês obedecem aos mesmos tipos de restrição (quaisquer que sejam). E a aparente liberalidade de movimento em português é apenas aparente, pois se reduz à existência em português e inexistência em inglês da supleção, pelo possessivo, do sintagma na posição do complemento e do agente da passiva.

Há ainda uma alternativa a ser considerada, qual seja, a co-ocorrência de ambos os possessivos na posição pós-nominal. Sejam os exemplos seguintes:

- (7) a. a descrição minha sua
 b. a descrição sua minha
 c. a deliberada descrição minha sua
 d. a descrição deliberada sua minha

Uma vez que o possessivo não tem que se realizar obrigatoriamente na posição pré-nominal, um núcleo que licencie dois argumentos cria as condições para o tipo de construção em (7). Observemos essa derivação no diagrama:



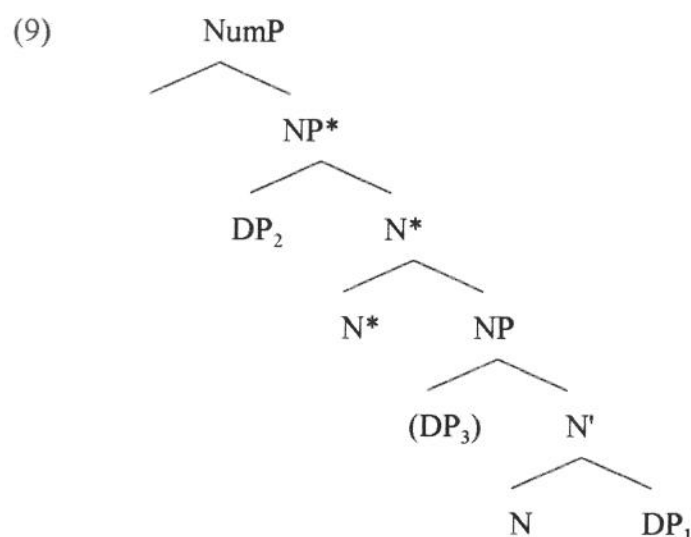
A subida de N para Agr resulta a posposição do elemento em [Spec, nP] ao nome núcleo, observada na ordem linear dos constituintes. Licenciado esse elemento *in situ*, ele não sai dessa posição. A capacidade da realização do objeto de N por uma forma possessiva produz a segunda ocorrência desse pronome. (A ambigüidade quanto a interpretação passiva ou ativa do nominal é também operante aqui. O processo é o mesmo das construções em que estão em diferentes lados de N.).

A análise desenvolvida aqui parece em conflito com o Princípio da Possessivização. O português parece violá-lo de várias maneiras.

Esse princípio, como vimos, é formulado por G & L (1991) como um refinamento da proposta de Cinque (1980) para capturar o fato largamente observado de que apenas o argumento mais alto tematicamente pode ser extraído de dentro de um DP (Milner, 1982; Aoun, 1985; Torrego, 1986; Zubizarreta, 1987; Stowell, 1989; Valois, 1991).

Valois (1991) observa que a reformulação proposta por G & L consegue ser

mais adequada em vários aspectos do que a formulação de Cinque. No entanto, há outros dados (do francês) que escapam desse princípio. Propõe, então, uma solução de base sintática (de novo) considerando o movimento que o possessivo teria de fazer para a posição pré-nominal. Vejamos a linha do raciocínio. (Na exposição, será mantida a estrutura original de Valois, que é pré-minimalista. NumP representa a projeção de uma categoria funcional Num, responsável pela concordância do núcleo nominal. O especificador de NumP é a posição de atribuição do caso genitivo).



Na teoria de adotada por Valois, movimento deve proceder de especificador em especificador, de modo que um argumento mais alto bloqueia o extração do mais baixo. Assim, DP₁ não pode alcançar uma posição acima de DP₂. A posição de atribuição do caso genitivo é em [Spec, NumP], acima de DP₂, logo inacessível para qualquer outro argumento que não o próprio DP₂.

O licenciamento *in situ* do possessivo circunventa o efeito da hierarquia. Nenhum movimento será necessário e nenhum argumento mais alto precisa ser saltado. O princípio não é violado nesse caso. (Essa formulação só é válida, se em FL não ocorrer operação envolvendo o mesmo tipo de movimento)

No modelo minimalista, esse bloqueio para o movimento se deriva diretamente das Condições de Proximidade e Elo Mínimo.

(10) *Proximidade (Closeness)*

alfa está mais próxima de gama do que beta está sse:

(i) alfa c-comanda beta; e

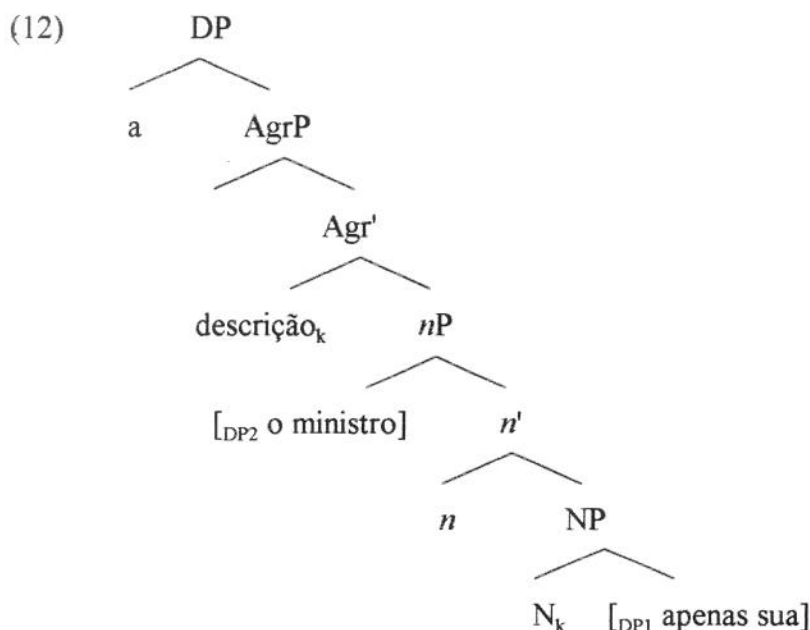
(ii) alfa não está no mesmo domínio mínimo de beta ou de gama

(11) *Condição de Elo Mínimo*

alfa não pode se mover para uma posição gama para checar um traço F se existe um elemento beta tal que:

- (i) beta é capaz de checar F; e
- (ii) beta está mais próximo de gama que do alfa está.

Vejamos num diagrama:



Em (12), o movimento do DP1 para o especificador de AgrP (seja esse o alvo do movimento) viola a Condição de Elo Mínimo. DP2 C-comanda DP1 e não se encontra no mesmo domínio de DP1 nem no mesmo domínio de [Spec, AgrP]. Deve ser lembrado que no sistema de Chomsky (1995b), a noção de domínio mínimo é restringida para incluir apenas cadeias de núcleo (cadeias triviais) (cf. Nunes, 1995)

Se o Princípio da Possessivização puder ser derivado diretamente de restrições a movimento, o possessivo em português pode ser considerado tão comportado quanto os seus correlatos em inglês ou francês. Em português, pode ser licenciado *in situ*. Em inglês e francês, p. ex. têm que se mover para uma posição mais alta, o que restringe sua ocorrência.

O movimento em inglês e francês que suplanta a restrição de Último Recurso (Last Resort) pode ser interpretado em termos de propriedades do núcleo D que seleciona a categoria que acolhe o possessivo. (Suponha-se a mesma estrutura

do DP nas três línguas). Podemos imaginar que esse D foneticamente nulo tem um traço afixal que atrai o pronome para servir de âncora. Em português existe o recurso de ancorar esse elemento no artigo ou demonstrativo, de sorte que o possessivo não é atraído nesse caso. O fato de a construção em português ser marcada quando o possessivo permanece *in situ* sugere uma diferença na constituição do D que não atrai esse elemento pronominal, e licencia um AGR também incapaz de realizar essa atração. É importante destacar que, em português também, o possessivo em posição inicial absoluta compõe uma construção que é equivalente em termos de especificidade e definitude àquela com um determinante (artigo ou demonstrativo) antecedendo-o.

1.2. Deverbais simples e resultativos

Com os deverbais simples e resultativos, o possessivo realiza apenas o sujeito.

- (1) a. Sua chegada
- b. Seu aparecimento
- c. Seu telefonema
- d. Sua visita

(1. a-b) são derivados de verbos ergativos, que não projetam argumento externo. O possessivo, nesse caso, realiza o argumento interno relevante e não há fonte de ambigüidade. (1. c) tem apenas uma leitura em que o possessivo é interpretado como argumento externo, consequência relacionada à natureza intransitiva do verbo base.

A mesma leitura se obtém em (1. d), embora o verbo base admita uma leitura transitiva. Observe-se que (1. d) não pode receber uma interpretação em que o possessivo realiza o argumento interno do verbo base na construção (2), na interpretação de evento (o evento de visitar).

- (2) a. Maria visitou-o/o menino

Com o nome "visita" interpretado como visitante, o possessivo indica as pessoas que recebem as visitas, ou são responsáveis por elas, ou mantêm uma outra

relação qualquer. Essa relação semanticamente frouxa pode ser interpretada como uma relação-R no sentido de Higginbotham (1985)¹².

Lebeaux (1986:244) contrasta um tipo de derivados que pode ser intransitivizado com outro que não o pode. Apresenta o seguinte contraste:

(3) a. John's destruction of the city

agent

b. *John's destruction

agent

(4) a. John's criticism of the play

agent(?)

b. John's criticism

agent(?)

Ele observa que, qualquer que seja papel temático do sujeito "John" em (4), permanece o mesmo em (4.a) e (4.b). A existência de nominais como *criticism*, que retêm as propriedades temáticas do verbo, mesmo quando intransitivizados (4.b), indica que as propriedades de marcação temática desses nominais são diferentes. Podem manter a transitividade da base verbal sem ser um nominal complexo (4.a).

Distinção semelhante é feita por Grimshaw (1990). Os nominais complexos seriam os únicos que teriam uma estrutura argumental sintaticamente operante. Os nominais simples e resultativos teriam apenas participantes semânticos que são identificados a partir da estrutura léxico-semântica dos itens lexicais.

O modelo de análise de Grimshaw exclui movimento dentro do DP, posição que não estamos endossando. Assume-se neste trabalho que há movimento no DP, seguindo uma linha de investigação baseada em Chomsky (1970), desenvolvida em trabalhos subsequentes (Stowell, 1981; Lebeaux, 1986; Valois, 1991; Ritter, 1991; Kayne, 1981, entre outros).

No modelo de análise que estamos seguindo, o movimento não é

¹²Lebeaux (1986) chama atenção para o fato de que, na interpretação não processual, os deverbais podem sofrer deriva semântica (semantic drift). O contraste entre par (i) e (ii) exemplifica esse fenômeno:

(i) The establishment of a just society is very difficult (cf. establish a just society)

'O estabelecimento de uma sociedade justa é muito difícil (cf. estabelecer uma sociedade just)

(ii) The establishment is weight, but not at all powerful

'O "establishment" é pesado, mas de modo algum poderoso

dependente da natureza do nominal (de processo, evento simples, ou resultado). São elementos da constituição interna do DP, distintos, na verdade, da projeção da categoria lexical N que vão provocar ou não o movimento de alguma categoria.

Diferentemente dos deverbais de processos, esses aqui não impõem restrição a modificadores (determinantes, indefinidos ou quantificadores).

- (5) a. As suas viagens/visitas
 b. Um) visita/aparecimento/telefonema
 c. Aqueles(as) viagens/visitas/aparecimento telefonemas
 d. Todas as suas viagens/visitas

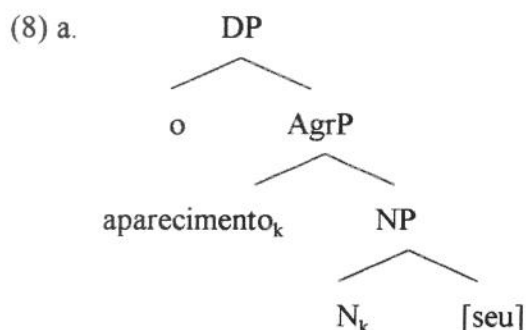
Também ocorre nessas construções a flutuação do quantificador *todos* (e o dual *ambos*):

- (6) a. Todas as suas viagens
 b. As viagens suas todas
 c. Todas as viagens suas
 d. As viagens todas suas.

Consideremos a derivação do possessivo pré- e pós-nominal no exemplo seguinte, envolvendo um nominal que tem por base um verbo ergativo:

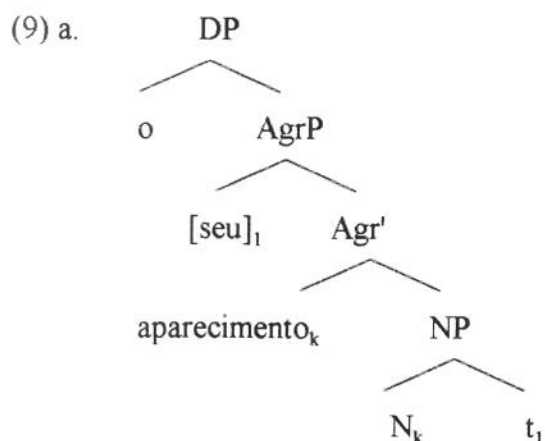
- (7) a. O seu aparecimento
 b. O aparecimento seu

Começemos por (7.b) com o possessivo pós-nominal:



O possessivo é gerado internamente a NP, supondo que *n*-leve não é selecionado,

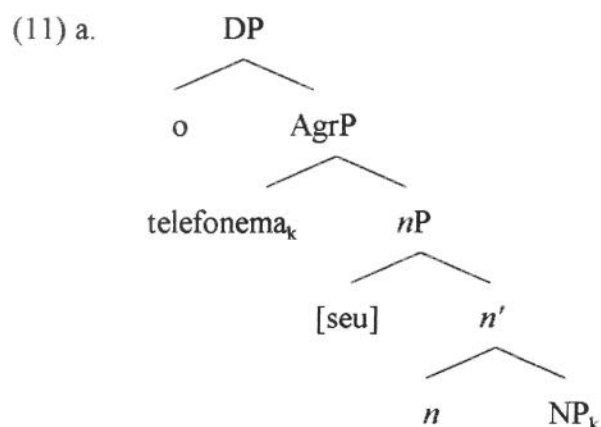
pois não há um argumento externo para ser projetado. O núcleo N sobe para Agr e o possessivo permanece *in situ*. A ordenação entre eles dois é obtida. Passemos para o exemplo (7.a) com a ordenação inversa.



A diferença entre as duas construções resulta do movimento do possessivo para o especificador de Agr. Tomemos agora os exemplos abaixo, envolvendo um nominal cuja base é um verbo transitivo:

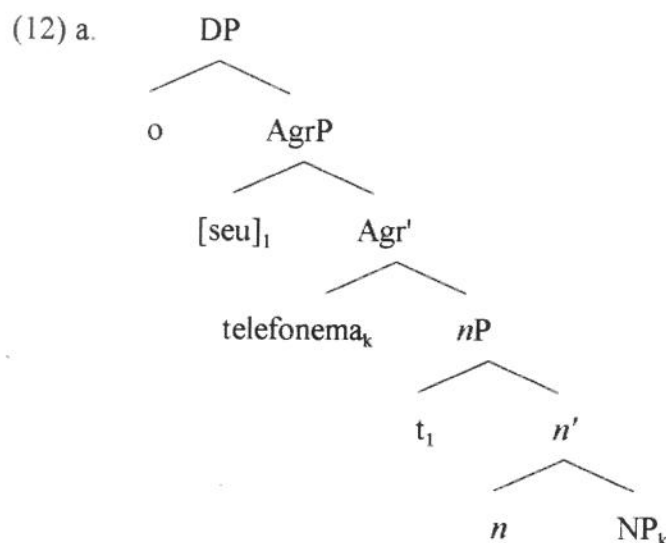
- (10) a. O telefonema seu
b. O seu telefonema

Em se tratando de uma base intransitiva, que é interpretado como um transitivo oculto (Halle & Keyser, 1993; Chomsky, 1995), *n*-leve deve se projetar para licenciar o argumento externo.



A subida de N para Agr e a permanência do possessivo *in situ* resulta a ordenação

nome-possessivo. Esse arranjo se distingue da derivação em (11.b), que envolve mais uma operação de movimento.



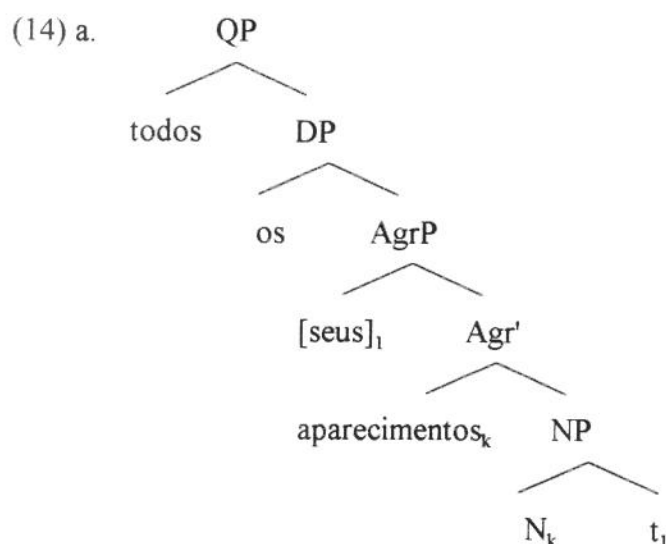
A subida do possessivo para o especificador de Agr dá a ordenação possessivo-nome.

1.2.1. Deverbais e POS em relação de predicação

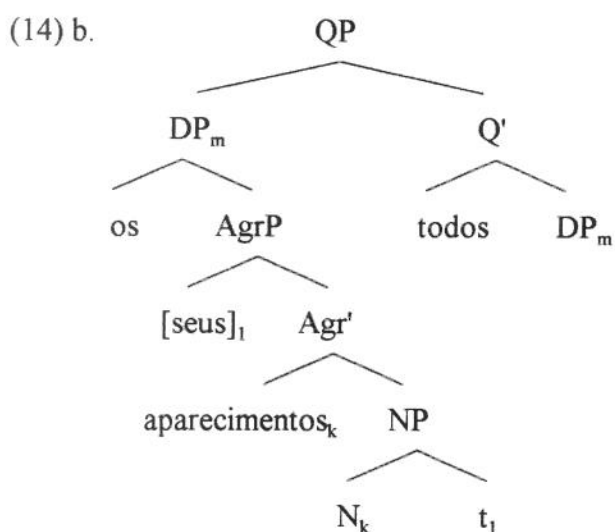
Até agora nada distingue esses casos das construções com deverbais de processo. No entanto, a presença do quantificador *todos* funciona como um indicador para distinguir os dois grupos, em função das várias posições que podem ocupar, segundo ilustrado no conjunto abaixo.

- (13) a. Todos os seus aparecimentos
 b. Os seus aparecimentos todos
 c. Todos os aparecimentos seus
 d. Os aparecimentos seus todos
 e. Os aparecimentos todos seus

Em diagrama, a derivação de (13.a) e (13.b) tem a seguinte forma:

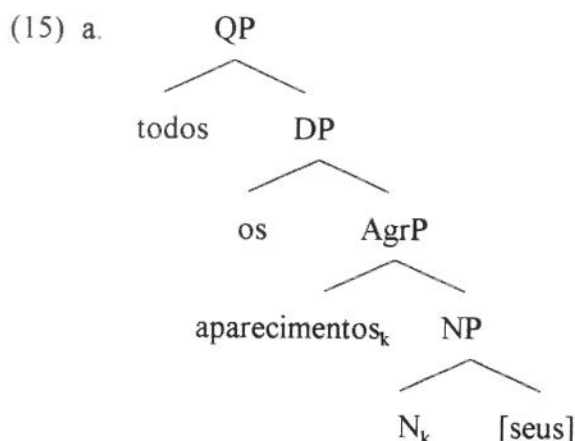


O movimento do DP para o especificador de QP produz o seguinte arranjo:

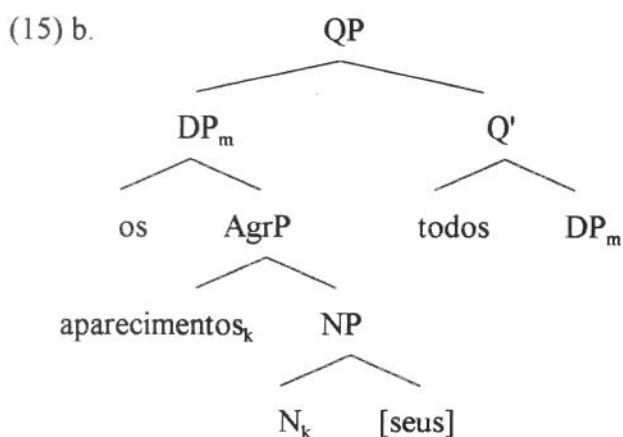


A posição final do quantificador é obtida quando o DP se move para seu especificador. No processo de linearização para a interpretação fonética, a cópia do DP_m é apagada e o item *todos* se atualiza no final da sequência.

A derivação do par (13.c-d) segue os mesmos passos. O quantificador em posição inicial é derivado da permanência do DP *in situ*.



A subida do DP_m para especificador de QP resulta a posição final do quantificador:

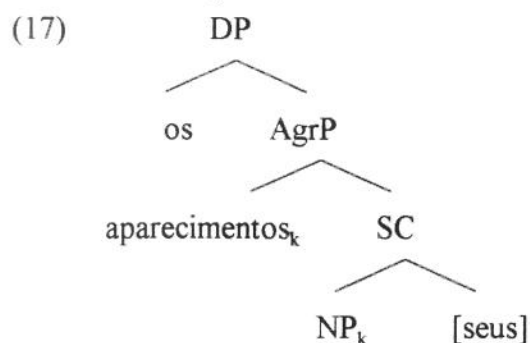


A construção (13.e) não é derivável a partir das operações realizadas para (13.a-d). Não há como afetar o DP selecionado por Q e isentar um constituinte de uma projeção dominada por esse mesmo DP. Portanto, as ordenações possíveis seriam Q ou em posição inicial ou em posição final. O mesmo se dá com as construções envolvendo deverbais resultativos, derivados e base transitiva, cuja derivação não será representada.

Assim, a conclusão a que se pode chegar é que o possessivo não pode se originar naquela posição. Outra estrutura deve estar em jogo para permitir que se afete DP independentemente do possessivo. A derivação a partir de uma mini-orção consegue circunvenir esse problema. Testemos, com ela, a derivação das três últimas construções, renumeradas para facilidade de referência.

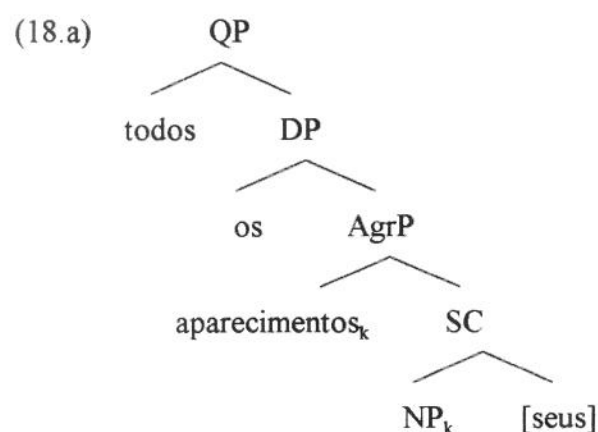
- (16) a. Todos os aparecimentos seus
 b. Os aparecimentos seus todos
 c. Os aparecimentos todos seus

Para melhor acompanhamento, será feita inicialmente a derivação do DP, excluindo o QP.

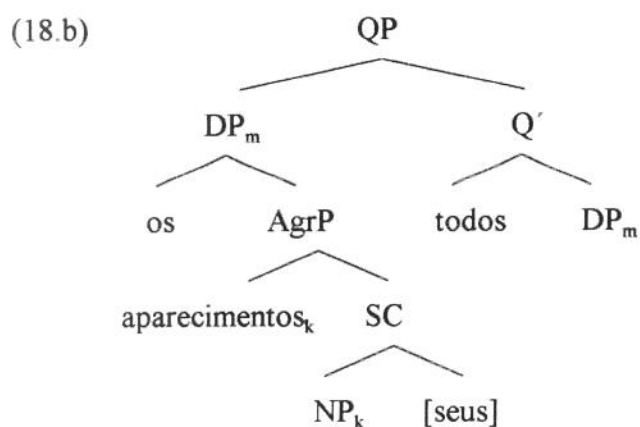


O NP_k é projeção mínima e máxima, e pode, pois atingir o núcleo Agr. O determinante *os* fecha a projeção. O possessivo permanece *in situ*.

Quando o DP é selecionado pelo quantificador *todos* podemos ter as derivação (18.a) conforme DP permaneça na posição original, e (18.b) segundo se mova para especificador de QP:

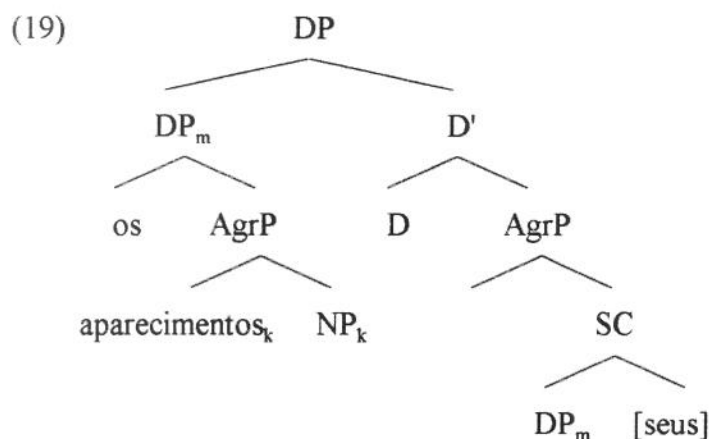


No diagrama abaixo está representado o movimento de DP para o especificador de QP:



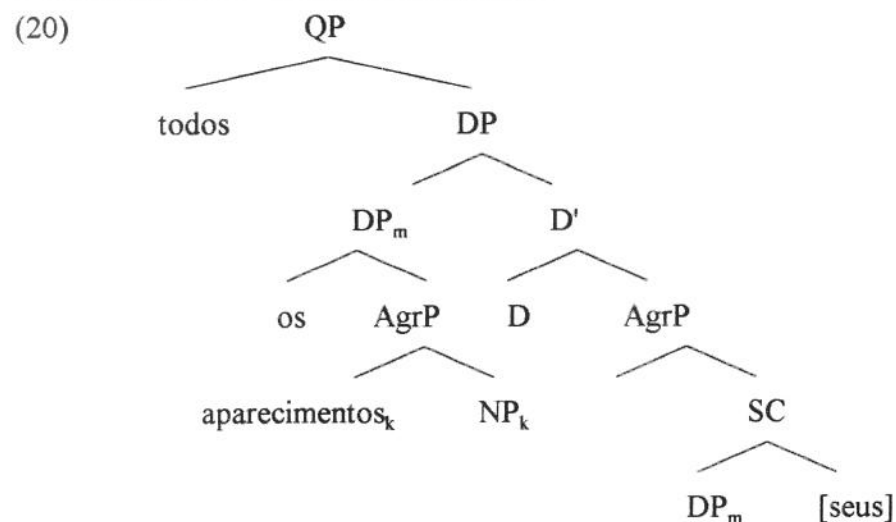
A base para o movimento do DP devem ser da mesma natureza daquela que se observada nas construções de posse. Algum traço forte do quantificador força a subida de uma categoria relevante para checá-lo na sintaxe visível.

A composição da mini-orção que deriva a construção (16.c) é diferente daquela apresentada acima em (18.a-b). O termo da mini-orção que inclui a projeção do núcleo nominal é um DP. A representação em diagrama é a seguinte:

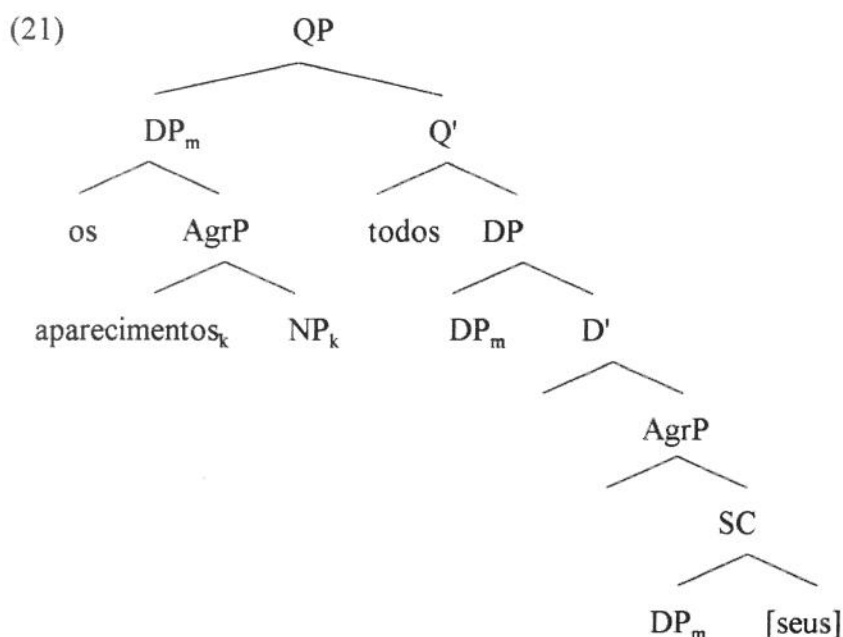


O DP_m encaixado sobe para o especificador de DP para checar o núcleo D. Essa se apresenta como a maneira mais simples (se não a única) de evitar um possível conflito de traços. A checagem de D por um outro elemento resultaria a existência de dois núcleos D, não necessariamente compatíveis em seus traços.

Nesse arranjo estrutural, DP_m mantém a independência necessária do possessivo para ser afetado sem envolvê-lo. Sua seleção pelo quantificador produz a construção do diagrama seguinte.



Agora, o movimento de DP_m para o especificador de QP resulta a posição intermediária do quantificador *todos*.



Como já vimos, o DP matriz não impede o movimento do DP_m , pois não conta como elemento mais próximo, tendo em vista que não c-comanda o DP_m em seu especificador.

Já discutimos essa operação de movimento envolvendo nomes não derivados. O tratamento em termos de movimento permite relacionar as diferentes posições do quantificador a processos reconhecidos em outras construções.

1.2.1.1. Derivados em *-or/-nte*(agentivos e instrumentos)

Os nominais derivados em *-or* e *-nte*¹³, que tem interpretação de agente ou instrumentos podem ser modificados pelo possessivo:

- (1) a. Seu perseguidor
 b. Meu diretor
 c. Nosso condutor

¹³ As mesmas considerações se aplicam aos derivados em *-nte*:

- (i) a. estudante do degelo polar/seu estudante
 b. impermeabilizante de madeira nobre/seu impermeabilizante
 (i) a. meu estudante do degelo polar
 b. nosso impermeabilizante de madeira nobre

d. Seu detector

Esse possessivo pode ser consubstanciado com o tema da ação expressa pelo verbo base ou com um possuidor ao qual o agente está ligado por uma relação mais difusa. (2) apresenta a paráfrase de (1), que destaca a primeira relação, e (3), a segunda.

- (2) a. O perseguidor de meninos de rua
 b. O diretor (que me dirige numa atuação)
 c. O condutor (que nos conduz numa direção)
 d. O detector de bombas de nêutrons
- (3) a. Seu perseguidor de meninos de rua
 b. Meu diretor de Hamlet
 c. Nosso condutor dos destinos da nação
 d. Seu detector de bombas de nêutrons

Como se nota, em (3) o tema está expresso por um sintagma nominal pleno, que co-ocorre com uma forma possessiva. Assim, a única relação que se estabelece entre o participante expresso pelo possessivo e o nome é de pertinência difusa (relação-R) que permeia as construções genitivas.

Em (3.a), *seu* deve ser entendido como alguém ou alguma instituição com que o *perseguidor* mantém um vínculo qualquer. (3.d) exemplifica uma relação de posse de um objeto. (3.b-c) apresenta o participante realizado pelo possessivo como beneficiário, de algum modo, do agente atualizado pelo nominal derivado.

O importante no contraste entre os dois usos do possessivo é a possibilidade de identificar o papel do participante. Quando a identificação é a partir das propriedades semânticas da base verbal, o possessivo realiza o argumento interno (tema da ação expressa pelo verbo base). Quando a identificação depende de informações contextuais derivadas do conhecimento de mundo, o possessivo realiza um participante que tem um relação R com a denotação do nome.

Essa diferença pode ser percebida por meio no contraste entre (4) e (5). A interrogação sobre (2) para identificar um tema resulta uma pergunta feliz (pragmaticamente), como se em vê em (4). Com (3), o resultado é uma pergunta infeliz, com exceção de (3.d) que permite uma interpretação de posse estrita,

segundo se observa em (5).

- (4) a. O perseguidor de que/quem
 - b. O diretor de que/quem
 - c. O condutor de que/quem
 - d. O detector de que
-
- (5) a. *O perseguidor de meninos de rua de quem
 - b. *O diretor de Hamlet de quem
 - c. *O condutor dos destinos da nação de quem
 - d. O detector de bombas de nêutrons de quem

Apesar de o argumento interno desses agentivos poderem ser recuperados semanticamente, não são obrigatórios, como o são os de deverbais complexos. Isso significa uma diferença importante entre os dois tipos no que concerne à realização sintática dos argumentos. Aqui é possível compartilhar a visão de Grimshaw (1990) de que a identificação semântica do complemento dos derivados não garante a ele o estatuto de argumento sintático. Mas não significa, contra Grimshaw, que movimento esteja automaticamente excluído.

Assim sendo, essa opcionalidade pode ser traduzida como resultando do efeito da intransitivização da base no processo derivacional. O argumento que foi absorvido pelo sufixo, perde o estatuto argumental, no sentido de que não tem realização obrigatória, mas pode se realizar opcionalmente. A estrutura léxico-semântica do nominal permite a identificação de sua função temática e garante seu licenciamento.

Com respeito ao participante que mantém uma relação semântica difusa com o derivado, supõe-se que o seu licenciamento seja de outra natureza que não a saturação temática, de vez que não se associa a nenhuma função temática prevista no conteúdo semântico do nominal.

Os agentivos derivados de intransitivos mantêm com um possessivo apenas uma relação R. Pode-se dizer que nesse uso manifesta-se uma relação similar àquela expressa pelo chamado dativo de interesse:

- (6) a. Seu corredor
- b. Nosso batalhador
- b. Meu trabalhador

O sufixo parece esgotar a função temática disponível da base, e por isso nenhum outro elemento pode ter uma função temática por ela identificada¹⁴.

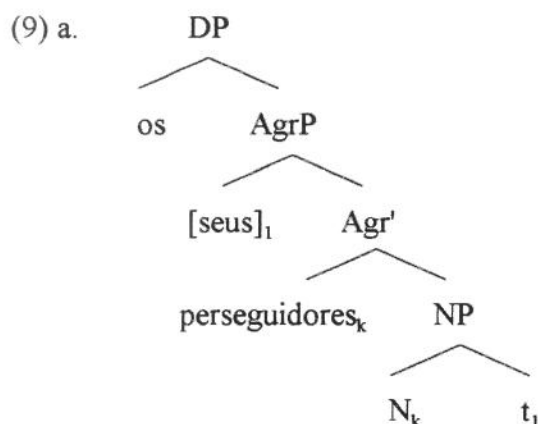
No que concerne a modificação por determinantes quantificadores e outros grupos relevantes, esses nominais não diferem dos resultativos e dos nominais de evento.

- (7) a. Os seus perseguidores/diretores/ condutores
b. Alguns perseguidores/condutores/corredores

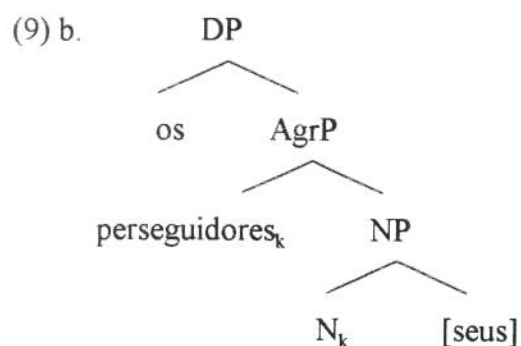
A flutuação do quantificador *todos* também se manifesta, dando ensejo a diferentes ordenações entre o núcleo nominal, o quantificador e o possessivo.

- (8) a. Todos os seus perseguidores
b. Os perseguidores seus todos
c. Todos os perseguidores seus
d. Os perseguidores seus todos
e. Os perseguidores todos seus

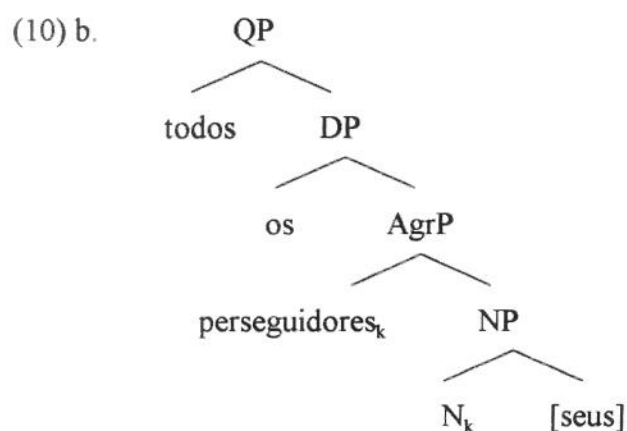
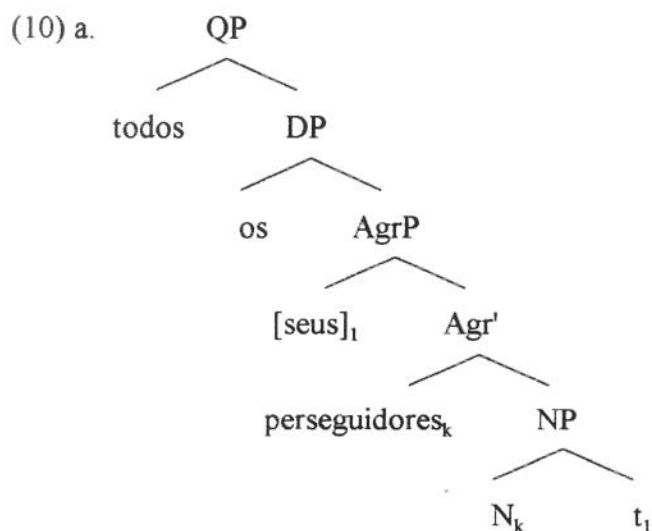
Para efeito de demonstração, primeiramente será apresentada em diagrama a derivação do DP da construção com o possessivo antes do nome (8.a-b), e depois dele (8.c-e). Em seguida, será incluído o quantificador. O *n*-leve não é incluído, com base na observação de que o sufixo esgota o papel temático externo.



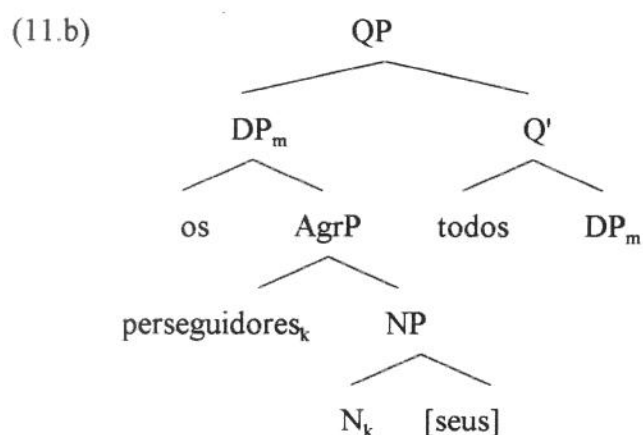
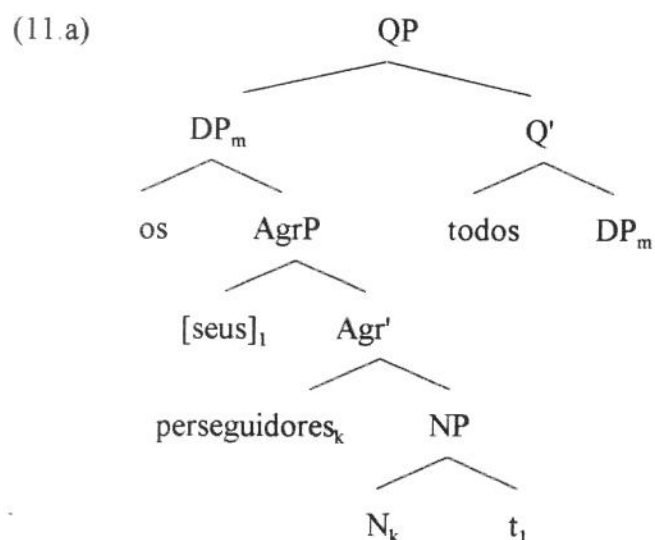
¹⁴Burzio (1981) observa que a presunção mais natural referente ao processo de afixação em -or (-er em inglês) é que exige que o verbo atribua o papel-teta agente. Um nominal em -or (-er) especificamente refere ao papel-teta agente: *matador* (killer) é aquele que mata (e não aquele que é morto).



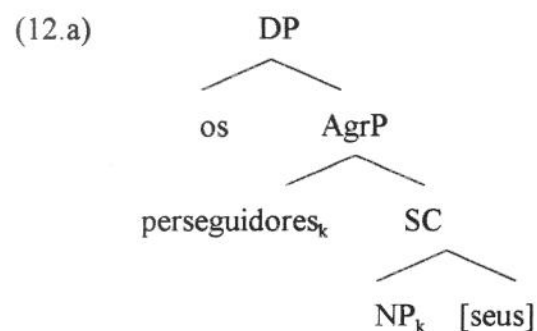
A inclusão do quantificador acrescenta mais uma camada estrutural, consoante representação a seguir, com (10.a-b) correspondentes da sequência em (8.a-b) acima.

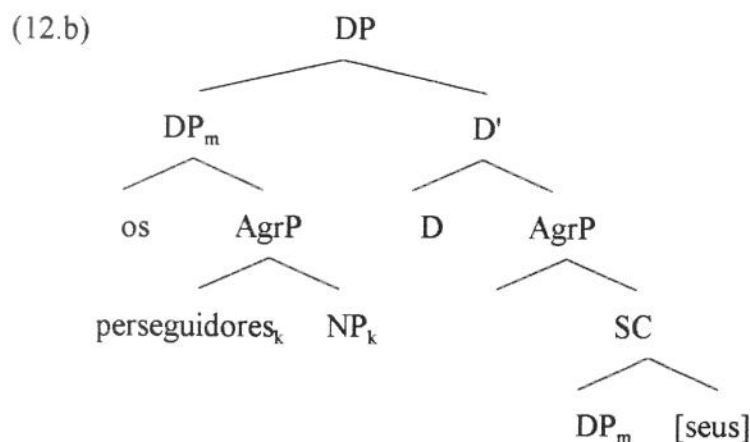


A flutuação que resulta a posição final do quantificador origina as construções (8. b) e (8.d) acima esquematizadas em (11.a-b).



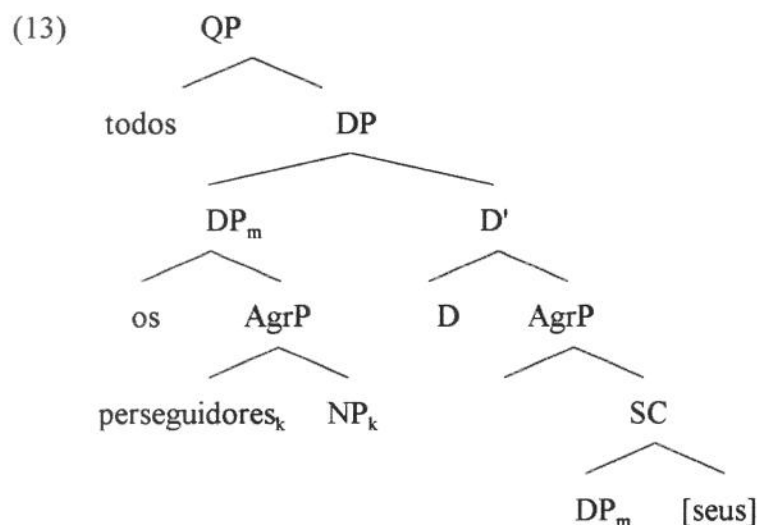
Conforme já observado anteriormente, não há como derivar a ordem em que *todos* segue o nome e precede o possessivo. Por conseguinte, podemos supor que também aqui a mini-orção esteja na origem da relação entre o deverbais e o possessivo. Apresentaremos as duas opções de derivação do DP matriz com o possessivo depois do nome, pois será a construção relevante para a ordenação em análise.



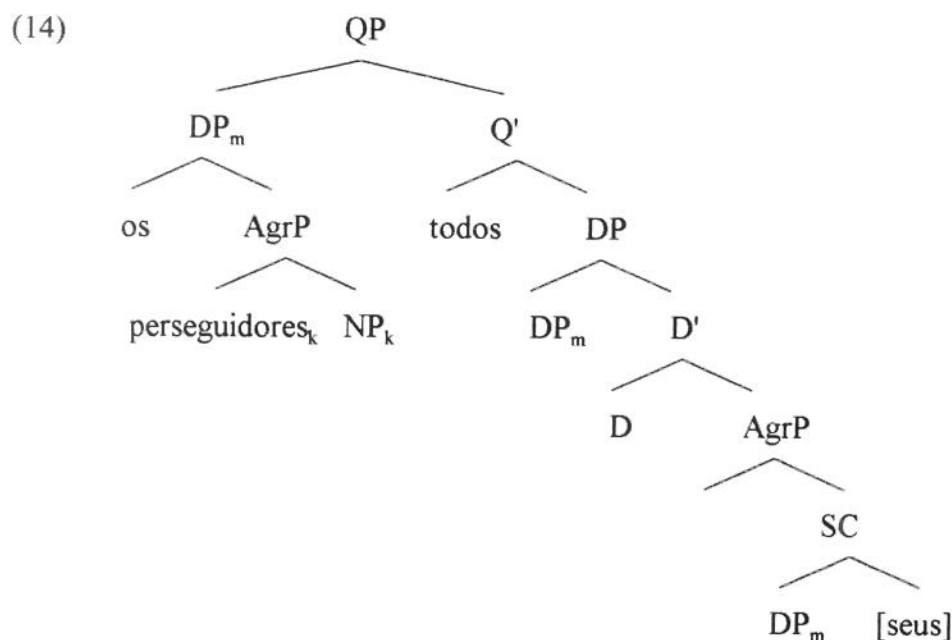


Só para lembrar, NP_k é projeção mínima e máxima. Move-se como núcleo para Agr. DP_m checa o determinante em seu especificador para garantir a compatibilidade de traços dos determinantes encaixado e matriz.

A primeira das duas estruturas (12.a) não dá conta a ordem instanciada pelo quantificador em posição interna e antes do possessivo. Apenas a segunda é relevante para essa ordem. Os dois diagramas a seguir descreve as operações envolvidas na ordenação em tela.



A subida de DP_m da posição do especificador do DP matriz para o especificador de QP produz uma disposição hierárquica que permite derivar a ordenação linear dos termos sem ter que realizar apagamentos adicionais.



O movimento do DP_m é lícito, pois o DP matriz não pode bloqueá-la. Ele não o c-comanda; logo não pode se definir como mais próximo. A subida do DP matriz também seria lícita, mas o resultado seria o quantificador na posição pós-nominal. Essa mesma ordenação pode ser conseguida a partir de uma estrutura em que o quantificador selecione o DP_m . Essa possibilidade de derivação implica uma possível ambigüidade desse tipo de ordenação, que se reflete numa certa oscilação do julgamento atinente ao escopo do quantificador.

É possível que o possessivo, nessa derivação, suba abertamente para o especificador de AgrP. Alternativamente, pode permanecer *in situ* realizando checagem invisível, no núcleo D, por exemplo, se, ao final, Agr não for projetado. Se o possessivo licenciado *in situ* nos sintagmas definidos estiver associado sempre a um contraste, pode-se determinar se a presença de Agr conforme esse contraste seja detectado ou não. Esta questão não é simples equacionamento e vai ficar aberta, dependendo de uma melhor investigação das evidências que ajudem a decidir por uma ou outra alternativa.

1.2.1.2. Derivados em -do (pacientes)

Os derivados em -do são interpretados como o tema do processo indicado pela base verbal.

- (1) a. Seu perseguido
 b. Meu dirigido
 c. Nosso conduzido
 d. Seu comandado¹⁵

O possessivo que os acompanha pode ser identificado com o agente do processo descrito pela base verbal, ou pode ser interpretado como realizando o participante de uma relação-R, do tipo verificado também com os agentivos.

As construções não são sempre muito felizes, variando de acordo com o item lexical particular. (1.d) é bastante natural com a interpretação do possessivo como agente; as demais são pouco naturais, dependendo de contextualizações elaboradas. Isso sugere que nesse caso, a associação semântica do argumento suprimido com um possessivo é menos imediata do que com os agentivos.

Um agente introduzido pela preposição *por*, com resultados mais naturais:

- (2) a. Os perseguidos pela ditadura (sofreram muito)
 b. Os dirigidos pelo maestro austríaco (não falham)
 c. Os conduzidos ao hospital por nós (escaparam)
 d. Os comandados na batalha pelo major Hermes (venceram)

Podemos especular que esse contraste entre o agente expresso pela frase prepositiva e pelo possessivo pode estar relacionado à pressão desse último, de alguma forma, para uma leitura de processo, que o nominal não admite.

Verificamos com os deverbais complexos que a presença do sujeito era tributária da presença do complemento - esse sempre obrigatório. Os nominais pacientes designam indivíduos (humanos ou não) que resultam de um processo. Indicam resultado e não o processo do qual derivam. A interpretação agentiva do possessivo parece criar um conflito.

Outra característica desse derivado está associada ao uso da cópula. Não é possível relacionar um agente com o núcleo por meio de uma predicação com cópula:

¹⁵Essa construção é das mais felizes. É de uso corrente, funcionando quase como uma fórmula, mesmo quando o participante é expresso por nominal pleno:

(i) O(s) comandado(s) do major.

- (3) a. *Os perseguidos foram pela ditadura
 b. *Os dirigidos foram pelo maestro austríaco
 c. *Os conduzidos ao hospital foram por nós
 d. *Os comandados na batalha foram pelo major Hermes

Talvez essa restrição possa ter alguma influência no uso do possessivo. Os núcleos derivados nos exemplos em (1) parecem mais estar compondo uma oração reduzida de particípio do que um sintagma nominal referente a um indivíduo, produto da ação verbal. A possibilidade de modificação por um advérbio de modo é uma evidência em favor da interpretação de particípio.

- (4) a. Os perseguidos impiedosamente pela ditadura (sofreram muito)
 b. Os dirigidos competentemente pelo maestro austríaco (não falham)
 c. Os conduzidos rapidamente ao hospital por nós (escaparam)
 d. Os comandados habilmente na batalha pelo major Hermes (venceram)

Normalmente, esse tipo de advérbio não modifica um nominal que e refira a objeto (material ou não).

Já foi mencionado que as relações semânticas mais difusas favorecem a presença do possessivo. A introdução de um participante pela preposição *de*, semanticamente neutra, origina construções bastante naturais.

- (5) a. Os perseguidos mais ilustres do prefeito
 b. Os dirigidos submissos do maestro austríaco
 c. Os comandados vitoriosos do major Hermes

Nessa versão, uma predicação com a cópula relacionando o núcleo com um possessivo é também natural.

- (6) a. Os perseguidos mais ilustres são do prefeito
 b. Os dirigidos famosos são(foram) do maestro austríaco
 c. Os comandados vitoriosos são(eram) do major Hermes

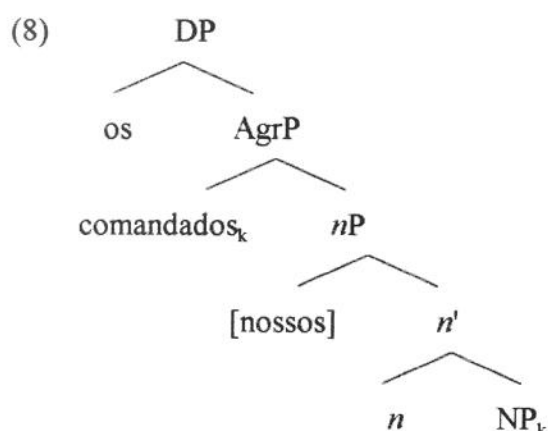
Ao que parece, a estranheza notada nos casos acima parece estar relacionada à ambigüidade morfológica do item, que pode realizar um particípio ou um nominal de resultado. Como particípio, denota uma especificação aspectual da ação

verbal. Nessa leitura, um possessivo não pode ser associado com o argumento, pois não é compatível com sujeito de reduzida do particípio.

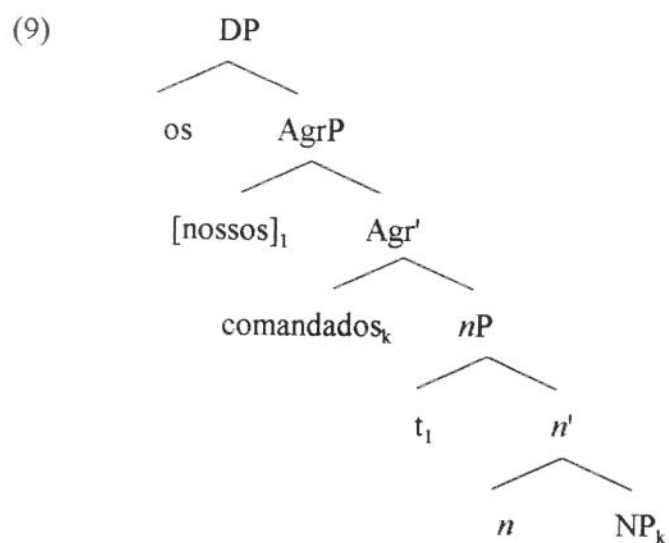
Nas ocorrências felizes do possessivo, observamos as mesmas características dos derivados de evento simples e resultativo. Os determinantes e outros modificadores ocorrem livremente. O quantificador *todos* flutua no sintagma, levantando as mesmas dificuldades para a derivação correta das diversas ordenações.

- (7) a. Todos os nossos comandados
 b. Os nossos comandados todos
 c. Todos os comandados nossos
 d. Os comandados nossos todos
 e. Os comandados todos nossos

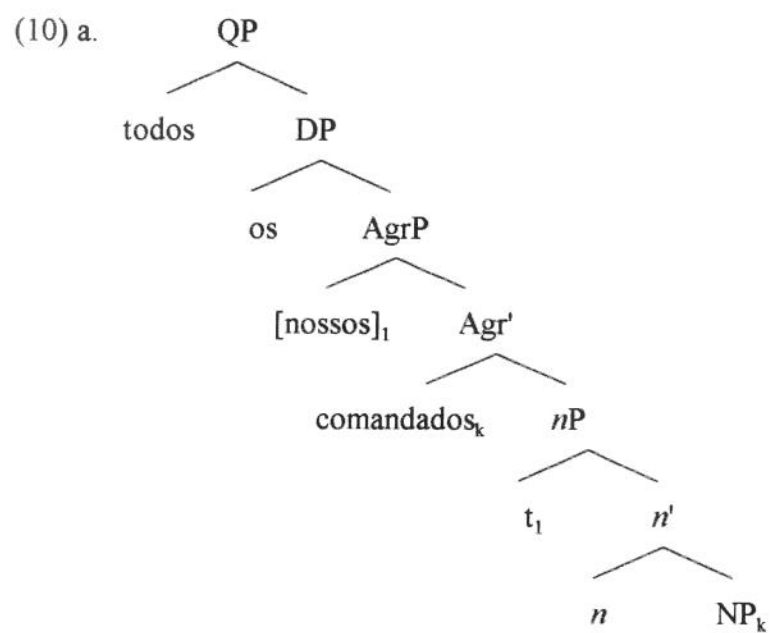
Para facilitar a demonstração, será derivada, em primeiro lugar, a parte do DP nas construções do conjunto imediatamente acima; a seguir, será incluída a projeção do QP. Considerando a natureza agentiva da base verbal, o *n*-leve será incluído na projeção para licenciar o participante realizado pelo possessivo. A derivação seguinte corresponde à do possessivo pós-nominal.

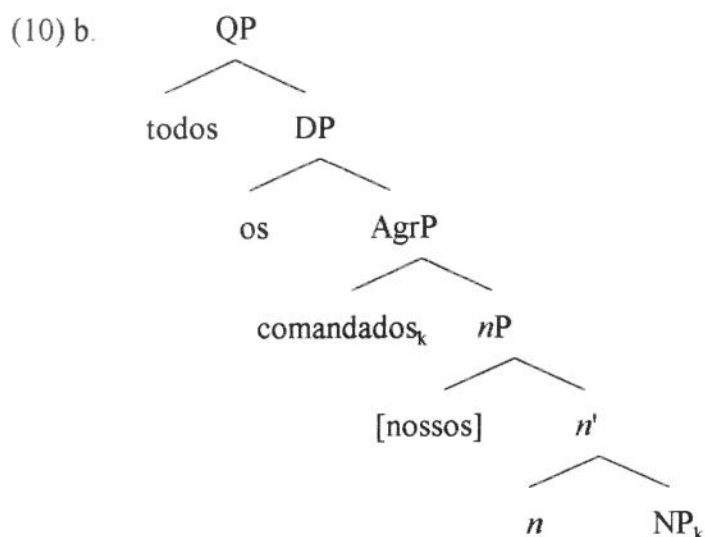


O movimento do possessivo para o especificador de AgrP deriva sua ordenação pré-nominal, conforme diagrama logo a seguir:



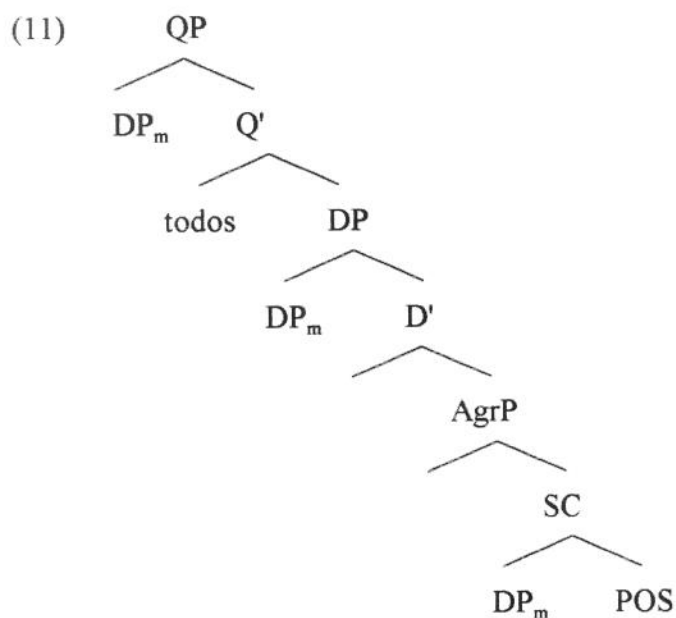
Incluindo o quantificador na derivação, temos as derivações de (7.a) e (7.c), respectivamente representadas em (10.a) e (10.b).





A flutuação ocasionada pela subida do DP encaixado para o especificador de QP, produz a ordem observada nas construções (7. b) e (7.d), conforme representação em (11.a) e (11.b).

Como esperado, a construção (7.e) com o quantificador precedendo o possessivo não pode ser facilmente derivada das estruturas consideradas acima. Para se obter a ordem linear dos elementos, várias operações de apagamento teriam que ser realizadas. Como essas operações são computadas também com referência à economia de derivação, uma alternativa que reduza o número de apagamentos é preferível. A estrutura proposta para a relação inicial do possuidor e possuído se apresenta como uma solução adequada.



Observe-se que a forma possessiva ocupará a posição final na cadeia linear, quer permaneça na posição de início da derivação, quer se mova para uma posição mais alta. Aplicado o Axioma da Correspondência Linear, as duas posições possíveis para o possessivo são c-comandadas assimetricamente pelos cabeças das cadeias, que recebem interpretação fonética.

1.3. Experienciais

Os nominais derivados de verbos experienciais apresentam um comportamento peculiar relativamente aos deverbais de processo. Têm estado no centro da discussão das diferenças da possibilidade de passiva nominal (Giorgi & Longobardi, 1989; Ross, 1969; Koster, 1984; Chomsky, 1986a; Jaeggli, 1986; Rappoport & Levin, 1988; Rozwadowska, 1988; Kayne, 1981). Compare os dados em (1) que apresentam a construções com a forma verbal com os de (2) que apresentam os derivados correlatos.

- (1) a. João admira Maria
- b. O menino despreza a prima
- c. Maria teme o professor
- d. A sogra odeia a nora

- (2) a. A admiração de João por Maria
- b. O desprezo do menino pela prima
- c. O temor de Maria ao/do/pelo professor
- d. O ódio da sogra à/da/pela nora

A primeira coisa a ser observada é que o complemento do nominal não se realiza por uma frase introduzida unicamente por *de*, mas envolve uma outra preposição. A preposição pode ser *por* (que também introduz o agente nas passivas nominais) ou outra (*a, de, para com*). Assim, a relação da preposição *por* com o participante da construção com experiencial deve ser distinta daquela com os participantes de nominais complexos.

O segundo aspecto é que a omissão do complemento não resulta numa cadeia ilegítima:

- (3) a. A admiração de João (é sincera)
 b. O desprezo do menino (é terrível)
 c. O temor de Maria (não tem fundamento)
 d. O ódio da sogra (atrapalha o casal)

O sujeito verbal permanece no nominal e não muda a relação temática, quando o complemento é omitido. A omissão do sujeito com a manutenção do complemento produz uma construção inadequada. Giorgi & Longobardi (1989) assumem, seguindo observação de Jaeggli (1986), que a propriedade fundamental nesse caso é que os papéis temáticos externos desses nominais devem ser sempre descarregados, diferentemente de outros nominais, e assim é forçada a realização sintática de um sujeito.

Como se vê, opera-se, com esse tipo de nominal, o oposto do que ocorre com os deverbais complexos. Aqui é a omissão¹⁶ do sujeito que produz resultados inaceitáveis:

- (4) a. *A admiração por Maria (é sincera)
 b. *O desprezo pela prima (é muito grande)
 c. *O temor ao/do/pelo professor (ofende-o)
 d. *O ódio à/da/pela nora (atrapalha o casal)

No que se refere ao possessivo, temos apenas a possibilidade de sua ocorrência para realizar o sujeito; o complemento não pode ser expresso por ele.

- (5) a. Sua admiração por Maria

¹⁶Essas construções são resgatadas num contexto de correferência:

- (i) a. A admiração por Maria cega o João
 b. O desprezo pela prima afasta o João da família
 c. O temor ao professor deixa o João inseguro
 d. O ódio pela nora enloquece a sogra

Essa situação sugere que a leitura envolve um argumento no nominal cuja referência depende de um outro argumento realizado na frase. Nesse caso, há um argumento do nominal (sintaticamente) presente sob a forma de uma categoria silenciosa.

- b. Seu desprezo à/pela prima
- c. Seu temor ao/do/pelo professor
- d. Seu ódio à/da/pela nora

- (6) a. *Sua admiração por João
 b. *Seu desprezo pelo menino
 c. *Seu temor por Maria
 d. *Seu ódio pela sogra

A marca asteriscada é para assinalar que a leitura de (6) é distinta de (5), mais precisamente que é o seu inverso. Assim, os dados de (6) demonstraram que esse tipo de nominal não comporta uma construção passiva. Deve-se notar que nem todas as preposições listadas são igualmente naturais nesses casos, indicando a interve-niência de fatores outros. Além disso, os julgamentos podem variar conforme o tipo de frase introduzida pelo preposição. Em (5.a) se *João* for substituído por *todos*, a construção não parece ruim (Sua admiração por todos). De qualquer sorte, esse comportamento errático indica que as exceções ao padrão decorrem de propriedades particulares associadas a um ou outro item particular ou a certas características de uso.

A impossibilidade de possessivo como complemento remete à questão do tipo de argumento do nominal que pode ser possessivizado. Várias tratamentos com base na estrutura temática propõem que a impossibilidade dessa transformação de complemento em sujeito se deva exclusivamente ao tipo de papel temático do complemento.

A característica desse complemento é não ser afetado (Rappaport & Levin, 1988; Giorgi & Longobardi, 1991; Rozwadowska, 1988). Afetado é entendido como aquele complemento que sofre uma modificação produzida pelo argumento externo.

A tradução sintática desse fenômeno (Afetado) pode ser correlacionada com a capacidade do deverbal de licenciar diretamente um argumento sem auxílio de preposição (Giorgi & Longobardi, 1991). Anderson (1979, apud G&L, 1991) identifica como característica básica, nesse caso, o fato de que os participantes nominais dependentes de uma preposição plena não podem ser possessivizados.

A preposição de complementos genitivos verdadeiros seria a realização de caso (Chomsky, 1986; Valois, 1991, entre outros) e não um intermediador da relação temática que o nome contrai com seu argumento.

Esse tipo de construção demonstra que o possessivo não pode ser usado para realizar qualquer satélite do nominal. Há algum traço da relação entre núcleo e participante que determina que tipo de relação sintática pode ser acessível a possessivização. A preposição *de* é multifacetada. Pode ser empregada com um conteúdo substantivo, ou pode ser usada como um item vazio de conteúdo semântico, com a função de satisfazer uma dada exigência (morfológica/sintática). Nesse último emprego marca frases genitivas que podem ser substituídas por um elemento pronominal.

Essas particularidades que distinguem certos grupos de deverbais exemplificam a observação de Chomsky (1970) de que não se deve esperar um comportamento homogêneo entre as duas realizações do item. Em seus termos: "only in the simplest case will exactly the same contextual (and other) features be associated with an item as a verb and as a noun" (p.38)¹⁷. O interessante contudo é o reflexo sintático que essas diferenças podem produzir.

Comparado com o inglês, o português apresenta um quadro diferente dos itens sujeitos à restrição de afetado. Os nominais em (7) ilustram a impossibilidade do objeto na posição pré-nominal em inglês, seja como pronome, seja como um sintagma nominal pleno no genitivo (cf. Rozwadowska, 1988; Grimshaw, 1990; G&L, 1989; Kayne, 1981):

- (7) a. the knowledge of algebra
 b. *its knowledge/algebra's knowledge
 c. the perception of the problem
 d. *its perception/the problem's perception
 e. the sight of John
 f. *his sight/John's sight.

Em português, todos esses casos podem ter o complemento realizado na posição pré-nominal, por meio do possessivo. Um contexto será fornecido para realçar a naturalidade da construção:

- (9) a. A propósito da álgebra, seu conhecimento permite resolver problemas

¹⁷ "apenas nos casos mais simples se associarão os mesmos traços contextuais (e outros) com um item realizado como verbo e como nome" (tradução minha).

intrincados

- b. No que concerne a esse problema, sua percepção rápida ajuda a evitar desdobramentos indesejados
- c. Quanto a João, sua visão sempre me incomoda.

Essa diferença, contudo, não enfraquece a restrição de afetado em português. Esse contraste se encontra em outras áreas da gramática, nomeadamente, tempo e aspecto verbal.

Os verbos de estados mentais, um subgrupo dos estativos em inglês, recusam a construção progressiva (be -ing). Dentro do grupo equivalente em português, a construção correspondente (estar-ndo) é natural e produtiva (cf. Cerqueira, 1984). Cerqueira defende que o português normalmente agrupa esse tipo de verbo com aqueles associados a processos e não a estados. Podemos dizer que o traço [estativo] é atribuído a um conjunto maior de itens em inglês do que em português. Que nos nominais essa diferença se manifeste é uma consequência natural da diferença do conjunto de traços que podem compor esses itens nas duas línguas¹⁸.

1.4. Complementos oracionais

Os complementos oracionais de nominais tem um comportamento distinto daquele apresentado pelos complementos nominais:

- (1) a. A declaração de que o cargo foi preenchido pela filha do presidente (surpreendeu a todos)
- b. A conclusão de que a aposentadoria vai mudar (desagradou a todos os pensionistas)
- c. A tentativa do Congresso de discutir as reformas (foi atropelada pelo pres.)
- d. A decisão do tribunal de anular a prisão dos sem terras (foi sábia)

A substituição do complemento pelo possessivo produz uma construção

¹⁸ G & L (1991) assinalam que o francês e espanhol, p. ex., se comportam como o português. E mesmo o alemão se alinha com as línguas românicas nesse aspecto.

muito pouco natural:

- (2) a. *A sua declaração (surpreendeu a todos)
 b. *A sua conclusão (desagradou a todos)
 c. *A sua tentativa pelo Congresso (foi atropelada pelo...)
 d. *A sua decisão pelo tribunal (foi sábia)

No entanto, as construções podem ser resgatadas se, ao invés do possessivo, a substituição for por um demonstrativo:

- (3) a. Essa declaração (surpreendeu a todos)
 b. Essa conclusão (desagradou a todos)
 c. Essa tentativa do Congresso (foi atropelada pelo...)
 d. Essa decisão do tribunal (foi sábia)

O demonstrativo nesse caso torna-se relevante para indicar a natureza processual ou não do deverbal. Grimshaw (1990) inclui, entre as características definidoras de deverbal complexo, a incompatibilidade de modificação por um demonstrativo. Por esse diagnóstico, (3) indica claramente que as construções em (1) não se organizam em torno de um nominal que tenha conservado as propriedades argumentais do verbo base.

Stowell (1981) observa, no inglês, que os nominais que tomam um complemento realizado por uma oração finita não parecem constituir nominais de processo:

- (4) a. Andrea's guess that Bill was lying
 Andrea-AF palpite que Bill estava mentindo
 'O palpite de Andrea de que Bill estava mentindo'
 b. John's claim that he would win
 John-AF afirmação que ele MODAL ganhar
 'A afirmação de João de que iria ganhar'
 c. Paul's explanation that he was temporarily insane
 Paul-AF explicação que ele estava temporariamente insano
 'A explicação de Paul de que ele estava temporariamente insano'

Os derivados *guess* 'adivinhação', *claim* 'afirmação', *explanation* 'explicação', diz Stowell, não se referem à ação de "adivinhação", "afirmação" ou "explicação" de alguma coisa, como acontece com os verbos nos quais se baseiam. Os núcleos dos derivados referem à mesma coisa a que referem os seus complementos (objetos argumentais do verbo). E a relação entre o nominal derivado e seu complemento é na verdade de aposição¹⁹, e não de atribuição temática.

Em consequência disso, com essas construções é possível uma paráfrase que realce a relação de identidade entre núcleo nominal e complemento:

- (5) a. Andrea's guess was that Bill was lying
 Andrea-AF palpite era que Bill estava mentindo
 'O palpite de Andrea era de que Bill estava mentindo'
- b. John's claim was that he would win
 John-AF afirmação era que ele MODAL ganhar
 'A afirmação de João era de que iria ganhar'
- c. Paul's explanation was that he was temporarily insane
 Paul-AF explicação era que ele estava temporariamente insano
 'A explicação de Paul era de que ele estava temporariamente insano'

É possível supor que o fato de o aparente complemento não ser, um complemento de fato, mas um aposto, tenha alguma relação com a impossibilidade do possessivo e a naturalidade do demonstrativo.

O possessivo não estabelece com o nominal essa relação de identidade, a partir da qual se precisa a informação do núcleo nominal. Do ponto de vista da interpretação, seu uso não manteria a relação de identidade entre núcleo e "complemento". Além disso, o "complemento" supostamente não estaria na configuração sintática adequada para a forma possessiva (sujeito ou complemento)

A sugestão para a impossibilidade de o possessivo substituir os complementos oracionais finitos, baseada na relação apositiva, não pode ser estendida para os complementos infinitivos. Stowell argumenta que os infinitivos se caracterizam como complementos reais de deverbais em inglês. Por isso esses deverbais podem manter

¹⁹Grimshaw discorda da interpretação de Stowell e mantém que o a oração é um complemento verdadeiro. A interpretação apositiva resultaria da identificação entre a oração e um dos argumentos semânticos do nominal.

a natureza processual dos verbos base.

Podemos estender para o português a conclusão de que os infinitivos como complementos não impedem ao deverbal manter o caráter processual do verbo de origem. Os exemplos (1.c-d) testemunham essa possibilidade. Apesar disso, a substituição do infinitivo pelo possessivo não produz uma construção feliz.

Decorre desse fato que não podemos derivar a impossibilidade do possessivo nesse caso da posição do complemento como sugerido para os complementos finitos. O fato descritivo é que constituintes oracionais não podem ser realizados por possessivo. Uma possível explicação para essa restrição pode ser buscada nas relações de caso. Se o possessivo substitui um constituinte marcado para caso genitivo e orações não puderem ser marcadas dessa forma, a realização da oração complemento por uma forma associada a um caso incompatível teria como consequência um conflito de traços.

Nesse sentido, os complementos oracionais (finitos e infinitivos) podem ser equiparados com os complementos de experienciais realizados por preposição plena. Ambos os tipos não podem ser atualizados por um possessivo.

1.5. Adjetivos referenciais (gentílicos e grupais)

Certos adjetivos parecem se comportar quase como um sintagma nominal, correspondendo aos argumentos do nome:

- (1) a. A invasão americana do Vietnam
- b. O medo brasileiro da inflação
- c. A realização francesa de testes nucleares
- d. A tentativa local de boicotar o decreto anti-fumo

O conjunto inclui os adjetivos que expressam nacionalidade (os gentílicos) e outros como *local*, *liberal*, *nacional*, *trabalhista*, *ruralista* etc. Esses adjetivos serão referidos como adjetivos grupais (termo empregado em Grimshaw, 1990), com base na sua característica de singularizar um grupo com propriedades definidoras específicas.

Na leitura dos exemplos em (1) os adjetivos referenciais parecem estar

realizando o argumento sujeito do nominal. (1.a) tem a interpretação de que os americanos realizaram a invasão. (1.b) apresenta os brasileiros como os experientes do medo. (1.c) destaca os franceses como os realizadores dos testes nucleares. Em (1.d) *local* se refere a um grupo reunido em torno da atividade de boicote.

Esses mesmo adjetivos podem aparecer relacionados com os argumentos correspondentes aos objetos (mas cf. Kayne, 1981²⁰) do verbo base ou do deverbal, como em (2):

- (2) a. A derrota vietnamita
 b. A derrota dos vietnamitas
 c. Uma invasão latino-americana
 d. Uma invasão da América latina

(2.b-d) são paráfrases adequadas de (2.a-c). Os adjetivos representam em (2.c-d) o objeto sobre qual incide o evento designado pelo nominal.

Esse grupo de adjetivos, à semelhança dos possessivos, é ambíguo. Nalguns casos tem que ser analisados como um sujeito de um nominal complexo. Um adjetivo com a interpretação agentiva força a presença do complemento do nominal. O emprego dos adjetivos aspectuais *constante* e *frequente* indicam que o nominal tem leitura de processo.

- (3) a. A mudança/transformação brasileira *(das normas)
 b. A (frequente) indicação brasileira *(de auxiliares suspeitos) (irrita os cidadãos).

No entanto, noutros casos, podem funcionar como modificadores, sem envolver uma relação com um argumento do nome (sujeito ou objeto), como nos exemplos em (4), onde a indicação do adjetivo está relacionada a uma localização ou maneira:

- (4) a. A maratona brasileira (será em novembro)
 b. Uma atitude brasileira (típica daquele francês)

²⁰Kayne destaca que esses adjetivos parecem poder expressar uma relação de sujeito, mas não uma verdadeira relação de objeto. Uma relação de objeto verdadeira deve ser representada numa estrutura sintática como (_S X NP), ao passo que uma relação de sujeito não precisa ser representada usando uma categoria NP. (NP aí corresponde a DP, atualizado na hipótese DP).

Em (4.a) o adjetivo *brasileira* não força a interpretação de que os brasileiros sejam participantes da maratona. (4.b) não implica que a atitude referida seja de um brasileiro, mas apenas que tem características das atitudes típicas de um brasileiro. É por isso que a introdução de uma frase que identifica o sujeito da atitude como distinto dos brasileiros não resulta em contradição.

Aparentemente os adjetivos grupais tem um comportamento semelhante ao possessivo. No entanto, essa semelhança acaba quando se explora as possibilidades de realização simultâneas dos argumentos internos e externos. O contraste a seguir é ilustrativo.

- (5) a. A invasão americana do Vietnam
 b. *A invasão vietnamita pelos americanos
 c. A sua invasão do Vietnam
 d. A sua invasão pelos americanos

A diferença entre o adjetivo e o possessivo é manifestada abertamente no contraste entre (5.b) e (5.d). O possessivo, mas não o adjetivo, pode realizar o argumento interno na construção passiva quando o agente é realizado (por uma frase com *por*).

Outro contraste se apresenta na ligação de anáforas. Kayne (1981) assinala que os adjetivos referenciais, podem expressar uma função do núcleo nominal, mas não pode ligar uma anáfora, como no exemplo reproduzido a seguir:

- (6) a. *The Chinese criticism of herself at the UN
 A chinesa crítica de elaRFL em as NU
 '*A crítica chinesa a si mesma nas NU'

Esse paradigma se repete em português (e italiano também; cf. G&L, 1991):

- (7) a. *a destruição albanesa de si mesma (dele(a) mesmo(a))
 b. a destruição da Albânia de si mesma (dela mesma)
 c. a destruição dos albaneses de si mesmos (deles mesmos)
 d. a sua destruição de si mesmo(?s)

A realização de um papel-teta por um adjetivo²¹ é defectiva quando comparada com aquela feita pelo possessivo. Podemos dizer, com G & L (1991:126), que um adjetivo referencial pode descarregar um papel-teta do núcleo (no sentido de Higginbotham, 1985), mas é insuficiente como o antecedente de uma expressão anafórica.

Essa característica dos adjetivos referenciais parece constituir mais uma evidência em favor da posição que considera que os possessivos não se comportam inteiramente como adjetivo e que tratá-los simplesmente como tal pode obscurecer algumas de suas propriedades sintáticas.

²¹ Sportiche (1990) e Valois (1991) defendem que não é o adjetivo propriamente o argumento nesses casos. O argumento é um pronome nulo, modificado pelo adjetivo. Essa posição considera que argumentos são expressos por DP e o adjetivo não projeta essa categoria.

CAPÍTULO VI

POSSESSIVOS E NOMES ICÔNICOS

1. Introdução

Este capítulo trata dos nomes icônicos (picture nouns), considerando os argumentos que podem ser representados em torno de um mesmo núcleo, suas possibilidades interpretativas em termos da ordenação linear que mantêm um em relação ao outro, e a realização de argumentos pelo possessivo. Nesse particular, será considerado o Princípio da Possessivização, do ponto de vista das operações sintáticas de movimento, relacionadas às posições de realização da forma possessiva.

2. Nomes e argumentos

2.1. Construções mono-argumentais

Considerem-se os exemplos, a seguir, em termos das possibilidades dos papéis temáticos que podem ser atribuídos ao associado do nominal:

- (1) a. O retrato de Pedro (ficou muito bom)
- b. A foto de Maria (ganhou o prêmio)
- c. O quadro de Tarsila (foi leiloado)

Nesse conjunto, Pedro, Maria e Tarsila podem ser interpretados como os donos (possuidores) do objeto denotado pelo núcleo do sintagma nominal, como os autores (agentes) de cuja ação resultou o objeto representado pelo nominal, e finalmente podem ser interpretados como o conteúdo (tema) representado.

A forma possessiva pode substituir o sintagma nominal que realiza o argumento, mantendo o mesmo leque de leituras.

- (2) a. O retrato seu (ficou muito bom)
- b. A foto sua (ganhou o prêmio)
- c. O quadro seu (foi leiloado)

A posição do possessivo é variável também nesses casos. Ele pode ocupar a posição pós-nominal como em (2) ou pré-nominal como em (3), com as distinções já mencionadas:

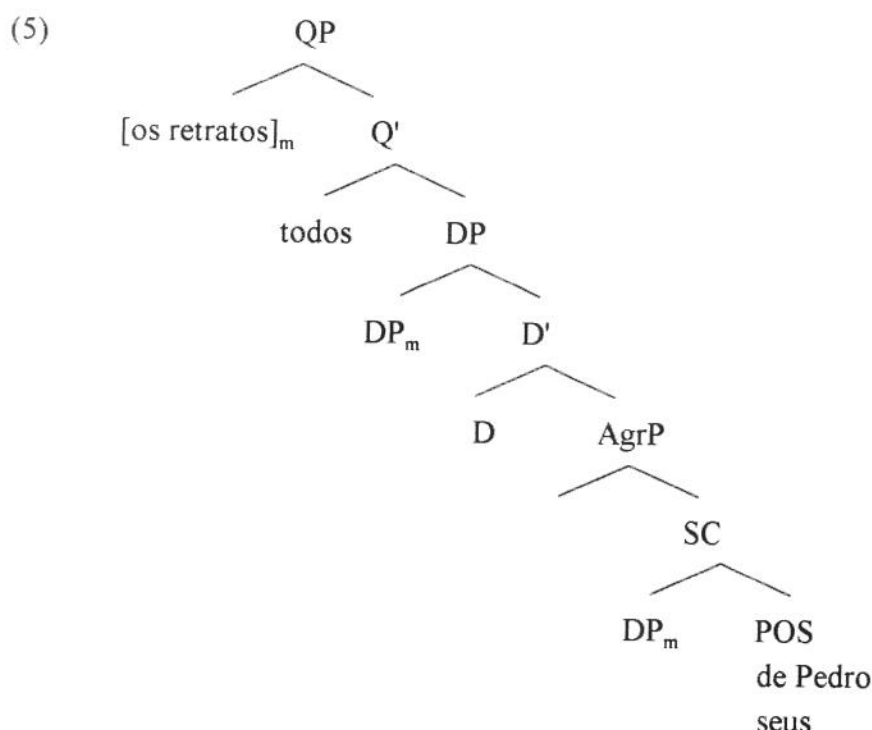
- (3) a. O seu retrato (ficou muito bom)
- b. A sua foto (ganhou o prêmio)
- c. O seu quadro (foi leiloado)

A flutuação de quantificadores (e outros elementos) se manifesta aqui também, abarcando todas as possibilidades atestadas com os outros tipos de nominais. Seja o exemplo em (4), no plural para permitir maior naturalidade da combinação com o quantificador universal *todos* na leitura pretendida:

- (4) a. Todos os seus retratos
- b. Os seus retratos todos
- c. Os retratos todos seus

Conforme análise avançada anteriormente, (4.b) exemplifica a flutuação do DP matriz (que engloba a construção inteira), que se move para o especificador do QP nucleado por *todos*. (4.c) é ambígua entre a leitura em que *todos* tem escopo sobre o DP encaixado, nucleado pelo nome icônico e outra em que incide sobre a relação de posse que se estabelece entre o nominal e seu argumento, destacando sua "completude/exaustividade". A primeira leitura é a que interessa aqui mais diretamente.

O tipo de flutuação presente em (4.c) na leitura relevante é da mesma natureza daquela discutida anteriormente - que serviu de base para a proposta da mini-orção como o arranjo sintático inicial que põe em relação os constituintes que realizam o possuído e o possuidor. Representemos em diagrama a derivação para relembrar a estrutura na base da derivação:



(Nessa representação, ignora-se o movimento da forma possessiva para o especificador de AgrP na sintaxe visível, o que se supõe deva ocorrer sempre que POS não faça parte de uma estrutura que permita seu licenciamento *in situ*.)

A flutuação não restringe as possibilidades interpretativas da construção. Além da leitura de posse, continua-se a ter a de autoria (agente) e a de representado (tema). Isso leva à suposição de que os participantes agente e tema podem manter com o nominal o mesmo arranjo estrutural que é contraído pelo possuidor. Conseqüentemente, a análise de mini-oração se apresenta como uma alternativa que pode ser estendida a esses casos.

Essa extensão encontra apoio no fato de que os nomes icônicos, a despeito de se combinarem com participantes interpretados como agente ou tema, alinham-se mais naturalmente com os não derivados e os resultativos em contraposição aos deverbais de processo. Em primeiro lugar, denotam objetos e não processos. Ademais, não apresentam as restrições notadas por Grimshaw (1990) (discutidas alhures) que caracterizam esses últimos (que mantêm as propriedades temáticas do verbo base). Não recusam pluralização (6.a); aceitam outros determinantes que não o artigo definido (6.b); a presença do argumento externo não força a realização do interno (6.c); não admitem adjetivos aspectuais (*frequente*, *contínuo*) (6.d), conforme se ilustra:

- (6) a. As fotos de Pedro
 b. Uma foto de Pedro
 c. A foto de Pedro (Pedro = autor (agente))
 d.*A foto freqüente/contínua de Pedro

Somam-se às características acima, o fato de que os participantes dos nomes icônicos podem ser relacionados a eles por meio de uma construção com cópula, o que, segundo Grimshaw, é inadmissível para argumentos sintáticos legítimos. Seja o conjunto em (7) testemunho dessa liberdade:

- (7) a. As fotos são de Pedro
 b. Um retrato era de Pedro
 c. O quadro é de Pedro

Dessarte, parece plausível supor que os participantes agente e tema associados a esses nomes não se distinguem sintaticamente do participante que manifesta uma relação de posse.

Em função do número de papéis temáticos associados ao nome icônico, decorre a possibilidade de realização de mais de um participante em torno de um mesmo núcleo nominal, é possível realizar os três simultaneamente. De fato, temos construções que instanciam esse caso. Para efeito de apresentação, essas manifestações serão introduzidas em etapas. Primeiro, abordaremos as construções com dois participantes, e em seguida enfocaremos a de três.

2.2. Construções bi-argumentais

Seja o exemplo seguinte, com o participante inanimado (a catedral) interpretado apenas como tema:

- (1) O retrato de Pedro da catedral
- | | |
|--------|------|
| AGENTE | TEMA |
| POS | TEMA |

Como se observa, duas leituras podem ser associadas a essa construção, conforme o participante [Pedro] seja consubstanciado como o autor (agente) ou como dono (possuidor) do retrato.

A ordenação linear dos participantes é variável, e o tema pode preceder o outro argumento, seja esse interpretado como agente ou como possuidor, consoante a versão apresentada em (2):

(2) O retrato da catedral de Pedro

TEMA AGENTE

TEMA POS

Ambas as posições parecem neutras, no sentido de que não se manifesta nenhum contraste ou destaque especial do participante, quer se realize numa ou noutra. Assim, parece que se trata de uma alternância que não é determinada por força de uma restrição especial.

O quadro interpretativo se complica quando a construção tem os dois participantes humanos, como ilustrado em (3):

(3) O retrato de Pedro de Maria

Essa construção é ambígua de vários modos, possibilitando seis leituras distintas, apresentadas em (4):

(4) a. O retrato de Pedro de Maria

POS AGENTE

b. O retrato de Pedro de Maria

POS TEMA

c. O retrato de Pedro de Maria

AGENTE TEMA

d. O retrato de Pedro de Maria

AGENTE POS

e. O retrato de Pedro de Maria

TEMA POS

f. O retrato de Pedro de Maria

TEMA AGENTE

É importante destacar aqui que nem todos os falantes aceitam a construção exemplificada em (4). Os que não a aceitam, justificam essa posição em termos da impossibilidade de interpretação, embora aceitem construções do tipo em (1) e reconheçam a ambigüidade que encerram. O fato de ambos argumentos serem humanos, e portanto, capazes de serem associados a qualquer um dos papéis, não permite a seleção de uma leitura particular, obtida dentro da construção.

Ao que parece, esse tipo de julgamento está sendo determinado por elementos ligados ao processamento e não ao licenciamento sintático em si, de vez que a construção é aceita normalmente quando a natureza semântica dos participantes é tal que se pode atribuir a eles certos papéis específicos. Por exemplo, um participante representado por um inanimado (não institucional) é normalmente interpretado como tema, restando ao outro o papel de possuidor ou de autor. A combinação de um participante que denota objeto (material não institucional) com outro que representa um objeto (institucional) limita a interpretação para tema e possuidor respectivamente. Nesses casos, as construções são consideradas inteiramente naturais.

Para alguns que aceitam (4), há uma restrição de interpretação. O argumento mais à esquerda é associado ao papel temático mais alto¹. Nesse caso, ficam excluídas as leituras (3.e-f). Aqui parece entrar em operação algum tipo de associação entre ordenação linear dos elementos e papéis temáticos. Esse é um dado curioso tendo em vista que vários estudos têm desvinculado a linearidade como representante da hierarquia temática (Schlonsky, 1988; G & L, 1991; Valois, 1991). Estando correta essa desvinculação, a preferência linear pode estar sendo determinado por outros processos.

3. A estrutura de mini-orção mais uma vez

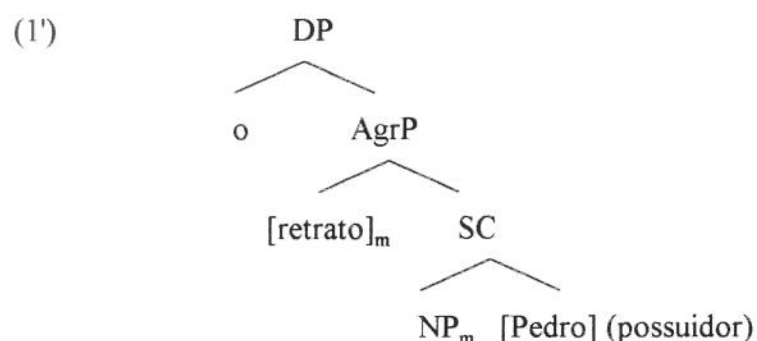
Foi sugerido acima que o arranjo estrutural das construções de posse pudesse ser estendido para as relações de autoria e de tema. Partindo do pressuposto de que aquela estrutura é uma interpretação adequada para a relação de posse, a

¹Essa opção é o oposta da observada no francês, segundo Milner (1982), que tem o argumento mais à direita associado preferencialmente com o papel mais alto. Mas não se pode dizer que haja uma posição preferencialmente marcada em português.

combinação de possuidores com os outros argumentos virtualmente forçam a extensão. Tomemos o exemplo (1), interpretando os dois argumentos como tema e possuidor, nessa ordem:

(1) O retrato de Maria de Pedro

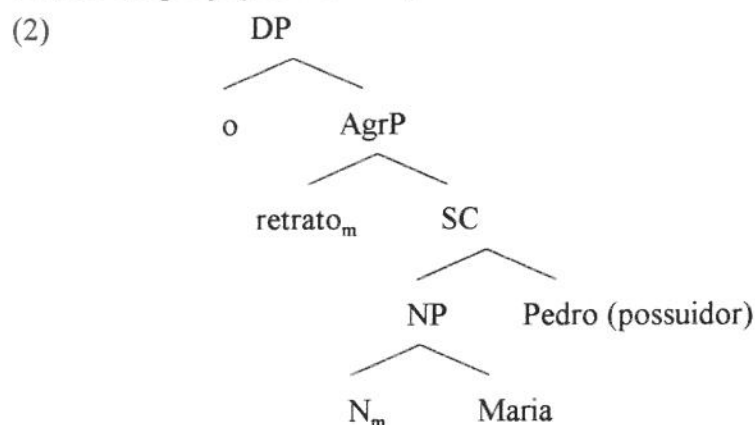
No diagrama seguinte, representa-se uma parte da construção, limitada ao possuidor e possuído.



O possuidor sendo realizado por um DP (não possessivo) permanece na posição inicial da derivação. O (núcleo do) NP vai para Agr. A ordenação final tem o núcleo da projeção do possuído precedendo o possuidor.

Nesse esquema, não há como projetar o tema como uma categoria irmã de N(úcleo) do possuído e obter a ordenação linear do possuidor entre N (em Agr) e o tema, a menos que se recorra a várias operações de movimento e apagamento. Essa estratégia resultaria em custo derivacional, o que se procura minimizar ao máximo.

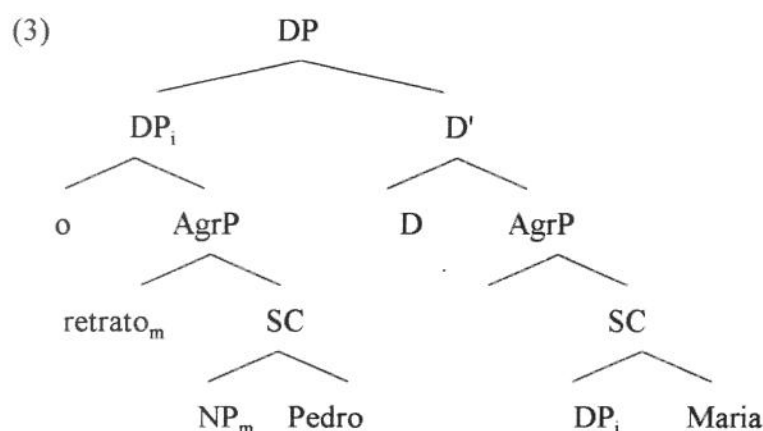
Para ilustrar esse ponto, observe-se o diagrama que agora inclui o tema dentro da projeção do NP possuído.



Considere-se, para efeito de argumentação, que nenhum movimento seja forçado para além daquele de N para Agr. No processo de linearização o termo [Pedro] não pode preceder a o termo [Maria], pois não o c-comanda. A ordem possuidor precedendo o tema não é derivada. A seqüência autorizada é com o tema [Maria] antes do possuidor [Pedro].

A hipótese de movimento do tema para a posição final como resultado de alguma operação de deslocamento regulada internamente no componente fonológico parece fora de questão. Essa construção não recebe obrigatoriamente nenhuma entoação especial do tipo geralmente associada com esses movimentos.

Uma alternativa de derivação que produz diretamente a ordem observada entre os participantes sem acrescentar condições especiais é aquela que permite relacionar o tema com o N(ome) do mesmo modo como se relaciona o N(ome) e o possuidor. Em outros termos, a proposta é estender a estrutura de mini-orção para outras relações temáticas de nominais não derivados (e resultativos). A representação derivacional de *O retrato de Pedro de Maria* passa a ter o seguinte desenho:



Essa derivação capta ainda uma diferença semântica de especificação, ainda que sutil, entre construções com ordenação distinta dos participantes. Não se poderia justificá-la facilmente se se atribuísse essa alternância a alguma checagem de traços não interpretáveis. A versão plural permite melhor apreciar a diferença.

- (4) a. Os retratos de Maria de João
 b. Os retratos de João de Maria

Interpretemos [João] como possuidor e [Maria] como tema. Em (4.a) [João] funciona como um restritivo que opera sobre o conjunto de retratos que tem [Maria]

por tema. Em (4.b) ocorre o inverso; é o tema [Maria] que restringe o conjunto dos retratos dos quais João tem a posse para um subconjunto específico, composto apenas por aqueles retratos em que *Maria* é retratada. Ambos os participantes, irrespectivamente do papel temático associado, funcionam igualmente como delimitador de conjunto. Se essas possibilidades tiverem, de fato, algum suporte estrutural, os arranjos sintáticos propostos fornecem um mecanismo para sua diferenciação².

As mesmas considerações se estendem para as combinações envolvendo um possuidor e um agente, ou um agente e um tema. Re-interpretando os argumentos em (4) como possuidor e agente, a restrição se dá na mesma direção: o argumento mais à direita re-delimita o conjunto resultante da delimitação realizada por aquele que está à sua esquerda.

4. Aspectos da possessivização

4.1. Possessivização dos argumentos nominais

O possessivo pode substituir qualquer um dos participantes em torno do nominal. (1) e (2) apresentam as versões dos exemplos da seção 2.2.

(1) a. O retrato seu da catedral

AGENTE TEMA

POS

b. O retrato de Pedro seu

AGENTE TEMA

POS

(2) a. O retrato seu de Pedro

TEMA AGENTE

POS

b. O retrato da catedral seu

TEMA AGENTE

POS

²Ritter (1988:921) identifica um contraste em hebraico entre o escopo do adjetivo e do possuidor, que associa com a posição que ocupam na estrutura.

Os exemplos em (1.b) e (2.b) são sentidos como marcados. Fatores de vários tipos interferem na aceitação do possessivo quando realiza um participante que ocupa uma posição mais baixa na hierarquia temática, e os julgamentos são variados. Alguns falantes não aceitam essa construção; outros não a excluem, mas consideram-na bastante incomum³. O fato de a terceira pessoa ser realizada preferencialmente pela forma alternativa *dele* (suas variações) na fala contribui para essa limitação. Também é possível que essa sabor acentuadamente marcado esteja associado a um desequilíbrio entre o fonético do possessivo e do outro participante não pronominal. Essa situação prevalece principalmente quando ambos os participantes são de terceira pessoa. Com a primeira e a segunda pessoa, a situação é distinta.

A possessivização de um agente sobre um possuidor não resulta uma construção ilícita. É uma opção natural quando esse agente é representado por um argumento de primeira pessoa (singular e plural) ou segunda pessoa (singular)⁴. Na verdade, a forma possessiva é a única alternativa que se apresenta para o agente, se apenas uma estiver disponível:

(3) a. O meu quadro do museu de Arte Moderna/daquele colecionador

AGENTE POS

b. *O seu quadro de mim/ por mim

POS AGENTE

Mesmo o tema pode ser naturalmente expresso pela forma possessiva por sobre um possuidor ou um agente, quando representam a primeira e a segunda pessoa. Veja o contraste quando o tema é expresso por outra forma:

(4) a. A minha foto de Pedro (?A foto de mim de Pedro)

b. A sua/tua foto de Maria (?A foto de ti/de você de Maria).

³Um falante consultado acha que o possessivo realizando o tema em presença de um participante realizado por um sintagma nominal pleno é mais natural quando há um demonstrativo como em (i):

(i) Aquela sua foto de Pedro

Parece que o demonstrativo realça o valor anafórico do possessivo, criando um contraste entre informação "velha" (o tema) e informação "nova" (agente ou possuidor) de modo que o uso pronominal fica adequada para re-introduzir o elemento já mencionado.

⁴Na fala natural só essas três pessoas têm prioridade porque as outras são realizadas pela combinação *de+pronome*. No registro que utilize sistematicamente as formas possessivas para todas as pessoas, essa preferência pode ser estendida.

Esses dados sugerem que há mais coisa no processo que regula a possessivização de argumentos nominais do que simplesmente a hierarquia temática pressuposta no Princípio de Possessivização. Essa maleabilidade não se restringe ao português apenas. Verifica-se também em outras línguas.

Giorgi & Longobardi (1991:274, n.12) reconhece que em italiano se observa o mesmo fenômeno constatado por Torrego no espanhol, qual seja, a possessivização de um argumento externo por cima do possuidor resulta uma violação mais suave, enquanto a de um argumento interno é bastante severa. G & L sugerem que esse fato pode ser relacionado com a afinidade mais estreita entre argumentos externos e possuidores no sintagma nominal, tendo em vista que ambos são externos em oposição ao tema que é interno.

O fato observado em português de que o tema pode prevalecer sobre um agente ou possuidor indica que não é apenas uma questão de afinidade (de posição externa) que permite a violação do Princípio de Possessivização. Outras restrições envolvendo outros aspectos da gramática parecem estar também em jogo.

Rizzi (1986) assinala que o comportamento de nomes icônicos é particular quando se considera a restrição de Afetado (Affected) destacado por Mona Anderson (1977) como condição de possessivização. O tema desses nomes se comportam como afetado, embora o nominal não denote nenhum processo a que se possa atribuir a capacidade de afetá-lo. Depreende-se daqui o reconhecimento de que esse tipo nominal pode incorporar propriedades mistas (de processo e de resultado), de modo que seu comportamento pode ser identificado com membros de diferentes grupos em termos de propriedades específicas que compartilha com cada um deles, mas tendo propriedades outras que os diferenciam de ambos.

Essas particularidades abrem caminho para que se interprete o processo de associação de papéis temáticos com esse tipo de nominal como resultado de suas propriedades semânticas, e não determinados por saturação de argumento sintático em termos estritos. Desse modo, as relações estruturais contraídas por esses elementos com o núcleo nominal poderiam ser distintas das relações canônicas de saturação sintática de argumentos, exibidas pelos deverbais de processo. Esses participantes poderiam ser considerados modificadores de um certo tipo. Talvez seja essa característica, o que permite a variedade de ordenação entre eles sem apresentar um contraste específico que possibilite identificar uma posição original na base da derivação e outra que seja resultado de movimento. Essa ausência de contraste decorreria, assim, do fato de que não há elemento que force a realização do

participante nessa ou naquela posição, a não ser o arranjo sintático inicial da derivação. A realização final seria a mesma do arranjo no início da derivação.

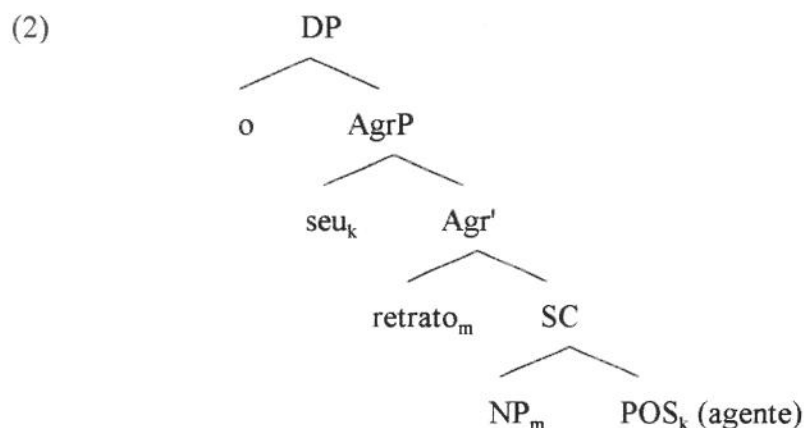
4.2. Hierarquia temática revista

Os dados analisados acima dão a impressão de que o português contradita o Princípio da Possessivização: um argumento tematicamente mais baixo pode ser possessivizado sobre um outro mais alto; e, mais de um argumento pode ser realizado pelo possessivo. No entanto, essa não é uma conclusão necessária, se esse princípio é considerado em termos da posição estrutural que os argumentos ocupam (conforme proposta vista na seção anterior).

Uma olhada mais cuidadosa na estrutura aqui proposta para esse tipo de construção revela que nenhuma violação se configura nesses casos. Considere a derivação da construção em (1) envolvendo um possuidor [Pedro] e um agente realizado pelo possessivo [seu]

(1) O seu retrato de Pedro

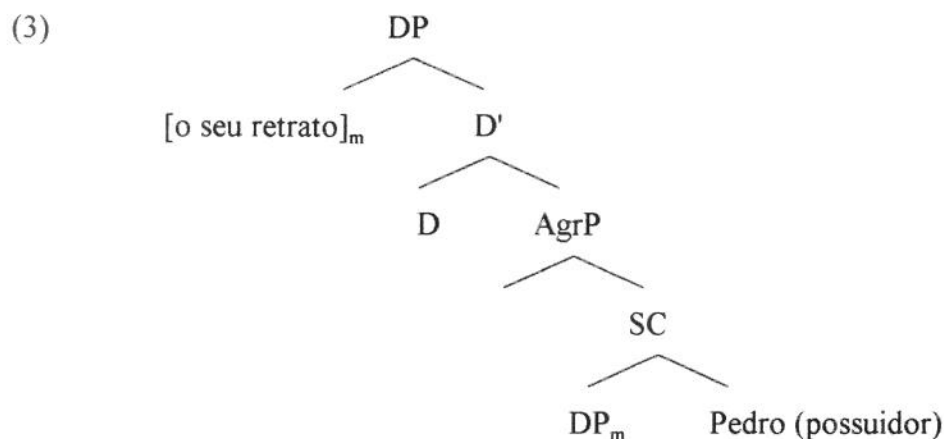
Recapitulando os passos eventuais de sua derivação temos o seguinte. Numa momento da derivação, o nominal [retrato] e o agente [seu] são colocados em relação pela operação de mesclagem, resultando a construção em (2).



O agente é o único participante. Pode alcançar o especificador de AgrP sem problema. Essa é a posição mais alta disponível para ele na sintaxe visível. Como

só existe um participante, não há que se avaliar a obediência à hierarquia temática, interpretada como hierarquização estrutural dos argumentos. (Ela é respeitada no vácuo).

Na etapa seguinte, o DP inteiro, derivado em (2) constitui um novo termo da relação. Ele vai se mesclar agora com o possuidor, conforme (3):



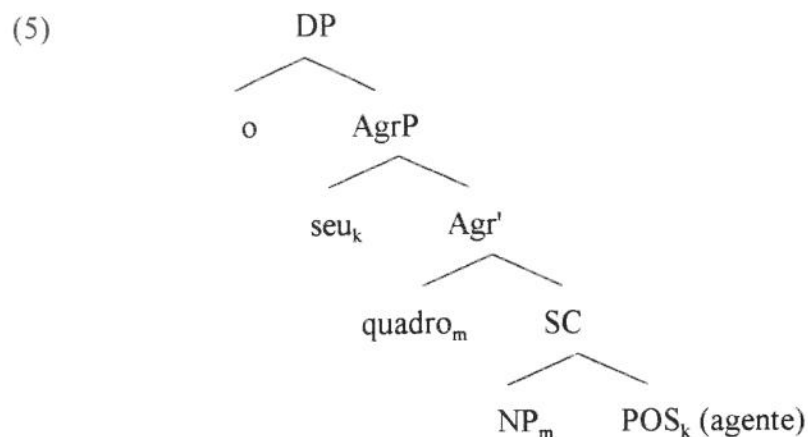
O possessivo (agente) é interno ao DP encaixado, que contém o NP nucleado pelo nome icônico. Não ocupa o especificador de AgrP no DP matriz. Essa posição está livre para ser relacionada com o constituinte possuidor (qualquer que seja a razão que o determine)⁵. Assim, não se configura um eventual cruzamento indevido do possuidor por um outro participante, classificado abaixo na escala temática.

A partir desse processo derivacional, teoricamente é possível licenciar duas formas possessivas na mesma construção, uma realizando, por exemplo, o agente e a outra o possuidor, sem incorrer em ilicitude no que tange à hierarquia temática. Esse é um resultado desejável para o português, tendo em vista o exemplo em (4), que é uma construção legítima na língua.

(5) O seu quadro meu
AUTOR POS

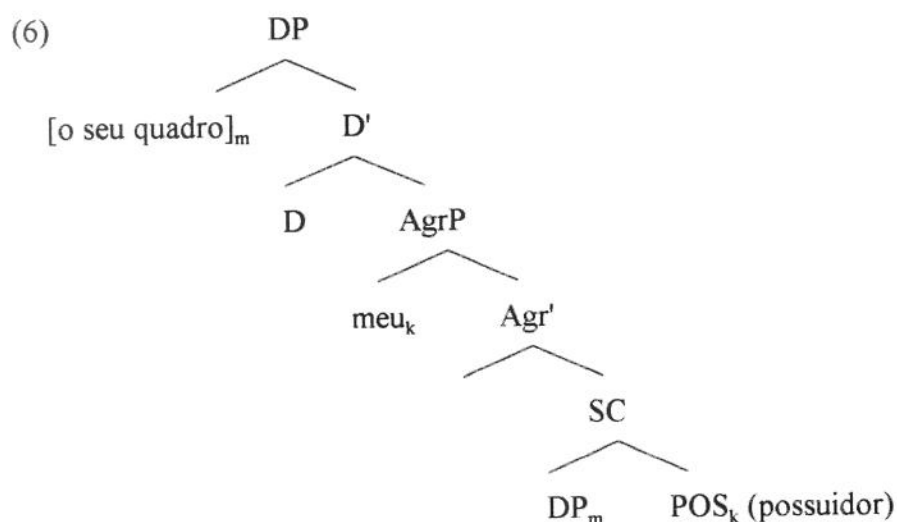
Como exercício de demonstração, vejamos em diagrama a derivação responsável por (4). A primeira etapa envolve a mesclagem de [quadro] e [seu], seguida de Agr e, por fim D. Tem-se um DP fechado [o seu quadro].

⁵ Supondo que cada forma possessiva esgote a capacidade de checagem de sua categoria checadora, serão necessárias tantas delas quantas forem as formas pronominais.



Nessa etapa, o participante realizado pelo possessivo é o único nessa estrutura. No curso da derivação, pode subir para o especificador de AgrP sem problema (em ausência de alguma força que o retenha *in situ*). Não ultrapassa nenhum outro participante.

Na etapa seguinte, esse DP já estruturado vai se mesclar com a outra forma possessiva [meu] que realiza o possuidor:



O especificador de AgrP no DP matriz continua livre e acessível ao possessivo. Na verdade, somente ele pode ser atraído para essa posição em função das restrições de checagem. O possessivo interno ao DP encaixado não mais dispõe das condições para ser atraído (mesmo que pudesse sê-lo). Ao entrar em relação de checagem com o Agr encaixado, os traços relevantes são checados e apagados, de modo que, se entrar de novo no mesmo tipo de relação, não dispõe desses traços para checar contra a nova categoria checadora, que ficaria com traços não checados. Também,

ele estaria numa posição muito encaixada, de sorte que não se encontra acessível ao Agr matriz. Em outros termos, o possessivo encaixado não compete por uma posição com o possessivo inserido no DP matriz.

No que concerne as restrições de possessivização de argumentos nominais, o Princípio formulado por Longobardi permanece intacto. Apenas um possessivo se realiza em cada DP; e, nenhum argumento foi pulado⁶. Na verdade, o processo de derivação não afeta a função do princípio.

Uma questão que se coloca imediatamente é se essa análise pode ser estendida a outras línguas. O francês e o inglês, por exemplo, poderiam ser consideradas como contra evidência para a proposta, tendo em vista a ausência de dois possessivos. Acreditamos que o processo descrito está disponível tanto para o inglês quanto para o francês, e a diferença que apresentam em relação ao português se deve a interveniência de outros fatores. Podemos imputar parte dessa diferença à natureza das formas possessivas (modificadoras do nome nessas línguas) e da categoria D que participa do licenciamento desse possessivo. (Lembrar a influência de D sobre o Agr, em cujo especificador essa forma pronominal vai se encontrar num dado momento.).

Suponhamos que em inglês e francês esses possessivos tenham que alcançar o núcleo D na sintaxe visível. Nessa posição, bloqueariam uma categoria em especificador do DP. Um possessivo em D está numa configuração de checagem com o especificador dessa categoria, o que exigiria uma compatibilidade de traços entre eles. Se essa compatibilidade não puder ser alcançada, essa configuração resultará sempre uma construção ilícita. Em português, por seu lado, o possessivo não é atraído⁷ sempre por D na sintaxe visível; portanto, o especificador do DP está disponível para alojar uma categoria.

As considerações levam à suposição de que línguas que admitem possessivos pós-nominais (que não são atraídos para D na sintaxe visível) ou a combinação artigo mais possessivo podem exibir a construção com duplo possessivo. Essa previsão se confirma. No italiano, dois possessivos podem ser realizados no mesmo DP, ainda que marginalmente, conforme observação de Cinque (1980:95, nota 46),

⁶ Fica a questão relativa às possibilidades de extração de dentro do DP, que foi a motivação principal da investigação de Cinque, na qual se baseiam G & L. Essa é uma área bastante nebulosa, cuja investigação demandaria mais tempo do que podemos dispor.

⁷ As construções definidas com possessivo em posição inicial absoluta deve constituir um caso de atração obrigatória de POS para D, se D nulo tem natureza afíxal (cf. Longobardi, 1994).

também citada por G& L (1991:134):

- (7) ?? i miei quadri suoi⁸
as minhas fotos suas

No catalão, essa dupla ocorrência é perfeitamente natural conforme Picallo (1994: 293, nota 16), donde provêm os exemplos seguintes:

- (8) La seva fotografia teva
'A sua fotografia tua'

Desse modo, temos evidência de que essa construção é uma possibilidade garantida pela GU, da qual línguas diferentes fazem usos diferentes, em interação com vários outros processos intervenientes na exercitação da gramática de uma língua num contexto particular.

Voltando aos dados do português, uma observação sobre a leitura do possessivo na posição pós-nominal se faz necessária. No arranjo linear em (3), o possessivo final pode receber uma leitura contrastiva ou não. Essa dupla possibilidade decorre do fato de que esse arranjo pode ser associado a duas estruturas hierárquicas distintas. Nas derivações descritas acima, o possessivo terminava no especificador de AgrP. Essa posição é considerada o pouso normal do possessivo (ao menos, na sintaxe explícita), na leitura neutra. A leitura contrastiva do possessivo na posição pós-nominal é associada com seu licenciamento numa posição distinta de especificador de AgrP, possivelmente *in situ* (melhor talvez, internamente à projeção que contém o elemento capaz de impedir seu movimento mais adiante.).

Nesse quadro, se dois possessivos se realizam pós-nominalmente, o mais próximo do núcleo nominal é necessariamente marcado para uma leitura contrastiva:

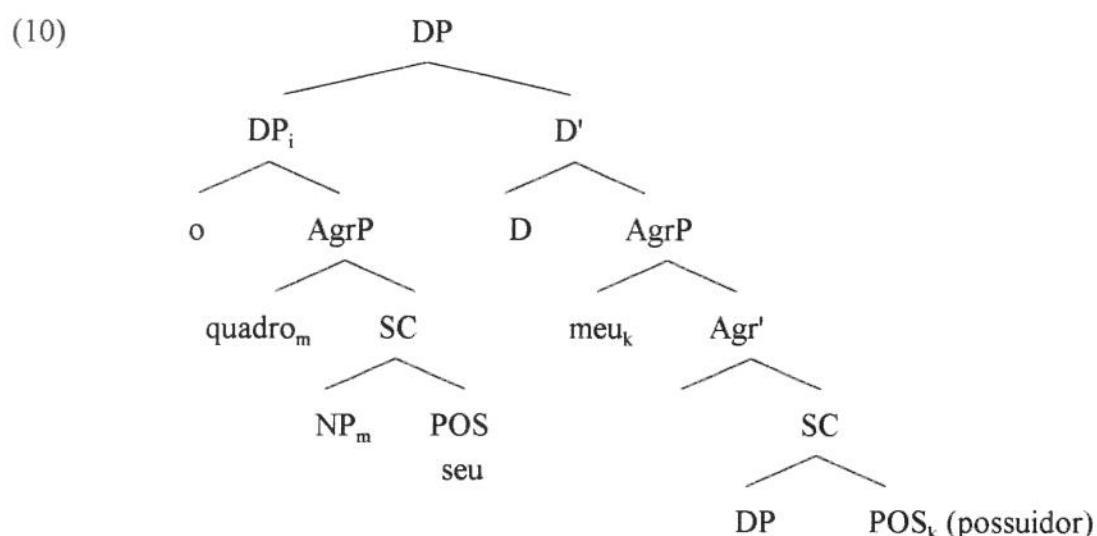
- (9) O quadro SEU meu

Esse fato é uma consequência de essa forma possessiva ocupar uma posição

⁸De acordo com Cinque, a leitura preferida é com o primeiro possessivo associado com o possuidor e o segundo como agente. Como no seu modelo, apenas um possessivo é admitido na projeção do nome, ele analisa o segundo possessivo como um adjunto fora da estrutura nominal nuclear.

necessariamente distinta do especificador de AgrP e abaixo de seu núcleo onde o núcleo nominal se aloja. O resultado é a ordem nome-possessivo, o que implica a presença de um elemento que retém o possessivo, assinalada na fala por uma entoação diferenciada. (Não se tentará explicitar esse elemento na representação, de vez que sua real natureza carece ainda de melhor compreensão)

No diagrama (10) temos a derivação de (9), que contraste com (6) em termos da posição que ocupa a forma possessiva no DP encaixado, conforme descrito na primeira etapa da derivação representada em (5).



No DP encaixado, o pronome segue o nome, visto que não subiu para especificador de AgrP. Essa evasão ao movimento nessa construção é associada a um contraste em que se destaca, por exemplo, um agente entre outros candidatos potenciais. O possuidor se encontra em especificador de AgrP matriz e recebe a leitura neutra⁹.

5. Exaustividade temática: construções tri-argumentais

⁹Decorre dessa análise a possibilidade de os dois participantes possessivos poderem receber interpretação contrastiva:

(11) O quadro SEU MEU

As condições derivacionais admitem que as duas formas possessivos possam independentemente permanecer *in situ*, se fatores outros não impedirem a presença simultânea na construção final de dois elementos contrastivos. Semanticamente é clara a marcação, nesse caso, que singulariza um agente e um possuidor dentre os candidatos potenciais dos dois grupos relevantes. Essa questão fica pendente de uma melhor compreensão desses processos, o que demandaria um estudo de monta que excederia os limites deste trabalho.

Os nomes icônicos podem ter três participantes, introduzidos por *de*, realizados simultaneamente em torno de um mesmo núcleo. Essa ocorrência ilustra as propriedades temáticas desse tipo de nominal de maneira exaustiva. Essas construções exibem também todas as possibilidades de ordenação entre os participantes:

- (1) a. O retrato do Louvre de Lautrec das damas de Paris

POS AGENTE TEMA

- b. O retrato de Lautrec do Louvre das damas de Paris

AGENTE POS TEMA

- c. O retrato das damas de Paris do Louvre de Lautrec

TEMA POS AGENTE

- d. O retrato do Louvre das damas de Paris de Lautrec

POS TEMA AGENTE

- e. O retrato de Lautrec das damas de Paris do Louvre

AGENTE TEMA POS

- f. O retrato das damas de Paris de Lautrec do Louvre

TEMA AGENTE POS

O conhecimento de mundo permite atribuir a cada participante nos exemplos em (1) um papel temático adequado, de sorte que nenhuma dificuldade de interpretação se manifesta. Aliás, a associação de um participante com um dado papel é inteiramente dependente da informação semântica que eles carreguem. A variedade de ordenação entre os vários constituintes mostra que nenhuma posição é associada exclusivamente a esse ou aquele papel. Essa é uma característica manifestada por línguas que dispõem do recurso de introduzir os argumentos nominais por uma preposição como *de* do português (francês *de*; italiano *di*; hebraico *šel*, só para citar algumas). Para ilustração translingüística, serão oferecidos exemplos do italiano e do hebraico:

Hebraico (Schlonsky, 1988:962)

- (2) a. Ha-tmuna šel ha-muzeum šel Picasso šel ha-?almot me-Avignon

O-quadro de o-museu de Picasso de as- damas de-Avignon

'O quadro do museu de Picasso das damas de Avignon'

- b. Ha-tmuna šel Picasso šel ha-muzeum šel ha-?almot me-Avignon

- c. Ha-tmuna šel ha-?almot me-Avignon šel ha-muzeum šel Picasso
- d. Ha-tmuna šel ha-muzeum šel ha-?almot me-Avignon šel Picasso
- e. Ha-tmuna šel Picasso šel ha-?almot me-Avignon šel ha-muzeum

Italiano (G & L, 1991:68)

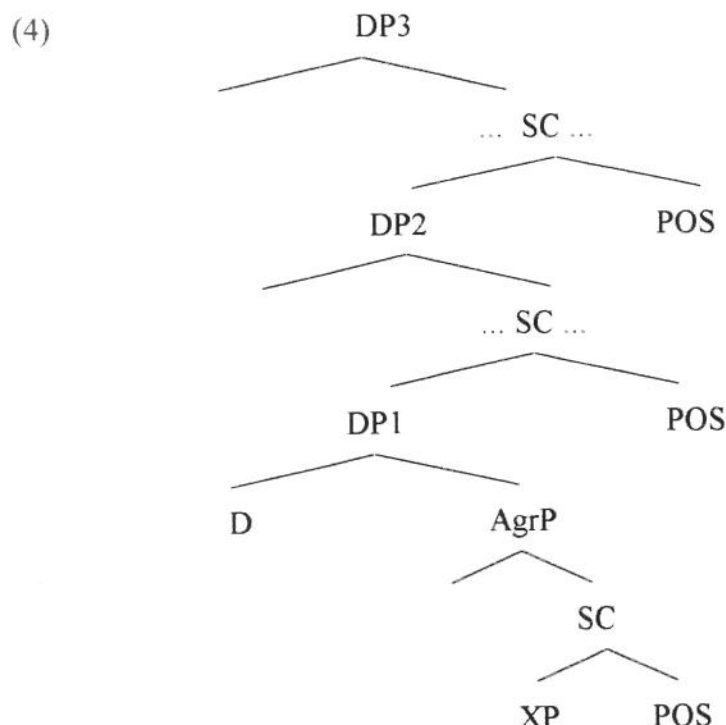
- (3) Il celebre ritratto della regina di Lord Snowdown di quel famoso collezionista
'o célebre retrato da rainha de Lorde Snowdown daquele famoso colecionador'

A exemplificação em (2) é auto-evidente. Quanto ao italiano, G & L chama atenção para o fato de que (3) admite variações arranjadas estilisticamente, de sorte que a ordem linear dos argumentos não reflete a "relação estrutural dos constituintes na estrutura de base". Essa conclusão (de rearranjo) é forçada no modelo seguido por esses autores, que atribui níveis hierárquicos específicos a papéis temáticos específicos. No nosso modelo, dispensa-se o recurso de regra estilística, pois é possível interpretar essa alternância como consequência direta do arranjo hierárquico de cada construção¹⁰.

As construções do português com os três argumentos realizados simultaneamente têm propriedades equivalentes às com dois: mobilidade dos argumentos, vaguidade, e flutuação no DP (não exemplificada), entre outras. Isso nos permite considerar adequada a extensão a elas do tratamento que dispensamos às construções que realizam apenas dois argumentos simultaneamente.

Da perspectiva do processo derivacional, a única diferença é um passo derivacional a mais para incluir um terceiro argumento. Na representação em (4), tem-se o esquema básico (com omissão dos itens lexicais).

¹⁰ Não se nega que possa haver preferência por uma ordem e não outra em diferentes línguas (ver nota 1). Nega-se apenas que haja necessariamente uma ordem básica única da qual se derivam as outras.



De acordo com o exposto, as diferentes posições dos participantes é uma consequência do tipo de mesclagem que é realizado em cada passo para esgotar a numeração. Sendo essas escolhas livres (em cada momento da combinação do participante mais nome), não há associação de papéis com posições específicas entre participantes.

Esse arranjo capta diretamente a noção central da proposta de Kayne, (1994) de que se duas frases diferem na ordem linear, devem diferir também na estrutura hierárquica. Assim, a escolha do participante para a mesclagem no primeiro passo vai resultar em alocá-lo numa posição estrutural a partir da qual c-comandará assimetricamente o próximo na escolha. O mesmo se dá entre o segundo e o terceiro. Não havendo, a inserção de mais elementos que produza movimento na sintaxe visível, nem rearranjo especificamente determinado no componente fonético, nenhum outro movimento é necessário, e a hierarquia obtida pela operação de mesclagem será traduzida diretamente para a cadeia linear. De acordo com a especificação da estrutura da mini-orção apresentada no capítulo 3, seção 2.2, o possuído c-comanda o possuidor, e assim é derivada diretamente a ordem quando o possuidor não é um pronome, que pode eventualmente se deslocar para uma posição mais alta.

Aplica-se, aqui também, a observação feita para as construções de dois participantes de que aquele mais à direita funciona como delimitador do conjunto

que envolve o participante à sua esquerda.

No que tange ao possessivo, temos a observar que a derivação proposta prevê a possibilidade de seu emprego para realizar qualquer um dos participantes irrespectivamente do passo da derivação em que seja escolhido. Para efeito de apresentação, discutiremos em etapas a ocorrência dessas formas pronominais, enfocando primeiro uma ocorrência, depois duas e, finalmente, três.

Nos exemplos seguintes, ilustra-se o possessivo que realiza o possuidor (5), o agente (6) e o tema (7):

- (5) a. O seu retrato de Pedro da catedral (Aquele colecionador tem obras incríveis)
- b. O retrato de Pedro seu da catedral
- c. O retrato de Pedro da catedral seu

- (6) a. O seu retrato da catedral daquele colecionador (P. é um artista de sucesso)
- b. O retrato da catedral seu daquele colecionador
- c. O retrato da catedral daquele colecionador seu

- (7) a. O seu retrato de Pedro daquele colecionador (A catedral é tema recorrente)
- b. O retrato de Pedro seu daquele colecionador
- c. O retrato de Pedro daquele colecionador seu

Como se observa, três ordenações são possíveis entre o possessivo e os outros DPs que realizam os demais participantes (sem contar as situações de contraste, que, de toda sorte, não altera essa disposição linear). As construções com possessivo medial e final soam menos natural se a leitura for plana. Na leitura contrastiva são irrepreensíveis. (Talvez aqui também, um elemento de ordem fonética esteja intervindo aqui, em termos do peso fonético das unidades entoacionais associadas a cada constituinte).

Passemos às construções com dois possessivos. Pessoas gramaticais (com realizações fonéticas) distintas serão empregadas para garantir frases mais naturais e maior facilidade de interpretação. (Ignora-se a situação contrastiva):

- (8) a. O meu retrato seu da catedral (Possuidor e agente)
- b. O meu retrato da catedral seu
- c. O seu retrato meu da catedral
- d. O seu retrato da catedral meu

- (9) a. O meu retrato seu daquele fotógrafo (Possuidor e tema)
 b. O meu retrato daquele fotógrafo seu
 c. O seu retrato meu daquele fotógrafo
 d. O seu retrato daquele fotógrafo meu
- (10) a. O meu retrato seu daquele museu (Agente e tema)
 b. O meu retrato daquele museu seu
 c. O seu retrato meu daquele museu
 d. O seu retrato daquele museu meu

A construção com os três participantes realizados por formas possessivas é artificial, e sua ocorrência na fala natural não é atestada. O uso da forma *dele* para a terceira pessoa dificulta essa combinação, pois só a primeira pessoa (singular e plural) e segunda pessoa do singular são realmente ativas no registro não formal. No entanto, apresentamos essa combinação como ilustração das possibilidades teóricas de realização de vários possessivos.

- (11) a. A minha foto sua nossa
 b. A minha foto nossa sua
 c. A sua foto minha nossa
 d. A sua foto nossa minha
 e. A nossa foto minha sua
 f. A nossa foto sua minha

Pensem o seguinte contexto para uma construção desse tipo. Numa viagem, o falante e ouvinte são fotografados por uma outra pessoa do grupo, que é muito habilidosa. O falante tem uma foto na qual o ouvinte também é representado e diz, por exemplo, *A minha foto nossa sua ficou incrível*¹¹.

¹¹ A combinação (1.a-b) com a forma de primeira pessoa em primeiro lugar parece a mais feliz. Talvez um certo nível de egocentrismo que se manifesta com a primeira pessoa em português esteja interferindo aqui. Nas coordenações envolvendo a primeira pessoa e uma outra (segunda ou terceira), a primeira normalmente inicia a coordenação:

- (i) a. Eu e seu pai
 b. Eu e os meninos
 (ii) a. Pagar condomínio nosso e do Javert
 b. A minha orientadora e a sua

A despeito da estranheza pela proliferação das formas pronominais, a construção é legítima. As várias posições que os possessivos podem ocupar refletem a liberdade posicional exibida por participantes não pronominais. Da perspectiva estrutural, o licenciamento de cada forma possessiva é garantido por um Agr independente, se necessário. Por conseguinte, a restrição de ocorrência deve ser motivada por elementos exteriores ao componente sintático. Condições discursivas e de processamento são importantes nesses casos.

6. A correferência: limites ao possessivo

A correferência entre os participantes de um núcleo nominal restringe as combinações de papéis que podem ser associados a eles. No exemplo seguinte com os dois participantes correferentes¹², apenas duas leituras são possíveis. Isso significa a eliminação de quatro entre as seis constatadas para as construções sem correferência. Fixemos [Pedro] como agente.

(2) O retrato de Pedro de si mesmo

AGENTE	TEMA
*TEMA	AGENTE

Somente o argumento não anafórico pode receber a interpretação de agente. O mesmo padrão se observa entre os papéis possuidor e tema: o possuidor não pode ser associado à expressão anafórica.

(5) O retrato de Pedro de si mesmo

POS	TEMA
*TEMA	POS

Igualmente nesses casos, a ordem linear dos argumentos pode variar. A expressão anafórica pode preceder o outro argumento sem alterar a relação entre

¹²Essa restrição não parece poder ser derivada dos princípios da Ligação se os dois participantes são tratados como argumentos projetados do N(ome). Na ligação definida em termos de domínios de c-comando computados estruturalmente, o que se determina é se a relação de correferência deve obedecer o Princípio A ou B, e não se os elementos podem correferir.

ligador e ligado. Contudo, quando o elemento dependente precede seu antecedente, a construção recebe sempre leitura contrastiva mais forte. Mas, essa intensificação do contraste não precisa ser interpretada como oriunda de uma operação de movimento de [si mesmo] por sobre [Pedro] nem movimento de [Pedro] para a direita numa operação regulada internamente pelo componente fonológico¹³.

(3) O retrato de si mesmo de Pedro

TEMA	AGENTE/POS
*AGENTE/POS	TEMA

Um elemento importante nessa relação de correferência é a impossibilidade de uma construção em que o possuidor e o argumento externo sejam correferentes:

(4) O retrato de Pedro de si mesmo

*POS	AGENTE
*AGENTE	POS

Como se pode verificar, a leitura envolvendo os papéis possuidor e agente é interdita independentemente da ordem linear dos constituintes que realizem os argumentos.

É surpreendente esse fato face ao princípio da Possessivização. Encarando seriamente a hierarquia temática, a projeção dos argumentos do nome ocupa três níveis estruturais distintos, com o possuidor c-comandando o argumento externo, e este c-comandando o argumento interno. Assim, como observa G & L cada nível constitui um domínio de c-comando. Desse modo, não há nada que impeça, em princípio, a projeção de um possuidor e um agente. De fato, como já observamos acima um possuidor e um agente podem estar associados simultaneamente ao mesmo núcleo nominal. O problema se restringe à correferência entre eles.

Ao que parece, essa restrição pode ser tomada como evidência de que o tratamento do possuidor como um predicado que tem o possuído como argumento

¹³Fenômeno semelhante é exibido no par (i)-(ii) cujo contraste me foi assinalado por Mary Kato:

(i) Perto de si, João viu uma cobra

(ii) Perto dele, João não viu nada

Em (i) o elemento focalizado em posição inicial força uma mudança no padrão entoacional. A construção (i) exemplifica o reflexivo localmente livre, que, em geral, está associado com marcação de contraste e de proeminência discursiva do personagem que introduz (cf. Baker, 1995).

tenha alguma plausibilidade. Segunda nota assinala Mary Kato (c.p.), posse é uma relação monádica, e anáfora exige uma relação diádica. No entanto, para relacionar esse importante fator à restrição em exame, é preciso garantir que possuidor não sature ao lado do agente um segundo lugar no predicado nominal. Se ele próprio é um predicado que toma o nome como argumento, não pode constituir o segundo argumento de uma estrutura diádica que legitima uma relação anafórica.

O emprego da preposição *por* - que pode identificar o agente em outras situações¹⁴ - não funciona nesse caso, conforme ilustra (5):

(5) ?*O retrato de João por si/ele mesmo¹⁵

*POS AGENTE

*AGENTE POS

A interpretação não é possuidor-agente. É tema-agente. Além disso, subentende-se uma leitura elíptica de uma forma verbal adequada ao processo do qual resulta o objeto denotado pelo nome (O retrato de João -tirado/desenhado por ele mesmo).

O emprego da forma possessiva para realizar um dos argumentos não muda em nada o estatuto dessas construções. As mesmas limitações são observadas:

(6) a. O seu retrato de si mesmo

POS/AGENTE TEMA

*POS AGENTE

*AGENTE POS

(7) a. O seu retrato por si mesmo/ele mesmo

TEMA AGENTE

*POS AGENTE

Destaque-se que, na leitura do-possessivo interpretado como possuidor, a construção respeita inteiramente o Princípio da Possessivização e deveria constituir

¹⁴Essa construção, embora interpretável, não é natural, dada a rejeição da preposição *por* a contexto de indicação de autoria dissociada do processo responsável pela "materialização do produto" denotado pelo nominal.

¹⁵A forma "ele mesmo" em lugar de "si mesmo" produz uma construção mais natural, mais próxima da fala natural, em função do pouco uso da forma "si" nesse contexto.

uma opção lícita. Assim, o quer que seja responsável pela ilegalidade dessa construção escapa das condições que possam ser determinadas por esse princípio.

Esse padrão é uniforme nas três pessoas gramaticais¹⁶. Em (8) o argumento expresso pelo possessivo pode ser consubstanciado com o agente ou com o possuidor, enquanto o segundo só recebe a leitura de tema.

- (8) a. Meu retrato de mim mesmo
 b. Seu retrato de si mesmo
 c. Nosso retrato de nós mesmos

A realização do segundo argumento também por uma forma possessiva resulta uma construção com as mesmas propriedades daquela com apenas uma. (Essas construções são mais ou menos marcadas conforme a pessoa envolvida; a primeira é a opção mais natural.):

- (9) a. Meu retrato meu
 b. Seu retrato seu
 c. Nossos retratos nossos (plural para permitir individuação)

As construções em (9) apresentam uma diferença com relação às apresentadas em (8). Qualquer um dos possessivos pode ser associado a qual quer um dos papéis permitidos. Conseqüentemente a ausência da leitura de tema para o possessivo em (8) é determinada pela limitação da forma pronominal anafórica que esgota esse papel, pois não pode ser associada a outro.

A ausência da leitura, aqui também, do par possuidor-agente correferentes indica que a forma possessiva não funciona, ao menos nesses casos, como supletiva dos argumentos introduzidos pela preposição *por*. A natureza da preposição tem um papel importante nessas construções.

Os exemplos seguintes visam a ilustrar a mudança da preposição conforme o contexto seja de correferência ou não. Acrescentamos outros nomes aparentados dos icônicos. Esses itens se associam a participantes que podem ser interpretados como possuidores (equivalendo a beneficiário ou alvo) e agente (equivalendo a

¹⁶Assim, não se pode relacionar esse fato a nenhum aspecto da dêixis de pessoa, eventualmente diferenciado nas diferentes pessoas.

agente ou fonte). O papel tema é excluído, pois é o próprio núcleo¹⁷. A ausência do tema realça a relação agente-possuidor.

(10) a. A carta de Pedro de Maria

b. O presente de Pedro de Maria

POS AGENTE

AGENTE POS

(11) a. A carta de Pedro a/para Maria

b. O presente de Pedro a/para Maria

*POS AGENTE

AGENTE POS

(12) *A carta de Pedro de si mesmo/ dele mesmo

(13) a. A carta de Pedro a si mesmo/ele mesmo

Como se nota, quando o possuidor e o agente não são correferentes a preposição *de* é uma opção legítima. A identificação de qual argumento está associado a qual papel é dependente de elementos do contexto discursivo. Pode-se também empregar uma preposição semanticamente especificada, que delimita a leitura possível, conforme apresentado em (11). Os papéis de cada participantes são determinados internamente à construção.

Na construção envolvendo correferência dos participantes, é obrigatório o emprego de uma preposição semanticamente especificada para introduzir um deles (13); a escolha da preposição *de* resulta uma cadeia ilícita (12). (Não se tentará especular sobre que fatores determinam essa obrigatoriedade)

Interessa-nos destacar aqui o emprego do possessivo. Ele pode realizar o argumento introduzido por *de*, consoante testemunho de (14.a). Não pode, contudo, atualizar aquele participante introduzido pela outra preposição, conforme (14.b).

¹⁷Veja-se que aí não é feita a distinção que se marca com os nomes icônicos entre o suporte material e o conteúdo atualizado nesse suporte. Essa separação indica que os icônicos típicos são ambivalentes: denotam um suporte material (significante) ou o conteúdo (significado) desse suporte. Isso nos remete à observação de Rizzi (1986) de que o tema dos nomes icônicos se comportam como afetado, a despeito de esse nominal não denotar uma situação capaz de produzir esse efeito sobre o tema.

- (14.) a. A sua carta a si mesmo/ele mesmo
 b. *A carta de Pedro sua (=a si mesmo)

Em resumo, o possessivo parece capaz de realizar apenas os participantes do nominal no contexto em que uma preposição não especificada semanticamente é também uma opção lícita. Talvez a explicação para essa limitação esteja relacionada ao tipo de relação que o participante contrai com o núcleo nominal quando uma preposição especificada intervém entre eles. Parece que, esse participante deixa, em certo sentido, de ser um argumento direto do nome em benefício da preposição. E a estrutura na qual esse participante se projeta não é aquela capaz de alojar a forma possessiva.

Os fatos aqui apontados não se restringem ao português. Como testemunho, serão mencionadas duas línguas, uma mais distante, e outra mais próxima, geneticamente do português, onde encontramos fatos similares.

Schlonsky (1988) apresenta o seguinte exemplo (como possibilidade teórica de realização dos argumentos nominais). A construção está entre colchetes para prevenir a confusão do símbolo fonético [ʔ=oclusiva glotal] com a marca de estatuto marginal da construção. Importante para o nosso ponto é o comentário sobre a licitude do exemplo.

- (15) ? [ʔavdu ha-mixtavim šel Hanan, šel ʔacmo_i] (p.963)

Perdidas as cartas de Hanan de si mesmo

'* Perderam-se as cartas de Hanan (POS) de si/ele mesmo (AGENTE)'

Ele esclarece que o estatuto marginal da construção é "provavelmente devido ao fato de que *mixtav* 'carta' preferencialmente toma um único argumento, enquanto o outro é introduzido por uma preposição como *mi-* 'de'. (de=procedência) (ênfase acrescida).

No italiano também, tem-se contraste semelhante, a considerar esses exemplos retirados de G & L (embora esses autores mantenham que não há distinção entre *a* e *di* nesses contextos).

- (16) La finta lettera di Gianni a se stesso (p.52)

A falsa carta de Gianni a/para si mesmo

(17) Tutte le lettere di Gianni di su madre (sono state sequestrate) (p.67)

Todas as cartas de Gianni de sua mãe (foram confiscadas) (na leitura relevante)

Desse modo, o fenômeno em discussão é parte de um quadro mais geral, envolvendo características de várias línguas (idealmente todas). A explicitação de problemas numa numa língua específica pode ajudar na busca da identificação de alguma propriedade mais geral, operante, talvez, em todas elas.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÃO

Esta dissertação explorou alguns aspectos da sintaxe da forma possessiva. Tomando como ponto de partida o movimento de elementos internos ao sintagma nominal, foi proposto que a relação possuído possuidor se estabelece numa minioração. O possuidor constitui parte do predicado dessa construção e o possuído seu argumento. Considerando as imposições do modelo de análise adotado, essa minioração é traduzida como uma construção que envolve uma categoria que intermedeia a relação possuidor-possuído. Essa categoria seleciona o possuidor como complemento, e projeta um especificador no qual se aloja o possuído.

A combinação da abordagem centrada no Programa Minimalista com a proposta de Kayne (1994) para a determinação da ordem linear (LCA) dos terminais de um marcador frasal permitiu um tratamento restritivo dos elementos que podem se movimentar e dos elementos que podem ser linearizados na constituição de um objeto legítimo no componente fonológico.

Explorou-se a relação entre a constituição interna da forma pronominal possessiva e sua distribuição no sintagma nominal na linha de Koopman (1994). Nessa análise, é constatado que a forma possessiva é impermeável a um um modificador interno a seu DP, aproximando-se dos pronomes clíticos verbais (remanescentes do português). Pode ser modificado por adjetivos numa estrutura predicativa, e por certos adverbiais como somente/apenas. A modificação por adjetivo só é possível quando a forma pronominal está realizando um participante do nome diferente de possuidor. A impossibilidade de modificação atributiva foi tomada como evidência de que a forma possessiva se move de sua posição de origem na derivação, sempre que não é parte de uma estrutura mais pesada que permita (ou force) o licenciamento *in situ*.

Considerada no contexto das nominalizações e das nomes icônicos, essa forma foi identificada como capaz de atualizar diferentes relações. Como participante de um deverbal de processo no sentido de Grimshaw (1990), realiza os argumentos internos e externos projetados pela base nominal. Com resultativos, é semanticamente interpretada como argumento, mas se comporta sintaticamente

como nas construções de posse, com referência à flutuação interna ao DP. A partir dessa característica, hipotetizou-se que a estrutura de mini-oração estivesse na base do arranjo nome mais possessivo.

A ocorrência de mais de uma forma possessiva num mesmo sintagma foi analisada em termos do Princípio da Possessivização proposto por Giorgi & Longobardi (1991), que preconiza a limitação de uma única forma por sintagma. Demonstrou-se que o princípio pode ser mantido para o português. A estrutura de mini-oração na base dessas construções permite derivar a ocorrência de mais de um possessivo (sem violação do princípio), bem como as diferentes posições relativas a outros participantes, sem nenhuma condição especial.

Esse estudo limitou-se a uma esfera muito pequena das relações do possessivo no sintagma nominal. Muitos outros aspectos foram apenas tocados ou deixados inteiramente de lado. Fugindo ao modelo canônico de uma conclusão, apresentam-se alguns pontos (há outros, sem dúvida) que devem merecer atenção na busca de uma melhor compreensão do que representa um possessivo na frase nominal do português.

APÊNDICE: outras questões e problemas.

1. Relações de posse com SER e TER

Um tratamento mais abrangente do possessivo tem que considerar outras construções que expressam relações de posse, entre as quais, aquelas em torno dos verbos SER e TER.

- (1) a. O livro de João
b. O livro seu(dele)
- (2) a. O livro é de João/dele/seu
b. João/ele tem um livro

A idéia de relacionar as construções (1) e (2) é antiga na literatura (Lyons, 1967; Langacker, 1968), e tem sido retomada recentemente (Kayne, 1993; 1994; Hornstein, Rosen e Uriagereka, 1994). Langacker, por exemplo, propõe derivar as

construções com possessivos a partir de uma relativa, empregando um conjunto de regras de re-escritura no espírito do modelo padrão. Os trabalhos mais recentes, restringidos pelos ditames do modelo atual, buscam simplificar o processo derivacional, mas mantêm a necessidade de dar conta dessa relação.

Kayne re-interpreta essa relação, propondo que as construções de posse com TER derivem de movimento do possuidor para o especificador da cópula SER (BE) acompanhado de movimento do núcleo D que se incorpora a esse verbo. Essa proposta será rapidamente considerada, apenas como ilustração de como se pode proceder sua implementação em português, com algumas diferenças em detalhes que não são relevantes no momento.

A estrutura (3) subjaz à construção (2) acima.

(3) ...SER [_{DP} [D [_{XP} X [_{SC} [o livro] [de João]]]]]

A derivação supõe dois movimentos de dois constituintes, a saber, o possuidor e o possuído; o primeiro vai para o especificador de SER, e o possuído para o especificador de DP.

Vimos acima que os termos da mini-orção sobem para posições acima de seu lugar de origem por necessidades de checagem. Representaremos esse primeiro momento para melhor ilustrar o processo.

(4) [_{DP} o livro_t [D [_{XP} de João_k X [[e]_t [e]_k]]]]]

O possuído [o livro] em especificador de D deriva da necessidade de checagem de algum traço desse último. D não poderia ser checado por mesclagem de um item determinante (artigo/demonstrativo) possivelmente por razões relativas a incompatibilidade de traços com a projeção do núcleo N, ela mesma parte de um DP. O possuidor no especificador de XP também pode ser tomado como resultado também de checagem. Essa estrutura de pois de linearizada apresenta o possuidor em posição final da sequência.

Se o verbo SER selecionar esse DP, temos duas possibilidades de movimento. A do possuidor e a do possuído, que devem envolver diferentes propriedades do D matriz. (Talvez alguma coisa ligada à capacidade desse D de selecionar uma categoria que realize a checagem do constituinte que inclui o possuidor). Começemos pelo movimento do possuidor, que vai resultar na derivação

com TER.

(5) [João_k SER+D_z [DP o livro t_z [XP [e]_k X [[e]_t [e]_k]]]]

O resultado da incorporação de D com SER recebe a interpretação de TER. Há um problema nessa derivação relativo ao efeito de definitude (DE), pois o complemento de TER aí é um definido, que causa uma certa estranheza na sentença. Se o nome receber uma maior especificação, o resultado é uma frase natural, como em [João tem o livro de Kayne]^{1 2}.

A segunda possibilidade de movimento toma o possuído como o constituinte a ser deslocado para o especificador de SER, e produz a construção (1.a), representada diagramaticamente em (6):

(6) [O livro_t SER [DP [e]_t D [XP X [[e]_t [João]]]]]

Nessa alternativa, D não se incorpora a SER, podendo licenciar numa posição interna de seu complemento.

Seguindo a interpretação de Kayne (1994:102) para frases similares do inglês, a preposição *de* na construção (1.a) poderia ser uma realização do núcleo D, que é de natureza preposicional (como um complementizador preposicional) e o artigo definido *o* não forma constituinte com o nominal que lhe segue, mas antes escopa a construção inteira. O importante aqui é destacar que, se o possuidor for gerado inicialmente dentro da projeção de N que denota o possuído, não é claro (se é que é possível) como realizar os movimentos envolvidos na derivação dessas as construções de TER. Um processo derivacional bem mais complexo seria necessário para traduzir essa relação entre a construção de posse nominal e verbal, dificultando uma generalização que capta a intuição (forte e persistente) de que

¹Horstein et al. (1994) relaciona Efeito de Definitude (DE) com a natureza predicativa ou argumental do nominal, destacando que há pelo menos dois tipos distintos do fenômeno que mascaram o quadro. Essa mesma relação já tinha sido apontada por N & K (1993)

²Mary Kato (c.p.) observa que o Efeito de Definitude parece operar em sentido contrário entre SER e TER, como se constata no contraste exibido pelos pares abaixo.

(i) a. O livro é de João (ii) a.? João tem o livro
b.?Um livro é de João b. João tem um livro.

Fenômeno similar se observa também no francês (cf. Milner, 1982; Hoekstra, 1994).

essas construções estão relacionadas derivacionalmente³.

2. Possessivo e locativo

O paralelismo entre as construções nominais de posse com as construções com SER e TER contribuem também para insinuar a necessidade de investigação do elo entre as relações de posse e de localização. Lyons (1967:390) diz, a propósito dessa aproximação, que "em muitas, e talvez em todas as, línguas as construções existenciais e possessivas derivam (tanto sincrônica quanto diacronicamente) de locativos." Ele argumenta que uma construção do inglês como *John's book* 'o livro de João' deriva de um marcador frasal no qual *book* 'livro' é o sujeito e *John* é parte do predicado dominado por um constituinte possessivo.

Cerqueira (em preparação) sugere que as semelhanças entre relação de posse e localização de podem ser consideradas manifestações diferenciadas de um mesmo fenômeno.

A relação de constituição parte-todo pode ser usada para evidenciar essa característica locativa. Nesse tipo de construção é possível a alternância da preposição de uso mais comumente locativo, eg., "em" e a preposição geralmente associada com posse, eg. "de". Pode-se dizer, por exemplo, (1.a) ou (1.b):

- (1) a. A janela da frente da casa estava aberta
 b. a janela na frente da casa estava aberta

O contraste semântico entre esses pares está relacionado à apresentação da "janela" como localizada na parte da frente da casa em oposição com sua apresentação como parte da frente da casa. Esse contraste fica claro no contexto de planejamento de uma construção, quando se pode dizer (2.a), mas não (2.b):

- (2) a. Quero duas janelas na sala

³Mary Kato (c.p.) questiona se esse relacionamento entre a estrutura do DP e as construções TER não seria antes de ordem semântica do que sintática, lembrando as derivações da semântica gerativa ("How to derive kill from die"). Talvez ela esteja certa. E por isso mesmo insistir na busca de uma resposta é o caminho para a qualificação desse talvez.

- b. *Quero duas janelas da sala

Nas construções em que a frase prepositiva funciona como um qualificativo para ajudar a melhor precisar o indivíduo em questão, a alternância estabelece um contraste do tipo temporário/permanente similar àquele exibido pelos verbos *ESTAR* e *SER*. Veja-se o par seguinte.

- (3) a. A menina na janela (assobiou para mim)
b. A menina da janela (assobiou para mim)

É evidente, que tanto em (3.a) quanto em (3.b), o sintagma prepositivo indica a localização da menina em apreço e não que essa menina seja uma parte da janela. A diferença fundamental é que (3.a) pode ser interpretada como significando que essa localização é vista como tão freqüente, que pode ser tomada como uma propriedade definidora da menina. E indiretamente, a janela pode ser concebida como tendo uma menina que faz parte dela.

Embora a preposição *em* não seja normalmente utilizada nas relações de posse comum, pode ocorrer em construções envolvendo posse de objetos imateriais:

- (4) a. *o livro em João
b. *a casa em Maria

- (5) a. A burrice do João (é de assustar)
b. A burrice no João (é de assustar)

- (6) a. A esperteza de Maria (chega a ser um defeito)
b. A esperteza em Maria (chega a ser um defeito).

Esse uso da preposição, que é bastante restrito em português, pode ocorrer em outras línguas em contextos mais variados.

No francês, por exemplo, a posse comum pode ser expressa numa construção com a preposição *à* 'em/a/p^{ra}' que é uma forma usada também em construções locativas (cf. Milner, 1982 para certas particularidades de uso):

- (7) a. Le livre à Jean
 O livro EM Jean
 'O livro de Jean'
- b. Un ami à moi
 um amigo EM mim
 'Um amigo meu'

No russo, conforme Lyons (1967:394), os "possessivos em posição predicativa são evidentemente relacionados a locativos". O exemplo seguinte, adaptado desse autor, mostra uma preposição locativa introduzindo o possuidor (8.a) numa estrutura idêntica a de um locativo comum (8.b):

- (8) a. На столе книга (Glosas traduzidas do inglês)
 sobre mesa livro (Há um livro sobre a mesa)
- b. У меня книга
 em/perto mim livro (Eu tenho um livro)

Embora não tão evidente que em português essa associação pode ser feita, a tentativa de rastrear essa base comum contribuirá para um esclarecimento da sintaxe das construções de posse e, em particular, das propriedades da forma possessiva. Esse tipo de investigação se torna fundamental num programa que visa, em última instância, a identificação de propriedades comuns às línguas humanas.

3. Possessivo de interesse

É sempre destacada a pluralidade de relações que podem ser expressas por uma forma possessiva, além da relação efetiva de posse, relação de parte e todo e relações de participantes semânticos em processos, eventos e resultados referidos por deverbais. As relações mais frouxas semanticamente indicam um certo tipo de envolvimento do elemento representado por POS e aquele denotado pelo nome. Esse uso será rotulado de possessivo de interesse ou ético, numa comparação com a

construção envolvendo a forma pronominal dativa⁴.

(1) a. Meu Deus

b. Meus senhores, minhas senhoras (bem vindos ...)

c. Minha gente (não me deixe só)⁵

d. meu jovem (como vai?)

e. meu prezado João (correspondência pessoal)

(1.a) é uma expressão consagrada em línguas de cultura cristã. A entidade *Deus* não constitui elemento que possa ser possuído. Sendo o próprio criador do universo (na versão cristã), ele é que se caracteriza como possuidor e não como possuído. (1.b-e) é fórmula de saudação, que não expressa nenhum vínculo de propriedade entre o elemento designado por POS e o núcleo nominal associado.

Interessante que nesse uso, o possessivo pode ser usado numa situação que exclui claramente a possibilidade de posse compartilhada:

(2) Nosso garoto (como está)

Na situação em que um amigo pergunta ao outro sobre o filho de um deles, nenhum vínculo material pode ser estabelecido. A paternidade é (biologicamente) não compartilhável, portanto o garoto não pode estar ligada aos dois ao mesmo tempo, a não ser por laços subjetivos.

Na mesma linha, situa-se o caso em (3), envolvendo uma pergunta do médico ao paciente:

⁴ O dativo de interesse, em português, é limitado à primeira pessoa do singular apenas.

(6) a. não me estrague a festa

b. não me venha chorar agora

c. ele me roubou todo o dinheiro do cego

d. Pedro me foi preso sem culpa nenhuma.

O dativo *me* indica apenas o interesse do falante. Em todos os exemplos, a ação tem efeito material sobre outro participante que não aquele expresso pela forma dativa. A única participação do falante nesse caso é de ordem afetiva.

As outras formas pronominais são excluídas desse emprego

(7) a. *não lhe estrague a festa

b. *não lhe/te venha chorar agora

c. *ele lhe roubou todo o dinheiro do cego

d. *Pedro lhe/te foi preso sem culpa nenhuma.

⁵ Famosa frase do ex-presidente Collor no período "pré-impeachment".

(3) Esse nosso braço (como está hoje)

Evidentemente que o braço é parte de um corpo apenas. A inclusão, pelo médico, do braço do paciente na sua constituição só pode ser tomada metaforicamente.

Nesse uso, as formas de primeira pessoa (singular e plural) são as únicas possíveis tendo em vista que a experiencição de sentimentos só pode ser externada pelo experienciador.

Possivelmente as formas possessivas nos pronomes de tratamento podem ser relacionadas a esse uso de interesse. Considerando os elementos afetividade/proximidade, pode-se imaginar que as diferentes pessoas assinalam pontos distintos nos extremos da escala. A primeira pessoa situa a entidade denotada pelo nome que modifica no espaço do falante. A segunda pessoa localiza a entidade no espaço do ouvinte, que exclui o do falante. A terceira remove a entidade para o espaço de outrem, exterior a ambos falante e ouvinte.

(4) a. Minha amiga

b. Meu amor

(5) a. Vossa Senhoria

b. Vossa Excelência

(6) a. Sua Excelência

b. Sua Majestade

Ao situar a entidade no espaço de seu domínio, a primeira pessoa é a que permite o mais alto grau de proximidade do falante com ela. A segunda indica o reconhecimento pelo falante de que qualquer proximidade depende de prévio assentimento. O emprego da segunda pessoa, de plural majestático, marca o respeito e a distinção. A terceira pessoa marca um maior distanciamento, uma atitude deferencial.

A distância que as formas de primeira e de terceira pessoa representam numa escala de afetividade fica evidente no contraste exibido pelos pares seguintes:

(7) a. Venha cá, meu anjo!

b. Venha cá, seu diabo!

- (8) a. Cuidado para não se machucar, minha flor!
b. Tomara que se arrebente, seu abacaxi!

- (9) a. Minha bruxa travessa!
b. Sua bruxa maldita!

Com a primeira pessoa, a carga afetiva é positiva. Com a terceira, essa carga é (geralmente) negativa. Somente com a terceira pessoa, podem ser combinadas expressões ofensivas. Uma expressão normalmente negativa combinada com uma forma de primeira pessoa é reinterpretada como carinhosa, uma reprovação fingida.

Além da relação evidentemente afetiva, esse elemento pronominal também é usado para indicar proximidade de vários níveis. Aqui, as demais pessoas podem ser empregadas pois envolvem relações externas em certo sentido.

- (10) a. O meu trem/ônibus/avião
b. O seu bairro/escritório/banco
c. Minha/sua padaria/sorveteria
d. Seus alunos/professores.

Excessivo que pareça esse detalhamento, é absolutamente necessário antes que se possa decidir que aspectos sintático-semânticos devem ser tratados como componentes da gramática básica e quais outros devem ser incluídos em outros módulos do conhecimento lingüístico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABNEY, S. P. (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. MIT, Ph. D. Dissertation.
- AOUN, J. (1985) *A Grammar of Anaphora*. Cambridge: The MIT Press.
- AOUN, J. & LI, Y. A. (1989) "Scope and Constituency", *Linguistic Inquiry* 20 (2):141-172.
- ASCHAN, T. (1993) "Possessive and Adpositional Suffixes in Finnish", ms.
- BAKER, C. L. (1995) "Contrast, Discourse Prominence, and Intensification, with Special Reference to Locally Free Reflexives in British English", *Language* 71(1): 63-101.
- BARBOSA, P. (1995) "In Defense of Right-Adjunction for Head Movement". MIT, ms.
- BOFF, A. M. (1991) *A Posição dos Adjetivos no Interior do Sintagma Nominal: Perspectiva Sincrônica e Diacrônica*. UNICAMP, dissertação de mestrado.
- BORER, H. (1986) "I-Subjects", *Linguistic Inquiry* 17: 375-416.
- BORGES NETO, J. (1986) "Os Possessivos como Indicadores de Referência e Atribuição", *D.E.L.T.A.*, 2(1):145-149.
- BRITTO, A. M. (1992) "Noun Movement, Agreement and Word Order in the Portuguese 'Nominal Phrase'", *Workshop sobre Português*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.
- BURZIO, L. (1986). *Italian Syntax*. Dordrecht: Reidel
- BURZIO, L. (1983). "Conditions on Representation and Romance Syntax, *Linguistic Inquiry* 4(2):193-221.
- CASTILHO, A. T. (1992) "Adjetivos Predicativos", In: *Descrição do Adjetivo*. Projeto apresentado pelo GT Sintaxe I, no VI Seminário do PGPF.

- CERQUEIRA, V. C. (1993a) "A Forma Genitiva "dele" e a Categoria de Concordância (AGR) no Português Brasileiro", In: I. ROBERTS & M. KATO (orgs.) *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 129-161.
- CERQUEIRA, V. C. (1993b) "Primeiro o Demonstrativo; depois o Artigo. Considerações sobre a Aquisição de Categorias Funcionais". Trabalho apresentado para qualificação de área do Programa de Doutorado em Linguística do IEL/UNICAMP.
- CERQUEIRA, V. C. (1984) *O Presente Simples e Progressivo do Inglês e o Presente do Indicativo e Progressivo do Português: Um Estudo Comparativo*. PUCSP, Dissertação de mestrado.
- CHOMSKY, N. (1995) *Chapter 4*, publicado como CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press. (As citações são da versão não publicada).
- CHOMSKY, N. (1994) "Bare Phrase Structure", *MIT Occasional Papers in Linguistics* 5.
- CHOMSKY, N. (1993) "A Minimalist Program for Linguistic Theory", In: K. HALE & H. KEYSER (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge: The MIT Press. (Também referido como Chomsky (1992))
- CHOMSKY, N. (1992) "A Minimalist Program for Linguistic Theory", *MIT Occasional Papers in Linguistics* 1. (Referido também como Chomsky (1993)).
- CHOMSKY, N. (1991/1988) "Some Notes on Economy of Derivation and Representation", In: I. LAKA & A. MAHAJAN (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics* 10.
- CHOMSKY, N. (1986a) *Knowledge of Language*. N. Y., Praeger.
- CHOMSKY, N. (1986b) *Barriers*. Cambridge: The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1980) "On Binding", *Linguistic Inquiry* 11(1):1-46.
- CHOMSKY, N. (1970) "Remarks on Nominalization" In: A. R. JACOBS & P. S. ROSENBAUM (eds.) *Readings in English Transformational Grammar*. Ed. Ginn and Company - A Xerox Company.

- CINQUE, G. (1994) "On the Evidence for Partial N-Movement in the Romance DP", In: G. CINQUE et al. (eds.) *Paths towards Universal Grammar. Studies in Honor of Richard S. Kayne*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- CINQUE, G. (1988) "On *Si* Constructions and the Theory of *Arb*", *Linguistic Inquiry* 19 (4): 521-581.
- CINQUE, G. (1981) "Sulla Nozione di Sogetto di SN", *Cultura Italiana* 41.
- CINQUE, G. (1980) "Extraction from NP in Italian", *Journal of Italian Linguistics* 5(1):47-99.
- COSERIU, E. (1982) *O Homem e a sua Linguagem: Estudos de Teoria e Metodologia Lingüística*. São Paulo: Edusp.
- CYRINO, S. M. L. (1994) *O Objeto Nulo no Português do Brasil: um Estudo Sintático-diacrônico*. UNICAMP, tese de doutorado.
- DOBROVIE-SORIN, C. (1987) "A Propos de la Structure du Groupe Nominal en Roumain", *Rivista di Grammatica Generativa* 12: 123-152.
- ENÇ, M. (1991) "The Semantics of Specificity", *Linguistic Inquiry* 22 (1): 1-25.
- FUKUI, N. & SPEAS, M. (1988) "Specifiers and Projections", In: *MIT Working Papers in Linguistics* 8.
- GALVES, C. C. (1987) "A Sintaxe do Português Brasileiro", *Ensaio de Lingüística* 13: 31-50.
- GALVES, C. C. (1989) "O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percorso de uma Pesquisa", *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 17:65-90.
- GALVES, C. C. (s/d) "O Nascimento do Português Brasileiro", UNICAMP, ms.
- GIORGI, A. & LONGOBARDI, G. (1991) *The Syntax of Noun Phrase*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIORGI, A. & LONGOBARDI, G. (1989) "Null Pronominals within NPs and the Syntax of DPs", *Probus* 1(2):181-210.
- GRIMSHAW, J. (1990) *Argument Structure*. Cambridge: The MIT Press.

- HALE, K. & KEYSER, J. (1993) "On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations", In: K. HALE & S. KEYSER (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: The MIT Press.
- HEWSON, J. (1991) "Person Hierarquies in Algonkian", *Linguistics* 29(5): 861-875.
- HIGGINBOTHAM, J. (1985) "On Semantics", *Linguistic Inquiry* 16(4):547-593.
- HOEKSTRA, T. (1994) "HAVE as BE Plus or Minus" In: G. Cinque et al. *Paths Towards Universal Grammar: Studies in Honor of Richard S. Kayne*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- HORNSTEIN, N. et al. (1994) "Integrals", In: J. NUNES et al. (eds.) *University of Maryland Working Papers in Linguistics* 2: 70-90.
- JAEGGLI, O. A. (1986) "Passive", *Linguistic Inquiry*, 17(4):587-622.
- JAEGGLI, O. & HYAMS, N. (1987) "Morphological Uniformity and the Setting of the Null Subject Parameter", ms.
- JONAS & BOBALJIK (1993) "Specs for Subjects: The Role of TP in Icelandic", In: J. BOBALJIK & C. PHILLIPS (eds.) *Papers on Case and Agreement: I (The MIT Working Papers in Linguistics 18)*.
- KATO, M. A. (1995) "Gramática Infantil: Competência Plena ou uma Gramática sem Categorias Funcionais?", In : *Anais da 47ª Reunião Anual da SBPC*, vol. 1.
- KATO, M. A. (1994) "A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar", In: R. TRACY & E. LATTEY (eds.) *How Tolerant is Universal Grammar*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- KATO, M. A. (1993) "The Distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese", In: W. J. ASHBY et al.(eds.) *Linguistics Perspectives on the Romance Languages*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Co. (Referido também como Kato (1991) na versão não publicada)
- KATO, M. A. (1985) "A Complementaridade dos Possessivos e das Construções Genitivas no Português Coloquial: Réplica a Perini (1985)", *D.E.L.T.A.*, 1(1 e 2):107-120.

- KATO, M. A. & TARALLO, F. (1988) "Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese: Its Correlation with Invisible Clitics and Visible Subjects", trabalho apresentado em Colóquio no Departamento de Linguística da Universidade da Pennsylvania.
- KAYNE, R. S. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- KAYNE, R. S. (1993) "Toward a Modular Theory of Auxiliary Selection", ms. To appear in *Studia Linguistica* 47
- KAYNE, R. S. (1985) "L'Accord du Participe Passé en Français et en Italien", *Modèles Linguistiques*, 7(1):73-89.
- KAYNE, R. S. (1981) "ECP Extensions", *Linguistic Inquiry* 12(1):93-133.
- KAYNE, R. S. (1979) "Rightward NP Movement in French and English", *Linguistic Inquiry* 10(4):710-719.
- KITAHARA, H. (1995) "Target Alfa: Deducing Strict Cyclicity from Derivational Economy", *Linguistic Inquiry* 26(1):47-77.
- KOOPMAN, H. & SPORTICHE, D. (1991) "The Position of Subjects", *Lingua* 85:211-258.
- KOOPMAN, H. (1994) "The Internal and External Distribution of Pronominal DPs", UCLA, ms.
- KOSTER, J. (1984) "On Binding and Control", *Linguistic Inquiry* 15: 417-459.
- KRATZER, A. (1988) "Stage-Level and Individual-Level Predicates", University of Massachusetts, ms.
- KUNO, S. (1972) "Functional Sentence Perspective", *Linguistic Inquiry* 3:269-320.
- KURODA, S.-Y. (1988) "Whether We Agree or Not", *Linguisticae Investigationes* 12:1-47.
- LANGACKER, W. R. (1968) "Observations on French Possessives", *Language* 44 (1):51-75.
- LARSON, R. (1988) "On the Double Object Construction", *Linguistic Inquiry* 19, 335-391

- LEBEAUX, D. (1986) "The Interpretation of Derived Nominals", U. of Massachusetts, ms.
- LEMLE, M. (1989) *Análise Sintática. Teoria Geral e Descrição do Português*. São Paulo: Ática.
- LOBATO, L. M. P. (1992) "Adjetivo: Tipologia e Interpretação Semântica", trabalho apresentado na 44ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo, SP.
- LOBATO, L. M. P. (1990) "Análise Sintático-semântica dos Adjetivos do Português e do Inglês", trabalho apresentado no IX Congresso da ALFAL, Campinas, SP., ms.
- LOBATO, L. M. P. (1994) "A Concordância Nominal no Português do Brasil à Luz da Teoria de Princípios e Parâmetros e da Sociolinguística Variacionista", *D.E.L.T.A* 10 (Número Especial):173-212.
- LONGOBARDI, G. (1994) "Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form", *Linguistic Inquiry* 25(4):609-665.
- LYONS, J. (1967) "A Note on Possessive, Existential and Locative Sentences", *Foundations of Language* 3(4):390-396.
- MALING, J. (1976) "Notes on Quantifier Postposing", *Linguistic Inquiry* 7(4) 708-718.
- MALLÉN, E. (1991) "Noun Phrase Structure, Clitic Climbing, and Extraction", *Linguistische Berichte* 134:226-309.
- MARANTZ, A. (1995) "The Minimalist Program", In: G. WEBELHUTH (ed.) (1995) *Government and Binding and the Minimalist Program: Principles and Parameters in Syntactic Theory*. Cambridge: Basil Blackwell.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1972) "Êle como um Acusativo no Português do Brasil", In: C. E. F. UCHÔA (ed.) *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Serv. de Publicações.
- MENUZZI, S. (1992) *Sobre a Modificação Adjetival em Português*. UNICAMP, dissertação de mestrado.
- MILNER, J.-C. (1982) *Ordres et Raisons de Langue*. Paris, Editions du Seuil.
- NASCIMENTO, M. & KATO, M. A. (1993) "A Representação da Estrutura

Sentencial do Português e a Posição dos Aspectuais e Quantificadores", ANAIS DA ANPOL.

NUNES, J. M. (1994) "Linearization of Non-trivial Chains at PF", In: J. NUNES et al. (eds.) *Working Papers in Linguistics 2*. Maryland: The Linguistics Department of the University of Maryland.

NUNES, J. M. (1995) *The Copy Theory of Movement and the Linearization of Chains in the Minimalist Program*. University of Maryland, Ph. D dissertation.

PERINI, M. A. (1985) "O Surgimento do Sistema Possessivo do Português Coloquial: Uma Interpretação Funcional", *D.E.L.T.A.* 1(1 e 2):1-16.

PICALLO, M. C. (1994) "Catalan Possessive Pronouns: The Avoid Pronoun Principle Revisited", *Natural Language and Linguistic Theory* 12:259-299.

POLLOCK, J-Y. (1989) "Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP", *Linguistic Inquiry* 20 (3): 365-424.

POTTIER, B. et al. (1975) *Estruturas Lingüísticas do Português*. São Paulo: Difel.

QUIRK, R. et al. (1977) *A Grammar of Contemporary English*. London: Longman.

RADFORD, A. (1990) *Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax: The Nature of Early Child Grammars of English*. Oxford, UK: Basil Blackwell Ltd.

RADFORD, A. (1988) *Transformational Grammar. A First Course*. Cambridge: Cambridge University Press.

RADFORD, A. (1986) "Small Children's Small Clauses", In: *Research Papers in Linguistics*. Dept. of Linguistics, University College of North Wales, Bangor.

RAPOSO, E. (1993) "Categorias Funcionais na Gramática Gerativa". *D.E.L.T.A.* 9(2):237-274

RAPOSO, E. (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

RAPOSO, E. (1986) "On the Null Object in European Portuguese", In: O. JAEGLI & C. SILVA-CORVALÁN (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris.

- RAPPAPORT, M. (1983) "On the Nature of Derived Nominals", In: L.LEVIN et al. (eds.) *Papers in Lexical-Functional Grammar*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club.
- RAPPAPORT, M. & LEVIN, B. (1988) "What to Do with 0-Roles", In: W. WILKINS (ed.) *Thematic Relations* (Syntax and Semantics 21) San Diego, CA: Academic Press, 7-36.
- RITTER, E. (1991) "Two Functional Categories in Noun Phrases: Evidence from Modern Hebrew" In: ROTHSTEIN, S. D. (ed.) *Perspectives on Phrase Structure: Heads and Licensing*. (Syntax and Semantics 25). San Diego: Academic Press.
- RITTER, E. (1988) "A Head-Movement Approach to Construct-State Noun Phrase", *Linguistics* 26:909-929.
- RIZZI, L. (1990) *Relativized Minimality*. Cambridge: The MIT Press.
- RIZZI, L. (1986) "Null Objects in Italian and the Theory of *pro*", *Linguistic Inquiry* 17(3):501-557.
- ROBERTS, I. (1992) *Verbs and Diachronic Syntax*, ms. (publicado em 1993 por Kluwer)
- ROBERTS, I. (1987) *The Representation of Implicit and Dethematized Subjects*. Dordrecht: Foris.
- ROSS, J. R. (1967) *Constraints on Variables in Syntax*. MIT, Ph. D. Dissertation..
- ROZWADOWSKA, B. (1988) "Thematic Restrictions on Derived Nominals", In: W. WILKINS (ed.) *Thematic Relations* (Syntax and Semantics 21) San Diego, CA: Academic Press, 147-165.
- SAFIR, K. (1983) "On Small Clauses as Constituents", *Linguistic Inquiry* 14(4):730-735.
- SHLONSKY, U. (1988) "Government and Binding in Hebrew Nominals", *Linguistics* 26:951-976.
- SILVA, G. M. de O. e (1984) "Variação no Sistema Possessivo da terceira Pessoa", *Tempo Brasileiro* 78/79:54-72.

- SIMÕES, A. M. (1974) *Movimento de Quantificadores em Português*. UNICAMP, dissertação de mestrado.
- SPORTICHE, D. (1992) "Clitic Constructions", UCLA, ms.
- SPORTICHE, D. (1990) *Movement, Agreement and Case*. UCLA, ms.
- SPORTICHE, D. (1988) "A Theory of Floating Quantifier and its Corollaries for Constituent Structure", *Linguistic Inquiry* 19 (3):425-449.
- STEPHENS, J. (1992) "Structure du Groupe Nominal en Breton", *Recherches Linguistiques* 21: 143-156.
- STOWELL, T. A. (1987) "Subjects, Specifiers, and X-bar Theory", UCLA, ms.
- STOWELL, T. A. (1981) *Origins of Phrase Structure*. MIT, Ph D. dissertation.
- STOWELL, T. A. (1995) "Remarks on Clause Structure", In *Small Clause (Syntax and Semantics 28)*. San Diego, CA: Academic Press, 271-286.
- SZABOLCSI, A. (1994) "The Noun Phrase", In: F. KIEFER & K. KISS (eds.) *The Syntactic Structure of Hungarian*. (Syntax and Semantics 27). San Diego, Ca: Academic Press, 179-264.
- SZABOLCSI, A. (1983) "The Possessor that Ran away from Home", *The Linguistic Review* 3(1):89-102.
- TANG, J. J-C. (1990) "A Note on the DP Analysis of Chinese Noun Phrase", *Linguistics* 28: 337-354.
- TORREGO, E. (1985) "Empty Categories in Nominals", Boston, University of Massachusetts, ms.
- URIAGEREKA, J. (1994) "Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance", *Linguistic Inquiry* 26(1):79-123.
- VALOIS, D. (1991) *The Internal Syntax of DP*. UCLA, Ph D. dissertation.
- VITRAL, L. (1992) *Structure de la Proposition et Syntaxe du Mouvement en Portugais Brésilien*. Université de Paris- VIII, Thèse de doctorat nouveau régime.

- WILLIAMS, E. S. (1983) "Against Small Clauses", *Linguistic Inquiry* 14 (2):287-308.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1985) "The Relation between Morphophonology and Morphosyntax: The Case of Romance Causatives", *Linguistic Inquiry* 16 (2):247-289.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1987) *Levels of Representation*. Dordrecht: Foris.